

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO

Área de Concentração: Mídia e Representação Social

JORNALISMO, LITERATURA E MEIO AMBIENTE NA
INTERFACE NARRATIVA DE MONTEZUMA CRUZ

ANA CAROLINA DA SILVA MONTEIRO

CAMPO GRANDE-MS
2015

ANA CAROLINA DA SILVA MONTEIRO

**JORNALISMO, LITERATURA E MEIO AMBIENTE NA
INTERFACE NARRATIVA DE MONTEZUMA CRUZ**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Área de concentração: Mídia e Representação Social, sob a orientação da Prof. Dr.^a Greicy Mara França.

CAMPO GRANDE-MS
2015

ANA CAROLINA DA SILVA MONTEIRO

**JORNALISMO, LITERATURA E MEIO AMBIENTE NA
INTERFACE NARRATIVA DE MONTEZUMA CRUZ**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Área de concentração: Mídia e Representação Social, sob a orientação da Prof. Dr.^a Greicy Mara França.

Aprovada em 15 de junho de 2015.

BANCA EXAMINADORA

PROF. DR.^a GREICY MARA FRANÇA - orientadora
UFMS

PROF. DR. MARCOS PAULO DA SILVA – UFMS

PROF. JORGE KANEHIDE IJUIM - UFSC

**Campo Grande
2015**

DEDICATÓRIA

In memoriam de meu avô paterno, Ossian Monteiro, meu grande incentivador e um “desbravador do Pantanal” e região.

Aos meus pais. Ao meu filho Mateus. Meu presente. Aos meus sobrinhos Juliana e Samuel. Às minhas sobrinhas Sofia e Letícia. Vocês são o melhor futuro que poderíamos ter.

AGRADECIMENTOS

Indiscutivelmente, em primeiro lugar a Deus e à Nossa Senhora do Perpétuo Socorro pela graça da vida, da saúde e de toda a execução deste Mestrado.

Ao jornalista Montezuma Cruz, por permitir que esta empreitada maluca se concretizasse nesta investigação, que mais faz perguntas do que traz respostas. Por acreditar em mim e respeitar meu trabalho e minha paixão pelo tema. Pelo empréstimo carinhoso dos exemplares originais de todas as reportagens para a pesquisa, sobre os quais me debrucei dias e noites a fio.

Ao meu esposo, Yuri Yasuo Noguchi, e meu filho, Mateus Monteiro Noguchi, pelo amor, apoio e incentivo incondicionais, além da compreensão nos momentos de tensão, distância e de entrega a esta pesquisa. Aos meus pais pelo amor, carinho, acolhimento e compreensão de sempre.

À professora doutora Greicy Mara França, pela firmeza de propósito e por ter aceitado o desafio de me orientar mesmo sem, no início, termos um horizonte muito definido. Pelas decisões assertivas que precisou tomar a respeito de minha dissertação, respeitando ao mesmo tempo sua linha de pesquisa e meus interesses como investigadora. E acima de tudo, por permitir que eu concluísse esta etapa tão sonhada e, de certa forma, conturbada, de meus estudos.

Ao professor doutor Marcos Paulo da Silva, pelos livros emprestados, pela dissertação de mestrado emprestada, pela confiança, carinho, preocupação e atenção de todos os momentos.

Ao professor Doutor Edgar Aparecido da Costa, na ocasião, Diretor do Câmpus do Pantanal, da Universidade Federal de Mato Grosso, em Corumbá-MS, minha Chefia Imediata, pelas incontáveis palavras de incentivo, pelas inúmeras dispensas do trabalho, para que eu pudesse me dedicar e finalizar esta pesquisa, e pelas dicas valiosas, sem as quais, conceitos-chave poderiam ter sido comprometidos.

À professora doutora Katarini Miguel Giroldo, pela tempestividade, assertividade e prontidão em momentos cruciais como o início do meu estágio docência e a presença em minha qualificação, em novembro de 2014.

À professora doutora Cláudia Araújo de Lima, pela valiosíssima manhã de sábado, em sua sala, em março de 2015, cuja orientação contribuiu para que esta pesquisa definitivamente tomasse seu rumo final. E mais ainda por aceitar que eu concluísse meu estágio docência sob sua orientação, em Corumbá (MS).

A todos vocês, devo uma parte desse momento de minha vida que se encerra e ao mesmo tempo se torna uma porta para outras aventuras. Muito obrigada!

Eu amo o Jornalismo pelo que ele é: uma profissão intelectual, importante; que ao dar a oportunidade de nos expressarmos, leva a um sentimento de identidade e ajuda a formar a visão que as pessoas têm da sua comunidade e do mundo natural. Joseph Pulitzer

MONTEIRO. Ana Carolina da S. **Jornalismo Literatura e Meio Ambiente na interface narrativa de Montezuma Cruz**. Campo Grande, 2015. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), 2015.

RESUMO

Esta é uma pesquisa social, do campo das Ciências Sociais Aplicadas, que investiga a presença de características Jornalismo Literário, como o trabalho estético com a linguagem, a captação por meio da observação participante, a criatividade, a liberdade de expressão, a humanização, a fruição pelo texto, em comunhão com os preceitos do Jornalismo Ambiental, de responsabilidade, engajamento, ética, compromisso social, a partir da análise de conteúdo quali-quantitativa de 48 reportagens especiais socioambientais, do jornalista Montezuma Cruz, publicadas de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, no Jornal diário *Correio do Estado*, veículo de maior circulação no estado de Mato Grosso do Sul. Traçou-se um perfil do repórter, de modo a contar sua trajetória de mais de 40 anos dedicados ao Jornalismo. Questões relevantes que surgem da aproximação entre Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente são identificadas e discutidas. Propõe-se a possibilidade de criação de uma narrativa autoral construída a partir do *ethos* profissional pautado na humanização, ética, estética e no engajamento do repórter à temática ambiental, representado pela proposição H3E, formulada a partir da *práxis* do repórter pesquisado. Investiga-se a possibilidade de o Jornalismo Ambiental se configurar em um espaço fecundo para o trabalho linguístico mais elaborado e criativo, ecológico, reflexivo e profundo, proposto na produção da reportagem ambiental formulada dentro dos parâmetros do Jornalismo Literário.

Palavras-chave: Jornalismo; Literatura; Meio Ambiente; Reportagem; Montezuma Cruz.

MONTEIRO, Ana Carolina da S. **Literary Journalism and the Environment in Montezuma Cruz's narrative interface**. Campo Grande, 2015. Dissertation (Master's Degree in Communication). Postgraduate Program in Communication, Federal University of Mato Grosso do Sul, Campo Grande (MS), 2015.

ABSTRACT

The paper is the result of social research in the field of Applied Social Science. It investigates the presence of characteristics of Literary Journalism, such as the aesthetic work with language, the understanding by means of participant observation, creativity, freedom of expression, humanization, text enjoyment, in communion with the Environmental Journalism precepts of responsibility, engagement, ethics, and social commitment. It is based on a quali-quantitative content analysis of 48 socio-environmental special reports written by journalist Montezuma Cruz, published between February 2011 and September 2013 in *Correio do Estado*, the daily newspaper with the largest circulation in the state of Mato Grosso do Sul. The reporter's profile is presented, with the objective of exposing his career of over 40 years devoted to Journalism. Relevant issues arising from the approximation between Journalism, Literature and the Environment are identified and discussed. The study proposes the possibility of creating an authorial narrative, built from the professional ethos guided by humanization, ethics, aesthetics and the engagement of the reporter to the environmental theme, represented by the proposition H3E, formulated from the praxis of the reporter under analysis. The study also investigates the fact that Environmental Journalism may be considered a fertile locus for linguistic work that is more elaborate and creative, ecological, reflective and profound, as it appears in environmental reports produced within the parameters of Literary Journalism.

Key-words: Literary Journalism; Environmental Journalism; Report; Environment.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I PARÂMETROS E CONCEITOS	17
1.1 JORNALISMO E LITERATURA: COMPLEXIDADE, RAZÃO E EMOÇÃO	20
1.2 JORNALISMO LITERÁRIO	36
1.3 JORNALISMO AMBIENTAL	44
1.4 A PREFERÊNCIA PELA REPORTAGEM	58
1.4.1 A reportagem no Jornalismo Ambiental.....	63
CAPÍTULO II PERFIL: EM DESTAQUE, O REPÓRTER MONTEZUMA CRUZ	71
2.1 “SEMPRE QUIS IR ALÉM DO MEU QUINTAL”	75
2.2 MATO GROSSO DO SUL: O LUGAR DE FALA DO REPÓRTER	94
2.2.1 História	94
2.2.2 Criação do Estado.....	97
2.2.3 Geodados	101
2.2.4 Dados socioeconômicos	102
2.3 JORNAL <i>CORREIO DO ESTADO</i> : BREVE CARACTERIZAÇÃO	105
CAPÍTULO III ANÁLISES	111
3.1 AS ESCOLHAS DE MONTEZUMA CRUZ: TEMÁTICA E LINGUÍSTICA.....	111
3.1.1 Lições inesquecíveis: Juarez Bahia e Claudio Abramo.....	119
3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	121
3.2.1 Codificação.....	123
3.2.2 Categorização	123
3.3 ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA.....	125
3.3.1 Análise Quantitativa: o que os números têm a dizer	126
3.3.1.1 Sobre 2011	127
3.3.1.2 Sobre 2012.....	130
3.3.1.3 Sobre 2013.....	134
3.3.2 Análise Qualitativa: o que os textos têm a dizer	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE 1	173
APÊNDICE 2	179
APÊNDICE 3	185
APÊNDICE 4	189
ANEXOS A.....	202
ANEXOS B.....	220
ANEXOS C.....	243

INTRODUÇÃO

A escolha pelo Jornalismo Literário, pelo repórter Montezuma Cruz, assim como pelas reportagens socioambientais do jornalista - publicadas de 2011 a 2013, no Jornal diário *Correio do Estado*, veículo tradicional de maior tiragem e circulação no estado de Mato Grosso do Sul - como objeto de estudo, devem-se a vários fatores, mas todos derivam de um eixo principal: a hipótese de produção da reportagem ambiental impressa, a partir do *ethos* profissional constituído de humanização, ética, estética e engajamento - características que foram sondadas na interface narrativa do repórter Montezuma e estão representadas nesta investigação pela proposição H3E (**humanização, ética, estética e engajamento**).

Essa hipótese parte da afirmação de que ser jornalista, nos dias atuais, implica a partilha de um *ethos* coletivo, ou um *modus operandi*, como preceitua Pierre Bourdieu, que tem sido afirmado há mais de 150 anos, regido por fundamentos éticos (deontológicos) ou princípios filosóficos (objetividade, imparcialidade e veracidade) e também por suas características peculiares (atualidade, universalidade, periodicidade, difusão). Esta investigação investe na afirmação de que ser jornalista implica, ainda, na crença em uma constelação de valores, a começar pela liberdade, pela busca da verdade e pela responsabilidade. Liberdade de expressão e de criação, compromisso com “a verdade irrefutável dos fatos”, responsabilidade ao formar e informar o público. Esta investigação nutre ainda a crença de que tais preceitos, aliados a algumas características fundamentais da ciência do meio ambiente e da Literatura, fornecem condições suficientes para que o sujeito-jornalista possa escrever sobre a conturbada relação entre homem e natureza.

A decisão de pesquisar a interface narrativa do repórter Montezuma Cruz nasce de uma pesquisa exploratória em busca de um profissional da imprensa escrita, “paradigma do jornalista” (TRAVANCAS, 2011, p. 23). Trata-se do repórter, daquele “que está na linha de frente da notícia, que elabora a produção de sentidos, por seus valores e suas práticas, que lida diretamente com a sociedade” (ADGHIRNI, 2013, p. 4).

Saiu-se em busca de um profissional que adotasse durante todo o processo de produção, captação, redação e edição de seus textos sobre a vida real, uma postura humanizada, ética e engajada, e que também desenvolvesse um trabalho estético com a

linguagem, voltado para a sensibilidade do conhecimento. Conceitos representados nesta dissertação pela proposição H3E, formulada a partir das características básicas do Jornalismo Literário, segundo Vilas Boas (2008, p. 21), “imersão, humanização, exatidão, autoria e criatividade”.

Sabe-se que Jornalismo e Literatura constituem-se em termos tensivos e ambivalentes, aspectos percebidos na forma como se engendram suas narrativas, porque de um lado o texto de jornal mantém um pacto discursivo firmado na ideia de veracidade, imparcialidade e objetividade e, de outro, apresenta-se a Literatura, que ratifica o seu compromisso com uma dimensão universal da subjetividade humana, centrada no poder da imaginação. Contudo, esta investigação supera tais dualidades, e adota uma postura holística, aberta às operações e aos intercâmbios, por entender que o Jornalismo é dinâmico, configura-se como “uma alternativa para o processo de busca por compreensão social”, formação de consciências e transformação de realidades.

O Jornalismo Literário é aceito nesta pesquisa como um discurso híbrido e autônomo formulado no “campo das fusões e confusões”, uma prática narrativa formulada a partir das experiências discursivas entre Jornalismo e Literatura, e por isso nomeado também de “jornalismo narrativo”, “literatura da realidade”, “reportagem autoral”, “*creative nonfiction*”.

O Jornalismo Ambiental, por sua vez, apresenta-se muito mais do que uma especialidade discursivo-jornalística, como uma prática investigativa complexa, cujo olhar volta-se para a relação sociedade-homem-natureza, não no sentido de contraposições, mas de interação, compromisso e responsabilidade.

Dentre os formatos de apresentação do texto jornalístico, optou-se pela reportagem, particularmente pela reportagem especial impressa, por se tratar de uma modalidade textual com “maior amplitude que a notícia cotidiana, em geral elaborada de forma mais narrativizada e que busca ser mais abrangente em relação ao fato, à história e aos personagens de que trata” (BORGES, 2013, p. 77).

A ideia de trabalhar a reportagem nos moldes do Jornalismo Literário para tratar da temática ambiental, cujo eixo de ligação seria o engajamento do repórter, partiu do pressuposto defendido pelo jornalista, ambientalista e pesquisador norte-americano Michael Frome (2008, p. 12), fundador da *Natural Science Academy*, de que o Jornalismo Ambiental “exige mais do que aprender ‘como escrever’”; quem deseja enveredar-se para esta área tem que aprender também “o poder da emoção e das imagens”, a pensar “não apenas em quem, o quê, quando, onde e por que – mas no todo,

com amplitude e perspectiva”. E também no pensamento de Wilson Bueno (2007) sobre o papel do jornalista ambiental, que, em suas palavras:

(...) não se contenta em descrever cenários e situações, mas de buscar as causas que os expliquem; ele não é um profissional que contempla a distância o seu objeto, mas um cidadão que se contamina com ele, que investiga, que enxerga além da notícia e do release (BUENO, 2007, p. 37).

Provocou esta investigadora, a possibilidade de o Jornalismo Ambiental se configurar num espaço profícuo para a manifestação do Jornalismo Literário, cujo trabalho narrativo possibilitaria o “diálogo entre o catedrático e o pescador, entre o agrônomo e o trabalhador rural, o mateiro e o biólogo” (BUENO, 2007, p. 14). Entre “o povo da floresta e o cidadão de rua”, reconheceria as comunidades tradicionais e não estigmatizaria a sabedoria dos pajés.

Segundo Bueno (2007), as fontes do Jornalismo Ambiental devem ser todos e sua missão deveria ser sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem, suas realizações e o meio ambiente, numa abordagem ecológica da vida na Terra.

Para complementar o pensamento de Bueno (2007) e tentar superar os problemas do tratamento fragmentado, catastrófico ou romanesco dispensado às reportagens socioambientais, buscou-se Edgar Morin (2010, p. 39-40) e seu ideal de complexidade. Nas palavras do sociólogo francês, a “relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma reducionista, nem de forma disjuntiva”. Afinal, a “Terra é a totalidade complexa físico-biológica-antropológica” e a “humanidade é uma entidade planetária e biosférica”. Trata-se de assumir uma visão profissional, e pessoal, integrada, multidisciplinar, complementar, que permite ao ser humano compreender sua condição e o ajuda a viver em harmonia com seu meio.

Tudo isso contribuiria “para a formação de uma consciência humanística e ética de pertencer à espécie humana, que só pode ser completa com a consciência do caráter matricial da Terra para a vida, e da vida para a humanidade” (MORIN, 2010, p. 39). E igualmente serviria ao abandono do sonho alucinado da humanidade de “dominação da natureza”. A humanidade está “a um só tempo, dentro e fora da natureza. Somos seres, simultaneamente, cósmicos, físicos, biológicos, culturais, cerebrais, espirituais” (MORIN 2010, p. 38), ou seja, essencialmente plurais e conectados uns aos outros e ao universo.

Ao tratamento da temática e exercendo forte influência sobre o processo criativo do profissional jornalista, somar-se-iam os conceitos de visão holística e de educação ecológica, desenvolvidos pelo físico Fritjof Capra (2004, p. 21), segundo o qual é necessária uma “compreensão da realidade em termos de um todo integrado, cujas propriedades [biológicas, psicológicas, sociais e ambientais] não podem ser reduzidas às de unidades menores”. Com Capra, sugere-se promover no meio jornalístico, particularmente dentro da Academia, ou seja, na formação catedrática dos jornalistas, uma *ecoalfabetização* de seus profissionais, para que as reportagens produzidas cumpram, dentre os vários, com o papel didático, conscientizador e mobilizador que se espera da pauta ambiental.

Definiu-se como objetivo geral desta dissertação investigar a presença de determinadas características do Jornalismo Literário em comunhão com o Jornalismo Ambiental na interface narrativa do repórter Montezuma Cruz, a partir da análise de conteúdo quali-quantitativa de suas reportagens especiais socioambientais publicadas de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, no Jornal *Correio do Estado*.

Pretende-se, também, de modo mais específico: identificar e discutir questões relevantes que surgem da aproximação entre Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente; investigar a possibilidade de uma narrativa autoral construída a partir do *ethos* profissional guiado pela humanização, ética, estética e pelo engajamento do repórter à temática ambiental, representado pela proposição H3E; descobrir se o Jornalismo Ambiental se revela um espaço fecundo para o trabalho linguístico mais elaborado e criativo, ecológico, reflexivo e profundo, proposto na produção da reportagem ambiental formulada dentro dos parâmetros do Jornalismo Literário.

O primeiro passo metodológico rumo à concretização desta investigação foi a pesquisa exploratória, a sondagem para a definição do objeto de estudo. À época da pesquisa prévia, em meados de 2012, esta pesquisadora atuava como revisora no mesmo veículo impresso que o jornalista Montezuma Cruz, o jornal diário *Correio do Estado*. As atividades profissionais em comum, as constantes trocas de ideia e o olhar analítico sobre a atuação do repórter, mesmo que de forma preliminar, confirmaram-no como protagonista desta pesquisa.

No primeiro momento, Montezuma apresentou-se como um jornalista autor e também observador e, até mesmo, um participante da ação. Além do visto, o não visto – pensamentos, sentimentos, emoções – é descrito a partir de um trabalho de campo

efetivo, de uma apuração vigorosa, de uma entrevista pautada pela atenção e pela acuidade.

Pela forma como o repórter se posicionava perante seus textos, levantou-se a hipótese de que Montezuma Cruz consideraria que os sentidos do repórter se encontrariam permanentemente alertas na leitura dos acontecimentos, possibilitando um trabalho estético comunicacional. Atento a tudo que envolvesse o fato jornalístico. Ao construir sua narrativa, o repórter parecia não sofrer com as amarras do *lead* e da impessoalidade. Pois consideraria que nenhuma comunicação é eficaz sem emoções. Do teatro, à pintura, passando pelo Jornalismo, nada se faz sem emoções. Embora nem sempre se passe pela palavra.

Neste sentido, esta dissertação toma o conceito mais amplo de estética (como a “faculdade de sentir”) e o vincula à prática do Jornalismo para demonstrar que o campo comunicacional não pode ser definido apenas por sua instrumentalidade operacional, “mas que outros requisitos como a sensibilidade e a subjetividade são notoriamente importantes para a construção de um jornalismo que integre a comunidade e a alteridade” (ROCHA, 2013, p.6).

Dentre as percepções obtidas na fase da pesquisa exploratória, está a de que as reportagens que definem o *corpus* desta dissertação, cedidas pelo repórter, de seu arquivo pessoal, especialmente para esta pesquisadora, formariam uma espécie de “cenário-síntese”, um contexto, no qual seria possível verificar e identificar aspectos pulsantes do texto de Montezuma Cruz, como, por exemplo: a incorporação de uma escrita comprometida com códigos muito singulares, específicos. A manifestação mais bem delineada seria a temática ambiental, a preocupação em ser pedagógico, em capturar a “cor local”, o respeito isonômico às fontes. Um estilo utilizado em suas reportagens para narrar o Pantanal, o lixo, a urbanização, a água, a Amazônia, a poluição, a problemática das monoculturas e das florestas, a produção de energia, a fauna e a flora regionais, a questão indígena, a exploração de minérios, entre outros assuntos, que se optou separar em três grandes Categorias: Biodiversidade; Mudanças Globais; e Relações socioambientais, conforme propõe Ângelo (2008).

Optou-se pelo estudo de caso e assumiu-se a técnica do perfil, por meio do qual veio à tona “o evento da entrevista, a vida do personagem, sua trajetória, seus altos e baixos, suas realizações” (VILAS BOAS, 2003, p. 10). Foram realizados quatro encontros presenciais, em 2013, entre a pesquisadora e o repórter, no ambiente de trabalho de ambos, os quais resultaram em entrevistas narrativas, não estruturadas, de

profundidade (BAUER; GASKELL 2012, p. 93), com uma duração média de 3 horas, cada uma, por meio das quais se encorajou e estimulou o entrevistado a contar histórias sobre os acontecimentos importantes de sua vida e do contexto social vivenciado à época. Em 2014, as entrevistas aconteceram, em maio, outubro e novembro com listas de perguntas pré-estabelecidas, sobre história de vida e relatos de experiências profissionais do repórter Montezuma Cruz. Em janeiro de 2015, mais dois contatos mediados por e-mail se concretizaram. Ambos para que o jornalista tomasse conhecimento do Capítulo II, que conta sua trajetória profissional, e colaborasse com a pesquisadora certificando-se de dados e informações. Deixar que o jornalista falasse de si mesmo, contasse sua história, pareceu o meio mais eficaz de analisar a presença da tríade Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente em sua interface narrativa.

Ciente de que o confronto teórico crítico é condição fundamental de aprofundamento da pesquisa para se superar níveis apenas descritivos, repetitivos, dispersivos e apresentar penetrações originais (DEMO, 1987, p. 24), esta investigação construiu seu referencial teórico a partir da leitura de textos de livros, artigos, teses de doutorado, dissertações de mestrado e outras publicações impressas e eletrônicas sobre Jornalismo Literário, Jornalismo Ambiental, reportagem, e também sobre os conceitos de *ethos*, estilo jornalístico, ética, estética, engajamento, humanização e epistemologia do Jornalismo, pensamento complexo, holística, educação ecológica e outros assuntos relacionados ao tema em estudo. Foi possível, então, construir uma fundamentação teórica centrada nas obras de: Ângelo (2008); Assis (2013); Bardin (2010); Bahia (2009); Borges (2013); Bueno (2007); Bulhões (2007); Capra (2004; 2006); Coimbra (1993); Coração (2012); Frome (2008); Genro Filho (2012); Girardi (2006, 2008); Ijuim (2009; 2010, 2014); Lage (2011); Lima (2004); Medina (1982, 1988, 2003); Morin (2010, 2011); Muniz (2009); Olinto (2008); Pena (2008); Sousa (2002, 2004); Travancas (2011); Vicchiatti (2005); Vilas Boas (2003, 2004). Paralelamente, também foram utilizados conceitos de outros estudiosos do Jornalismo.

A fim de tecer um trabalho comparativo e dedutivo, o *corpus* foi definido da seguinte forma: o todo é composto de 275 reportagens, muitas construídas em séries especiais, com diferentes temáticas, impressas e publicadas em diferentes dias da semana, em sua maioria nas Editorias de Cidades e Economia, no Jornal diário *Correio do Estado*, no período de 20 de fevereiro de 2011 a 01 de setembro de 2013.

A partir desse universo, os esforços foram concentrados em 48 reportagens especiais, cujo foco era a temática socioambiental. Para uma análise de conteúdo mais

precisa, e de forma a se trabalhar apenas com os textos do repórter produzidos dentro dos preceitos do Jornalismo Ambiental, os assuntos dessas reportagens foram categorizados em Biodiversidade; Relações Socioambientais e Mudanças Globais (ÂNGELO, 2008).

Para desvelar a escolha linguística de Montezuma e para compreender a escolha temática do jornalista, foram adotados os estudos de Análise de Conteúdo, propostos pela pesquisadora Laurence Bardin (2011), que trabalha basicamente com a análise de mensagens em cinco etapas: organização da análise; codificação; categorização; inferência; e por último, o tratamento informático. A Análise de Conteúdo é a forma cujas características fundamentais são: a) orientação fundamentalmente empírica, exploratória, vinculada a fenômenos reais e de finalidade preditiva; b) transcendência das noções normais de conteúdo, envolvendo as ideias de mensagem, canal, comunicação e sistema; c) metodologia própria, que permite ao investigador programar, comunicar e avaliar criticamente um projeto de pesquisa com independência de resultados (KRIPPENDORFF *apud* DUARTE; BARROS, 2009, p. 286).

Esta dissertação está estruturada na Introdução, que traz os Objetivos, a Justificativa e a Metodologia do estudo, três Capítulos de desenvolvimento, além das Considerações Finais, Referências Bibliográficas, Apêndices e Anexos.

No Capítulo I estão traçados os parâmetros e definidos os conceitos a serem trabalhados no transcorrer desta pesquisa social. Os conceitos da proposição H3E (humanização, ética, estética, engajamento), hipótese de um *ethos* profissional do repórter que constrói sua narrativa jornalístico-literária sobre a temática ambiental, estão diluídos ao longo daquele capítulo, oportunamente esclarecidos no conjunto da abordagem.

O Capítulo II se destina a mostrar a trajetória profissional e uma breve história de vida do repórter Montezuma Cruz, correspondente e repórter especial em sucursais dos maiores jornais diários impressos do país, os acontecimentos mais significativos e as experiências adquiridas nas inúmeras viagens pelo Brasil, majoritariamente ao interior das regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste, com fatos narrados segundo o próprio jornalista. Apresentam-se as caracterizações dos locais de fala do personagem: o estado de Mato Grosso do Sul e o jornal *Correio do Estado*.

No Capítulo III, articulou-se o que foi desenvolvido nos dois anteriores para analisar os materiais escolhidos dentre os tantos disponíveis. Optou-se pela mídia impressa, porque expressa mais fortemente os interesses pela afirmação de possíveis

peculiaridades do chamado Jornalismo Ambiental. É neste momento que se revela o trabalho de categorização e descrição do *corpus*, por meio da Análise de Conteúdo, de Bardin (2011). Tratou-se de verificar nas reportagens socioambientais de Montezuma Cruz a proposição discursiva nos moldes do Jornalismo Literário, sua escolha temática e linguística. Os motivos pelos quais as reportagens analisadas foram selecionadas são esclarecidos na abertura do Capítulo III.

Ao se estimular a adoção de uma visão holística na produção da narrativa jornalística impressa, de forma a revelar a realidade integrada e contextualizada dos acontecimentos, atribuindo-lhe sua inerente complexidade, superando a visão reducionista e fragmentada tão presente na imprensa ocidental dos dias atuais, almeja-se também estimular o avanço do Jornalismo “em seu contínuo processo de reciclagem” (LIMA, 2004, p. 318). Segundo o autor, os instrumentos de abordagem do real em profundidade no Jornalismo hegemônico brasileiro estão antiquados e são insuficientes se forem levados em consideração os métodos de captação da realidade existentes em outras áreas do conhecimento e a ótica estéril com que nasce a pauta da imprensa nacional.

Em *A arte de tecer o presente*, Cremilda Medina (2003, p. 135) escreve que “a construção de uma narrativa ética, técnica e esteticamente singular” só é possível em razão de 90% de transpiração e 10% de “incontrolável intuição”. Contudo, continua a autora, para que se “abram os poros e se devolva à expressão a inspiração, é preciso superar os facilitismos: das certezas ideológicas, das idéias prontas, da insensibilidade ou desrespeito perante a cifração do mundo e seus protagonistas”. Eis o ponto de partida desta investigação.

CAPÍTULO 1. PARÂMETROS E CONCEITOS

O poder criador do Jornalismo Literário não se restringe aos fatos visíveis porque eles podem não ser suficientes. Ele não se intimida diante de regras porque elas podem levar a uma incompletude tal que prejudicará o próprio entendimento do relato das causas, seus contextos e seus desdobramentos. Ele quebra paradigmas para ser mais abrangente. Jornalismo Literário não é ficcionalizar irresponsavelmente a informação, mas poder enriquecê-la com outros olhares que não se apequenem diante da crença de uma verdade irrefutável (BORGES, 2013, p. 309-310).

Um cenário de intensa crise e de profundas mudanças, marcadamente desde o final do século XX e início do XXI, desafia a sociedade em geral a encontrar novos rumos para a construção do presente e do futuro. Aos intelectuais e cientistas demanda, de maneira geral, um repensar a ontologia e a epistemologia da ciência a partir do questionamento dos paradigmas que sustentam a produção do conhecimento na modernidade. Aos jornalistas, de maneira particular, impõe um profundo questionamento relativo ao estatuto da narrativa contemporânea diante das novas configurações da linguagem, propostas para abarcar os graves problemas sociais que se materializam na superfície terrestre.

As leis de imprensa, as estruturas e processos políticos, as inovações tecnológicas, as reformas educativas, as mudanças sociais e as peculiaridades culturais, incluindo linguísticas, provavelmente contribuíram para a forma como o Jornalismo se desenvolveu, como é visto e como se vê, num determinado enquadramento. Isto passar-se-ia porque o Jornalismo, enquanto corpo “vivo”, reagiria a esse fenômeno, que, associado às mudanças socioeconômicas, formaria tradições jornalísticas que afetariam a forma como as notícias são selecionadas, processadas e difundidas (SOUSA, 2002).

Para Rogério Borges (2013, p. 185),

o jornalismo é o relato de experiências concretas, está na esfera do vivido, mas é composto por palavras. Ainda que seja apenas falado, sua composição é discursiva. Ele é antes de tudo um registro escrito, construído, e não reflete a realidade tal qual um espelho.

Está embutida neste conceito a preocupação com a construção discursiva do Jornalismo, cujas estratégias têm por obrigação se aproximar do “verdadeiro”, do real, e apenas representam um recorte da realidade, não ela por completo.

Já existem várias escolas jornalísticas, mas apesar disso pode-se verificar uma padronização do Jornalismo, predominantemente em torno da matriz tradicional e dominante norte-americana, embora acrescida das tendências analíticas do Jornalismo

atual e da contaminação formal provocada pelo que se tem chamado de “jornais pós-televisivos”, como escreveu Jorge Pedro Sousa (2002, p. 86), “objetos de design, coloridos, com notícias breves, frases curtas e simples, infográficos e fotografias abundantes, etc, quase à semelhança da TV, na imprensa em geral”.

Mas nem sempre foi assim. Muito antes de se definir Jornalismo foi possível trabalhar com o conceito de narrativa informativa, que ao longo dos séculos, e ao redor do mundo, foi construída pautada pela intelectualidade e perfil criativo de contadores de histórias, por exímios comentadores, intérpretes, oradores ilustres, retóricos, religiosos, e até artistas apaixonados, por perseguidores da factualidade e aqueles que optavam pela análise profunda e pela opinião diante dos fatos vivenciados.

É justamente a multiplicidade de manifestações do Jornalismo ao longo de sua história que torna complexa sua definição. Contudo, esta investigação aceita e une aos seus preceitos três funções diferenciadas e complementares dessa profissão, que, segundo Elias Machado (2004), ajudam a desfazer uma “confusão, que permeia boa parte das discussões epistemológicas do campo da comunicação”. De acordo com o autor, e nesta investigação, o Jornalismo pode ser estudado como: 1) prática profissional; 2) objeto científico; e 3) campo especializado de ensino.

Como prática profissional deveria ficar claro que o exercício do jornalismo exige o domínio de determinadas técnicas e conhecimentos específicos e que o jornalista profissional deve obedecer a um conjunto de normas deontológicas legitimadas, tanto entre os pares, quanto pelos demais setores sociais. Como campo de ensino especializado, deveria ficar claro que a aprendizagem do jornalismo, um trabalho sistemático que vai muito além do conhecimento obtido por osmose nas redações, depende do desenvolvimento de metodologias especializadas, capazes de possibilitar aos docentes, tanto o repasse das novas teorias, quanto uma boa formação técnica aos futuros profissionais. Como objeto científico com status próprio, deveria ficar claro que o jornalismo possibilita a fundação de um campo de conhecimento especializado que tendo na prática jornalística um objeto legítimo necessita para a sua plena compreensão o desenvolvimento de metodologias próprias, adaptadas as suas demandas particulares (MACHADO, 2004, p. 2).

As reflexões desta investigação sugerem tomar o Jornalismo Literário como uma modalidade discursiva autônoma e híbrida, como mais um laborioso exercício cognitivo de entendimento do mundo, numa nova tentativa de literaturização da narrativa jornalística e resgate à reportagem de profundidade, complexa, criativa e melhor articulada.

O Jornalismo Ambiental é discutido como uma área de atuação específica do repórter, mas, também, e particularmente, como uma prática que busca “seu próprio

‘ethos’”, como argumenta Bueno (2007, p. 29), e propõe-se comprometida política, social e culturalmente com a questão ambiental. “É preciso que os comunicadores ou jornalistas ambientais estejam conscientes de que esta é uma atividade que requer militância, compromisso, capacitação, ética e profissionalismo” (BUENO, 2007, p. 29).

Dentre as várias expressões textuais jornalísticas existentes como a notícia, o artigo, o editorial, a entrevista, o colunismo, optou-se pela reportagem. Pois, como Sousa (2004, p. 97) preceitua, é nela que o jornalista consegue “informar com profundidade e exaustividade, contando uma história”, trata-se do “espaço apropriado para expor causas e consequências de um acontecimento, para o contextualizar, interpretar e aprofundar, num estilo vivo, que aproxime o leitor do acontecimento, que emerja o leitor na história”.

Por fim, esta pesquisa apresenta a proposta de um *ethos* profissional para a construção da narrativa noticiosa, fruto da tríade Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente e cujas características essenciais seriam a humanização, a ética, a estética e o engajamento do repórter, conglomeradas na proposição H3E, e cuja explicação está diluída ao longo do texto do Capítulo I.

Os pressupostos teóricos que serviram de base para a formulação discursiva que se coloca em debate nesta dissertação serão o objetivo deste primeiro capítulo.

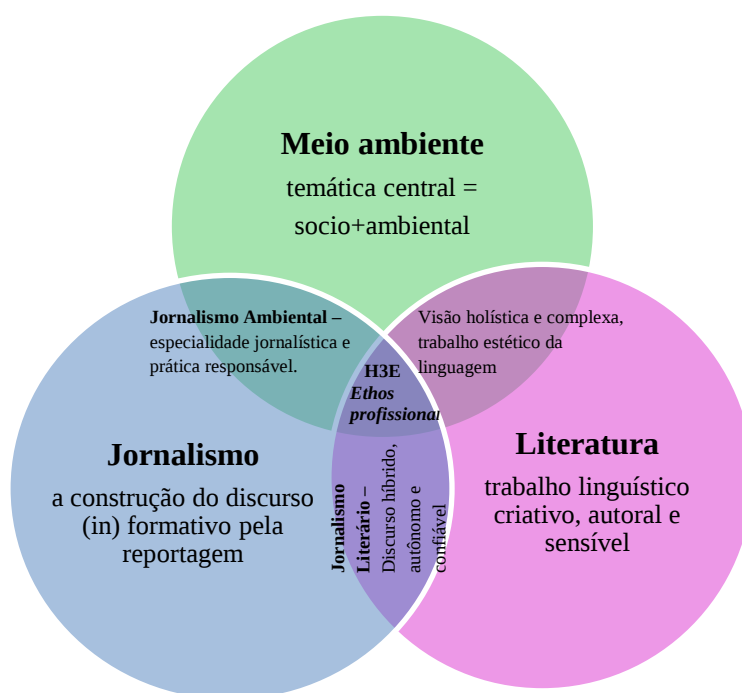


Figura 1. Esta é a tríade proposta por Ana Carolina da Silva Monteiro geradora dos conceitos trabalhados ao longo do Capítulo I desta investigação.

1.1 JORNALISMO E LITERATURA: COMPLEXIDADE, RAZÃO E EMOÇÃO

Em termos mais simples, poder-se-ia limitar a dizer que o Jornalismo operaria com a apreensão da verdade, enquanto a criação literária se configuraria pela matriz da imaginação. Contudo, logo de início, este estudo aceita o argumento de Cláudio Coração (2012, p. 48) de que não seria de bom tom, demarcar uma dualidade “estratificada em realidade versus imaginação. Uma vez que há muito, as técnicas do jornalismo permeiam a criação literária. Há muito, a narrativa literária percorre a atividade jornalística”.

As relações entre Jornalismo e Literatura são antigas, e como formas de comunicação coletiva, as duas acompanham a sociedade humana desde épocas remotas, com grande impacto social, e foram profundamente marcadas pelo surgimento da imprensa no século XV. Muitos historiadores tentaram descobrir manifestações jornalísticas já na Antiguidade.

Durante a Idade Média, as notícias só chegavam ao povo por meio da poesia e dos cantos dos trovadores e jograis. “O canto era o meio de propagar a notícia” (PIDAL *apud* RIZZINI, 1977, p.14). Os romances e as canções medievais eram como o prenúncio do periodismo, uma forma embrionária da informação em movimento.

A fase histórica do Jornalismo, propriamente dita, começa com as *acta publica* romanas e se desdobra até o século XI, quando as informações se difundiam pelas cantilenas (BELTRÃO, 1960, p. 24-25). É no Renascimento que “o jornalismo se consubstancia nas folhas escritas à mão, geralmente de interesse para comerciantes e navegadores”, isso já ao longo do século XIII, entre ingleses, alemães e franceses. O século XV, que assiste à invenção da tipografia, também vai conhecer as *gazzettas* venezianas, ainda difundidas em folhas manuscritas, mas logo a impressão gera interesse em alguns soberanos que decidem utilizá-las para a divulgação de informações conforme lhes fosse conveniente (HOHLFELDT, 2010).

Do nascimento da imprensa até meados do século XIX, a Literatura e o Jornalismo dividiram não só o espaço nos folhetins como também o público leitor. “O casamento entre imprensa e escritores era perfeito. Os jornais precisavam vender e os autores queriam ser lidos. Só que os livros eram muito caros (...) A solução parecia óbvia: publicar romances em capítulos na imprensa diária” (PENA, 2008, p.32).

Ao longo de sua consolidação, a narrativa jornalística passou por transformações marcantes de estilo, forma e natureza. O “percurso de convergências entre jornal e

letras”, ou seja, entre Jornalismo e Literatura, é marcado, como assinala Bulhões (2007, p. 28), “por muitos impasses, ajustes e conflitos derivados das configurações assumidas pelas duas expressões segundo demandas econômicas capitalistas peculiares” de diferentes fases da vida ocidental. Rogério Borges (2013, p. 212) chama a atenção para dois momentos marcantes: os anos de 1789, com a revolução e ascensão da burguesia, na França, e de 1830, nos Estados Unidos, com a consolidação de formas diferenciadas de produção e consumo de informação e o fortalecimento da democracia. O autor ressalta que “houve distanciamentos, mas o parentesco [entre Jornalismo e Literatura] não se rompeu totalmente”.

No processo de desliteraturização do jornalismo impresso, modelos e homens foram devorados e aqueles que os substituíram impuseram sua vitória. As mudanças, na prática, começaram em meados do século XIX, nos Estados Unidos. Alguns dos principais jornais norte-americanos, influenciados por fatores de cunho simbólico e prático, abdicaram do caráter opinativo e de expressão literária e passaram a investir na cobertura de fatos. (...) Os relatos ‘objetivos’ passaram a ser buscados e outro parâmetro de jornalismo ganhou força (BORGES, 2013, p. 212-213).

As transformações sociais e econômicas que se sucederam no mundo após a Revolução Industrial influenciaram e determinaram o novo formato do texto jornalístico, mais sucinto e informativo, que passou a agradar ao público muito mais que as opiniões, que as tribunas inflamadas de discussões apaixonadas e políticas, ou os enredos dos romances-folhetins. O sucesso dessa nova formatação do texto jornalístico, resguardadas as adaptações, e resistente até o começo do novo século, revelou o quanto foi rentável para as empresas de comunicação “falar do cotidiano” (BORGES, 2013, p. 213).

Em meados do século XIX, e de forma marcante, os Estados Unidos substituíram a França como polo irradiador de modelos jornalísticos – os quais influenciaram profundamente a imprensa brasileira dos séculos XVII e XVIII – e adotaram em seus veículos uma voz “fiscalizadora, reguladora, denunciadora” (BORGES, 2013, p. 216). Os jornais norte-americanos se viram impingidos, nesse novo contexto, a abrir espaço para a discordância e a tentar construir a informação com maior imparcialidade. “A obrigação da objetividade surge não só como ideário, mas como prática cotidiana em textos que não estimulavam subjetividades” (BORGES, 2013, p. 216).

No Brasil, somente no século XX, a imprensa deixou seu caráter artesanal e amadorístico para se constituir em empresa industrial. Segundo Cremilda Medina

(1988), dois fatores sócio-históricos foram os responsáveis por essa modernização: a urbanização e a industrialização da sociedade brasileira, consequência da expansão do Capitalismo pelo mundo todo.

O discurso jornalístico se padronizou e transformou a notícia “em um produto à venda” (MEDINA, 1988 p. 13). Nessa época ficou claro que não bastava ser jornalista para ter estilo; mas era “preciso ter estilo para ser jornalista” (BAHIA, 2009, p. 96). Segundo o autor, o estilo, por meio do qual o Jornalismo construiu a sua maneira de ser, foi mais literário até o século XIX. No século XX e principalmente depois da I Guerra Mundial inverteu-se o papel. Foi o estilo do jornal que passou a influenciar a Literatura. O estilo jornalístico à época estava em processo de originalidade e se desprendia das ciências humanas que mais o influenciaram: a Filosofia, o Direito e a Literatura. “A progressiva liberação do jornalismo, da literatura, do direito e da filosofia se dá na medida em que o grau de profissionalismo delimita, além de um papel social específico, uma linguagem particularizada” (MEDINA, 1982, p. 130).

Esta desliteraturização da imprensa não significou apenas a adoção de maneiras diferentes de relatar um fato, de novas estratégias profissionais ou a revisão do papel do escritor. Tratou-se de um processo de grandes consequências, que abriu caminho para o estabelecimento de tipologias jornalísticas que não estavam veiculadas com os gêneros literários. Estabeleceu-se, assim, uma “separação nada consensual” entre Jornalismo e Literatura (BULHÕES, 2007, p. 136).

Segundo Borges (2013, p. 217), a imprensa escrita “desliteraturizada enuncia um discurso no qual se percebem claramente características próprias, uma vez que o afastamento de noções literárias é proposital”. Os laços históricos que unem os dois discursos não podiam ser desfeitos, mas foram desvanecidos.

De meados do século XX em diante, a modernização empresarial do Jornalismo não mais cessou, surgiu a televisão que veio para competir com o rádio, e mais tarde a internet, que colocou em xeque o papel do jornalista como único mediador entre os fatos. Cada vez mais, publicidade e Jornalismo se unem para disponibilizar e firmar o caráter industrial, tanto da imprensa escrita quanto da eletrônica. Essa tendência industrial vai marcar progressivamente toda a imprensa da metade do século XX e condicionar todas as modificações: de temática (surgem os assuntos policiais, esportivos, mundanos); de gênero (a informação substitui a doutrinação); e de estilo redacional (a linguagem se depura e cria a sua própria forma). Surge a especialização e a consequente divisão do trabalho: as colaborações literárias foram separadas na

paginação e aos homens das letras foi imposta uma adaptação às regras técnicas do Jornalismo.

Dessa forma, a informação jornalística passa a reproduzir os dados obtidos com as fontes e os relatos de um fato são confrontados uns com os outros, a fim de se obter a versão mais próxima possível da realidade. A notícia ganhou sua configuração textual atual: o repórter copia o relato oral dos fatos singulares e os expressa, a partir do aspecto mais importante do acontecimento, na forma de *lead* – tempo, lugar, modo, causa finalidade e instrumento. A ética tornou-se o fator de regulação da linguagem jornalística.

A reflexão ética nesta investigação serve para que se discuta, particularmente, qual o atual sentido dos compromissos que tem o Jornalismo com a fidelidade aos acontecimentos reais, concretos. Bianchin (1997, p. 54-55) defende que se a fidelidade for rompida, “o discurso deixa de ser jornalístico na sua especificidade”, embora possa ainda manter seu trabalho estético de linguagem. “Ser solidário às dores do mundo ou causar dores ao mundo é um dilema ético”, ressalta Bertrand Russel (1977: 24, *apud* IUIM, 2014, p.10).

Michael Frome (2008, p. 24) cita que o teólogo e filósofo alemão Albert Schweitzer ensinou que uma pessoa é ética quando a vida se torna sagrada, não apenas a vida dele ou dela, mas as vidas de todos os seres humanos, das plantas e dos animais, e quando ele ou ela se devota às outras coisas viventes, tal compromisso estaria implícito no Jornalismo em todas as suas especialidades, particularmente, no Jornalismo Ambiental.

Para Dias (2012, p. 99), mesmo com uma formação focada na deontologia oferecida pelas universidades, o que se percebe, na prática, é que os profissionais assimilam “a ética oriunda da prática jornalística no mercado noticioso”.

O conflito ético no campo do jornalismo geralmente reflete a distância entre teoria e prática; universidade e mercado. O referencial deontológico, de implicação pessoal, comungado pela cultura profissional, muitas vezes fica no plano teórico e não é aplicado na prática. Com a influência de valores egressos da realidade cotidiana, subsidiários do mercado de trabalho e da socialização de princípios em dada cultura organizacional fazem com que os profissionais tenham certa dificuldade nas tomadas de decisão (DIAS, 2012, p. 99).

Fittipaldi (1998, *apud* DIAS, 2012) enriquece o debate ao afirmar que é ética, em outras palavras, a postura do jornalista sensível ao seu universo, imerso e engajado

na realidade social da qual faz parte, enquanto cidadão e profissional, produtor de uma narrativa jornalístico-literária solidária. Segundo o autor, o que se vê nas redações

é que os jornalistas vagam entre um ideal de objetividade e isenção e seu oposto - a interpretação do fato – o que em si também significa tomada de partido, compromisso fechado com a verdade. Diante de um acontecimento, porém, o profissional da imprensa pode processar o fato de duas formas: de maneira redutora e ideológica (ou como se o que ele escreve fosse uma verdade absoluta ou interpretando à sua maneira os fatos) ou, ao contrário, de forma intensiva, aberta, dinâmica. É claramente a segunda atitude a que, ética e ontologicamente, nos parece coerente com a ética como a entendemos. Através dela, o jornalista reconhece que, ao lidar com um acontecimento, mergulha na verdade intensiva, muitas vezes, paradoxal ou mesmo contraditória, em que a atuação do jornalismo é sempre um recorte possível, nunca totalmente objetivo cientificista, como pretendem os clássicos da objetividade (FITIPALDI, 1998, p.128, *apud* DIAS, 2012, p. 99).

Na amostra do estudo de Andrade (2004, *apud* DIAS, 2012) o curso de Jornalismo estava incluso. O objetivo foi verificar a distância entre a teoria e a prática. Com suas observações, a autora concluiu que existe hipervalorização do ensino de ética na graduação como a única solução para os problemas éticos do cotidiano profissional e que o ensino da disciplina produz efeito, mas parece não ter o alcance esperado fora dos domínios da Universidade. Segundo a autora, muitos assuntos estão ligados à ética, como:

liberdade, valores, limites, respeito, responsabilidade, honestidade, mau, bem, felicidade, hedonismo e muitos outros. Com a pesquisa observou-se que o discernimento para todas as questões acima não depende apenas da educação escolar – mesmo porque, muitos relatos nos mostram que o setor educativo está desprovido deste tipo de ensinamento – mas depende muito mais da família, da origem, dos costumes e hábitos desta. É preciso salientar que o ensino, na maioria das vezes, tem boas intenções e vem surtindo resultados positivos, porém, o que se pretende nesta argumentação é deixar registrada a esperança de uma maior colaboração de cursos e escolas em prol da reflexão sobre Ética Profissional. (ANDRADE, 2004, p. 116, 119, *apud* DIAS, 2012, p. 100).

Numa pesquisa elaborada por Isabel Travancas (2011, p. 132), sobre o universo dos jornalistas, e cujo resultado foi publicado no livro *O mundo dos jornalistas*, a autora explicita que apesar de toda a subjetividade do tema, nos depoimentos que colheu, existe um “limite imposto pela própria hierarquia do jornal”, considerada “uma esfera de ação de um profissional com relação à ética”. Neste contexto, “o jornalista deve se responsabilizar por todas as informações constantes em suas matérias. Elas devem corresponder à verdade”. Mas faz uma ressalva: “a utilização dessas mesmas

informações, ou mesmo sua omissão”, está fora da área de influência do profissional das mídias.

Em outra pesquisa, Silveira (1993) considera que o fato de o espaço público passar a ser agenciado por uma lógica de mercado é efeito do referencial de objetividade e dos valores profissionais, oriundos da cultura organizacional, que circundam o campo do Jornalismo. Para a autora, a ética, aplicada ao campo jornalístico, é assim contextualizada:

Na mudança do paradigma mecanicista para o novo paradigma holístico, sistêmico ou orgânico, a ética jornalística precisa mudar também passando a se basear na consciência social e não no deslize ou outras formas de sensacionalismo durante o processo de seleção e edição das notícias. A nova ética passa pela responsabilidade no sentido weberiano do termo, ao qual veículos de comunicação resistem baseados no argumento de que a ética da responsabilidade no jornalismo implicaria num risco de autocensura, uma vez que caberia ao veículo decidir sobre o que é bom ou mal para a opinião pública (SILVEIRA, 1993, p. 162-163).

Segundo a autora, a “contaminação” ética da formação universitária pelos valores corporativos da empresa de comunicação se dá da seguinte forma:

O jornalista, ator individual que enfrenta dilemas morais no cotidiano de seu trabalho, sofre com a razão monológica das empresas jornalísticas, contextos sociais estruturados, que tiram de suas mãos a escolha e a concepção final sobre as notícias publicadas. Mas, ao jornalista não cabe se acomodar numa posição de simples componente da máquina de produção, isento de toda responsabilidade dentro da empresa e diante da sociedade. A física quântica abriu dois caminhos para os cientistas: o que leva a Buda e o que leva à bomba, enfatizando que os cientistas são responsáveis por suas pesquisas, não só no campo intelectual, como no moral. Quando se abandonou a divisão cartesiana, caiu com ela a descrição objetiva da natureza e a ciência isenta de valores. Portanto, os valores do cientista ‘contaminam’ seu trabalho. A mesma regra pode ser aplicada ao jornalismo, embora ainda escondido sob a venda de técnicas cartesianas, que consolidam éticas pouco democráticas (SILVEIRA, 1993, p. 163-164).

Contudo, a “gramática jornalística” atual não tem dado conta das demandas coletivas. E se mostra frágil também uma “ética rigorosamente regida por preceitos, códigos, normas de conduta” (MEDINA, 2003, p. 36). A saída, no entanto, estaria no resgate ao afeto pelo mundo, no pensamento solidário e na oxigenação do espírito do jornalista pela arte.

O problema que se propõe: a moralidade, no seu caráter universal, e as atitudes éticas de cada cultura não passam exclusivamente pela racionalidade lógico-analítica, mas também pelo desejo que se expressa por intermédio de profundas intuições. O gesto moral explode dos afetos, da sintonia solidária com o inconsciente coletivo. Estão aí os artistas que compreendem como

ninguém os motes da aventura humana e criam a linguagem que expressa os desejos (MEDINA, 2003, p. 36).

Está presente nas artes e em toda grande obra, na Literatura, no cinema, na poesia, na música, na pintura, na escultura, enfim, um pensamento profundo sobre a condição humana. É na arte que se revela a universalidade da condição humana. A experiência artística levaria (e elevaria) o ser humano à dimensão estética e ética da existência (MORIN, 2010).

O texto reflexivo, a abordagem múltipla, a consciência das próprias limitações e a inquietação crítica da vida acadêmica funcionam como o grilo falante, atento a fiscalizar vaidades, a cobrar humildades, a questionar escolhas precipitadas. (...) A vida moderna (...) acentua o desafio. (...) Uma interminável encenação de performances vazias que preenche às vezes impecável, conversas de comadres e compadres recheadas de estereótipos e preconceitos. (...) O Jornalismo (...) tem deveres para com esse quadro. (...) São várias as etapas. Abrir-se, aprender a ouvir, a respeitar o diverso, a lidar com os desiguais, a ser descrente e apurar, a recuperar visões distintas, a eleger o pequeno como parte essencial do todo e a todos tratar igualmente. Porque nessa tarefa o que vale é a humanidade. E a informação bem trabalhada é patrimônio da humanidade (LEANDRO, 2003, *apud* MEDINA, 2003, p. 149).

Nos últimos 40 anos, com a crise da reportagem, por uma série de motivos ainda em estudo, dentre eles as influências da televisão e da internet, a atividade jornalística e a criação literária têm seguido caminhos paralelos, mas sem importantes pontos de encontro e territórios compartilhados. Contudo, é no cenário atual da pesquisa acadêmica sobre as nuances do discurso jornalístico e literário, que despontam alternativas para que a imprensa nacional recupere sua literaturização, com mudanças substanciais e que reflitam o amadurecimento de concepções no campo da imprensa escrita.

Dentre as propostas de avivamento da transversalidade discursiva entre o Jornalismo e a Literatura, está, segundo Vicchiatti (2005, p. 91), a “chamada humanização dos textos”, além de outros recursos, como técnicas de angulação, ponto de vista, da descrição cena a cena.

Ao questionar a que humanização se faz referência no Jornalismo, Ijuim (2014, p.4) responde a esta indagação com um raciocínio cujo ponto de partida é o Humanismo Clássico dos séculos XV e XVI, que se configurou num “esforço para relativizar o teocentrismo medieval em busca de uma nova visão do homem”. O ponto de chegada, no entanto, é o “Humanismo Universalista, amadurecido ao longo do século XX e início deste milênio”, que “acumula a experiência ocidental, critica-a e procura suplantá-la

imperfeições” (IJUIM, 2014, p. 4). Segundo o autor (2014, p. 4), foi o ‘esclarecimento’, originário de Descartes e retomado por Kant que “estabeleceu as bases para o desenvolvimento da era Moderna – a humanização da sociedade pela socialização do saber”.

Para compreender os fenômenos sociais e compartilhar esta compreensão, os jornalistas devem ir além do “dar a notícia”. Presume-se que o fazer jornalístico buscaria a essência das ações humanas contidas nos fenômenos sociais. O Jornalismo humanizado não se proporia apenas a produzir textos diferenciados, com linguagem que usufrui dos recursos da Literatura, que valoriza personagens. Mais do que isso, buscaria a essência das ações humanas – é a escolha de um olhar, uma perspectiva, um ponto de partida diferenciado.

Um olhar que deve priorizar o combate às causas da dor e do sofrimento humano, transformando-se numa atitude humanista que:

respeite e considere posições humanistas de diferentes culturas, como: ter o ser humano como o centro das preocupações; afirmação da igualdade de todos os seres humanos; reconhecimento da diversidade pessoal e cultural; tendência a desenvolver o conhecimento além do que é aceito como verdade absoluta; afirmação da liberdade de ideias e crenças; e repúdio à violência (IJUIM, 2014, p. 5).

Ao responder que, sim, é possível um Jornalismo humanizado, Ijuim (2014, p.13) faz referências a nomes ilustres cujo trabalho jornalístico-literário serve de exemplo, como Raul Pompeia, João do Rio, Antônio João e nos dias atuais, a jornalista Eliane Brum, profissional mais premiada da categoria nos últimos anos, e muitos outros.

Quem acompanha o trabalho de Eliane Brum percebe sua postura sempre respeitosa diante das fontes e do público. Esta lhe tem assegurado tratar de qualquer tema sem julgamentos, sem preconceitos, sem correr qualquer risco de estereotipar ou cair em generalizações apressadas. Em seu percurso no jornalismo transparece suas marcas de visão de mundo – abertura de mente e de espírito para compreender a complexidade da vida (IJUIM, 2014, p. 14).

T. S. Eliot (*apud* BAHIA 1990, p.28) valoriza a condição literária do Jornalismo, reconhecendo-o como uma literatura sob pressão na medida em que o que dele permanece como Literatura resulta de um exercício de criação – ainda que mais de transpiração do que de invenção, mas nem por isso desprovido de “arte” – sob a pressão das circunstâncias. A diferença residiria na sutileza do jornalista, na sua habilidade de criador de interesses. Ele dá a dimensão do tempo ao transitório e valoriza o banal,

extraindo dele algo peculiar. O que orienta a arte no Jornalismo é o espírito do jornalista. Antes de tudo, um sensível como todos os artistas em geral na captação dos acontecimentos e na criação deles.

Com características bem marcadas e elementos distintos é possível, em algumas manifestações, ter a ousadia de usar os pontos de intersecção entre Jornalismo e Literatura (com destaque neste estudo à humanização, ao engajamento e à estética) para construir uma narrativa complexa, criativa, profundamente esclarecedora e conscientizadora.

Trata-se de aliar realidade e criatividade numa narrativa capaz de superar a retratação fria, distanciada, descontextualizada e fragmentada dos fatos, prática comum na atual fase do Jornalismo nacional e que precisa ser superada. A narrativa impessoal, linear, não é mais suficiente para explicar a sociedade atual, complexa, em constante evolução. É, pois, como escreve Morin (2010, p.15): a informação sozinha “é um ruído”, e “uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável”. Eis um dos entraves que a Comunicação Social deve enfrentar para propagar a compreensão da problemática ambiental instalada nos dias atuais e difundir uma “reforma do pensamento” que resulte, conforme Capra (2006), dentre outros princípios ecológicos, na mudança de ponto de vista e de atitude.

Edgar Morin postula a epistemologia da complexidade para se sair do círculo asfixiante do que é primariamente ideológico. Ao aceitar esta epistemologia, admite-se neste estudo o fracasso de uma prática profissional alimentada pelas ideologias reducionistas e percebe-se a necessária tomada de consciência “da natureza e das consequências dos paradigmas que mutilam o conhecimento e desfiguram o real” (MORIN, 2006, p. 11).

A insuficiência dos preceitos do paradigma cartesiano para apreender e explicar o mundo tem sido reiteradamente apontada por diferentes autores nas últimas décadas. Pressupostos como a separação entre sujeito e objeto, homem e natureza, ego *cogitans* (mente) e *res extensa* (matéria), bem como a decorrente compartimentação do conhecimento em diferentes disciplinas que recebem o status de científicas, em detrimento de saberes tidos como não científicos, parecem não dar conta de explicar, nos primeiros anos do século XXI, todos os aspectos do mundo natural e social. (...) Morin afirma que as ameaças enfrentadas atualmente pela humanidade, como os problemas ambientais de toda ordem, o desenvolvimento de armas nucleares e a manipulação genética das espécies, entre tantos outros, são resultado ‘de um modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real’ (LÜCKAMN, 2013, p. 15).

Segundo Ana Lückman (2013, p.16), a ideia de pensamento complexo, desenvolvida por Morin, surge como elemento central na discussão em torno da emergência de um novo paradigma – ou de uma nova visão de mundo, ou de novas maneiras de compreender o mundo e atuar nele. E uma questão essencial neste contexto é identificar “qual o papel do Jornalismo nesse mundo em transição (...) é importante ressaltar que não se trata aqui de incluir no debate o jornalismo em sua forma segmentada, ou seja, como prática profissional voltada à divulgação científica”.

Estuda-se o jornalismo compreendido como sistema textual moderno e “prática de fazer sentido da modernidade” (HARTLEY, 1996, p. 33); como “discurso de atualidade plenamente legitimado na sociedade” (MEDINA, 2008, p. 17); ou ainda como discurso público por meio do qual o acontecer do mundo é significado (MARTÍN-BARBERO, 2004, *apud* LÜCKMAN, 2013, p. 16).

Na prática do Jornalismo informativo, a regra geral dominante ainda é a da simplificação – de base cartesiana. “Pregam os manuais que o bom texto jornalístico é aquele escrito de forma simples, direta e objetiva, com frases sucintas e informações organizadas em ordem decrescente de importância” (LÜCKMAN, 2013, p. 17). É obrigação do jornalista ouvir os dois lados do fato relatado quando há algum tipo de polêmica. Seis perguntas básicas precisam estar respondidas para que a notícia seja publicada: o quê, quem, quando, como, onde, por que. “Simplificação, objetividade, imparcialidade, distância entre sujeito e objeto, o *lead* como metodologia: a cartilha do fazer jornalístico foi, sem dúvida, redigida sob as diretrizes do paradigma cartesiano”.

É evidente que esses princípios norteadores do fazer jornalístico se desenvolveram a partir de uma história e se adequaram a necessidades técnicas inerentes à produção dos veículos de imprensa. Não se pretende aqui criticar ou questionar a importância do texto claro, preciso e conciso na produção jornalística. Busca-se, contudo, lançar um olhar de estranhamento à forma simplificadora com que o jornalismo tende a interpretar um mundo cada vez mais repleto de complexidades e contradições, na medida em que essa simplificação pode resultar em abordagens acríticas, superficiais e descontextualizadas (LÜCKMAN, 2013, p. 17).

Medina (2003) indica que foi particularmente a partir da lógica do positivismo de Auguste Comte que o Jornalismo sedimentou seus preceitos. Contrapondo essa lógica, a autora desenvolve há décadas um projeto de formação de jornalistas, por meio do qual incentiva a prática autoral de narrativas da contemporaneidade, desenvolvido com acadêmicos de Jornalismo, de pós-graduação provenientes de Comunicação Social

e de outras áreas de conhecimento da Universidade de São Paulo e de outras universidades brasileiras e de Portugal. Segundo a autora,

a plenitude da comunicação, acontece na tríplice tessitura ética, técnica e estética. Ao experimentar uma narrativa ao mesmo tempo complexa, afetuosa e poética, não há como abstrair a crise dos paradigmas reducionistas, a crise das percepções e a aridez emocional ou a crise das fórmulas aplicadas às rotinas estéticas da narrativa (MEDINA, 2003, p. 49).

Trata-se de uma iniciativa de fomento à aspiração de uma narrativa contada de forma sutil, afetuosamente comunicativa e iluminando no caos alguma esperança do ato criador. Segundo a autora, o jornalista, “um mediador social dos discursos da atualidade” (MEDINA, 2003, p.34), deve experimentar, pesquisar e encarar o desafio de narrar o cotidiano munido de um pensamento complexo, afetuoso e poético. E o melhor momento de ensiná-lo é durante o curso de graduação, ou até de pós-graduação. O “empobrecimento técnico-ético-estético dos ambientes empresariais não proporciona condições de aperfeiçoamento ao estudante ou ao estudioso da linguagem dialógica. Daí a oportunidade da pesquisa no ambiente universitário” (MEDINA, 2003, p. 36).

Esta investigação encontra no trabalho de Cremilda Medina a confirmação de que é possível “humanizar as fórmulas que constituem as técnicas da inércia profissional, na vitalidade do cotidiano anônimo”, e se vê na obrigação de despertar a consciência do jornalista para enfrentar cada vez mais a complexidade ao mesmo tempo “ética, técnica e estética” da narrativa jornalística (MEDINA 2003, p.35).

Desta forma, Medina (2003, p. 51) sugere a pedagogia de um novo Jornalismo, ao qual esta investigação une seus preceitos. Um Jornalismo que “seduz os mediadores sociais para se deslocarem da passividade das técnicas adquiridas para a ação complexa, solidária e inovadora no ato de relação com o outro e com o mundo”, como forma de combate à assepsia de ideias nas redações, aos significados óbvios e conservadores difundidos, e à narrativa “desumanizada, preconceituosa e estática” predominante na imprensa contemporânea, e grande responsável pela simplificação da temática ambiental, e do tratamento da natureza dentro de um conceito maniqueísta - ora catastrófica, ora romanesca e deslumbrante.

Já existem evidências do leitor, ouvinte, telespectador ou internauta que anseia por explicações sobre o mundo que se tem vivido, por “uma abordagem mais profunda da notícia, uma avaliação de seus efeitos, um entendimento de suas causas, uma visão

de como reagem aqueles que sofrem a ação dos fatos” (VICCHIATTI, 2005, p. 88). Medina (2003) complementa, ao escrever que,

os leitores rejeitam as cargas conceituais, os quadros puramente estatísticos, as teses ou as informações dogmatizadas. Manifestam claramente a preferência pela informação humanizada, vivida, exemplificada na cena cotidiana e protagonizada pelos heróis da aventura contemporânea (MEDINA, 2003, p. 53).

A exposição à arte (música, teatro, cinema, fotografia, escultura, arquitetura), como pressupõe Medina (2003, p. 63), ensinaria a inserir sutileza na relação com o humano ser – “um ético deslocamento do signo autoritário para o signo dialógico”. A exposição à Literatura, segundo Vicchiatti (2005), agiria “na formação do esquema mental”, diretamente no processo criativo e sensitivo do jornalista, o ensinaria a organizar o texto sobre a vida, numa nova tentativa de literaturizar o Jornalismo.

As literaturas e outras expressões artísticas exibem surpreendente competência: narrar para tentar compreender o mundo à volta no ato lúdico ou na linguagem onírica. (...) O artista se integra ao sonho coletivo, mas procura nele alguma verossimilhança com a realidade; o autor de narrativas, cuja referência é a realidade, se defronta com os mistérios do imaginário. Tanto um, na fantasia emancipatória, quanto outro, no rigor e fidelidade realistas, criam uma narrativa autoral, única na poética e nas referências ao mundo concreto. O diálogo com esse mundo se manifesta no cotidiano, na arte e na ciência (MEDINA, 2003, p. 34).

Medina (2003) sugere ao jornalista mudar o foco de percepção do cotidiano de sujeito-objeto em sua narrativa, e assumir a relação sujeito-sujeito, de forma que, ao narrar o cotidiano, o desassossego mundano fosse atenuado e afetos ao planeta inquieto aflorariam, a fim de se propagar o “viver verdadeiramente e o viver melhor” (MORIN, 2010).

Este pensamento parece ter sido resgatado de meados do século XX, dos apontamentos de Antônio Olinto, que defende a proximidade entre Jornalismo e Literatura, dentre vários momentos, particularmente no de criação do texto, quando o autor transplanta para o papel as necessidades diárias que o homem sempre teve: “de amor, e conforto, de alimento, de aplauso, de justiça”. A obra de arte “sai desse mesmo bojo informe em que se plasmam os ódios, as vitórias, as alegrias, os êxtases, os fracassos” (OLINTO, 2008, p. 27).

Não se discute que o discurso jornalístico que se constrói por meio das palavras e da linguagem, e por isso é meio de comunicação, é porta-voz da verdade dos fatos e deve estar, irremediavelmente, conectado à realidade. Contudo, esta característica

básica do texto jornalístico não deveria impedir que o repórter construísse sua matéria de forma criativa, inovadora, nem o Jornalismo de publicar bons textos, com um satisfatório trabalho estético de linguagem, comprometido com a singularidade e a universalidade dos fatos. Para Olinto, caberia ao repórter o livre acesso aos recursos literários para fazer emergir do cotidiano mundano toda a dramaticidade que dele é inerente.

Nos dias atuais, o uso da *mímesis*¹, da *alegoria*², da *metáfora*³, da *paráfrase*⁴, da *polissemia*⁵, recursos que buscam conferir veracidade aos fatos narrados, também são uma opção à narrativa jornalística literaturizada. “O texto informativo é discurso e sua recorrência à metáfora, à *mímesis* e a outros procedimentos do jogo da linguagem é constante” (BORGES, 2013, p. 155). Segundo Borges (2013), “levar os dispositivos teóricos do discurso para os embates sobre as enunciações acerca da realidade do mundo é ampliar o espectro da discussão, não desvirtuá-la”.

O Jornalismo, mesmo com a obrigatoriedade de manter-se fiel aos fatos, tem-se permitido avanços lentos, mas preciosos, em direção à utilização de elementos da Literatura. Segundo Vicchiatti (2005, p. 85), dos textos frios, tecnicamente corretos, os profissionais de imprensa têm partido “em busca de maior identificação com o leitor, recheando informações com histórias de vida, trazendo emoção e sentimentos para revelar o colorido dos fatos cotidianos”.

No artigo “O real e o poético na narrativa jornalística”, Jorge Ijuim (2010, p. 117), explica que o controverso diálogo entre Literatura e Jornalismo é antigo, duradouro e válido. “Controverso porque o pensamento cartesiano e a visão positivista se encarregaram de delimitar e disciplinar campos que – a exemplo da literatura e do jornalismo – necessariamente, não têm de estar isolados”. Convencionou-se, então, de forma não consensual, que a criação literária encaminhar-se-ia para o essencial humano, enquanto a atividade informativa apontaria mais para o efêmero, o passageiro, o

¹ A *mímesis* é um conceito da poética clássica e que designa estratégias empregadas no texto para emprestar verdade ao narrado (BORGES, 2013, p. 141).

² A *alegoria* representa uma ampliação da *metáfora*, literalmente significa ‘dizer o outro’, ou seja, de outra forma, de forma alternativa. *Alegoria* é também uma interpretação e uma tradução do mundo, mas mediante elementos que causam estranheza, repulsa, riso, piedade (BORGES, 2013, pp. 158-59).

³ A *metáfora*, enquanto figura consiste em um deslocamento e em ampliação do sentido das palavras; em sua explicação deriva uma teoria da substituição (RICOEUR 2005, p. 9, apud BORGES, 2013, p. 149).

⁴ A *paráfrase* é um exemplo de intertextualidade. Acontece quando há uma referência explícita ou implícita de um texto em outro.

⁵ A *polissemia* é o que há de novo no discurso. O que ele traz de original, que pode ser outra forma de expô-lo ou simplesmente uma recusa em aproveitar o que já foi dito. Em termos simples, seria a ocorrência linguística demarcada pelo fato de uma palavra assumir diferentes significados em função do contexto.

circunstancial. De outro modo, “a literatura se orienta para o importante e a informação jornalística para o urgente” (VAZQUEZ MEDEL, 2002, p. 18, apud IJUIM, 2010, p. 117). Numa fragmentação do conhecimento, que segundo Edgar Morin (2010), só serviria aos técnicos, e não para compreender a condição humana neste planeta.

Pressupõe-se ser infinitamente enriquecedor para o jornalista ver a Literatura como um modelo estético para seus textos, mas não apenas isso. O Jornalismo vai além da técnica e a Literatura pode, também, “ser uma fonte de abastecimento”, na medida em que possibilita ao profissional “um maior contato com o mundo, com suas realidades e seu imaginário” (DUARTE, 2001, p. 11 *apud* VICCHIATTI, 2005, p. 89). São justamente os livros que leu e “as vivências enriquecedoras da fantasia e da imaginação” que provavelmente darão sabor aos textos que o jornalista escreverá, que o ajudarão a redimensionar e transpor os limiares de sua narrativa, sem, no entanto, perder de vista o que Vicchiatti (2005, p. 89) chama de “função básica do Jornalismo”, qual seja, informar com a maior precisão possível.

Olinto (2008, p. 91), por sua vez, assinala o quanto pode ser importante para a vida do homem moderno este compromisso do jornalista em produzir um texto informativo, profundo e inter-relacionado, atrelado ao trabalho estético, sensível, criativo com a linguagem, cujo resultado ajudaria o indivíduo a ter “uma visão geral da vida, uma explicação para as transformações sociais, e a criação de uma consciência de posição no universo”. Para o ensaísta, ao assumir tal compromisso,

O jornalista luta pelo esclarecimento de todos. Vai ao fundo mesmo das coisas, descobre a beleza de cada madrugada, a revolta de todos os fracassados, o amor de um adolescente, o silêncio do quarto de um morto, o brilho de uma onda contra o sol. Descobre apenas o que está aí, diante dos olhos de todo mundo, mas que pouca gente vê. Sua luta é um descerrar, um abrir de cortinas, para que seu companheiro, o homem de cada dia, veja o que está sob as aparências casuais da paisagem. Para empreender essa caminhada, para atingir o íntimo dos homens, é preciso, primeiro, que o jornalista tenha consciência de sua posição. Saiba que a voz que lhe sai dos lábios, não existe apenas para sua alegria. É um patrimônio comum a todo homem. Sua voz deixa de ser sua para pertencer à sua época e à posteridade (OLINTO, 2008, p. 91).

As limitações objetivas do Jornalismo ao estilo e à linguagem podem resultar numa técnica-padrão como querem os críticos, que só veem nos veículos tênues possibilidades de conciliar o talento com a padronização. “Mas, por paradoxal que pareça, essa contradição não anula a liberdade criadora” (BAHIA, 2009, p.104) e pode servir de inquietação ao jornalista, a fim de que ele não se acomode ao mais fácil, ao

superficial, à rotina desprovida de humanização, que afasta das redações o olhar mais sensível do repórter que sai às ruas em busca de histórias da vida real. Histórias que, o jornalista Marcos Faerman dizia que deveriam ser ouvidas com o coração e escritas como se o “outro” fosse, vestindo sua pele e emprestando-lhe sua voz autoral, pensamento que o levou a concluir na apresentação do livro *Violência e Repressão* (1978) que o “jornalismo humanista humaniza quem o escreve e quem o lê”.

Neste bojo da discussão, é importante que se tenha consciência de que o fazer jornalístico como processo de significação e ressignificação exige observação, percepção, reflexão e expressão de mundo. Segundo Ijuim (2014, p.3), se faz indispensável compreender que “o jornalismo, como um ato de comunicação, surgiu exatamente por esta capacidade dos humanos de criar sistemas que lhes permitam compartilhar informações, pensamentos e ideias. Portanto, sim, o fazer jornalístico é uma ação humana”.

O jornalista pode dar colorido à narração jornalística, utilizando-se da Literatura, da visão humanística, da estética verbal e da vivência artística. Dessa forma, verá, que continuará informando, com o mesmo profissionalismo, mas, acima de tudo, com humanismo (VICCHIATTI, 2005).

As narrativas jornalísticas desumanizadas, lineares e estáticas, predominantes no Jornalismo brasileiro, limitadas, geralmente, ao *lead*, exibem culturas coisificadas. “É preciso abandonar o conforto das fórmulas engessadas nos manuais jornalísticos e ir ao mundo para viver o presente, as situações sociais e o protagonismo humano” (MEDINA, 2003, p. 40).

(...) a crise da percepção coisifica a consciência humana e perturba profundamente as visões de mundo, que se presentificam nas narrativas. Paradigmas abalados, conflitos culturais e desumanização de cosmovisões sacodem as certezas técnicas e tecnológicas da comunicação social assim como dos demais atos de relação entre os homens (MEDINA, 2003, p. 49).

O relato jornalístico humanizado pode sensibilizar e ampliar a compreensão dos leitores sobre a realidade na qual estão inseridos, além de se tornar uma ferramenta de divulgação das ações humanas para a construção de uma sociedade igualitária. A intenção, no caso de um Jornalismo mais sensível, é aproximar as pessoas de uma realidade que nem sempre conhecem e, por isso, com a qual não se preocupam. A descrição, a apuração detalhada nesse caso, seria feita com o intuito de inquietar e suscitar informações em uma comunidade, a fim de explicitar os conflitos que a raça

humana tem enfrentado. Sem estereótipos ou preconceitos. Medina (2003) complementa:

De certa forma a ação coletiva da grande reportagem ganha sedução quando quem a protagoniza são pessoas comuns que vivem a luta do cotidiano. Descobrir essa trama dos que não têm voz, reconstruir o diário de bordo da viagem da esperança, recriar os falares, a oratura dos que passam ao largo dos holofotes da mídia convencional (...) Contar uma boa história humana, afinal, é o segredo da reportagem (MEDINA, 2003, p. 52-53).

Iluminado na percepção da vida em sua dimensão humanamente complexa, o Jornalismo, por meio de suas reportagens, pode trazer à tona informações capazes de modificar os rumos da sociedade. Dessa forma, na medida em que as ações são executadas pelos personagens da vida social, elas refletem interesses de determinados grupos da sociedade, executados pelos personagens individuais e coletivos, como ressalta Lima (2004).

Uma reportagem ancorada na sensibilidade, na força e na fragilidade humana pode trazer ao conhecimento da comunidade algo que a mobilize, que a inquiete. Sabe-se que para conseguir tal intento é preciso transpiração e esforço intelectual. Por isso, para que o processo de transformação tenha início, é preciso contar uma história, produzir uma reportagem, que reflita o ser humano em sua essência, com seus problemas ou soluções. Edvaldo Pereira Lima (2004) apregoa que só se consegue esse efeito, enquanto jornalistas, quando se sai a campo e interage, como seres humanos, com os personagens da vida real. Não quando se limita a entrevistar pessoas pelo telefone ou pela internet, nem quando só se escreve condicionando o texto a um formato limitado de *lead*.

Segundo o autor, o ofício do repórter que vai às ruas e coloca à prova a concepção teórica que aprendeu, de um lado, e de outro sua sensibilidade, registra “um encontro visceral com a realidade” (LIMA, 2004), cujo resultado é uma narrativa jornalística humanizada capaz de alcançar um nível enriquecedor, de envolver o leitor e o conduzir a um novo patamar de compreensão do mundo que o rodeia, e tanto quanto possível, de si mesmo, e de seus semelhantes.

Pelo exposto, justifica-se, nesta pesquisa, a busca por um repórter que tivesse um perfil direcionado à produção de suas reportagens com profundidade, amplitude e humanização. Um repórter que abraçasse as causas ambientais, mas que ainda assim reconhecesse “a necessidade de observar e revelar detalhes que não impliquem apenas visão unilateral” (CRUZ, 2014a).

O jornalista que usa suas impressões durante o relato sensível de uma realidade pode encontrar o aconchego de um coração atento e disposto a ajudar, a se mobilizar. Barros (2001) lembra que o repórter não deve se humanizar somente durante a narrativa. Ela defende que o jornalista seja humano em tempo integral. Não se trata de usar a sensibilidade para impressionar, para criar apenas uma sensação momentânea (sensacionalismo). No entanto, a linha é tênue, é preciso cuidado, responsabilidade.

O jornalismo humanizado produz narrativas em que o ser humano é o ponto de partida e de chegada, o que supõe que este fazer começa antes da pauta, na consciência do ser jornalista. Na procura pela essência dos fenômenos, o jornalista pode atribuir-lhes significados, sentidos, e proporcionar ao público, mais que a explicação, a compreensão das ações humanas. Mas para isso, em sua relação com o mundo, o jornalista precisa esvaziar-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir (IJUIM, 2014, p. 14).

Consequentemente, “sua narrativa será a organização do que está disperso, com as ligações do que está desconexo, rica em contexto que possa esclarecer, proporcionar compreensão”. Sua narrativa adquiriria um caráter emancipatório, pois, de “forma humanizada, seu ato é humanizador” (IJUIM, 2014, p.14).

É nesse contexto de mudanças, ressignificações e adaptações que se configura, hoje, o Jornalismo Literário, uma manifestação discursiva híbrida, autônoma, confiável, fruto da instigante relação entre Jornalismo e Literatura. Não se trata de uma especificidade noticiosa sobre Literatura, livros e autores “não é ficção, invenção ou história baseada (apenas baseada em fatos); não é masturbação lingüística; nem válvula de escape para artistas frustrados. Nada disso” (VILAS BOAS, 2007, p. 9). Ver-se-á a seguir o que é então.

1.2 JORNALISMO LITERÁRIO

A direção no tratamento teórico do Jornalismo Literário, que se propõe hoje, no entanto, segue para a discussão, como detectado por Gustavo Castro (2010, p. 6), “da própria noção de informação, que amplia seu espectro, deixando de ser matematizada (...) para ser multifocal e complexa”.

Na avaliação de Castro (2010), se todo jornalista pudesse ficar em casa escrevendo ou se tivesse o espaço e a liberdade do jornalista literário, como o americano Joseph Mitchell, na revista *New Yorker*, seria o ideal, mas enquanto isso não é possível, já que tem de narrar de acordo com a linha do veículo em que trabalha ou o que o

mundo lhe pauta, que seja com criatividade, emoção e sensibilidade. A criatividade, a emoção e a sensibilidade foram destituídas do texto jornalístico sem direito a defesa, ao contrário, qualquer coisa que aponte nesta direção é logo taxada de sensacionalismo e ponto final. O autor destaca a necessidade de um divisor entre o que é sensacionalismo e o que é sensibilidade, emoção, delicadeza e poesia.

O impasse entre fazer Jornalismo sensacionalista e escrever com emoção seria solucionado pela questão ética, que segundo Juarez Bahia (2012, p. 21) está “na razão direta da própria ética da sociedade. É essencial para todos.” Em Travancas (2011, p. 132), “comprometimento parece ser a palavra-chave para entender o significado da ética profissional” dos jornalistas, trata-se, enfim, de assumir a ideia de compromisso do jornalista como uma função social.

O primeiro lugar de onde se ouviu falar em objetividade na imprensa foi nos Estados Unidos, no início do século XIX. De lá, essa concepção passou para a Europa e também chegou ao Brasil. Mas esse não foi um processo simples, nem aconteceu pelas mesmas razões em cada lugar.

Até 1830, nos Estados Unidos, os jornais que ali circulavam eram propriedade de alguns homens, os *printers* (ou impressores), donos dos aparatos de impressão e patrocinadores de todo o processo de produção do jornal. Era a voz deles que valia, e seus interesses eram claramente identificados nos textos jornalísticos. Embora fossem eles que bancassem diretamente seu negócio, a manutenção da verba só era possível por causa de colaborações provenientes do mundo político. Quase sempre, o jornal era vinculado a algum tipo de atividade política, servindo como porta-voz de grupos, partidos políticos e associações (SCHUDSON, 2010).

Com a entrada da publicidade e de anúncios, os periódicos afastaram-se da política tanto financeira quanto ideologicamente e a imprensa ganhou novos contornos. É nessa época que surge a *penny press*, jornais comercializados a um preço irrisório e que, por esse motivo, eram bastante vendidos. O *New York Sun*, primeiro jornal da *penny press*, em poucos meses alcançou uma circulação superior a qualquer outro jornal da cidade. Em dois meses, passou de 5 mil cópias a 15 mil vendidas num dia. Não só as tiragens, mas também, o número de novas publicações aumentou.

Diferentemente da imprensa partidária, os jornais da *penny press* alegavam ser independentes da política e, privilegiando uma cobertura mais voltada à vida social, aproximavam-se da classe média urbana, ao mesmo tempo em que se afirmavam refletores da realidade do mundo. Nesse momento, é possível vislumbrar na imprensa

uma clara separação entre opinião e notícia. Nos textos opinativos, era de se esperar certa carga de subjetividade. Nas notícias sobre os crimes, a vida das pessoas, os eventos da cidade, enfim, sobre o cotidiano, o texto adquiria outras características, aproximando-se de relatos mais objetivos.

A adoção da norma da objetividade não foi uma consequência automática da entrada da publicidade na imprensa. Segundo Michael Schudson (2010), há ainda uma série de fatores morais, econômicos, tecnológicos, legais, culturais, políticos e sociais que contribuíram para que a imprensa americana incorporasse tal valor em sua rotina, fazendo dele um discurso para legitimar a profissão.

Entre as mudanças de ordem tecnológica, o autor aponta os avanços nas técnicas de impressão, razão que permitiu o aumento das tiragens e o barateamento de alguns processos. O país apresentava evoluções em relação ao sistema de transporte; as malhas viária e ferroviária também passavam por melhorias e ampliações. Isso ajudou a distribuição e a circulação dos jornais pelas regiões do país. O telégrafo foi um aparato que impôs à comunicação certos procedimentos objetivos, como a abreviação de palavras, redução de adjetivos e o tratamento mais direto possível. As informações que vinham de outros lugares por meio de agências de notícias via telégrafo eram breves e iam direto ao assunto. Outro argumento de Schudson (2010) tem a ver com a queda no índice de analfabetismo nos Estados Unidos, o que significou um aumento no número de leitores e incentivou o surgimento e crescimento de jornais.

Segundo Sodré e Ferrari (1986, p. 15), o conceito evoluiu de tal forma, que se tornou, no século XX, um padrão universal e um dos elementos primordiais de qualquer reportagem, ainda que nela estivessem presentes a humanização do relato, a narrativização do fato e a estética da linguagem.

Todas essas mudanças e constatações estão relacionadas ao contexto histórico que levou a transformações na imprensa americana desde o início do século XIX, entretanto, Schudson (2010) defende que foi apenas no século XX, depois da I Guerra Mundial, que a objetividade se firmou como norma e ideologia no jornalismo americano, numa reação ao ceticismo em relação aos eventos. O pensamento científico da época aliado às sensações populares posteriores à guerra gerou uma descrença de que os fatos poderiam falar por si mesmos. A nova mentalidade compreendia que era impossível narrar os acontecimentos exatamente da forma como aconteciam, afinal, toda representação descarta a possibilidade de se alcançar o real em sua totalidade. Ser objetivo, então, para os jornalistas, parece ter sido um artifício de proteção ou uma

tentativa de contornar o problema da subjetividade em relação ao mundo da realidade. Sendo assim, ser objetivo não foi uma tentativa de ser imparcial, mas foi uma decisão tomada pelos jornalistas da imprensa da era comercial (e não mais política) em consequência de seu ceticismo em relação aos fatos.

O valor de objetividade entraria na dinâmica de trabalho do jornalista como uma espécie de ritual a ser seguido sempre, por todas as instâncias na redação, desde o repórter ao editor. O seguimento metódico do ritual da objetividade teria a função de neutralizar potenciais ameaças ao trabalho jornalístico, tais como o cumprimento dos prazos, as críticas, as reprimendas dos superiores e os processos de difamação.

É importante destacar que, embora reconhecida como um valor importado da imprensa americana, a objetividade e as outras técnicas trazidas dos Estados Unidos só puderam ser aplicadas nos jornais brasileiros porque houve todo um contexto propício para tal. As reformas jornalísticas dos anos 1950, embora pareçam resultado do trabalho individual de alguns veículos e de poucos homens, só ganharam tamanha dimensão já que, concomitantemente, existiam razões de ordem econômica, mudanças na mentalidade, entre outros fatores, que serviram de apoio à chegada das novas técnicas.

A objetividade no Brasil é retratada pela adoção de novas práticas que foram enfraquecendo a maneira tradicional de se fazer Jornalismo. O “nariz de cera”, típico dos jornais antigos, era uma forma de introduzir a notícia de forma prolixa, sem tratar diretamente do fato, havendo espaço para divagações. A técnica americana do *lead* propunha a construção de um primeiro parágrafo sintético, capaz de responder, objetivamente, às perguntas – Quem? Fez o que? Quando? Onde? Por que? E Como?.

Muitos escritores e jornalistas acreditam que o Jornalismo contemporâneo necessita de uma reforma. Certamente um dos operadores dessa reforma será a capacidade de abertura paradigmática orientada no sentido de incorporar horizontes diversos, com discursos, propostas e objetivos (CASTRO, 2010).

E a própria história do Jornalismo tem mostrado a constante evolução das técnicas de trabalho na área.

Levantaram-se os limites do jornalismo informativo, do jornalismo interpretativo e se discutiram as vantagens do jornalismo puramente opinativo. Com tudo isso, se cria uma dialética dos meios em que cada momento posterior retoma o anterior e o redimensiona numa técnica de trabalho mais apurada (MEDINA, 1982, p. 131).

Nesse contexto, a complexidade temática que o Jornalismo Literário pressupõe atualmente precisa se estender para “práticas de apuração, engrenagens narrativas, estratégias de enunciação e apresentação de personagens e ousadias discursivas que contemplem as contribuições da literatura e do jornalismo” (BORGES 2013, p. 196).

O Jornalismo Literário a que esta dissertação se refere se alimenta de toda a riqueza enunciativa que ainda sobrevive das influências literárias, mantém “certas características ao longo do tempo”, e apresenta “modificações substanciais em relação à fase anterior ao processo chamado de desliteraturização da imprensa escrita” (BORGES, 2013, p. 212), a partir de meados do século XIX.

Na conceituação de Edvaldo Pereira Lima (2004), o Jornalismo Literário se trata de uma modalidade de prática da reportagem de profundidade, “que utiliza recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) Literatura”. No seu desenvolvimento norte-americano, esta modalidade prática foi também influenciada pela Sociologia, que lhe trouxe a técnica de captação conhecida como observação participante, hoje disseminada pela reportagem em várias partes do mundo, inclusive no Brasil.

Segundo Lima (2004), são traços básicos do Jornalismo Literário a imersão do repórter na realidade, a voz autoral (e o conseqüente abandono da postura imparcial), o estilo, a precisão de dados e informações, o uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão (ou contextualização) e humanização. Argumenta o autor, que o Jornalismo Literário abrangeria distintos formatos narrativos, como o perfil e a reportagem temática. Pode ser aplicado também à produção de narrativas de viagem, biografias, ensaio pessoal dentre outras narrativas.

Lima (2004, p.87-88) preceitua ainda que é essencialmente na etapa da captação que o Jornalismo Literário pode mostrar toda sua potencialidade discursiva. Na possibilidade de cumprir uma pauta “preparada com alcance e visão integral”, que consideraria além das informações de tempo e local, os personagens, os objetivos, os problemas e os conflitos gerados pelo assunto. É neste momento que se faria útil a visão holística sobre a relação entre meio ambiente, sociedade e ser humano. Uma visão que consideraria na construção da narrativa, a realidade e os problemas enfrentados de forma interligada e interdependente. Seria o mesmo que compreender que,

A escassez dos recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais

importante da era pós-guerra fria. Em última análise, esses problemas precisam ser vistos, exatamente, como diferentes facetas de uma única crise, que é, em grande medida, uma crise de percepção. Ela deriva do fato de que a maioria de nós, e em especial nossas grandes instituições sociais, concordam com os conceitos de uma visão de mundo obsoleta, uma percepção da realidade inadequada para lidarmos com nosso mundo superpovoado e globalmente interligado. Há soluções (...) Mas elas requerem uma mudança radical em nossas percepções, no nosso pensamento e nos nossos valores (CAPRA, 2006, p.23).

O Jornalismo sobrevive da “capacidade de mediar a realidade, firme no compromisso de não deturpá-la, de não distorcê-la, de dar sobre ela um panorama o mais amplo e definitivo possível” (BORGES, 2013, p. 177). No entanto, há mais de um século, segundo Borges (2013), que estudos da área provam que o Jornalismo está longe de ter imunidade quanto a possíveis deturpações, que sofre os riscos das distorções e da falibilidade como qualquer produção humana e precisa se reinventar quando o que está em risco é a qualidade da informação e seu papel de formador de opinião, ainda que inicialmente a resistência prevaleça.

O jornalismo e seu reconhecido papel social, ator importante no processo de formação da opinião pública e que traz consigo uma carga simbólica que o liga ao que acontece – de verdade – no mundo, estão sujeitos a tais perigos e procura encontrar estratégias e procedimentos que lhe forneçam proteção e confiabilidade (BORGES, 2013, p. 178).

Na tentativa de reelaborar e reordenar a realidade, o jornalista se expõe ao perigo de adotar um pensamento e uma postura improdutivos, a partir de “uma constatação fácil, porque é inerente ao ser humano o olhar crítico e cobrador sobre as imperfeições de seus semelhantes e da existência” (LIMA, 2004, p. 321-322). Se esconde na raiz da postura improdutiva “uma dose de determinismo e um reducionismo na visão da realidade, mediante os quais se adota a posição de negação da realidade, como forma de combatê-la, sem, no entanto, trabalhar-se construtivamente uma alternativa de substituição” .

O resultado dessa postura no trabalho jornalístico seriam matérias críticas, com mensagens ácidas, pessimistas, que não propõem solução aos conflitos apresentados, não assumem nenhuma verdade possível e ainda “conduzem o leitor a um estado de ânimo depressivo” (LIMA, 2004, p. 322).

A ótica escolhida pelo jornalista ao encarar a problemática socioambiental, e transformá-la em narrativa do cotidiano, determinará “o enquadramento da questão sob um nível improdutivo ou produtivo” (LIMA, 2004, p. 322), interferirá no modo como o

público compreenderá a magnitude das variáveis implicadas nos fenômenos percebidos da realidade e direcionará o ser humano para a posição que deveria assumir diante do meio ambiente e do futuro do planeta.

Tudo isso, porque

É no mundo mundano que a mídia opera de maneira mais significativa. Ela filtra e molda realidades cotidianas, por meio de suas representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum (SILVERSTONE, p. 12, 2002).

Essa é uma reflexão que se faz indispensável em se tratando de teorizar o Jornalismo Literário, em razão deste discurso híbrido situar-se numa “zona fronteira em que a principal função do jornalismo poderia estar sob risco por conta de possíveis influências exacerbadas da literatura e de seu espírito criativo sobre o discurso da informação” (BORGES, 2013, p. 178-180). Não são poucas as recomendações para quem deseja se dedicar ao universo do Jornalismo Literário visto como um tema controverso “em razão da mudança das características da práxis da imprensa escrita na construção de seu discurso”.

Argumenta-se nesta investigação, a favor do Jornalismo Literário como discurso alternativo ao caminho tomado pelo Jornalismo hegemônico, ou tradicional, ou convencional, e contra o preconceito sofrido por aqueles profissionais das redações que, por adotarem as experimentações discursivas envolvendo Jornalismo e Literatura, são vistos como “estilistas da linguagem, saudosistas, talentos reconhecidos”, mas que não se enquadram à rotina das coberturas noticiosas, em que se presume valer mais a agilidade que a habilidade na elaboração de bons textos. Profissionais, que segundo Borges (2013, p. 180) são chamados de “*outsiders*, literatos ou excêntricos”. O autor deixa claro que o discurso híbrido e autônomo do Jornalismo Literário não coloca em risco, ao contrário do que se pressupõe, a característica e o maior bem simbólico do chamado Jornalismo tradicional, que seria a credibilidade.

Borges (2013, 183) reforça que o Jornalismo Literário, na acepção de um “discurso detentor de alteridade suficiente para fissurar regras e técnicas rígidas, tem esse espírito de avanço, num elogio à amplitude da informação, à sua contextualização mais dinâmica e menos óbvia”.

Não se trata de qualificar como Jornalismo Literário reportagens de conotação emocional recheadas de clichês, de uma literatura contestável, organizadas sem a

presença do *lead* e com pequenos apetrechos linguísticos e estilísticos, pela simples razão de não estarem dentro da norma da chamada “pirâmide invertida”, em que as informações mais importantes são concentradas nos dois primeiros parágrafos, com linguagem direta, objetiva, sem floreio algum.

Segundo Borges (2013), rebuscar, ou florear uma matéria não a torna literária, equívoco que é estimulado pela crença de que o Jornalismo Literário deva respeitar as mesmíssimas práticas e teorias do Jornalismo convencional. O Jornalismo Literário deve relatar o que aconteceu, mas seu viés literário permite que, embasado nos fatos, “implique acontecimentos não visíveis, mas prováveis a partir do que é visível; não inventados, mas deduzíveis a partir do que foi testemunhado; não absolutos, mas pertinentes, ainda que relativos” (BORGES, 2013, p.190). Contudo, o Jornalismo Literário “não deve ser confundido com criação literária, ainda que haja pontos de contato e convergência” (BORGES, 2013, p. 190).

Os recursos da Literatura e os contratos de leitura específicos do texto informativo, quando retrabalhados em uma aliança discursiva e não apenas somados “como numa equação matemática, têm um potencial excepcional de narrar, descrever, interpretar e aprofundar os acontecimentos, colaborando para a formação de um discurso autônomo e confiável” (BORGES, 2013, p. 191).

O autor propõe que o Jornalismo Literário pode e deve dar um passo adiante, “promover ousadias, buscar licenças no campo literário para que possa se diferenciar num plano que não seja apenas retórico” (BORGES, 2013, p. 192). Na argumentação do autor, o Jornalismo Literário cresce e se afirma em seu estatuto discursivo quando se faz crer por ser verdadeiro e verossímil. Verdadeiro porque honra os preceitos do Jornalismo convencional, mas também por se apresentar “narrativamente verossímil, permitindo-se certo grau de dedução e interpretação – avizinando-se do ato da criação” (BORGES, 2013, p. 200).

É mais fácil, no entanto, compreender o Jornalismo Literário em Borges (2013, p.205) como um discurso “camaleônico”, o que não significa que seja frágil em seus conceitos.

Sua definição apoia-se na transmutação constante, na não conclusão eterna, no jogo de paráfrases e polissemias, na formação discursiva ampla e eclética, na alternância do emprego da metáfora e da descrição fiel na admissão de que é representacional, icônico, simbólico. Ele duvida de sua própria verdade e, agindo assim, vai mais fundo na interpretação do mundo e das pessoas, chegando a camadas que rigores excessivos não permitiriam. A dedução, a vivência e a verossimilhança fazem parte de seu instrumental narrativo, sem culpas, com o firme propósito de informar, mas de uma maneira mais criativa

e até transparente. Aproxima-se, assim, da polifonia romanesca, promovendo um dialogismo mais honesto com quem lê, com o mundo com a estruturação do texto (BORGES, 2013, p. 205).

As gramáticas jornalísticas, cujos princípios são baseados em Comte e Descartes, permanecem em operação nos dias atuais e são colocadas em xeque com os contextos sociais complexos vividos ao longo do século XX e início desse século XXI, desde as grandes guerras, a guerra fria, a bomba atômica e a crise ambiental até as epidemias, a violência urbana e a pobreza. “Todas as pautas da contemporaneidade demandam mais as narrativas autorais densas e tensas do que as promessas de verdade simples e precisas” (MEDINA, 2003, p. 28).

Contudo, essa não é a regra, na análise da autora. “Só alguns espaços de reflexão de cientistas sociais e jornalistas vêm a público trazer fatos, balanços de dados e interpretações que acusam de erro de perspectiva no entendimento dos contextos históricos a sociedade da informação” (MEDINA, 2003, p. 29). Por assim dizer, decifrar a complexidade dos acontecimentos tem sido tarefa de poucos pesquisadores e “jornalistas estudiosos”.

Por fim, a cultura das humanidades, da qual se alimenta o Jornalismo Literário, promotora do pensamento como o capital mais precioso para o indivíduo e a sociedade, pode ajudar a solucionar importantes embates de comunicação entre mídia e sociedade, como, por exemplo, o da questão socioambiental, discutido a seguir.

1.3 JORNALISMO AMBIENTAL

Nos últimos anos, o cenário mundial tem se configurado bastante complexo. O planeta saiu da esfera do conhecimento local e regional e saltou para uma dimensão global. É possível obter informações praticamente simultâneas sobre os mais diversos acontecimentos que envolvem o homem, a sociedade e a natureza pelas redes de comunicação e com o auxílio dos satélites e de toda a tecnologia geoespacial disponível. “Nesse sentido, a comunicação passou a fornecer subsídios para que a humanidade se coloque diante de si mesma numa perspectiva de avaliação de seu passado, da trajetória de seu desenvolvimento e de projeção de seu futuro” (RAMOS, 1995, p. 13).

É nesse contexto que o Jornalismo ganha a função não só de gerar conhecimento, mas de provocar o debate, promover a conscientização, difundir a cidadania ambiental e a mobilização por um viver sustentável e em harmonia com o

ambiente. Este é um exercício inerente à profissão, e que ganha uma carga extra de responsabilidade quando se passa a lidar sob a ótica da temática socioambiental, que impõe questões de caráter múltiplo e contraditório.

Ângelo (2008, p. 33) enriquece o debate ao afirmar que o Jornalismo em meio ambiente pode auxiliar o debate ambiental, demonstrando a interdisciplinaridade dos eventos ecológicos. “Uma matéria que fale de lixo pode ser incrementada com populações que vivem nos bolsões de pobreza, incluindo os lixões e também famílias que conseguem sobreviver graças aos materiais recicláveis”. Se academicamente é mais difícil para um educador trabalhar de maneira holística o meio ambiente e qualquer outra ciência ou evento social, para o jornalismo isto é fundamental.

Está aí a Lei de Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938 de 31/08/81) que em seu capítulo X, artigo 135, reforça o compromisso ao qual o jornalista que se dedica à pauta ambiental deve se engajar:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, no processo educativo formal e não formal.

Parágrafo único: Entendem-se por educação ambiental os processos mediante os quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a proteção ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, Lei 6.938 de 31/08/81).

Em seu artigo 137, a Lei define quais seriam os “princípios básicos da educação ambiental” aos quais o Jornalismo deveria aliar os seus preceitos de formar e informar o público, de forma a criar consciências e mobilizar ações em prol da sustentabilidade ambiental no planeta:

1. o enfoque humanista, democrático e participativo;
2. a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
3. o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, na perspectiva da interdisciplinaridade;
4. a vinculação entre a ética, o trabalho e as práticas sociais;
5. a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
6. a permanente avaliação crítica do processo educativo; (BRASIL, Lei 6.938 de 31/08/81).

Apropriadamente, Ângelo (2008, p. 33) pontua que infelizmente, o que ainda se vê nos meios de comunicação são matérias pouco profundas e sensacionalistas. “Muito se fala sobre extinção, ou mudanças globais, mas, na maioria dos casos, exploram-se

seus efeitos, e muito pouco se informa sobre suas causas”. A matéria ambiental, por ser científica, deve ser mais informativa, precisa, realizar um trabalho de divulgação científica.

A fragmentação dos temas ambientais pela imprensa é vista como o grande problema comunicacional da informação ambiental, pois leva o leitor a pensar que ele não faz parte da temática e está distante das resoluções dos problemas que venham a ocorrer nas geleiras da Groelândia ou com o massacre de cangurus, se estamos tão distantes desses lugares (ÂNGELO, 2008, p. 33).

O jornalista que pretende compreender as questões sociais, econômicas, políticas, educacionais envolvidas com a temática ambiental, e assim superar a fragmentação e a razoabilidade com que o tema tem sido tratado, não pode simplesmente ter um olhar superficial sobre a realidade, precisa compreender suas interfaces e sua cadeia de causas e consequências. Pois, o Jornalismo Ambiental “não pode ser apenas informativo, tem de estar engajado em um modelo de vida sustentável do ponto de vista ecológico e social” (BELMONTE 2004, *apud* VILAS BOAS, 2004, p. 35).

Esta investigação se refere ao Jornalismo Ambiental que, como o saber ambiental, não trata apenas de questões complexas cujas soluções devam partir de tecnologia de última geração, mas que engloba soluções e situações simples, do dia a dia do cidadão, de dimensão local, regional. “Ele tem a ver com o dia-a-dia das pessoas e, na verdade só faz sentido quando as inclui no debate, quando possibilita e promove a sua participação no processo de tomada de decisões” (BUENO, 2007, p. 15).

Muniz (2009) traduz o perigo em que incorre a mídia, particularmente a impressa e a televisiva, ao manter tal posicionamento perante a temática socioambiental.

A abordagem sensacionalista da questão ambiental contribui para gerar indiferença na opinião pública, afastando as pessoas de algo que consideram fora de seu alcance e sem solução imediata; desta forma, cria-se inclusive desilusão e conformismo ante a degradação dos ambientes naturais e das condições de vida no campo e na cidade (MUNIZ, 2009, p 8).

Contudo, precisa-se ser justo com aqueles veículos que, apesar das limitações financeiras e de alcance de divulgação de seu conteúdo, têm feito um trabalho notável e que pode servir de referência aos profissionais que ainda não assimilaram a urgência e a indispensabilidade da temática socioambiental neste início de século:

(...) existem alguns veículos chamados alternativos, como revistas especializadas e agências de notícias ambientais que divulgam a informação ambiental de maneira sistêmica e conjunta, como são os casos das revistas *ECO 21*, *Revista do Meio Ambiente*, *Consciência ambiental* e as agências de notícias *Envolverde*, *Ecoagência*, *Planeta Sustentável*, além de blogs particulares que buscam levar aos leitores uma informação de qualidade e compreensível. Entretanto, por serem voltadas a uma temática específica, não têm um alcance que possa ser considerado ideal, além de viverem com dificuldades, devido à falta de apoio de agências de publicidade. (...) Também podemos citar como boas fontes de material ambiental os webgroups formados por internautas que se preocupam com a questão, como a *Rede Brasileira de Jornalistas Ambientais* (RBJA), a *Rede Caribenha e Latino Americana de Jornalismo Ambiental* (RedCalc), a *Rede Brasileira de Educação Ambiental* (Rebea) e a *Rede Brasileira de Informação Ambiental* (Rebia), todos com mais de 200 membros, que interagem de todas as partes do hemisfério sul, trocando informações (ÂNGELO, 2008, p. 35, *grifos desta pesquisadora*).

Berna (2002) comenta que tamanha dificuldade em difundir a informação socioambiental entre outros agravantes, na verdade, tem sido uma forma de impedir o crescimento e até a manutenção de veículos de meio ambiente, que são estratégicos para a democratização da informação ambiental no Brasil. O que, numa esfera pública, contraria os ideais de justiça e de interesse público, assim como impede o empoderamento do cidadão, que dessa forma deixa de conhecer seus deveres e exigir seus direitos, e conseqüentemente, não intervém conscientemente no meio onde está inserido, nem exerce plenamente sua cidadania. Tal impedimento pode gerar um cenário de perdas homéricas: perdem a natureza e a humanidade.

A fronteira do Jornalismo Ambiental é espinhosa, exige conhecimento, formação e capacidade para lidar com a diversidade de variáveis que formam as sociedades e as organizações complexas. Segundo John (2001, *apud* GIRARDI *et al*, 2006), ainda impera no Jornalismo uma visão fragmentada a respeito de assuntos ambientais, derivada do fato de que a maioria dos profissionais da área não tem formação específica para o tema e em razão das editorias não disporem de um espaço definido para o meio ambiente e nem para uma cultura ambiental.

O Jornalismo Ambiental é uma área repleta de peculiaridades. Logicamente, segue os preceitos do Jornalismo tradicional, mas “reforça a exploração de dados, a apuração, as ligações que envolvem o fato noticiado, suas conseqüências e origens, incorporando, ainda, o olhar ecológico”, que por sua vez, fornece evidências e diagnósticos que ajudam a construir um saber ambiental necessário à vida cotidiana (GIRARDI e SCHWAAB, 2008, p. 18).

Leff (2001) decifra a complexidade do tema quando assume que

Os problemas ambientais são, fundamentalmente, problemas do conhecimento. Daí podem ser derivadas fortes implicações para toda e qualquer política ambiental – que deve passar por uma política do conhecimento –, e também para a educação. Apreender a complexidade ambiental não constitui um problema de aprendizagens do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio (LEFF, 2001, p. 217).

A crise socioambiental do planeta é também uma crise de valores e de percepção, visto que as instituições sociais e a maioria das pessoas na sociedade coadunam com os preceitos de uma visão de mundo obsoleta, que se revela inadequada para o manejo dos principais problemas da época atual – em especial, a crise ecológica global. Tais questões não podem ser entendidas isoladamente; são problemas sistêmicos, estão interligados e são interdependentes, e por esta razão não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentária que é característica das disciplinas acadêmicas e órgãos governamentais. Uma abordagem reducionista não resolverá as dificuldades, apenas limitar-se-á a transferi-las de um lugar para outro na complexa rede de relações sociais e ecológicas. Uma resolução só poderá ser implementada se a estrutura da própria teia da vida for modificada, o que envolverá transformações profundas nas instituições sociais, de valores, e pontos de vista e ideais da humanidade. (CAPRA, 2004, 2006).

É, pois, como previu Guatarri (1989, p. 8-9): não haverá verdadeira “resposta à crise ecológica a não ser em escala planetária e com a condição de que se opere uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais”.

O desafio é grande. Pois, na raiz dos problemas socioambientais existe um modelo econômico, cultural, político e espiritual de apropriação dos recursos naturais que “estimula e valoriza o individualismo, o materialismo, a ganância, deixando atrás de si concentração de renda e poder para poucos e miséria, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais para muitos” (BERNA, 2002, p. 90).

O debate sobre a abordagem da problemática socioambiental pelo Jornalismo amplia as possibilidades de compreensão dos conceitos que envolvem o Jornalismo Ambiental e o próprio fazer jornalístico, seus pressupostos éticos, o caráter público da informação, a cidadania e a necessidade de uma cobertura qualificada, com o emprego do conhecimento especializado para superar a visão fragmentária da realidade (BUENO, 2007).

Diferente dos jornalistas de política, economia, polícia, internacional e mesmo esportes e lazer, o papel desempenhado pelos jornalistas ambientais

ultrapassa os limites da notícia e penetra no campo incerto da educação. Incerto para jornalistas, que não têm, necessariamente, uma formação de educadores, mas acabam contribuindo para a formação de cidadãos “ambientalmente educados”, em suas tentativas diárias de traduzir as Ciências da Vida e da Terra para uma linguagem comum (JOHN, 2001, p. 88, *apud* GIRARDI *et al*, 2006, p. 2).

Nesta perspectiva, segundo Bueno (2007), a pauta, as fontes, o foco da narrativa deverão estar respaldados em um olhar múltiplo e interdisciplinar do repórter, ecologicamente comprometido com a verdade e a exatidão dos fatos. Os acontecimentos precisam ser vistos conectados, os assuntos explicados interligados em todas as editoriais. Por exemplo, uma situação economicamente vantajosa para uma comunidade, pode significar um desastre para o meio ambiente e para a sustentabilidade da vida, como o são a maioria das ações consumistas e de exploração de recursos, tão propagadas pelo capitalismo em toda a sua estrutura mercadológica.

Incorporar ao Jornalismo o olhar socioambiental, atestam Girardi, Massierer e Schwaab (2006), significa transcender a noção de factualidade e proporcionar elementos para a compreensão e contextualização dos acontecimentos. “Assim, é possível reavivar a função social do jornalismo, colaborando para a conscientização ecológica da população” (MUNIZ, 2009, p. 9). André Trigueiro (2005) complementa tal afirmação.

Quando se discute a função social do jornalista, é importante abrir espaço no meio acadêmico para o questionamento pontual e contundente do chamado “movimento de manada”, alienado e insano, na direção do imediatismo, do lucro fácil e rápido, do projeto individual em detrimento do coletivo, da globalização assimétrica (que privatiza o lucro e democratiza o prejuízo), da indiferença à lenta agonia de um planeta que dá evidentes sinais de saturação. É esse “movimento de manada” que nos projeta na direção do abismo sem que haja espaço para a reflexão, para o questionamento do modelo, para a revisão dos conceitos já estabelecidos e que se cristalizam como dogmas de uma fé tragicamente cega (TRIGUEIRO, 2005, p. 1).

Costa (2008) ilumina a questão ao apregoar ao jornalista a indispensável postura unificada entre ética e olhar ecológico, na finalidade maior de “resgatar o sentido da vida e os valores como a integridade e a solidariedade” (COSTA, 2006, p.138). Frome (2006 p. 24), em seu momento, enfatiza a importância da busca pelo “conceito de fé e estética, de beleza e harmonia, juntamente com o elemento essencial da ética” fundamentais em uma carreira jornalística e invariavelmente no trabalho do jornalista ambiental.

O Jornalismo Ambiental pode comprometer-se com a qualidade de vida no planeta e com o efetivo exercício da cidadania, pode engajar-se com a mudança de

paradigmas e enxergar além das aparências, contemplar a informação além de ações isoladas, comumente de caráter mercadológico. É uma atividade que frequentemente deve suspeitar do discurso “preservacionista” de organizações e governos. E ao encarar o desafio de formar e informar, não aceitaria negociar sua credibilidade nem sua razão de ser. Trata-se de um Jornalismo construído a partir de um olhar “politicamente engajado, planetariamente comprometido” (BUENO, 2007, p.36), que em nenhuma hipótese pode se esquecer de seu compromisso “com o interesse do público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate”, nem pode ser “utilizado como porta voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios” (BUENO, 2007, p. 14).

Tratar a abordagem ambiental também na perspectiva humana – portanto social, econômica, política e cultural – tornou-se um desafio para toda uma geração de comunicadores, intelectuais, cientistas e ambientalistas que se encontram vinculados a tais discussões no presente, e certamente também no futuro próximo. Observa-se assim, na atualidade, diante de tão importante desafio, uma forte tendência à utilização, de forma ampla, do termo socioambiental, pois se tornou muito difícil e insuficiente falar de meio ambiente somente do ponto de vista da natureza quando se pensa na problemática interação sociedade-natureza do presente, sobretudo no que concerne a países em estágio de desenvolvimento complexo (MENDONÇA, 2001).

Esta investigação valoriza o termo “sócio” atrelado ao termo “ambiental” para enfatizar o necessário envolvimento da sociedade enquanto sujeito, elemento, parte fundamental dos processos relativos à problemática ambiental contemporânea. Esta evolução conceitual teve na realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente, também denominada Rio-ECO/92, um de seus principais marcos.

O que se pretende de antemão é “qualificar o trabalho do jornalista não apenas para denunciar o que está errado, mas também para sinalizar rumo e perspectiva para a sociedade, através das histórias que conta ou escreve” (TRIGUEIRO, 2005, p. 4). A responsabilidade social atribuída ao Jornalismo precisa propor caminhos para superar a crise ambiental.

A crise ambiental é a crise do nosso tempo. O risco ecológico questiona o conhecimento do mundo. Esta crise apresenta-se a nós como um limite no real, que ressignifica e reorienta o curso da história: limite do crescimento econômico e populacional; limite dos desequilíbrios ecológicos e das capacidades de sustentação da vida; limite da pobreza e da desigualdade

social. Mas também crise do pensamento ocidental: da “determinação metafísica” que, ao pensar o ser como ente, abriu o caminho para a racionalidade científica e instrumental que produziu a modernidade como uma ordem coisificada e fragmentada, como formas de domínio e controle sobre o mundo. Por isso, a crise ambiental é acima de tudo um problema de conhecimento, o que nos leva a repensar o ser do mundo complexo, a entender suas vias de complexificação (...) para, a partir daí, abrir novas pistas para o saber no sentido da reconstrução e da reapropriação do mundo (LEFF, 2001, p. 191).

E em se tratando de narrativizar o meio ambiente, é preciso adotar um novo estilo de Jornalismo. Beatriz Dorneles (2008 *apud* GIRARDI & SCHWAAB, 2006) explica melhor:

(...) precisamos pensar não só em manter a população informada sobre os acontecimentos, especialmente sobre a ação dos homens na natureza e seus efeitos, mas porque também precisamos educá-la para que, vivendo em democracia, possa se organizar e se mobilizar para exigir ações que levem em consideração o futuro de nossos filhos e netos e de toda nossa geração (DORNELES, 2008, *apud* GIRARDI & SCHWAAB, 2006, p. 43).

A função do Jornalismo é complexa, trata-se de um conjunto de referências que vai do esmiuçamento dos fatos à organização e inteligibilidade da notícia. Segundo Bahia (2012, p. 104), o jornalismo produz, “além da notícia, o divertimento, a promoção, a educação, a atualização, a cultura e a orientação pública – num contexto de vida comunitária local, nacional e internacional”, esclarece questões ideológicas, políticas e sociais. Daí a necessidade de uma narrativa jornalística literaturizada, ética e estética, tão complexa, global e articulada, quanto a própria realidade vivida pelo homem neste início de século. O pensamento e o texto linear, reducionista, não abarcariam mais o mundo como o jornalista tem insistido em narrar.

É neste sentido que esta pesquisa investe no Jornalismo Literário, sobretudo, como meio de adquirir um conhecimento mais profundo dos fatos ocorridos, capaz de estar em todas as seções do jornal, possível de ser utilizado como um recurso a mais a favor do leitor para a compreensão do fato narrado, particularmente para tratamento da temática socioambiental.

A proposta de conexão entre o Jornalismo Literário e o Jornalismo Ambiental se faz presente neste estudo pelo trabalho engajado do repórter, imerso na realidade, comprometido eticamente e esteticamente com a informação e com seu público. A temática ambiental é diversa, ampla, complexa, e exige um papel muito maior do profissional do Jornalismo do que a mera tradução de discursos, exige compreensão, análise, precisão. “O jornalismo ambiental cumpre uma função pedagógica, integra o

processo global da chamada educação ambiental, e, portanto, é necessário que o repórter esteja disposto a contribuir para isso” (BUENO, 2007, p. 52).

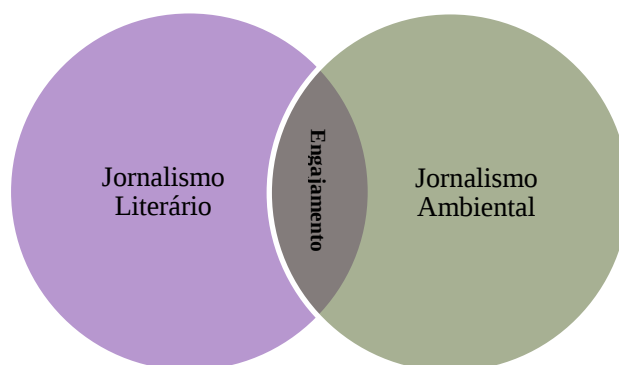


Figura2 – Esta figura, criada por Ana Carolina da Silva Monteiro, sugere que a produção da reportagem ambiental nos moldes do Jornalismo Literário se concretizaria a partir de uma atuação imersiva, engajada à realidade e proativa do repórter.

Em Muniz (2009, p. 10) o jornalismo ambiental, ou ecojornalismo,

(...) deve estar comprometido com uma perspectiva crítica, capaz de contextualizar as questões ambientais, politizar o debate e oferecer alternativas para o enfrentamento da grave crise ambiental que vive nosso planeta; (...) Ademais, noções clássicas do jornalismo como imparcialidade, neutralidade e objetividade são completamente redefinidas, se não banidas de uma só vez, pela prática do ecojornalismo.

Adotou-se nesta investigação chamar de engajamento ao compromisso responsável, consciente e social do jornalista, ou *advocacy*, nas palavras de Michael Frome (2008).

O jornalismo de *advocacy* é um jornalismo aberto e honesto, sem portas fechadas. Ele serve aos interesses da natureza e humanidade, dádivas de Deus, ao invés dos interesses daqueles que as exploram e lucram com elas. Ele se centraliza na integridade e criatividade do jornalista (FROME, 2008, p. 16).

Para Carlos Vicchiatti (2005), defensor do engajamento do jornalista, o Jornalismo pode contribuir para o fomento da “capacidade potencial do indivíduo em construir, com as outras forças da existência, uma realidade psico-sócio-ecológica mais condizente com o propósito de evolução da vida inteligente, nesta porção do universo” (VICCHIATTI, 2005, p. 29).

Da palavra engajamento depreende-se a situação “de quem sabe que é solidário com as circunstâncias sociais, históricas e nacionais em que vive, e procura, pois, ter consciência das consequências morais e sociais de seus princípios e atitudes” (FERREIRA, 2009, p.753). Assim se apresentaria o repórter engajado, balizado pela ética da responsabilidade, de Max Weber (1864-1920), que além de se guiar pela lógica “meios-fins”, funda-se na ideia de que as consequências das ações devem ser atribuídas aos seus agentes. Ao engajamento do jornalista estariam atreladas suas decisões de interferir ou não, e de como o fazer, perante a realidade social da qual faz parte, e sobre a qual constrói sua narrativa cotidiana.

Ijuim (2009) trata do comprometimento social do jornalista ao se referir à responsabilidade social inerente à profissão. O autor busca Paulo Freire e sua obra *O Compromisso do profissional com a sociedade* como referência para tratar do assunto.

(...) o compromisso proposto não pode ser encarado como uma abstração, mas algo assumido por uma decisão lúcida, no plano concreto. O ato comprometido pode ser assumido quando compreendemos a natureza do ser que é capaz de se comprometer. Dessa forma, “a primeira condição para que um ser possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir.” (FREIRE, 1983, p. 16 *apud* IJUIM 2009, p. 34).

Petrarca (2007, p. 159) afirma que o próprio compromisso social do jornalista é fruto da relação muito estreita que existe entre compromisso profissional e engajamento, e a Academia tem um papel muito relevante neste sentido, uma vez que fornece “elementos instrumentais para a ação na realidade social”.

A própria importância atribuída ao curso de jornalismo e à universidade está relacionada à capacidade da faculdade promover o engajamento, uma vez que o jornalismo não deve estar distante da sociedade e a universidade proporciona essa reflexão. A universidade ensina a técnica, mas também a crítica, pois “é a universidade que abre a cabeça” (...) O curso de jornalismo permite o entendimento da realidade, do comportamento crítico e da compreensão da sociedade. Isso indica uma visão militante da universidade e do próprio jornalismo. (...) A formação escolar e acadêmica serve como um uso instrumental, sua valorização está diretamente voltada à possibilidade de oferecer subsídios para atuar tanto em defesa da sociedade, como em defesa do próprio jornalismo (PETRARCA, 2007, p. 158-159).

Não se trata de confundir o necessário engajamento jornalístico do repórter com militância cega, fanatismo, radicalismo ou partidarismo político. Este pensamento estereotipado do jornalista engajado, ou sua relação com a militância política teve suas origens, segundo Petrarca (2007, p. 227), durante o período da ditadura militar e se estendeu quando da transição democrática do Brasil, no final dos anos 1970 e início dos

anos 1980. Àquela época assumir um posicionamento político ou comprometer-se com determinada causa, sendo jornalista, significava muito mais do que cumprir com as obrigações profissionais: era “uma maneira de atuar na redemocratização do país”, o que agradava a alguns e desagradava a outros. Neste contexto, vários princípios jornalísticos foram marcadamente ressignificados, dentre eles a objetividade e a neutralidade.

(...) após 1968 (...) A objetividade estava relacionada ao engajamento do jornalista na informação que deve estar a serviço da sociedade, como também no domínio de um conhecimento técnico específico para fazer jornalismo. Já a neutralidade correspondia ao exercício de um jornalismo desengajado de causas políticas, apontado como fundamental para não afetar o conteúdo das informações (PETRARCA, 2007, p. 125).

Nos dias atuais, persiste certa resistência ao Jornalismo engajado, mas a proposta desta investigação é de que ela seja superada com o fomento da consciência de que ao concluir sua reportagem,

o profissional não apresenta apenas um relato sobre fatos, pois o que viu, ouviu, sentiu e vivenciou foi processado pela sua inteligência e pelos seus sentimentos – um processo de atribuição de significados. Ele apresenta uma narrativa viva, uma construção da realidade, mediada pelo social (IJUIM, 2009, p. 35).

O jornalista que contextualiza os fatos, que se preocupa com o leitor, com a sociedade, com a qualidade da sua linguagem e a influência de seu discurso, pode ser compreendido como um profissional engajado, consciente de seu papel social. Marta Sfreddo (1997, p. 68) trata do assunto no ensaio “Papel do Profissional de Comunicação”. Em suas palavras, “nosso papel é o de despertar consciências, motivar atitudes positivas, evitando a superficialidade e a omissão perniciosa, que só fazem aumentar as diferenças sociais”.

O jornalista engajado trabalharia a temática ambiental guiado pelos preceitos do Jornalismo Literário, imerso na realidade sobre a qual deseja narrar, comprometido socialmente com seu discurso, preocupado com o contexto, com o meio onde está inserido, uma vez que seria possível identificar em sua narrativa a reificação de uma compreensão social.

Conforme Carlos Vicchiatti (2005), um dos maiores desafios do Jornalismo no século XXI consistirá, justamente, em reformular os princípios e valores básicos que orientam o olhar da profissão sobre o mundo, difundido crente na possibilidade de uma

atuação neutra do jornalista, desde quando a atividade jornalística moderna começou a ganhar status de comunicação de massa, já no final do século XIX.

É justamente ao tentar tratar os acontecimentos por meio de uma abordagem puramente objetiva, neutra, que não lhe diz respeito, que o “Jornalismo peca em seu compromisso social, perdendo em conteúdo” (MEDITSCH, 1996, p. 46).

Petrarca (2007, p. 126) comenta que, nos anos de 1970, no Brasil, a presença ou ausência de objetividade e neutralidade nas reportagens da época “colocou em contraste dois modelos de definição de jornalismo”.

No primeiro, aqueles que acreditavam na defesa de uma postura desengajada, necessária à prática do jornalismo “neutro” e “objetivo”, em que a autonomia do profissional era sustentada pelo seu distanciamento de causas políticas defendidas principalmente por jornalistas que ocupavam cargos e postos na “grande imprensa”. No segundo, aqueles que acreditavam na necessidade de um conhecimento específico, mas para elaborar informações com comentários críticos e, no qual, por conseguinte, o jornal seria o porta-voz das demandas sociais assumindo o papel de “formador de opiniões”, posição essa defendida, sobretudo, pela imprensa alternativa e sindical, que despontava (PETRARCA, 2006, p. 126).

O engajamento do jornalista que deseja se firmar nas linhas da temática ambiental é proposto nesta investigação em conexão à humanização do repórter e da sua narrativa, que por sua vez está em consonância com o que Ijuim (2009) concerne como “um ato corajoso, decidido e consciente” e Medina (2003) chama de “solidariedade às dores universais”.

Pressupõe-se nesta investigação que o jornalista engajado e humanizado tenha em mente que as pessoas, a natureza, o meio físico e biológico, a cultura e a sociedade estejam umbilicalmente conectados e essa consciência precisa ser refletida em sua narrativa de forma sensível e solidária. A atuação dos jornalistas responsáveis e comprometidos à realidade atual presume “um engajamento na sociedade, no qual é necessário demonstrar ‘sensibilidade’ à problemática social” (PETRARCA, 2007, p. 174). Contudo, Bueno (2007) ressalta que muito mais do que apreender a técnica para produzir uma reportagem ambiental, o que não é obstáculo para profissional nenhum, o repórter deve trabalhar o seu “olhar” e manter-se sempre animado “para a realização do trabalho”, uma vez que,

O jornalista ambiental não se contenta em descrever cenários e situações, mas de buscar as causas que os expliquem; ele não é um profissional que contempla a distância o seu objeto, mas um cidadão que se contamina com ele, que investiga, que enxerga além da notícia e do release (BUENO, 2007, p. 36).

Por isso, aceita-se nesta pesquisa que o jornalista engajado produza sua narrativa a partir de uma aceção holística do mundo, como defende o físico Fritjof Capra e conforme recomenda Edvaldo Pereira Lima (2004). Segundo Capra (2004, p. 91), “a física moderna transcendeu a visão cartesiana mecanicista do mundo e está nos conduzindo para uma concepção holística e intrinsecamente dinâmica do universo”. Mas é mesmo possível assumir uma visão holística no Jornalismo? André Trigueiro responde:

A resposta, definitivamente, é SIM. Disseminar no jornalismo essa perspectiva significa agregar substância à notícia, estabelecendo novos parâmetros de cobertura em diferentes editorias. Vejamos o caso do aquecimento global, cujos efeitos devastadores previstos pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) justificaram a elaboração do Protocolo de Quioto, que virou tratado internacional desde fevereiro de 2005. O entendimento do que seja o fenômeno do aquecimento global, de suas causas e conseqüências, abre inúmeras possibilidades reais de cobertura para o jornalista em diferentes editorias. (TRIGUEIRO, 2005. p. 2).

O jornalista na rotina de produção, captação, redação e edição das informações, fases que irão compor reportagens ambientais, deve combater a difusão fragmentada do “saber ambiental” e esforçar-se para que a perspectiva integrada e a visão histórica sejam contempladas em suas coberturas sobre a temática ambiental.

Como a profissão pressupõe, o Jornalismo Ambiental está comprometido com o interesse público, com a democratização do conhecimento e com o debate amplo, e não pode se subjugar a setores da sociedade, com o intuito de “legitimar poderes e privilégios”, como bem disse Bueno (2007), e excluir da discussão o agricultor familiar, o povo da floresta, as comunidades tradicionais, o cidadão.

O Jornalismo Ambiental é mais profundo, com começo, meio e fim integralmente conectados (FROME, 2008). Nele não há como se pensar apenas em responder às perguntas clássicas o que; quem; quando, como; onde; e por que, em vez disso, pensa-se na espécie e não em um animal, em uma floresta, não apenas em uma árvore, cultiva-se a ideia de um ecossistema juntamente com uma espécie e uma floresta.

Fazer Jornalismo Ambiental significa examinar sistemas interconectados que toquem cada aspecto da vida: ciência, botânica, biologia, economia, história, política, ética, religião. “Não é necessário conhecê-los todos, mas a capacidade de fazer perguntas e digerir as respostas é uma habilidade em si própria, a base de se escrever

com amplitude e perspectiva” (FROME, 2008, p. 62). O autor orienta que o Jornalismo Ambiental seja claro e compreensível, baseado em dados precisos e pesquisa extensa, que reflita a imaginação do autor, seus sentimentos mais profundos e seu desejo de promover a causa de um mundo melhor.

A narrativa ambiental precisa abrir-se para inserir ao debate ecológico conceitos-chave como qualidade de vida, ações conscientes e responsáveis, segurança alimentar, acesso à educação, à água potável, saneamento básico, serviços de saúde, investimento em ciência e tecnologia, e não apenas referenciar o tema numa perspectiva econômica, catastrófica e dramática, ou numa visão antropocêntrica, como se o homem não fosse um agente integrado ao meio e, sim, um elemento cujas ações não interfeririam direta e incisivamente nesse meio onde se convive.

A proposta deste estudo centra-se na produção de uma narrativa ambiental jornalístico-literária a partir de um *ethos* profissional pautado pela humanização, ética, estética, articulado a um trabalho engajado do repórter, no intuito de contribuir com a denúncia dos grandes interesses, com uma perspectiva crítica e contextualizada das questões ambientais. Trata-se de aceitar e propor uma atuação jornalística pautada em procedimentos que resultem na “extensão pela pauta”, na “complementação pela captação” e na “fruição pelo texto” (LIMA, 2004, p. 10).

Nas palavras de Wilson da Costa Bueno (2007), o autêntico jornalista ambiental teria a capacidade e “a disposição de indignar-se com as injustiças e de prover condições para que elas sejam no mínimo atenuadas. O jornalismo ambiental deve semear a sua própria utopia. [Afinal] Uma boa causa, ainda que não plenamente alcançada, nunca terá sido em vão” (BUENO, 2007, p. 22).

Não se trata de fazer um Jornalismo romântico, ou catastrófico, como apregoam muitos pesquisadores, nem de assumir e dar continuidade à visão maniqueísta, que coloca as fontes de informação em posição de embate, numa perspectiva por meio da qual somente pode-se perceber o bom ou o ruim, o certo ou o errado. Mas sim, de uma novidade prática, de um novo estilo de Jornalismo, particularmente para o Jornalismo Ambiental, que encontra espaço em todas as reportagens que tratem de questões no âmbito da sociedade. Trata-se de valorizar o ser humano como agente central no processo de transformações no meio ambiente. Uma proposta que supere a visão do Jornalismo neutro, e do público apenas como espectador, e passa a adotar uma filosofia que substitui “a objetividade por algo mais forte e, (...) mais estimulante”, (ROSEN, 1993, p. 53, *apud* TRAQUINA, 2001).

Nesta perspectiva, Beatriz Dorneles (2008, *apud* GIRARDI & SCHWAAB, 2006 p.43) se diz convencida de que, realmente, chegou a hora de adotar um novo Jornalismo para tratar da temática ambiental, porque não basta mais só informar a população, mas também, e principalmente, “educá-la”.

Para isso, concorda-se com a autora, de que é preciso que o jornalista abandone a noção de “observador desprendido” e assuma o papel de “participante justo”, engajado, comprometido em conceber o público como ator na vida democrática, e não como consumidor, tornando, desta forma, prioritário para o Jornalismo estabelecer relações com os cidadãos e fomentar os debates na vida pública, assumindo uma postura dialógica, solidária e afetiva, sim, pois o “diálogo tem a função de reconciliar posições conflitantes, sendo mais eficaz que a imposição e o controle” (BERNA, 2008 *apud* GIRARDI & SCHWAAB, 2008, p. 103).

Mas em qual formato textual a narrativa abarcaria este diálogo iniciado pelo Jornalismo, de forma contextualizada, criativa, esclarecedora, profunda, fruto de um trabalho proativo, ético e estético do repórter que “vai à rua e constrói sobre o momento a história dos fatos presentes”? (MEDINA, 1988, p. 58) Presume-se que, por suas características constituidoras, a reportagem seja a melhor resposta.

1.4 A PREFERÊNCIA PELA REPORTAGEM

Ciente de que a análise de uma produção narrativa contemporânea é um ato em processo e que sempre envolve questões complexas, esta dissertação vai considerar a manifestação do Jornalismo Literário aplicada ao Jornalismo Ambiental apenas pela reportagem, “o gênero jornalístico por excelência” (SOUSA, 2004, p. 97), material de maior fôlego que denota apuração mais extensa e permite técnicas que pendem para uma espécie de roteiro, com ênfase no cuidado da linguagem e do estilo, dando ao repórter um status de autor (SODRÉ & FERRARI, 1986).

A reportagem como atividade não existiu ou foi irrelevante em 200 dos quase 400 anos da história da imprensa (LAGE, 2001). Quando o Jornalismo nasce, no início do século XVII, o modelo do texto informativo era o discurso retórico, empregado desde tempos remotos para a exaltação do Estado ou da fé. Contudo, à medida que se definiam as incumbências do repórter, mais ele se tornava importante e presente na cobertura de fatos sociais, nascimentos e mortes, crimes, guerras, debates parlamentares. “Já não se podia como antes, tratar os populares como casos de polícia,

desviar fundos públicos ou massacrar povos coloniais, mantendo tudo em segredo. A história oficial era desmentida antes mesmo de ser escrita” (LAGE, 2001, p. 16).

Em seu estudo sobre gêneros jornalísticos, Chaparro (1998) mostra que a divisão entre notícias (*news*) e comentários (*comments*), operada no início do século XVIII, não representou uma separação entre informação e opinião, mas entre dois tipos de texto, um com uma estrutura formal argumentativa, outro com estrutura formal narrativa. Assim, considera falso o paradigma da objetividade para o exercício da profissão, “porque o jornalismo não se divide, mas se constrói com informações e opiniões” (CHAPARRO 1998, p. 100).

É na reportagem que se procura que o leitor “viva o acontecimento” e para o conseguir, esta modalidade narrativa pode abrigar elementos da entrevista, da notícia, da crônica, dos artigos de opinião e da análise. A reportagem busca elementos à observação direta, ao contato com as fontes e à respectiva citação, à análise de dados quantitativos, a inquéritos, “em suma, a tudo que possa contribuir para elucidar o leitor” (SOUSA, 2004, p. 97). Fazer uma reportagem significa, em grande medida, contar uma história. “O acontecimento costuma ser o coração da reportagem”, o foco, mas é possível notar a “intervenção do jornalista sobre o discurso, até porque, usualmente, uma reportagem não sofre tanto as pressões do tempo como a notícia, o que permite uma maior interpretação pessoal do assunto por parte do jornalista”, (SOUSA, 2004, p. 97).

Dentre as várias maneiras de se classificar as reportagens, optou-se pela de Sousa (2004, p. 98-99), mas não se trata aqui de um “sistema rígido”, porque algumas reportagens podem não se enquadrar nas categorias delineadas a seguir: quanto à origem (reportagem de rotina, imprevista, planejada); quanto à enunciação (na primeira pessoa, na terceira pessoa); quanto ao tipo (de acontecimentos, de personalidade, temática, mista); quanto ao tamanho (curta, grande reportagem); quanto às características estéticas e formais (narrativa, descritiva, explicativa, de citações, mista); quanto à linguagem (informal, formal, técnica).

Coimbra (1999, p. 7), por sua vez, fala em “dupla face do texto” ao se referir à reportagem. Segundo o autor, a parte voltada para fora do texto, a extraverbal, seria a que diz respeito à realidade a ser tratada, o contexto. Enquanto a parte interna do texto, diria respeito à estrutura, à maneira como os elementos textuais estão organizados dentro da narrativa. E em referência à parte interna da narrativa jornalística, classifica-a

em: dissertativa; narrativa; narrativo-dissertativa e dissertativo-narrativa; descritiva, bloco e fragmento.

A reportagem é a forma de Jornalismo que mais se aproxima da Literatura, particularmente a reportagem especial, que denota um trabalho mais aprofundado, analítico e interpretativo do jornalista, no cumprimento ao que pede a pauta, no momento da captação dos dados e na construção do texto. No período em que surgiu, com a evolução da notícia, ocorreu a necessidade do desenvolvimento de novas técnicas que permitissem o aprofundamento da informação transmitida. Para atingir este objetivo, o Jornalismo, buscou um exemplo na literatura (LIMA, 2004).

Por uma condição de proximidade, estabelecida pelo elo comum da escrita, é natural compreender que, mesmo intuitivamente ou sem mais rigor metodológico, os jornalistas sentiam-se inclinados a se inspirar na arte literária para encontrar os seus próprios caminhos de narrar o real (LIMA, 2004, p. 135).

Com os estudos contemporâneos, já é possível afirmar que o discurso jornalístico, até se consolidar preciso, factual, preso ao concreto, passou pela experiência-mãe de formulação verbal na ficção. Assim como o conto, a crônica, o romance, a reportagem é narrativa, é expressão escrita complexa com suas particularidades (BIANCHIN, 1997).

A reportagem assim como o romance, particularmente os romances documentais e de época, se preocupa fundamentalmente com a sequência cronológica dos acontecimentos. No Jornalismo, esta preocupação com a cronologia dos fatos convencionou-se também a uma organização textual por grau de importância da notícia, a qual, a partir da metade do século XX, os manuais técnicos passaram a chamar de “pirâmide invertida”. Por este modelo, o texto passaria a ser organizado na forma de *lead*, ou “lide” (vocábulo do original em inglês, que significa abertura, guia, o que vem à frente). Estruturalmente, o primeiro parágrafo da reportagem deveria responder às perguntas clássicas: o quê? quem? como? quando? onde? por que?, - como em um formulário - como meio de se explicar, objetivamente, as condições de tempo, lugar, modo, causa, finalidade e instrumento nas quais os fatos narrados estariam envolvidos. Contudo, o discurso do *lead* informa, mas não revoluciona; é estático, quer um mundo de categorias resolvidas; seu ponteiro recai sobre a explicação, em detrimento da interpretação, como mecanismo para compreender o mundo.

É verdade que na reportagem podem ser encontrados traços fortes de narratividade (TODOROV, 2003; MOTTA, 2005, *apud* BORGES, 2013), por meio da qual o texto jornalístico passa a ter sentido, assim como ocorre na Literatura, a partir de uma prioridade de ações e dos relatos de personagens, em determinadas cenas envolvidas em motes específicos que despertam o interesse pela continuidade da leitura.

Seria, então, a reportagem uma modalidade textual hibridizada entre Jornalismo e Literatura, “em razão de apresentar uma maior narratividade em sua construção discursiva”? Borges (2013, p. 78) diz que não necessariamente. Porque essa hibridização pode vir a aparecer na narrativa jornalística, “dependendo da maneira como a linguagem, os personagens e o desenvolvimento da trama noticiada são trabalhados”.

A reportagem é a forma pela qual se dá, em maior grau, “uma tessitura discursiva que dá visibilidade e classifica ininterruptamente a realidade, dotando o contexto social de significados culturais” (MOTTA 2005, p. 65).

A reportagem não prescinde de atualidade, pois não assume o mesmo caráter imediato que determina a notícia, há uma variação de função do texto. Por sua vez, a “reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que seu teor seja predominantemente informativo” (SODRÉ& FERRARI, 1986, p. 18).

Segundo Borges (2013, p. 79), a composição da reportagem exige “descrições específicas e arrojadas e construções da realidade” feitas com mais complexidade. Para o autor, a reportagem, para dar conta de informar,

tenta compreender as muitas implicações que um assunto pode ter dentro de um universo social multifacetado. A reportagem tem o compromisso de, ao menos, se esforçar para dar conta de relatar acontecimentos, estruturas sociais, posição das pessoas em contextos maiores, situando-as e explicando-as, mas sem ignorar os constrangimentos inerentes à atividade (BORGES, 2013, p. 79).

Segundo Jorge (2008, *apud* BORGES, 2013, p. 79), a reportagem teria quatro acepções básicas, a saber: a busca pela informação; a coleta dos dados, seu preparo e posterior redação; o vínculo a profissionais que estejam comprometidos a transmitir informações; e o resultado, textos que proponham um aprofundamento do tema tratado. Integra a constituição tipológica do discurso jornalístico. Um bom trabalho narrativo da reportagem torna possível presumir que “ao contrário do que os ideólogos do método conservador [noticiarista] defendem, o ponto de partida para o jornalismo não é a imediatez do fato, mas a compreensão do fato”(MILMAN,1998, p. 30).

O caráter do relato da reportagem pode pender para a humanização, pode ser feito como o registro de um contexto social ou se prestar a uma reconstrução histórica. Jorge (2008, *apud* BORGES, 2013, p.77-78) salienta que a reportagem

se subsidia de elementos de outras áreas para conseguir oferecer uma abordagem mais rica do fato, atendendo à exigência de ser um texto, ao mesmo tempo, informativo e interpretativo, com análises mais complexas e várias articulações entre os diversos aspectos da realidade. Nesse exercício, a reportagem costuma estar próxima da enunciação literária, favorecendo as trocas discursivas entre o Jornalismo e a Literatura. Ela conserva a estrutura básica de um relato nos moldes de uma história ficcional, encadeando ações e roteirizando o enredo do acontecimento (JORGE, 2008, *apud* BORGES, 2013, p.77-78).

Segundo Sodré (1986, p.15), será sempre necessário que a narrativa esteja presente em uma reportagem. Diretamente ligada à emotividade, a humanização se acentuará na medida em que o relato for feito por alguém que não só testemunha a ação, mas também participa dos fatos. Ele ainda afirma que o repórter é aquele que está presente, servindo de ponte e, portanto, diminuindo a distância entre o leitor e o acontecimento. Mesmo não sendo feita em primeira pessoa, a narrativa deverá carregar em seu discurso um tom impressionista que favoreça esta aproximação.

O repórter pode ser agente e também testemunha. No nível da observação é onde ele se localizaria. O jornalista, instaurado na rua, no diálogo com as fontes, se torna um “tradutor” de vozes sociais, dentre outras possibilidades. O repórter trabalha, dessa maneira, com o real escapando às mãos. Essa nova maneira de narrar coloca a informação noticiosa em um novo patamar. Ou seja, é pela verificação *in loco*, ou pela pesquisa expandida, que a realidade se fundamentará social, cultural e economicamente (CORAÇÃO, 2012).

A figura do repórter, “transmissor legítimo da realidade dos acontecimentos” (BULHÕES, 2007, p.21), surge com o advento da modernidade, como:

O agente profissional dessa atitude desacomodada, vibrante, impregnada da convicção de que é preciso colar-se à pele do real (...) Ele passará a ser o grande responsável pelo conceito moderno de jornalismo. E o produto de sua escrita, a reportagem, será a coqueluche do jornal, vista como a essência do próprio ofício (BULHÕES, 2007, p. 23).

No Brasil, é com João do Rio, também conhecido como Paulo Barreto, no início do século XX, que a reportagem passa a reproduzir novos significados sociais e a funcionar como “fábrica de sentido de mundo” que tenta compreender a “alma das

ruas”. E o repórter, torna-se um agente a permear as ruas, os espaços percorridos na cidade, na ânsia em converter a realidade aos ditames de novas representações. O jornalista além de tornar-se um “tradutor de discursos”, deve “confrontar as diferentes perspectivas e selecionar fatos e versões que permitam ao leitor orientar-se diante da realidade” (LAGE, 2011, p.23). O repórter, portanto, ao testemunhar o universo do fato, precisa ampliar a informação jornalística aos planos de uma contextualização social maior.

Contudo, nas últimas décadas, o que se percebe é que a primazia que a reportagem recebeu durante muito tempo nas páginas do jornal diário parece ter sido abrandada.

O retraimento financeiro das empresas jornalísticas e o uso de aparatos tecnológicos bastante atraentes em muito significaram o descarte da presença física e — heróica do repórter no palco dos acontecimentos, parece que tanto a ação física do repórter quanto a empreitada de sua escrita individualizada têm sido dispensadas em grande parcela da produção jornalística contemporânea (BULHÕES, 2005, p.23).

Uma vez que o mundo tornou-se complexo e a informação estaria amplamente disponível, ao jornalista caberia não só transmitir a informação, mas processá-la e analisá-la antes, práticas que se fazem urgentes no tratamento da temática socioambiental e exigem mais qualificação do profissional. Na opinião de Philip Meyer (*apud* LAGE, 2001, p. 143), um programa de formação de jornalistas deveria compor-se de três níveis de habilidade: a) como localizar a informação; b) como avaliá-la e analisá-la; e c) como transmiti-la de modo que seja importante e chegue ao público que dela necessita.

A reportagem aceita a “inventividade, mas não a invenção dos fatos. É um texto que, por mais articulações que existam com a literatura, está baseada em trabalho de campo” (BORGES, 2013, p. 80). Cabe ao repórter que irá trabalhar a pauta ambiental “esclarecer, dialogar, indicar caminhos, buscando aproximar-se daqueles que fazem as coisas acontecerem” (BUENO, 2007, p. 43).

1.4.1 A reportagem no Jornalismo Ambiental

O Jornalismo Literário, construído a partir de uma narrativa humanizada, ética estética e engajada (elementos da proposição H3E, *ethos* profissional sugerido nesta investigação), apresenta-se como espaço frutífero e possível de manifestação de um

discurso autônomo, criativo, verossímil, amplo em estratégias de captação e aproveitamento da informação, “polifônico por excelência, em que os contratos de leitura do jornalismo como texto informativo não são desrespeitados” (BORGES, 2013, p. 187).

O *ethos* profissional sugerido a partir da proposição H3E, cujo resultado seria uma narrativa jornalístico-literária, ganha seus devidos contornos em um Jornalismo que não só responde, mas também cogita, interpreta, analisa, não dissocia informação e opinião, sempre em busca da verdade dos fatos.

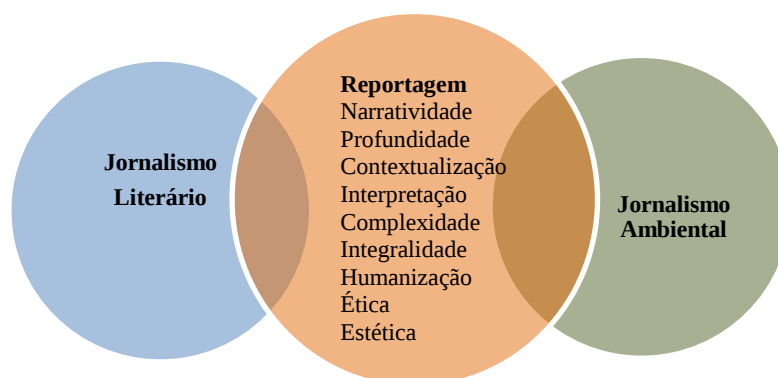


Figura 3 – Nesta intersecção criada por Ana Carolina da Silva Monteiro estão manifestadas as possibilidades da proposta discursiva da reportagem que podem ser aplicadas ao Jornalismo Ambiental a partir de experiências jornalístico-literárias.

Este *ethos* profissional está fundamentado na humanização, na ética, no engajamento do repórter, e por fim, no trabalho estético, sensível, de linguagem, conceitos representados pela proposição H3E, para ser utilizado no processo de produção, captação, redação e edição da narrativa jornalística, mais precisamente para a construção da reportagem ambiental.

É a conjunção de conhecimentos, saberes, técnicas e estilos narrativos desenvolvidos pela literatura que podem e devem estar a serviço das rotinas da produção jornalística. Jornalismo literário é o jornalismo contextualizado com os vários campos do conhecimento humano. É exatamente por ser livre, desafiador e arriscado ao ser manipulado, que o Jornalismo Literário foi pouco entendido até porque pode ser visto mais como uma anarquia estilística do que em seu aspecto sistêmico e complexo (CASTRO, 2010, p. 5).

A reportagem ambiental, como sugere Bueno (2007, p. 35), precisa ser construída a partir de um “*ethos*” muito particular, de um olhar ecológico, ou seja, que

compreenda e perceba a “interdependência fundamental de todos os fenômenos” e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, “estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos)” (CAPRA, 2006, p 25). Num exemplo de fácil assimilação seria assim: Uma visão ecológica da bicicleta significa vê-la como um todo funcional e compreender, em conformidade com isso, as interdependências das suas partes, acrescentando-lhe a percepção de como a bicicleta “está encaixada no seu ambiente natural e social – de onde vêm as matérias-primas que entram nela, como foi fabricada, como seu uso afeta o meio ambiente natural e a comunidade pela qual ela é usada, e assim por diante” (CAPRA, 2006, p 25).

Das seis perguntas clássicas de Kipling, as quais, predominantemente, servem de guia para a confecção de uma reportagem, “la más importante para el periodista ambiental es “por qué?”, num esforço dialógico e solidário de buscar “lãs explicaciones de lo que está ocurriendo” (GELOS, *apud* GIRARDI & SCHWAAB, 2008, p. 72).

Em se tratando de narrar o cenário da crise ambiental, além dos ‘porquês’, “o desafio do jornalista ambiental é informar e opinar sobre os aspectos mais relevantes para o público”. Os quais seriam: perspectiva (os cenários futuros, o que está por vir); vulnerabilidade (a quem afetariam os eventos extremos que podem surgir, as áreas mais vulneráveis, os efeitos sobre a saúde da população); mitigação (as medidas utilizadas para minimizar os efeitos negativos, algo essencial para melhorar as possibilidades das comunidades em matéria de qualidade de vida); adaptação (medidas de preparo e prevenção dos danos e efeitos negativos causados pelas mudanças ambientais, este aspecto se faz crucial para o futuro das comunidades).

Salutarmente, considerou-se, que em contraposição ao retrato do fato fragmentado está a contextualização e, nessa abordagem contextualizadora está implícita a necessidade de um Jornalismo estético, preocupado com o trabalho linguístico e sensível da informação. Segundo Bianchin (1997), a estética

se materializa na forma de construção da narrativa jornalística, na maneira como é utilizada a linguagem, no modo como são manejadas as palavras para revelar dimensões do real que são anteriores ao texto e estão fora dele (BIANCHIN, 1997, p. 55).

A autora comenta que a existência do Jornalismo é garantida pela indissociabilidade entre estética e ética. Pensamento originário de Aristóteles, segundo o qual há uma ligação entre a Ética, a Política e a Estética, à medida que se difere ação e

fabricação, ou *praxis* e *poiesis*. Enquanto se tem a política e a ética como ciências da ação, da busca (práxis), as artes ou técnicas (como o Jornalismo) são atividades de fabricação, da ação, da realização (*poiesis*). Portanto, uma narrativa em cujos conteúdos veiculados está expressa a ética pode levar a um comportamento político (de *polis*) e à vivência estética, e vice-versa (WONSOVIC, 2009, p.72).

Em termos gerais, a Estética é a faculdade de sentir com os sentidos, é a experiência do conhecimento sensitivo. Esta é a definição do criador do termo, o filósofo alemão Alexander G. Baumgarten (1714-1762), no seu livro *Aesthetica*, publicado na primeira metade do século XVIII. Antes mesmo de se referir à arte e ao estudo do belo, a palavra estética é derivada do grego *aisthesis*, que significa sentir com todos os sentidos (visão, tato, olfato, audição, paladar, além do “senso de equilíbrio físico”, sentido pelo qual a ciência adicionou aos cinco já existentes), a “faculdade de sentir” ou a compreensão pelos sentidos.

Nos dias atuais e diante da complexidade dos fenômenos sociais e culturais, Rocha (2013, p.22) argumenta que a palavra estética tem adquirido novas acepções, e deixou de se limitar apenas à esfera do artístico, hoje, também pode ser definida, em linhas gerais:

(...) como um modo de acolher a experiência sensível de captação dos valores (e, logo, um modo guardião do vocabulário ordenador dessa vivência), portanto, como um modo não redutível aos parâmetros da experiência política, ética, religiosa, intelectual etc. Em outras palavras, esse “modo” é capaz de acolher uma teoria do belo e da arte, mas igualmente uma teoria da sensibilidade, entendida como o conhecimento intuitivo transmitido pelos sentidos, sem a mediação reflexiva dos conceitos (SODRÉ, 2006, p. 89, *apud* ROCHA, 2013, p 22).

Esta definição de estética feita por Sodré (2006, *apud* Rocha 2013) coaduna com os objetivos delineados neste trabalho, porque a arte não é (principalmente com a atual configuração da cultura, da comunicação e do entretenimento), o único lugar onde a função estética possa se dar. Outros fenômenos, fatos e atividades atualmente existem, produtos da atividade humana onde aquilo que se convencionou denominar de “experiência estética” podem ocorrer, sem que essa experiência esteja restrita à arte.

No caso da vida cotidiana, Rocha (2013, p.22) explica que o conteúdo afetivo presente nessas existências delineia vários caminhos possíveis para que se consiga entender as relações entre estética e as formas simbólicas midiáticas.

Em outras palavras, interligando estética, experiência estética e comunicação, é possível, por meio de novas perspectivas teóricas, alargar o sentido de estética, ultrapassando seu conceito da tradição filosófica do julgamento de obras de arte, para tomá-lo por meio de sua figura múltipla, de sua polissemia, e até mesmo de sua conceituação original (ROCHA, 2013, p. 22).

A comunicação estaria intrinsecamente ligada à estética, de modo que o próprio ato comunicativo apresentar-se-ia “na dimensão de sua relação entre sujeitos, partindo do princípio de que é no indivíduo, em sua sensação perceptiva – sua *aesthesis* – que está centrado o processo comunicativo” (MARTINO, 2007, p. 11, *apud* ROCHA, 2013, p. 33).

O profissional, cuja formação o teria capacitado para manejar a linguagem, preencheria um perfil que aliaria responsabilidade ética à habilidade linguística e criatividade para transmitir mensagens que satisfariam o público. Segundo Rocha (2013, p. 34), ao interligar o conceito de Jornalismo (pensando-o como agenciador de uma comunidade, de um sentir em comum) a uma estética comunicacional, onde aquilo que caracteriza a natureza do Jornalismo proporciona um sentimento de comunidade, poder-se-ia afirmar, ademais, que se a comunicação é também um ato estético, o Jornalismo apresenta-se como um bom exemplo para pensar por meio desta perspectiva, pois a ênfase incide muito mais naquele profissional que transmite as notícias – o sujeito comunicador – do que na prevalência da técnica, nos “modos” de se fazer Jornalismo.

O sujeito comunicador tem como matéria-prima a narrativa da contemporaneidade. Ele produz significados, sentidos sobre a realidade. Ele é um ser carregado de subjetividades, que como qualquer outro profissional necessita da técnica para executar o seu trabalho. Mas antes de tudo, o jornalista não é um ser racional, objetivo, neutro ou imparcial, embora as empresas de comunicação almejem essas propriedades. O jornalista necessita de sua sensibilidade natural para retratar uma história, para entrar em contato com o *Outro*. Assim, não seria exagerado afirmar que nos dias atuais, o Jornalismo e os jornalistas necessitam mais do que nunca da estética, daquela faculdade de sentir, inerente ao ser humano, do encontro da consciência com os Outros, perdida em meio à ditadura da objetividade e da racionalidade impregnadas nos discursos contemporâneos (ROCHA, 2013, p. 34).

Por fim, o Jornalismo necessitaria atender às exigências da sociedade atual, globalizada. A sociedade precisaria do jornalista, técnico no que concerne à forma de executar uma reportagem ou uma matéria, mas, principalmente, exigiria que o jornalista conseguisse integrar, dialeticamente, a humanização, o estético, o ético, o engajamento em sua atuação profissional.

Frente às modernidades tecnológicas, os limites que separam o Jornalismo da Literatura parecem estar em processo de transposição em busca de uma narrativa esteticamente mais competente. Tal transposição surge do fato de que alguns jornalistas, como se propõe Montezuma Cruz, ao não se contentarem em seguir os esquematismos de fórmulas rígidas de construção da narrativa jornalística, procuram lançar um olhar inquieto às determinações de regras fechadas e a buscar enunciações atrativas com competência técnico-artística.

A Literatura pode ser vista como a base da formação cultural do jornalista e da qualificação do texto por ele elaborado. “Tão intensa é essa importância que ultrapassa o simples prazer da leitura ou a obrigatoriedade de maior qualificação técnica do bem escrever” (VICCHIATTI, 2005, p. 84).

O jornalista, aos poucos, atraído pelo fascinante domínio da narrativa literária, tentaria sublimar os limites dessa linguagem e dela importaria elementos que pudessem auxiliá-lo na conquista de seu principal objetivo: o leitor, ouvinte, telespectador, internauta.

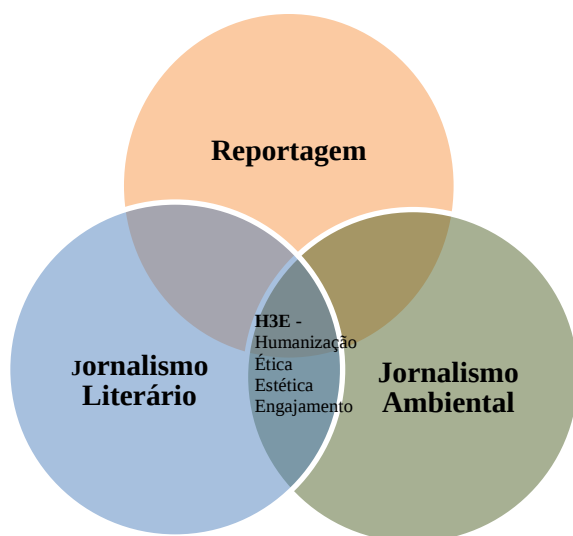


Figura 4 – Representação da essência desta dissertação, criada por Ana Carolina da Silva Monteiro: o *ethos* profissional humanizado, estético, ético e engajado proposto para o jornalista que trabalharia com a pauta socioambiental.

Para encerrar este Capítulo, recupera-se o eixo principal desta investigação: a hipótese de produção da reportagem ambiental impressa a partir de um *ethos* profissional guiado pela humanização, pela ética, pelo trabalho estético com a linguagem e pelo engajamento do repórter - características que foram sondadas na

interface narrativa do repórter Montezuma Cruz e estão representadas nesta investigação pela proposição H3E (**h**umanização, **é**tica, **est**ética, **eng**ajamento).

Os elementos deontológicos que se sugere para a composição do *ethos* profissional em questão foram trabalhados ao longo da discussão teórica apresentada neste primeiro Capítulo da dissertação. No entanto, se faz urgente e necessário saber a que significação do termo *ethos* esta pesquisa se refere, uma vez que existe uma pluralidade conceitual que permeia o termo desde sua origem, refletida nos dias atuais em uma variedade de áreas para sua utilização.

Esse conceito, oriundo da retórica aristotélica (*ethos*, *pathos*, *logos*), havia sido esquecido por um bom tempo e volta à tona numa perspectiva retórico-pragmático-discursiva. Nessa linha, inserem-se os trabalhos de Kerbrat-Orecchioni, Amossy, Maingueneau, Charaudeau, entre outros.

Segundo Eggs (2005, p. 30) ressalta, há dois campos semânticos opostos associados ao termo *ethos* na Retórica de Aristóteles. O primeiro, cujo sentido é moral (*epieíkeia*), abrange atitudes e virtudes tais como a honestidade, a benevolência ou a equidade. O segundo, cujo sentido é neutro (*héxis*), abrange termos como hábitos, modos e costumes ou caráter. Para Eggs (2005, p. 30), “essas duas concepções não se excluem, mas, ao contrário, constituem as duas faces necessárias a qualquer atividade argumentativa”.

Considerando que em grego o termo *logos* primeiro significa fala ou discurso e apenas secundariamente se refere à razão ou exercício da razão, Eggs (2005, p. 31) aponta que é o *logos*, ou discurso, do locutor que produz o *ethos*, em função de suas escolhas linguísticas e estilísticas. Dessa forma, pode-se dizer que o *ethos* é mostrado no discurso por meio das escolhas do locutor, ou seja, por meio de sua “maneira de se exprimir”, nas palavras de Maingueneau (2001, p. 137).

Em alguns momentos da Retórica, Aristóteles não usa o termo *ethos* propriamente explicitado e coloca a todos diante de uma contradição semântica em relação ao seu significado, que ora adquire um sentido ligado à moral, ora um sentido mais prático e objetivo.

Retomando a ideia aristotélica de que *ethos* é construído na instância do discurso, Maingueneau (2005) afirma que não existe um *ethos* preestabelecido, mas sim ele é construído no âmbito da atividade discursiva. Nesta perspectiva, a imagem de si é um fenômeno que se constrói dentro da instância enunciativa e se mostra por meio de seu discurso.

Maingueneau (2005) trabalha com uma concepção encarnada do *ethos* que engloba não só a dimensão verbal do discurso, mas também aspectos físicos e psíquicos atribuídos ao fiador pelas representações sociais. Esse fiador, por meio de um tom, corporifica-se, apresentando sua vocalidade.

De acordo com Heine (2007: 41, *apud* FIORDINO, 2012, p. 4), na Análise de Discurso,

o *ethos* se refere a textos orais e escritos, em que os enunciadores fornecem uma imagem de si através do discurso. Assim, dizer que os participantes do discurso criam uma imagem de si através dele, significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciador e do coenunciador, entendidos como aqueles que interagem no processo discursivo.

Dessa forma, as imagens do enunciador e do coenunciador agem no campo discursivo, constituindo-se no processo enunciativo.

Por fim, esta pesquisa se apropriou e trouxe para o contexto do Jornalismo o sentido de *ethos* oriundo dos estudos linguísticos, adotado por Patrick Charaudeau, outro teórico da Análise de Discurso, segundo o qual o *ethos* não concerne tão somente à imagem do indivíduo, mas pode estar atrelado a um grupo no qual se configura o *ethos* coletivo, resultante de julgamentos realizados uns pelos outros, que se baseiam em traços identitários. Segundo Fiordino (2012), essa afirmação do autor baseia-se na observação de que o *ethos* está relacionado às representações sociais, o que pode ligá-lo aos indivíduos e a grupos.

Pode-se dizer que o “*ethos* se constitui, portanto, na apresentação de si efetuada pelo locutor em seu discurso”. Mas quando se fala em apresentação de si, não se quer dizer apenas que o “locutor enumere suas qualidades, nem que fale explicitamente de si; mas sim que ele represente seu estilo, suas crenças, suas competências linguísticas e enciclopédicas na relação que estabelece com seu dizer” (FIORDINO, 2012, p. 8).

Somada a esta concepção do termo *ethos*, está o pensamento de Kant (*apud* DIAS, 2012) relativo à deontologia, postulante de um *ethos* do *dever ser*.

Até porque se entende que os juízos de valor do jornalista estão contextualizados num mundo pós-moderno, marcado pela fragmentação do indivíduo, pela crise da verdade na ciência (com a decadência do empirismo) e ascensão do construtivismo (DIAS, 2012, p. 97).

Hernandes (2005) arremata ao afirmar que o “*ethos* do jornalismo” é resultante da soma de concepções do “*ethos* do jornalista”. Para o autor, o *ethos* de uma mídia aparece como consequência de uma intrincada relação com outros sujeitos que também têm um *ethos*.

CAPÍTULO II – PERFIL: EM DESTAQUE, O REPÓRTER MONTEZUMA CRUZ

A memória é uma faculdade maravilhosa. O dom de fazer aparecer o passado é tão espantoso e bem melhor do que o dom de ver o futuro. Anatole France

Neste Capítulo da dissertação será apresentado o perfil do repórter Montezuma Cruz, cuja atuação jornalística tem como pano de fundo, em sua maior parte, a imprensa no interior do país. Uma imprensa cuja identidade é reflexo das ações de seus agentes transformadores.

A opção pelo perfil jornalístico justifica-se pelo fato desta pesquisadora se focar apenas em momentos-chave da vida da *persona* Montezuma Cruz, os quais analisados como peças de um imenso mosaico, ajudarão a compreender suas escolhas, seus valores, sua experiência humana e profissional. No entanto, narrar os pormenores da história de vida deste protagonista seria possível, com maior fôlego, em uma biografia, como defende Sérgio Vilas Boas (2003).

A trajetória profissional e de vida de Montezuma Cruz são permeadas por características, que segundo Assis (2013, p. 311), fizeram parte da formação da identidade interiorana da imprensa brasileira, como o ingresso na carreira sem formação na área; o fato de “aprender fazendo”, ou o saber empírico; a utilização de criatividade e espírito inventivo como ferramentas para superar os desafios internos (do próprio profissional) e externos (de uma imprensa nem sempre provida de grandes recursos); o estabelecimento de vínculos fortes com instâncias detentoras de poder, como os movimentos populares, os sindicatos e a Igreja; o jeito mais próximo de produzir informação, o tratamento personalizado e adjetivado às fontes; o reconhecimento público nas cidades em que atuava; a vivência mais branda dos chamados tempos difíceis no Brasil, como a ditadura militar (1964-1985), que no interior, nem sequer fechou ou censurou jornais; o envolvimento com partidos políticos, a ponto do jornalista se lançar candidato a cargos eletivos; por fim, a atuação jornalística marcada pelo auxílio mútuo e a cooperação entre colegas de profissão, como forma de preservar o diálogo e o respeito pelo que faziam.

Assim como a imprensa do interior do Brasil, a carreira de Montezuma Cruz tem suas peculiaridades. Para Assis (2013, p. 314), a construção da imprensa, no contexto do interior, “é necessariamente influenciada por decisões, opções e ações pessoais”. Historicamente, a atuação de seus profissionais é motivada “por uma declarada paixão

pelo jornalismo” e as grandes tomadas de decisão “nem sempre espelhavam ações estrategicamente delineadas”.

Guiada pelo mesmo entendimento de Assis (2013, p.299) de que “o conhecimento das histórias de personagens singulares possibilitou compreender como se deu a formação e o desenvolvimento das sociedades, bem como suas principais mudanças”, a autora desta dissertação elegeu Montezuma Cruz como seu personagem real, cuja atuação jornalística serviu de estímulo às formulações aqui propostas.

Montezuma Cruz é um homem sexagenário, de presença e fala cativante, magro, alto, rosto ovalado, cabelos brancos, que outrora, muito fartos e acompanhados de um bigode e um cavanhaque, lhe renderam muitos comentários. Sempre adotou um estilo simples de viver e conviver. Uma vida de desapego. Muitas distâncias. Encontros e desencontros. Pessoas conquistadas, outras deixadas ou amparadas ao longo de seus 45 anos de dedicação ao Jornalismo.

De 15 de fevereiro de 2011, quando chegou a Campo Grande, até sua partida no fim do mês de setembro de 2013, manteve uma rotina sem luxo. Morava sozinho em um apartamento, a algumas quadras do seu local de trabalho, numa área central da cidade, de modo que podia se deslocar a pé aonde quer que fosse. Chegava cedo ao jornal e logo assumia seu posto em um canto, do lado esquerdo, ao fundo da Redação, de onde podia observar tudo e todos.

Durante sua jornada laboral, mostrava-se compenetrado, imerso em seu universo jornalístico, do qual se desconectava apenas para interagir com os colegas em momentos de descontração ou para lhes oferecer sugestões, muitas vezes cruciais, no trato com suas matérias. Dos almoços com o “chefe” e amigo Antônio João, jornalista e proprietário do veículo *Correio do Estado*, nasceram muitas de suas reportagens.

Em alguns momentos, esta pesquisadora encontrou Montezuma pelos corredores da empresa contando euforicamente a algum colega o desenrolar de sua última pauta, com seu caderninho em espiral debaixo do braço e a caneta Bic azul em uma das mãos. Tinha que ser interrompido em sua fala, tamanha sua empolgação. Outras vezes, era flagrado na Diagramação, ou na Revisão, cuidando pessoalmente dos últimos ajustes em suas páginas, ou em páginas de alguma Editoria que acompanhava.

As informações que compõem este capítulo foram colhidas durante quatro encontros presenciais agendados entre a pesquisadora e o repórter, na sala da Revisão, no terceiro andar do jornal *Correio do Estado*, em Campo Grande (MS), organizadas a partir de entrevistas narrativas, semiestruturadas, de profundidade, com uma duração

média de 3 horas, cada, nas datas de 22 e 31 de julho, referenciadas no texto como 2013a, 1 e 2 de agosto do ano de 2013, referenciadas como 2013b.

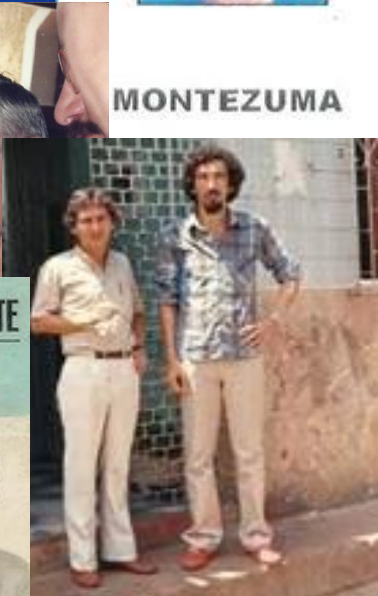
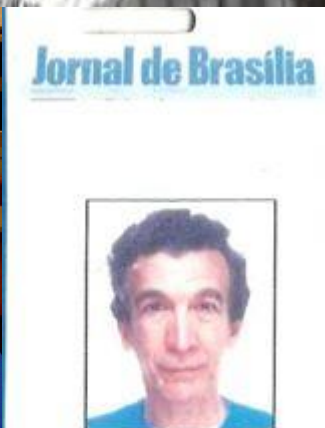
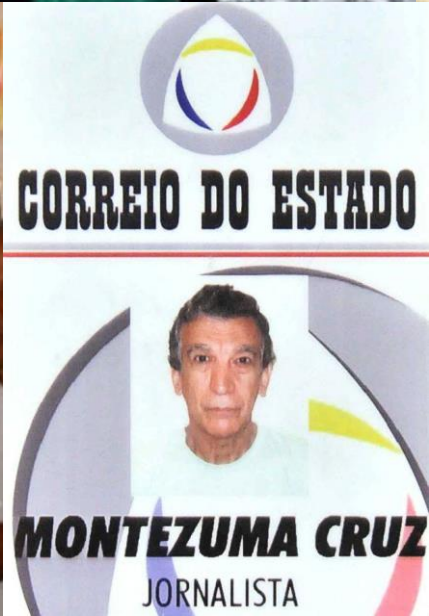
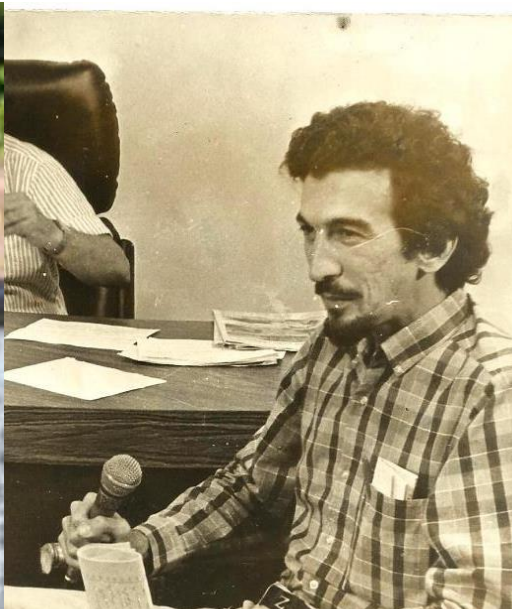
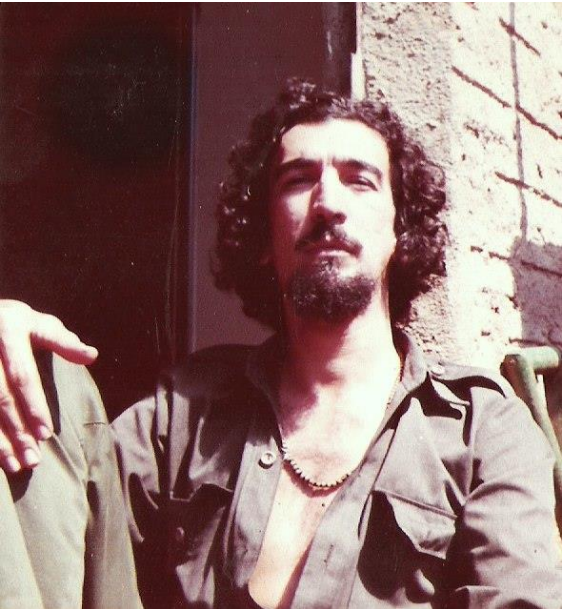
Mas as primeiras sondagens foram feitas nos meses de maio e junho de 2013, quando a pesquisadora perguntou ao repórter se concordaria em transformar sua experiência profissional no objeto de estudo de uma investigação de Mestrado. Sem hesitar, o repórter respondeu: “Com muita honra e boa dose de vontade, falarei da minha trajetória. Uma ressalvinha: ‘tão ingrata’, porém ‘tão sublime’ e... até divertida.” (Trecho de conversa em 20 de maio de 2013).

Durante as entrevistas, foi possível perceber o aguçado senso crítico que Montezuma dispensa a si mesmo, ao escolher as melhores palavras e construir as melhores frases para se expressar, tanto oralmente como por escrito. O jornalista se demonstrou bastante confortável ao narrar seus feitos profissionais, os quais se farão conhecer a seguir, entretanto, apresentou-se um tanto reservado no tratamento e relato de suas experiências pessoais, as quais foram citadas, as mais significativas, segundo o próprio repórter, permeando seu caminhar na carreira jornalística.

O repórter desligou-se do jornal no dia 10 de setembro de 2013. Decidiu sair de Campo Grande (MS) e mudar-se, primeiro, para Brasília (DF), e posteriormente para Porto Velho (RO), onde residia e trabalhava até a conclusão desta pesquisa. Outras entrevistas que se sucederam foram mediadas por e-mail e telefone celular. Os contatos telefônicos foram estabelecidos com o intuito de esclarecer algumas considerações feitas tanto pela pesquisadora como pelo repórter.

Em 2014, as entrevistas mediadas por e-mail aconteceram em 17, 20 e 21 de maio, referenciadas como 2014a; 18, 24, 29 e 31 de outubro, referenciadas como 2014b; 01, 04, 06 e 11 de novembro, referenciadas como 2014c. Em 2015, as últimas considerações do repórter foram feitas nos contatos por e-mail, em 14, 15 e 16 de janeiro, referenciadas como 2015a. Optou-se por listas de perguntas pré-estabelecidas, abertas, sobre história de vida e relatos de experiências profissionais do repórter. Deixar que o jornalista falasse de si mesmo, contasse sua história, pareceu o meio mais eficaz de analisar a presença da tríade Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente em sua interface narrativa, áreas cernes desta investigação.

Segundo Adghirni (2013, p. 6), entrevistar jornalistas para colher informações é uma prática recorrente nas pesquisas sobre Jornalismo. “A palavra do jornalista é, ao mesmo tempo, uma produção coletiva, um traço da história do grupo e a expressão de uma individualidade”.



Pela pesquisa de Mick e Lima (2013), num universo de cerca de 90 mil profissionais, Montezuma representaria hoje nem 1% dos profissionais do país, na categoria de jornalistas entre 51 e 64 anos; cerca de 550, são os com mais de 40 anos e a imensa maioria, está na faixa dos 20 aos 30 anos, segundo dados do MTB em 2010.

“Não há espaço para velhos no novo jornalismo. Não encontramos sinais de uma identidade comum que pudesse criar um *ethos* entre as duas gerações. Uma fronteira invisível e intransponível separa jovens e veteranos” (ADGHIRNI, 2013, p. 20).

Esta pesquisa tenta superar essa realidade, ao investigar e trazer à tona algumas nuances dos 45 anos de vida profissional do repórter Montezuma Cruz dedicados ao Jornalismo, enriquecidos com detalhes, datas, locais, nomes, características de pessoas com as quais viveu e trabalhou, imagens de ruas, descrição de ambientes, lugares por onde passou. Uma infinidade de situações - comuns e incomuns - compõe a narrativa sobre o cotidiano desse “repórter do interior”.

Sua carreira jornalística foi construída por experiências adquiridas numa espécie de peregrinação por milhares de quilômetros pelas cinco regiões do Brasil, de Norte a Sul, “quase sempre onde o asfalto é raridade, em territórios pelos quais o ser humano escasseia, o tempo é mais lento e as distâncias, imensas”, como escreveu o amigo e jornalista Carlos Gilberto Alves, no Prefácio do segundo livro de relatos de Montezuma Cruz, *Do jeito que vi*, publicado em 2013, e cujas histórias também serviram de referência para a construção deste Capítulo.

2.1 “SEMPRE QUIS IR ALÉM DO MEU QUINTAL!”

“Um repórter do interior, à moda antiga, que trocou muitos cueiros e virou ‘rato de redação’ entre os 15 e os 16 anos” (2013a). É assim que se define Célio Montezuma Caldieri Munhoz, o Montezuma Cruz. Aos 62 anos, é esposo, pai de oito filhos (com três mulheres) e avô de “dois netinhos” (2015a) que ajudou a criar. Foi engraxate, jornalista, locutor de alto-falante, até se iniciar como correspondente nos mais importantes jornais do país.

Jornalista autodidata ainda na ativa, já exerceu praticamente todas as funções dentro de um jornal: repórter, colunista, editor, pauteiro, chefe de redação, editor de internacional, editor de economia, diretor de publicação. Montezuma Cruz é remanescente de uma época em que os jornais não exigiam contrato de exclusividade, prática muito comum na imprensa do interior do País, e uma realidade comprovada pela

pesquisa de Mick e Lima (2013) sobre o perfil do jornalista brasileiro. Como uma minoria de jornalistas que ainda atua em jornais, e com mais de 60 anos, o repórter Montezuma Cruz pertence à categoria profissional dos *sem diploma*, mas com registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho.

Célio Montezuma Caldieri Munhoz nasceu em 04 de fevereiro de 1953, no Hospital Nossa Senhora das Graças, na cidade de Presidente Prudente (SP). É o filho mais novo de Salvador Moreno Munhoz, paulista de Cajuru, descendente de espanhóis de Málaga, na região (meridional) autônoma de Andaluzia (Espanha), e de Luiza Caldieri Munhoz, também paulista, filha de um italiano de Nápolis e uma brasileira. Foi criado na pequena Vila de Lupionópolis (PR) com os pés “no barro e na areia” até os cinco anos, antes de se mudar para Teodoro Sampaio (SP), onde viveu o restante de sua infância e parte da juventude. Ainda em Lupionópolis, fora o menino mimado pelo pai Salvador e a mãe Luíza, uma vez que seus irmãos, Luiz José e Maria Aparecida se mudaram para Curitiba (PR) e Celina foi morar em Costa Machado (SP), no Pontal do Paranapanema paulista, depois de se casar com o farmacêutico José Arantes Bueno, mais tarde prefeito de Teodoro Sampaio, no período de 1 de fevereiro de 1977 a 31 de janeiro de 1983.

A personalidade marcante do pai aparece com frequência nos relatos do jornalista. Perguntado sobre suas origens, Montezuma Cruz narra com preferência declarada os feitos do pai. Da mãe, limita-se a contar apenas a descendência. O pai, Salvador Munhoz, fora pioneiro em Lupionópolis, nos anos de 1950. Quando soube da formação da cidade de Teodoro Sampaio (SP), “ele e outros moradores decidiram partir para lá, em mais uma aventura, e tomaram o rumo do Pontal do Paranapanema” (CRUZ, 2014c). Em Teodoro Sampaio, Salvador Munhoz foi vereador e presidente da Câmara Municipal.

Célio Munhoz comemorava suas primeiras conquistas pelo Jornalismo enquanto a imprensa brasileira adotava novo perfil, mais técnico e moderno. Em Teodoro Sampaio (SP) vivenciou suas primeiras experiências na área. Aos 13 anos, trabalhou para seu pai que, além de proprietário de um escritório de Contabilidade, era agente do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Em tempos de iluminação a lamparina e lampião a querosene, eu saía de bicicleta pelas ruas escuras para entregar o *Estadão* nas casas de 63 assinantes. (...) Distribuía exemplares de estreia da notável *Edição de Esportes*, que chegava encartada no *Jornal da Tarde*. O exemplar da edição dominical do *Estadão* pesava às vezes um quilo, por causa das páginas de

veículos e classificados, as mais volumosas da imprensa nacional na época (CRUZ, 2013, p. 9).

Em outro momento, entre os 14 e os 15 anos, o menino Célio saía de trem, de Teodoro Sampaio (SP), para auxiliar o jovem jornalista Neif Taiar na produção do bissemanário *A Região*, em Presidente Prudente (SP), numa viagem que durava três horas e era feita a cada 15 dias. A cada ida à cidade, o aprendiz trabalhava por três dias seguidos. Quando lançou *A Região*, em Presidente Prudente (SP), Neif Taiar, que trabalhou no extinto *A Hora*, em São Paulo, estudava Direito na Instituição Toledo de Ensino, participava ativamente da política universitária no Diretório Acadêmico Castro Alves e também atuava em rádio. “O recém-criado jornal era a sua mais nova paixão” (CRUZ, 2015a). Numa das férias de Neif Taiar, em viagem para Santos (SP), e num exemplo de confiança, o rapaz deixou a produção do jornal toda a cargo do jovem aprendiz de jornalista. “Eu tinha dezesseis anos!” (CRUZ, 2014c). Havia poucos jornalistas na cidade naquele ano e o entusiasmo do menino Célio, aliado à vontade de ser grande, cativaram Neif. “Ele me fez algumas recomendações e ao sair de viagem deixou-me hospedado em sua casa” (CRUZ, 2014b).

À época, o jovem repórter “narrava o êxito das lavouras de algodão e de amendoim que lotavam as carrocerias dos caminhões Ford F-100, rumo aos armazéns das indústrias da Anderson Clayton, Sanbra, Mac Faden e Braswey”, em Mirante do Paranapanema, Santo Anastácio e Presidente Prudente (CRUZ, 2013, p. 10).

No mesmo período, Célio Munhoz “aprendia a escrever” no extinto jornal *Correio da Sorocabana*, “jornal de maior circulação na Alta Sorocabana”, dos irmãos Orlando e Plínio Souza, “exímios linotipistas e diagramadores. Notívagos, paravam as máquinas lá pelas 21h e partiam em busca de uma boa aventura” (CRUZ, 2013, p. 11).

Eu ficava horas observando os irmãos Souza trabalhando nas linotipos, cuja fumaça de chumbo penetrava diretamente na cozinha de dona Graziela, esposa de seu *Gabrielzinho*, cearense que assinava as colunas *Edição Miniatura* e *Bilhete Prudentino*, respectivamente com pseudônimos de Ptolomeu e Jacinto de Aguiar. Tia Catarina Lunardeli estranhava quando eu voltava para casa com manchas de tinta e graxa. Isso ocorria, porque além de aprender a escrever para jornal, queria também ter noções de tipografia (CRUZ, 2013, p. 11, *grifos do autor*).

Em Bernardino de Campos (SP), entre os 16 e os 17 anos, Célio Munhoz deu início à sua carreira ao cursar Jornalismo pelo Instituto Técnico Profissional, no Rio de Janeiro (RJ). Recebeu das aulas por correspondência as primeiras noções do Jornalismo praticado à época, nos moldes da imprensa norte-americana, já com caráter industrial.

Entre outras lições, aprendeu todos os nomes dos jornais brasileiros à época da Corte Imperial no Rio de Janeiro e estudou a fundo a modernização do célebre “nariz de cera”, inovação sugerida pelo jornalista cearense Pompeu de Souza para a introdução das matérias, pois, à moda antiga, nos anos 1930, 40 e parte dos 50, conforme aprendia, “narrava-se o assunto com adjetivações, e só do meio do texto até o final aparecia finalmente o lead” (CRUZ, 2015a). Ou seja, conforme Montezuma sublinha: “Não havia *control C* e *control V*, daí a dificuldade de síntese da maioria dos repórteres no momento de concluir seus textos nas máquinas de datilografia” (CRUZ, 2015a).

Salvador Munhoz gostava de ver o interesse de seu filho caçula pela leitura, e por isso pagou-lhe o curso de Jornalismo por correspondência. “Aprendi as primeiras lições da história do Jornalismo brasileiro, pirâmides direta e invertida, títulos, intertítulos, matérias de gaveta, vocabulário jornalístico, gírias, clichês etc” (CRUZ, 2013, p. 9).

Enquanto desatava os fios de cobre dos pacotes do *Estadão*, o jovem Célio apreciava a chegada das lições do Instituto Técnico Profissional do RJ, das quais também faziam parte ensinamentos do jornalista Carlos Rizzini, que atuou como repórter do *Rio Jornal* e *O Jornal*, em 1919, e dirigiu outros jornais e revistas no Brasil.

Ele ficou para sempre em minha memória, tal qual permanece o jornalista Juarez Bahia. Pelas lições do Instituto Técnico Profissional, que mais tarde podem ter sido fontes de inspiração para o jornalista Alberto Dines aperfeiçoá-las e aprofundá-las nos célebres *Cadernos de Jornalismo* do JB nos anos 1970, eu soube que Rizzini fora proprietário da *Tribuna de Petrópolis*, elegendo-se vereador e deputado estadual naquela cidade. E que, durante o Estado Novo, retornou ao jornalismo como diretor-geral dos *Diários Associados*, exercendo após a redemocratização do País cargos na administração pública federal (1952), estadual (1947) e municipal (1961), nesta última como secretário da Educação e Cultura do município de São Paulo (CRUZ, 2015a).

Carlos Rizzini, a quem Montezuma Cruz se refere neste trecho, escreveu em 1946 *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, obra de referência nacional no ensino do Jornalismo brasileiro.

De 1970 a 1973, ainda em Bernardino de Campos (SP), o estudante Célio escrevia e editava o jornal escolar *Nosso Tempo*, no Colégio Estadual e Escola Normal Dr. Miguel Priante Calderaro. A publicação, mimeografada a tinta, alcançava a tiragem de 500 exemplares e também circulava pela cidade.

Esse jornalzinho comentava os feitos estudantis, dos professores e diretores do colégio, opinando ainda a respeito dos problemas municipais e de suas

conquistas na agricultura. Causava também algum arrepio e ânimos acirrados, quando se dava ao direito de analisar a política local (CRUZ, 2014b).

Ainda estudante, Célio Munhoz conheceu o jornalista José Rodrigues, o Zé, correspondente regional de *O Estado de S. Paulo*, em Ourinhos (SP), que o convidou para atuar como correspondente do *Estadão*, após ter lido a reportagem “Máquinas aguardam safra”. Um relato que o jovem repórter havia feito da chegada de equipamentos de padronização para o armazém do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com 17mil m² então vazios, ao lado dos trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana. Foi nesse período que Célio Munhoz adotou o pseudônimo *Montezuma Cruz*, como forma de poder assinar todos os seus textos publicados em diferentes veículos, “mas sem grandes pretensões, o nome veio do nada” (CRUZ, 2013a). Assinava, à época reportagens em *A Gazeta*, *Folha de S. Paulo*, *Folha da Tarde*, *Última Hora* (paulista), *Notícias Populares* e *Cidade de Santos*. Foi na sala-redação da casa do seu professor de geografia, Mauro Augusto Morteau, que o rapaz criara o pseudônimo que durante alguns meses permitiu-lhe escrever para os concorrentes *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*.

No entanto, entre 1972 e 1974 o *Estadão* propôs ao jornalista ser correspondente regional em Presidente Prudente (SP), após aceitar, ainda assinava matérias como Célio Munhoz, seu nome de batismo. “Quando deixei a correspondência do *Estadão* eu trabalhava em *O Imparcial* e na *Rádio Comercial*, e aí continuei usando o pseudônimo” (CRUZ, 2015a).

Montezuma Cruz, como será tratado daqui para frente o repórter, reconheceu há tempos que a duplicidade de identidade fere princípios éticos e classifica esse como “talvez um dos maiores erros cometidos” (CRUZ, 2015a) no começo do seu trabalho jornalístico para grandes empresas.

Em suas andanças no início da carreira por Bernardino de Campos, Teodoro Sampaio, Presidente Prudente, Presidente Epitácio, durante os governos de Laudo Natel, Roberto de Abreu Sodré e Paulo Egídio Martins, Montezuma produziu suas primeiras matérias: “Chuvas não salvam lavoura”; “Bernardino vence em produtividade”; “Milho produz safra recorde”; “Devastação já alcança o Pontal”; “Na alta Sorocabana, erosão quebra safras”; “Secretaria apóia novo método de pastagens”; “Presidente Epitácio ainda luta contra as inundações”; “Capivara, o maior complexo hidrelétrico do Paranapanema”. Desde essa época, a temática socioambiental estava

presente em sua produção jornalística. Segundo o repórter, narrava o que lhe saltava aos olhos, o que o incomodava, ou o que acreditava que não estava certo, a fim de que melhorasse.

Em 1971, Montezuma tentou conciliar sua incipiente profissão aos estudos na mesma profissão do pai, no curso polivalente (Contabilidade e Colegial), em Curitiba (PR). Todavia, chegou apenas até o terceiro período, e de olho às aspirações da imprensa, resolveu seguir em frente com o que Claudio Abramo (1993) chamara de “carreira jornalística”.

Já perto dos 20 anos e sem ser reconhecido pelo Ministério do Trabalho pela sua profissão, Montezuma Cruz obteve o registro provisório de ilustrador, na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), em Cuiabá, Mato Grosso. “No traço, nunca ilustrei nada. Alguns colegas em situação semelhante, aqueles com algum tempo de trabalho, mesmo sem registro correto, obtinham também o registro de repórter fotográfico” (CRUZ, 2103b). Era um período em que ainda não havia muitas faculdades de Comunicação Social pelo país. “No entanto, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Mato Grosso promovia debates, reciclagem, sempre bem recebidos” (CRUZ, 2014c).

Suas matérias a respeito da cafeicultura destacavam-se ao lado de outras procedentes de Curitiba, Cidade do México, Santos e Genebra. “Começava a me sentir importante” (CRUZ, 2013b). Prêmio maior foi o editorial do *Estadão*, em 13 de agosto de 1972, que fazia menção à reportagem do jovem jornalista “correspondente na Média Sorocabana”, acerca da situação e das perspectivas da economia cafeeira. O Editorial advertia que parte dos lavradores paulistas não se opunha à iniciativa do fomento governamental ao plantio em regiões ecologicamente adequadas do nordeste brasileiro.

De 1973 a 1974, em Presidente Prudente (SP), Montezuma Cruz passou a ser correspondente regional de *O Estado de S. Paulo* e também da *Folha de S. Paulo*. Escrevia para os demais jornais do Grupo Folha: *Folha da Tarde*, *Notícias Populares*, *A Gazeta* e *Cidade de Santos*. Foi também repórter e revisor de *O Imparcial*. Por um tempo, chegou a dormir na clicheria ao lado desse jornal. Depois mudou-se para o nono andar do edifício-sede da Associação Comercial e Industrial, onde passou a morar com o porteiro do prédio. Costumava levantar cedo, às 6 horas, para concluir a produção dos jornais e das rádios Piratininga AM (ZYZ-251) e AM (ZYZ-238), para as quais trabalhou como chefe do Departamento de Jornalismo. Gravava depoimentos de idosos para o jornal falado das rádios e, à noite, acompanhava o coordenador do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), Milton Bissoli, e o Secretário de Educação,

Orlando Monteiro do Amaral, nas visitas aos bairros periféricos de Presidente Prudente (SP).

Recebi no Teatro Municipal, das mãos do vereador espanhol (naturalizado brasileiro) Jerônimo Ruiz Garcia, medalha de reconhecimento pelo auxílio, sentindo-me “o repórter do Mobral” (CRUZ, 2013, p.63).

Naquele período, Montezuma Cruz já era visto como um sujeito exótico, com ar quixotesco, alto, magro, uma cabeleira volumosa, bigode e cavanhaque. Ao desembarcar na redação da *Folha de S. Paulo*, em 1976, ouvia o chefe de sucursais e correspondentes, Fernando Fernandes Barros, gritar em voz alta: “Olhe aí, gente! Ele agora vai pra Rondônia! Será nosso correspondente em Porto Velho”.

Na fase embrionária de sua carreira jornalística, Montezuma Cruz foi incentivado a produzir reportagens com trechos bastante descritivos, com o máximo de detalhes, sem deixar de compor, também, reportagens narrativas e dissertativas.

“Valorizo a cor local” (CRUZ, 2013a), algo muito exigido quando foi correspondente de *O Estado de S. Paulo* no interior paulista, por volta dos 20 anos. Raul Martins Bastos, chefe de sucursais e correspondentes do *Estadão*, pedia aos seus aproximadamente trezentos correspondentes no País – a maior rede mantida por um jornal brasileiro – que caprichassem na descrição de cidades, vilas, pessoas, situações e movimentos. Era isso o que enriquecia as reportagens do *Estadão*, diferenciando-as de outros jornais. O *Jornal do Brasil*, para o qual o repórter trabalhou cinco anos (de 1982 a 1987) em Porto Velho (RO), Cuiabá (MT) e São Luís (MA), também era criterioso na descrição de ambientes, situações e pessoas. Em suas reportagens, “quando não tinha a profissão de advogado, engenheiro, cientista, deputado, arquiteto, economista ou doutor, a fonte, fosse ela um detento ou um pipoqueiro, era tratada de Senhor” (CRUZ, 2015a).

Guardo um texto de 40 linhas, no qual descrevo a exumação do corpo do padre italiano Maurício Maraglio, na cidadezinha de São Mateus (MA). Com anotações no caderno, entrei na fila do único posto telefônico para enviar a matéria à Redação, no Rio de Janeiro. Ficou melhor do que muitas matérias longas. Descrevi a emoção de beatas, acendendo velas e cantando em torno do local onde ficava o túmulo do padre. Os recursos textuais se resumem, para mim, na boa construção. Em não misturar informação com tópicos frasais. Quem faz isso, sujeita-se a um estrago de linguagem tão grande que põe abaixo todo esforço feito para obter matéria bem escrita. (CRUZ, 2014a).

“Aos 22 anos, meu sangue fervilhava” (CRUZ, 2013a). De 1975 a 1976, Montezuma Cruz deixou Presidente Prudente (SP) e rumou para Campo Grande (ainda Mato Grosso), onde trabalhou pela primeira vez no jornal *Correio do Estado*. “A

Redação do jornal na Rua 14 de Julho era uma saleta na qual cabiam não mais que meia dúzia de jornalistas” (CRUZ, 2013a).

Na primeira passagem pelo *Correio do Estado*, Montezuma Cruz começou cobrindo assuntos para a Editoria de Polícia. “Na verdade, fui contratado por José Maria Hugo Rodrigues (filho mais velho do proprietário do jornal) para trabalhar na Rádio Cultura. Sempre depois das 15h, deixava a reportagem volante e passava a redigir matérias” (CRUZ, 2014b). A equipe cobria tudo. “Dos favelados dos Córregos Prosa e Segredo à Universidade Federal; da violência policial à criação de cavalos de raça; dos gabinetes da prefeitura aos mendigos de rua, quartéis do Exército e Base Aérea” (CRUZ, 2014b). Antonio João Hugo Rodrigues (irmão de José Maria e jornalista) sempre tinha predileção por clima, “e no mês de julho tivemos dois a três graus negativos. As geadas mataram o gado em Dourados e queimaram cafezais na Serra da Bodoquena” (CRUZ, 2014b), em Bandeirantes e Camapuã, lembra-se o repórter.

Montezuma Cruz relata que o diretor-proprietário do jornal, à época, o professor José Barbosa Rodrigues, acompanhava suas atividades no rádio e no jornal. Cumprimentava-o, oportunamente por alguns feitos, entre eles, quando entrevistou a índia centenária Teodora Lopes, que morava na Aldeia Jaguapiru e bebia diariamente o chá de tapequê. “Concorríamos com o *Diário da Serra* e o *Jornal da Manhã*, cujos repórteres também eram bem dedicados ao cotidiano campo-grandense” (CRUZ, 2014b).

Naquele momento, Montezuma Cruz se dividia também como correspondente da *Folha de S. Paulo*, repórter da Rádio Cultura AM (ZYG-45) e da sucursal da *Folha de Londrina*. Na Rádio Cultura apresentou o Programa *Dramas e Comédias da Cidade*, que ia ao ar de segunda a sexta-feira, das 6h30min às 7h. “Às sextas-feiras, depois de apresentar o último programa da semana, costumava viajar pelo interior de Mato Grosso” (CRUZ, 2014c). Em janeiro de 1976, o jornalista apurou no Leste de Mato Grosso uma série de seis reportagens sobre o que restou dos antigos garimpos de diamantes, rosa, branco e verde, os de maior valor comercial e que haviam desaparecido, em Alto Coité, Guiratinga e Poxoréu no Mato Grosso.

Por vários momentos, ao longo de sua carreira, o repórter assumiu “ao mesmo tempo e sem dificuldades” (CRUZ, 2014c), diferentes funções dentro dos veículos por onde passava. Um “exercício de dublê de publicações diferentes, de gente diferente, de textos e conteúdos diferentes” (CRUZ, 2014c), que começou em Presidente Prudente/SP, em 1974, logo no início de sua carreira.

(...) sempre quis ir além do meu quintal, ou seja, ao sair de Teodoro Sampaio e Bernardino de Campos, cidades pequenas, tive a chance de fazer de Presidente Prudente a minha plataforma profissional, e de Campo Grande (ainda Mato Grosso), a alavanca para chegar à Amazônia Ocidental Brasileira, com uma única escala em Cuiabá (MT). Ocorre que, em 1977, seduzido pela proposta da *Folha de Londrina*, mudei-me de Porto Velho para Dourados (ainda Mato Grosso), onde trabalhei na sucursal daquele jornal (CRUZ, 2015a).

Entre 1976 e 1977, vislumbrando mais do que uma boa oportunidade de trabalho, o repórter resolveu partir para o norte do País e realizar um sonho de quando era menino: conhecer a Amazônia que tanto o “fascinava”. “Sobreviveria da profissão em Porto Velho (RO), reforçado pelo pró-labore, e das viagens proporcionadas pela *Folha de S. Paulo*. Coloquei as tralhas no ônibus e fui embora” (CRUZ, 2013, p. 64). Lia histórias de frentes pioneiras, da formação das primeiras lavouras de café, dos índios, do Rio Madeira e da lendária Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Ao chegar ao ex-Território Federal de Rondônia, Montezuma Cruz disse ter se deslumbrado com as levas de agricultores expulsos pela formação do lago da Hidrelétrica de Itaipu. Percorreu jazidas de minério de estanho (cassiterita), garimpos de ouro e aldeias indígenas. Cobria a luta dos posseiros e denunciava o jaguncismo armado.

Trabalhou no jornal *Varadouro*, de Rio Branco (AC), periódico que fez parte da imprensa alternativa da qual participou nos anos 1970 e 1980. Após aceitar o convite do jornalista Rochilmer Melo da Rocha passou também a integrar a equipe de repórteres de *A Tribuna*, jornal impresso em máquina rotoplana, responsável pela modernização do jornalismo rondoniense. Rochilmer havia sido repórter do *Correio da Manhã* e colunista de *O Dia*, nos tempos em que cursou Direito no Rio de Janeiro.

Em 1977, Montezuma Cruz retornou ao Mato Grosso, passando por Dourados como correspondente da *Folha de S. Paulo* e repórter da sucursal da *Folha de Londrina*. Em Cuiabá (MT), foi repórter do *Diário de Cuiabá* e do *Correio da Imprensa*. Lembra-se de que viveu “um período muito produtivo” (CRUZ, 2013b) naquela região.

Sob a batuta de seu João Milanez (dono da *Folha de Londrina*, falecido em 2009), do redator-chefe Walmor Macarini, sobrinho dele e do editor regional Jota Oliveira, a *Folha* iniciou-me na fase de sucursais, abrindo-me espaço para reportagens em Mundo Novo, Itaquiraí, Iguatemi, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Rio Brilhante, Caarapó, Naviraí, entre outras cidades sul-mato-grossenses. (...) Eu acompanhava o crescimento de Mundo Novo e Itaquiraí, sob a influência paranaense. João Milanez sorria, cumprimentando-me pelas reportagens descrevendo a vida dos últimos ervateiros da Companhia Matte-

Laranjeira (grafia original); o Pantanal e as comitivas de boiadeiros rumo aos frigoríficos paranaenses; a fronteira esquecida em Porto Murtinho e suas reservas de quebracho; os minérios de ferro e manganês em Corumbá; a fila nos postos de gasolina em Puerto Suárez (Bolívia); a alegre *Isla Margarida*, situada no meio do Rio Paraguai; o contrabando de madeira na fronteira Brasil-Paraguai; o plantio de soja no cemitério de Mundo Novo; a tuberculose entre os indígenas guaranis, terenas e kaiowás internados no Hospital Evangélico em Dourados; as cheias do Rio Ivinhema, onde o Fusca da sucursal chegava abarrotado de remédios, levados de Naviraí pelo radialista Luiz Franco Gomes (CRUZ, 2014b).

Em julho de 1977, por iniciativa do ex-coordenador de Sucursais e Correspondentes da *Folha*, Fernando Fernandes Barros, e do ex-diretor da *Agência Folha*, Luiz Carlos da Rocha Pinto, a *Folha de S. Paulo* projetava o primeiro estímulo interno para suas boas reportagens. Denominava-se *Prêmio Hipólito da Costa*, do qual o jornalista Montezuma Cruz foi o vencedor com uma série de sete reportagens sobre a fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Numa excursão pela fronteira brasileira com o Paraguai, o repórter constatou que algumas localidades sul-mato-grossenses como Porto Murtinho, Nioaque e Ilha Margarida, viviam praticamente paradas no tempo. A série de reportagens “A fronteira esquecida” recuperava valores da população local, pois havia localizado antigos empregados da Florestal Brasileira S/A, que industrializava o quebracho (árvore sul-americana que cresce em regiões vizinhas da Argentina e do Paraguai). As reportagens foram publicadas na *Folha de S. Paulo*, *A Gazeta* e *Folha da Tarde*. O prêmio teve o valor de mil cruzeiros, “uma grana razoável na época” (CRUZ, 2013a).

Ainda em 1977, Montezuma publicou mais duas séries de reportagens, uma mostrou a colonização paranaense e o surgimento de cidades no norte e noroeste do Estado, a outra tratou da polêmica divisão territorial que originou Mato Grosso do Sul.

Passou um ano na capital mato-grossense e dali retornou a Porto Velho (RO), onde, em 1978, nasceu sua filha primogênita, Vânia de Lourdes, na extinta Maternidade Darcy Vargas. Do relacionamento com sua primeira mulher, Lourdes Teodoro da Silva, teve ainda Otávio Luís, no Hospital Santa Helena, em Cuiabá (MT) e Bárbara Cristina, na Santa Casa de Piraju (SP).

Os anos de 1976 a 1979 são classificados por Montezuma Cruz como os mais difíceis na vida dos correspondentes de jornais. Foi um período em que os agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) camuflavam-se na Empresa de Correios e Telégrafos (ECT) de Porto Velho para “bisbilhotar as cabines de telex. Sabiam o que os jornalistas apuravam para os seus jornais em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Conseguiram até cópias das matérias” (CRUZ, 2013, p. 83). Além de “escritório” de trabalho dos correspondentes, “as cabines funcionavam como ponto de encontro com algumas de suas fontes” (CRUZ, 2013, p.83). Daí o interesse do SNI.

Seduzido pelas propostas profissionais que recebia à época, o repórter movimentou-se bastante entre 1978 e 1982 pelo Norte e Centro-Oeste do Brasil. Fez reportagens especiais e do cotidiano, de todo tipo e em todas as áreas. Escreveu matérias longas e curtas, cobriu assuntos relevantes e banais. Neste meio tempo, destaca-se a atuação de Montezuma Cruz como editor do jornal tablóide *Barranco*, lançado em julho de 1979, que durou apenas cinco edições, durante a ditadura militar, porém antes dos atentados à bomba às bancas de jornais e revistas. O veículo caracterizou-se como o mais breve dos jornais rondonienses, era impresso em gráficas de Cuiabá (MT), Rondonópolis (MT) e Goiânia (GO) e retratou a transição entre o velho Território Federal e o novo estado. Além de relatar os ataques de jagunços a colonos no interior, crônicas de sexo, roteiro de tacacazeiras (cozinheiras do tacacá, prato feito à base de goma de mandioca, camarão, jambu e tucupi), hotéis e motéis de Porto Velho. O repórter conta que o jornal circulou, via Correios e distribuidores amigos, até em bancas de Rio Branco (AC), Manaus (AM), Campo Grande (à época MT), Cuiabá (MT), Corumbá (MT), São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1980, na capital Cuiabá (MT) foi repórter de Política do *Jornal do Dia* e do *Equipe*. Foi nesta época que deu início ao processo de seu registro profissional definitivo, conquistado 14 anos depois, em 1994, a partir de um trabalho articulado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Mato Grosso, que reuniu mais de 50 profissionais com registros irregulares, dentre eles o de Montezuma Cruz, e enviou ao então ministro do Trabalho, Rogério Magri, um processo volumoso cheio de provas, que regularizaria por definitivo a situação de repórteres e editores que escreviam matérias diariamente, porém, se viam apresentados como repórteres fotográficos ou diagramadores.

Eu fui diagramador sem diagramar e esse registro consta em minha primeira carteira profissional. Somente em 31 de março de 1994, a DRT-MT informou à Federação Nacional dos Jornalistas o meu registro definitivo, número 463/02/59, na função de jornalista profissional. Assim, o *Jornal do Brasil* logo promoveu-me a repórter A (classificação interna do seu Departamento de Recursos Humanos), tirando-me do quadro de correspondentes. Senti-me honrado, e digo-lhe que isso teve o sabor de aumento salarial. Passei não apenas a ser repórter, mas a auxiliar na edição e também editar Cidades, País, Economia e Internacional (CRUZ, 2014c).

Em Porto Velho (RO) foi repórter de *O Guaporé* e correspondente do semanário *Movimento* (São Paulo). Em 1981, quando esteve em Manaus (AM) foi redator e editor do *Porantim*, jornal do Conselho Indigenista Missionário, que meses depois foi transferido para “a sala 310, do Edifício Venâncio III”, em Brasília-DF. O periódico tinha assinantes em diferentes cidades da América Latina. “Aceitei o emprego com carteira assinada, salários um pouco melhores que aqueles até então pagos nas Redações de Porto Velho” (CRUZ, 2013, p. 104). Em 1982, já em Brasília (DF), foi redator da segunda fase do jornal *Porantim*.

No apagar das luzes do regime militar, o *Porantim* era o único pequeno jornal do País a denunciar que funcionários daquela multinacional [empresa francesa Elf-Aquitaine] ciscavam o terreiro do povo indígena [Terra indígena Andirá-Maraú], em busca do “ouro negro”. Montaram uma torre lá dentro [no meio da floresta Amazônica] e a clareira para o pouso de helicóptero foi aberta na segunda invasão, em 1982, na área Imãnhê (mãe dos bichos), espaço sagrado. Os [índios] saterês ficaram inconsoláveis. Choveram protestos, mobilização ministerial. A Elf-Aquitaine retirou-se da área explorada em janeiro de 1983. Naquele ano, o território saterê era o único demarcado [pela FUNAI] no Estado do Amazonas (CRUZ, 2013, p. 106).

O Brasil ainda encontrava-se sob a égide militar quando, em 1981, o repórter “se viu obrigado” (CRUZ, 2014b) a militar na política rondoniense. À época, era correspondente de *O Estadão* de Rondônia e, ao mesmo tempo, do *Jornal do Brasil*. Era colaborador ativo nas lutas do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) quando ingressou no recém-criado Partido dos Trabalhadores (PT). Na condição de um dos dez signatários da criação do PT, também foi escolhido para disputar as primeiras eleições do recém-criado Estado de Rondônia. Lembra-se de que teve “que presidir a convenção municipal, porque o então presidente do partido, José Assis Cavalcante, cooptado por emissários do Partido Democrático Social – PDS (partido do governo), desapareceu depois de receber de presente um automóvel Opala usado” (CRUZ, 2014b). A lei eleitoral determinava que, na ausência do presidente, o secretário presidisse o ato. Montezuma Cruz era o secretário do PT em Porto Velho (RO).

Saiu candidato a deputado estadual e obteve cerca de quinhentos votos na capital e no interior, mas afirma ter ido “para o sacrifício” (CRUZ, 2014b) a exemplo de outros postulantes. “Quem poderia sair para vereador com eleição praticamente garantida, postulou vaga na Assembleia Constituinte, o meu caso; quem tinha chance de se eleger deputado estadual, saiu para a Câmara dos Deputados ou para o Senado Federal” (CRUZ, 2014b).

A campanha do PT foi simplória: um só cartaz continha os nomes de todos os candidatos, e o Código Eleitoral na época permitia na TV apenas a foto do candidato, acompanhada de rápida descrição e fundo musical. Se o repórter saísse candidato a vereador em Porto Velho, possivelmente teria sido eleito pela força dos votos de legenda. “Não fazíamos comícios”. Em toda a campanha, houve apenas dois comícios em cidades do interior do estado, com a presença do então líder operário Luiz Inácio Lula da Silva. “Ele puxou-me pelos braços, ajudando-me a subir no caminhão em Pimenta Bueno (RO), onde nossos discursos foram todos gravados por agentes policiais federais e policiais civis” (CRUZ, 2014b).

Nesse cenário, o *Jornal do Brasil* enviou aos seus correspondentes, entre eles Montezuma Cruz, um questionário do jornalista e advogado Marcos Castro, indagando se o profissional era filiado a algum partido político ou candidato a algum cargo eletivo. “Respondi que sim, duas vezes” (CRUZ, 2014b). E ainda assim, durante toda a campanha, o jornalista conseguiu escrever a respeito das decisões da Justiça Eleitoral em Rondônia, do investimento maciço feito pelo PDS e da participação do PMDB e PT, “siglas esmagadas pelo rolo compressor montado pelo governador, coronel de Exército, Jorge Teixeira de Oliveira, para eleger os três senadores e cinco dos oito deputados federais” (CRUZ, 2014b).

Em 1982, 1983 e 1984 Montezuma Cruz trabalhou no jornal *O Estadão do Norte*, de Mário Calixto Filho, que migrara de Formiga (MG) para Rondônia no início dos anos 1970, e instalou em Porto Velho a loja Rondolar. “A construção e a decadência de seu império gráfico e jornalístico é um caso à parte” (CRUZ, 2013, p. 89). Em parceria com o colega Eurípedes Cleiton Pena, Montezuma Cruz narrava problemas fundiários, de saúde pública, ambientais, de educação, segurança, justiça, transporte e mineração.

Em Porto Velho (RO), pela terceira vez, de 1983 até 1986, atuou como correspondente de *O Globo*, repórter de *A Tribuna*, editor de Política de *O Estadão do Rondônia*, correspondente do *Jornal do Brasil*, repórter da sucursal do *Diário de Rondônia* (de Ji-Paraná), editor de *O Garimpeiro* e de *O Imparcial* (jornal transferido de Guajará-Mirim para a capital rondoniense). Naquela época, foi o primeiro editor do Programa Bom Dia Rondônia, da TV Rondônia (Rede Amazônica de Televisão). “Mobilidade nunca significou obstáculo para mim. Enfrentava no peito e na raça, adicionando-lhes, é claro, um pouco do meu espírito andarilho possivelmente herdado dos avós de Málaga (Espanha)” (CRUZ, 2015a).

Ao todo, Montezuma calcula que tenha passado quase dez anos em Porto Velho, sua “base estratégica para outras andanças amazônicas” (CRUZ, 2013, p. 66) e para onde retornou em julho de 2014, depois de 28 anos, e permanecia atuando na Assessoria de Comunicação do governo.

Atuou na sucursal de *O Parceleiro*, em Porto Velho (RO), jornal que era feito em Ariquemes (RO), e marcou época no interior rondoniense. Seu proprietário, o editor Osmar Silva, escritor ficcionista e poeta, deixara Itabuna, na Bahia, para conhecer a saga dos burareiros baianos em Rondônia. “Burareiro deriva-se de burara (pequena fazenda de cacau)”, explica Montezuma Cruz (CRUZ, 2015a).

Ao longo de sua carreira jornalística, desde sua chegada ao ex-Território Federal de Rondônia, o repórter Montezuma relata que buscou conhecer lugares e pessoas a respeito dos quais escrevia. Raras vezes usou o telefone, dadas as dificuldades das comunicações na época. “Felizmente, os jornais me proporcionavam viagens e, graças a elas, o meu jeito de trabalhar teve muitas facilidades. Apurava tudo com tempo para elaborar textos de página inteira, meia página ou blocos menores, porém, ilustrados” (CRUZ, 2014a).

Em *A Tribuna*, *O Guaporé* e na agência dos Correios encontrou o telex, a partir de 1976. Entre aquele ano e 1986, usou esse aparelho para transmitir matérias mais urgentes às redações e também para os jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, dos quais foi correspondente entre o período territorial e o advento do Estado de Rondônia .

Um período de emoções fortes na vida pessoal e profissional do repórter foram os anos de 1984 a 1989, quando nasceram cinco de seus oito filhos, e assumiu empregos em pelo menos três estados diferentes do país. Em Porto Velho (RO), no ano de 1986, da união com Ana Maria Mejia, sua segunda e atual mulher, e colega de profissão em *Estado do Maranhão*, nasceu Ana Terra, na maternidade do Hospital de Base Ari Pinheiro.

Da minha relação com Anete Cunha Alho, em Porto Velho, nasceram Paulo Alho, em 1984, e Célia, em 1986 – os dois no Hospital de Base da capital rondoniense. Geovane e Ana Heloíse, filhos do primogênito Alex Mejia, de Ana Maria Mejia, foram criados por mim e por ela desde bebês. Eles a chamam de mãe desde criancinhas, e a mim, de vó. Então, posso ser considerado pai de dez. Interessante nesse vaivém profissional foi proporcionar a alguns de meus filhos a oportunidade de serem andarilhos iguais a mim. Se morei em uma dúzia de cidades, pelo menos em três alguns passaram, cresceram e estudaram. Otávio Luís e Vânia moraram conosco (eu e Ana Maria) em São Luís do Maranhão. Otávio morou depois em Cuiabá e

Foz do Iguaçu, onde Bárbara Cristina [do casamento com Lourdes] conviveu com Ana Terra, Rafael e Lúcio [de Ana Maria] (CRUZ, 2015a).

Em 1987, mudou-se com a família para São Luís do Maranhão, onde ficou por um ano como correspondente do *Jornal do Brasil* e um dos oito repórteres que trabalhavam na Editoria de Cidades de *O Estado do Maranhão*. Cabia-lhe escrever e editar sozinho o apêndice *Jornal dos Bairros*. Cobria a periferia da Ilha do Amor, “uma sublime tarefa diária”. Trabalhava nessa área “com muita vontade, conhecia pessoas, ouvia relatos impressionantes” (CRUZ, 2013, p. 108). O jornalista conta que era muito procurado na Redação do jornal, em razão do estilo de reportagem que escrevia, sempre a partir da história de seus personagens reais.

Foi em São Luís (MA) que nasceu seu segundo filho com Ana Maria Mejia, Rafael Natalino, na Maternidade Marly Sarney. “E qual foi o primeiro passeio do bebê? Embrulhado em fralda e casaquinho, na primeira semana de vida ‘conheceu’ o balcão da biblioteca do jornal *O Estado do Maranhão*, onde permaneceu horas até que a mãe deixasse a reportagem” (CRUZ, 2015a).

Deste período, Montezuma guarda na memória os animados plantões na redação do *Estado do Maranhão* aos fins de semana. O trabalho intenso na sexta-feira à noite começava com a antecipação da maior parte das edições dominicais e de segunda-feira, e terminava no “Bar do Assis”, por volta das 22h, com uma rodada de cerveja ao som de reggae, sob a brisa do mar, após, claro, uma partida de futebol com bola de meia em meio às mesas e cadeiras arrastadas na redação, para dar espaço ao campo improvisado. O repórter lembra que era no meio do futebol que “nasciam criativos títulos em três linhas de (apenas) nove toques” (CRUZ, 2013, p. 117).

Ao relatar sua atuação profissional nesta época, Montezuma Cruz é discreto, mas não consegue esconder a satisfação e a realização que o período lhe proporcionou nas “terras sarneystas” (CRUZ, 2013, p. 117). “Desnudei a Ilha de São Luís” (CRUZ, 2013, p. 108). Apoiara o movimento dos sem-teto em diversos locais, visitou o lixão do Morro do Urubu, testemunhou a disputa entre donos de bois-bumbá no Bairro Madre de Deus, conheceu ferros-velhos, escolas, pontes, presídios, delegacias, escolas técnicas, mutirões, cobriu casamentos comunitários e denunciou a poluição de rios.

Em 1988, migrou para o sul do Brasil e fez morada em Maringá (PR), onde atuou, novamente, depois de 10 anos, como repórter da sucursal da *Folha de Londrina*. De 1989 a 1991, voltou para Cuiabá (MT) como correspondente de *O Globo*, repórter de *O Estado de Mato Grosso*, repórter e editor de Cidades de *A Gazeta*. Nesta época,

nasceu seu terceiro filho com Ana Mejia, Lúcio Salvador, no Hospital Municipal de Várzea Grande (MT), em 1989.

Segundo o repórter, foi a partir de 1989 que as pautas socioambientais não mais deixaram suas reportagens. Cobria a descontaminação de mercúrio em garimpos no município de Poconé, a fauna e a flora do Pantanal, e a corrida do ouro na região do “Nortão” mato-grossense. Era repórter de *O Estado de Mato Grosso* e correspondente de *O Globo*, quando o Sindicato dos Jornalistas Profissionais naquele estado o designou representante num seminário ambiental promovido pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), no auditório do Banco Central, em Brasília (DF). Levou, na ocasião “um relatório dos problemas ambientais do estado”. Era a época dos garimpos de ouro, que, segundo o repórter, “infelizmente”, causaram “a poluição nos rios da região norte, houve guerra entre os donos de dragas (tipo especial de embarcação) e a diminuição da atividade predadora ocorreu apenas nos anos 1990,” quando a soja avançou ao longo da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) (CRUZ, 2015a).

No ano de 1991, regressou a Maringá (PR), mais uma vez como repórter da sucursal da *Folha de Londrina*. De 1991 a 1996, Montezuma Cruz atuou em Foz do Iguaçu (PR), no sul do país. “Foz é currículo, garoto”, avisou-o o decano jornalista Chico Alencar, veterano colunista de *A Gazeta do Iguaçu*, com longos anos de experiência nas terras sulinas.

E foi mesmo: além da *Folha*, onde brilharam Mauri König, Ney de Souza, Ana Maria Mejia, Valmir Denardin, Élvio Seibert e Edna Mendes, acrescentava outros dois jornais à minha carreira: *Catraca*, no formato ofício, que circulava em pontos de ônibus, e *Foz em Resumo* (o primeiro diário via fax do Paraná), editado pelo jornalista Vinícius Ferreira (CRUZ, 2013, p. 28).

Em Foz do Iguaçu acumulou várias funções: como repórter, editor e colunista, colaborou com o semanário *Nosso Tempo*, e foi correspondente da *Revista do Mercosul* (RJ), na fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Ao mesmo passo, foi assessor de imprensa da *Foz do Iguaçu Turismo S/A (Foztur)*, repórter da Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura de Foz do Iguaçu, chefe de redação da sucursal da *Folha de Londrina*, colaborador de *O Estado de S. Paulo* e correspondente da *Gazeta do Paraná*, de Cascavel (PR). “Em Foz, me desfiliei do PT, e nunca mais militei na política partidária, talvez por isso a minha carreira tenha prosseguido inalterada” (CRUZ, 2014c).

De 1997 a 1998, voltou a trabalhar em cidades do interior paulista onde viveu sua infância e parte da juventude. Passou por Bernardino de Campos (SP), Santa Cruz

do Rio Pardo (SP) e Ourinhos (SP), onde atou como colaborador de *O Estado de S. Paulo*, repórter do *Debate*, editor do *Terra Rossa* (jornal do Sindicato Rural de Santa Cruz) e editor regional do *Jornal da Divisa*.

Depois de seis anos nas Três Fronteiras (Brasil-Paraguai-Argentina), decidi mudar-me para o interior paulista. Foi saudade mesmo, e consequência de uma frustrada tentativa de adquirir uma casa própria. Realmente, comprei uma pequena casa por R\$ 12 mil e quando fui embora para Brasília, em 1999, vendi-a por R\$ 5 mil, menos da metade do que investi, com as economias trazidas de Foz do Iguaçu. Eu ia de ônibus para Santa Cruz e voltava de moto-táxi. As cidades são próximas. Ia e voltava de ônibus para Ourinhos. Foi um período precioso em minha carreira, pois resgatei histórias de municípios próximos ao rio Paranapanema, ao ser editor regional do *Jornal da Divisa* (CRUZ, 2015a).

Tão entusiasmado ficava com as edições dominicais, o dono e diretor-responsável do *Jornal da Divisa*, Luiz Carlos Eloy (falecido em 2014), lotava o seu automóvel com exemplares para venda em bancas e viajava pela região, acompanhado por Montezuma e seus filhos, Lúcio Salvador e Otávio Luís, que ajudavam na distribuição dos exemplares do veículo na região de Ourinhos.

Uma mudança em sua carreira aconteceu entre 1999 e 2004. O repórter foi deixado de lado e assumiu o assessor de imprensa. Neste período, o jornalista Montezuma Cruz atuou em Brasília (DF), como assessor do então senador Amir Lando (Rondônia), posteriormente, designado Ministro da Previdência Social, de quem cuidou, inclusive, das “correspondências pessoais”. Do gabinete, “recebia ligações de jornalistas notáveis”, entre os quais Carlos Chagas, Dora Kramer, Florestan Fernandes Júnior, Jorge Bastos Moreno, José Neumann Pinto, Luiz Adolfo Pinheiro e Rudolfo Lago. “Levantava cedo, lia os jornais, marcava entrevistas. Às vezes, o senador chegava aos estúdios de rádio e TV mais cedo que o esperado. Dureza era quando chegava depois” (CRUZ, 2013). O jornalista acumulava, nesta época, a função de colunista do jornal *Imprensa Popular*, de Porto Velho (RO). Montezuma Cruz permaneceu em Brasília por mais alguns anos, num total de uma dezena, até voltar a Campo Grande (MS) em 2011.

“Um período marcante de 14 meses” (CRUZ, 2014c), assim o repórter se refere ao tempo que foi redator de Cidades no *Jornal de Brasília*, na capital do país, e que se iniciou em maio de 2005 com o atropelamento que sofrera na Estrada Parque Guarátaguatinga, com uma semana de serviço. O jornalista conta que foi em razão do atropelamento que sua opção por não conduzir veículos automotivos e nem possuir habilitação se confirmou.

Até hoje se locomove na maioria das vezes a pé, de ônibus, metrô, ou carona. Sobre o acidente, o jornalista relatou que foi trabalhar mesmo ainda em recuperação porque “necessitava do emprego” que lhe fora dado pelo editor-chefe do *Jornal de Brasília*, Carlos Honorato, e não queria desapontá-lo. Foi incumbido de fazer o trivial e de redigir o necrológico, publicado diariamente na página dois do veículo (CRUZ, 2013, p. 58). O repórter acumulou também a função de editor da *Agência Amazônia de Notícias*.

Todas as tardes a administradora do Cemitério Campo da Esperança enviava a lista de sepultamentos nesse e nos demais cemitérios da cidade do Distrito Federal. Eu organizava os nomes em ordem alfabética e, às vezes, descobria nomes ilustres. O general Otávio Medeiros, criador do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi um deles. O *Jornal de Brasília* foi uma das mais alegres e barulhentas redações onde trabalhei. Servia de escola para jovens estudantes de comunicação em fase de conclusão de curso. Vi alguns deles saírem dali com boas propostas para trabalhar em outras publicações locais ou nacionais (CRUZ, 2013, p. 58).

Do trabalho como repórter regional e de Cidades em *O Diário do Norte do Paraná*, onde atuou em outubro de 2006, em Maringá (PR), Montezuma Cruz narrou a cobertura do caso inusitado do sacrifício de uma égua, que o mitificou como o “repórter de animais sofridos”. Nunca havia visto algo semelhante. “Era a minha chance” (CRUZ, 2013, p. 30).

De volta a Brasília (DF), em 2007, onde ficou até fevereiro de 2011, trabalhou desta vez na assessoria de imprensa do deputado Fernando Melo (Acre). Ao mesmo tempo, foi editor da *Agência Amazônia de Notícias* e editor responsável pelos sites *Amazônias* e *Rondônia Inca*, ambos linkados ao portal *Gente de Opinião*, de Porto Velho (RO), para o qual até hoje colabora.

Chegou a Campo Grande (MS) em fevereiro de 2011, após aceitar o convite de trabalho do diretor-proprietário do jornal *Correio do Estado*, Antônio João Hugo Rodrigues, feito em um almoço de amigos em Brasília (DF). Atuou até 10 de setembro de 2013, como Editor de Opinião e repórter especial, período em que redigiu as reportagens que constituem o *corpus* de análise desta Pesquisa.

Entrei no Correio do Estado em 15 de fevereiro de 2011, inicialmente, fui repórter especial. Viajava sucessivas vezes ao interior. Depois, fui escalado para editar Opinião: escrevia diariamente o editorial e coordenava cerca de cem colaboradores, um recorde na história do jornal. A cada 15 dias levava um relatório ao Antônio João, revelando quem colaborava com a página dois. Ele nunca censurou um artigo e apreciava muito o meu sentido de organização. Às vezes, recebia pedidos da diretora Ester Figueiredo Gameiro,

para publicar artigos de colaboradores antigos e tradicionais, que enviavam os textos diretamente para ela (CRUZ, 2014b).

Ao término do contrato entre o jornal e o consultor Wilson Marini, que participou da última reforma gráfica do *Correio do Estado*, em 2011, Montezuma Cruz foi incumbido de produzir a análise das edições diárias, nas quais destacava os feitos das reportagens, “não poupava falhas, inclusive as minhas, na seção de Opinião” (CRUZ, 2013a). Ouvia algumas queixas, e disse se lembrar de uma frase da diretora Ester Figueiredo que justificava a manifestação de quem quisesse sobre suas análises: “O choro é livre”. Antonio João chegou a lhe ordenar que subisse ao terceiro andar, na editoração eletrônica, para alterar títulos, chapéus e legendas que não correspondessem “ao padrão do jornal”. Atitude que adotou algumas vezes, porém, abandonou, ao perceber que o método resultaria não raro em atraso do encaminhamento das páginas à gráfica, pois o fechamento nas editorias ocorria pelo menos meia hora antes.

Em algumas ocasiões, ponderava a respeito das falhas, sugeria aos jornalistas da redação leituras e até lhes emprestava livros, mesmo sem a certeza de recebê-los de volta. Em outras, teve pouca paciência, a “resistência ao acerto” (ou a insistência no erro) irritava o jornalista.

Ouvia desculpas bem parecidas como “a pauta furou, a pauta caiu”. A gente sabe que sempre há um jeito de inverter a pauta e, se raciocinarmos um minuto evitamos vícios de linguagem, clichês e uso de palavras da moda. Repórteres e editores esqueceram-se dos verbos acontecer, ocorrer; tudo vem se transformando em “registros”. “Registros de assaltos, de febre, de presença de público em estádio, registro de raios e de granizo”. Isso é lamentável. E as frases “o delegado abriu um inquérito”? Algumas pessoas rejeitavam correções e pouco ligavam para orientações entusiasmadas que iam além do *lead* americano. Não entendiam que o melhor saldo disso seria um presente valioso para o leitor. Não aceitavam que no jornalismo diário aprendemos a cada dia (CRUZ, 2014c).

Meticuloso com as palavras, Montezuma preza pela escolha das que melhor definem as situações, nada de substituições ruins ou desapropriadas. Condena repetições, plenoasmos, cacofonias, ou usos inadequados dos verbos. Para o jornalista, pior o texto quanto mais incorretas estiverem as informações nele contidas, ou mal estruturados forem os parágrafos.

Em setembro de 2013, com a ideia de se aposentar e “cansado das repetidas queixas de ambas as partes” (CRUZ, 2014c), deixou o jornal *Correio do Estado*, no dia 10 de setembro. Mas não se aposentou. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) constatou a falta de um ano e meio de contribuições para inteirar trinta e cinco anos de

trabalho. Com a reeleição de Confúcio Moura, governador de Rondônia, em 2014, Montezuma Cruz jornalista foi convidado a permanecer no Departamento de Comunicação Social do estado, como Editor e até a conclusão desta pesquisa estava na função.

“Cá estou, na peleja. Voltei ao exercício diário de criatividade e paciência e espero resgatar o meu papel de repórter em 2015” (CRUZ, 2014b). Editava, à época (final de 2014), uma revista para a Secretaria de Planejamento do Governo de Rondônia e ainda atuava no Decom (Departamento de Comunicação do Estado de Rondônia), porém, “saudosos da Redação. Sei lá, fui contaminado no século passado e dificilmente a medicina descontamina velhos repórteres” (CRUZ, 2014b).

2.2 MATO GROSSO DO SUL: O LUGAR DE FALA DO REPÓRTER

Segundo Sousa (2004, p.11), “o olhar do pesquisador sobre a realidade deve incidir não apenas no fenômeno que procura estudar, mas também no seu contexto”. Com base nesta afirmação são apresentadas, agora, informações gerais sobre o estado de Mato Grosso do Sul (MS), com o intuito de situar o leitor no universo social, econômico e político das reportagens de Montezuma Cruz, publicadas de 20 de fevereiro de 2011 a 1º de setembro de 2013, no Jornal *Correio do Estado*, em Campo Grande, capital de MS.

Trata-se de uma região rica em recursos naturais essenciais para o equilíbrio da vida no planeta (como a fauna e flora pantaneiras, o minério e a água doce dos rios) fortemente engendrados com a economia local, onde a temática socioambiental, como na maior parte do Brasil, ainda não ocupa o merecido lugar de destaque nas páginas da imprensa escrita, a não ser pelo viés econômico, em se tratando do turismo regional e seu mote mercadológico, e pelos problemas ambientais em razão da expansão da atividade agropecuária e mineradora, matrizes geradoras e sustentadoras do desenvolvimento econômico do Estado de Mato Grosso do Sul.

2.2.1 História

No início, a formação da economia mato-grossense ocorreu a partir da descoberta do ouro, importante ciclo econômico que permitiu o deslocamento da dinâmica da economia brasileira do litoral para o centro do império. Localizada na

porção Norte da região de Mato Grosso, a atividade se desenvolveu entre 1720 e 1780, quando a sua decadência levou à hegemonia das atividades até então complementares, que se tornaram atividades substitutas – a agricultura e a pecuária.

Também exerceu bastante influência na configuração da economia do estado, a exploração da erva-mate, a partir de 1882, e depois, com a modernização da produção com a criação da empresa Companhia Matte-Laranjeira, em 1892, as terras ao Sul de Mato Grosso, na fronteira com o Paraguai e com o Paraná, foram utilizadas para a exploração da erva-mate nativa.

Segundo Pavão (2005), a partir da chegada ao poder central do grupo de Vargas (1930), iniciou-se um conflito entre a empresa e os diversos agentes políticos – estaduais e federais – além de parte da imprensa, trabalhadores rurais, posseiros, e demais envolvidos, que queriam a quebra do monopólio da Matte-Laranjeira, a qual era acusada de ser uma empresa internacional (proprietários argentinos) e que utilizava mão de obra estrangeira (paraguaios). A disputa pelas terras, na região Sul de Mato Grosso, entre posseiros gaúchos e a companhia, se desenrolou em conflitos armados.

É interessante apontar que a exploração dos ervais do Sul de Mato Grosso ocorreu de forma predatória, sem a preocupação com a manutenção da atividade, extraído-se o máximo de produção, devastando as matas, o que não aconteceu nos ervais argentinos, por exemplo, que foram plantados e tratados de forma mais racional, possibilitando ganhos de produtividade, além da existência naquele país da experiência na industrialização do produto. Na região do Paraná, a exploração da erva-mate teve como principal característica a participação de pequenos produtores, diferentemente de Mato Grosso, o que propiciou à região continuar com uma boa produtividade, fornecendo erva-mate para o mercado interno e para a Argentina e Cuba (PAVÃO, 2005, p. 120-121).

Estas atividades não conseguiram dar a mesma dinâmica do período anterior, o que fez a economia mato-grossense entrar num processo econômico letárgico, assim permanecendo até a década de 1850, quando ocorreu a abertura da navegação pela Bacia do Prata, que permitiu o desenvolvimento do comércio internacional e a maior integração com a metrópole imperial (PAVÃO, 2005).

Esse processo de desenvolvimento econômico foi interrompido pela Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul, que provocou a desestabilização na economia mato-grossense, ao ocupar a área do Sul do Mato Grosso, destruiu e impediu o desenvolvimento econômico da região, bem como da parte Norte, dependente do comércio internacional.

Após a guerra, a economia de Mato Grosso estagnou-se, apenas a região de Corumbá (1838) conseguiu se reerguer com o advento dos capitais internacionais (uruguaio, argentinos, europeus e americanos), os quais passaram a disputar o mercado da região da Bacia do Prata. A abertura da navegação pelo Rio Paraguai permitiu o desenvolvimento de Corumbá e da capital Cuiabá (1719), a inserção de grupos internacionais na exploração e a exportação de produtos regionais.

Segundo Pavão (2005), a esta época, a ocupação da região Sul de Mato Grosso se deu com as migrações internas, principalmente do triângulo mineiro, responsáveis pela criação das cidades de Campo Grande e Paranaíba. Os gaúchos representaram outro fluxo migratório interno, primeiramente a partir da ocupação da região Sul do Estado no início do século XX, que culminou com a criação do município e território de Ponta Porã, e em seguida, a partir da criação da colônia agrícola de Dourados, que trouxe pessoal do interior de São Paulo, do Nordeste e da região Sul, do Paraná e Rio Grande do Sul, principalmente.

Somada a estes movimentos está a migração de estrangeiros, particularmente libaneses, japoneses, paraguaios e italianos, que em sua maioria, chegaram ao Sul de Mato Grosso fugindo de guerras e de outros problemas como a falta de terras ou catástrofes da natureza em seus países de origem.

Pavão (2005) escreveu que, em linhas gerais, foi todo esse movimento migratório que propiciou a ocupação demográfica e econômica de Mato Grosso do Sul, responsável pelo grande aumento das taxas de crescimento populacional, principalmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980, cujo dinamismo se arrefeceu nas décadas de 1990 e 2000.

A ferrovia que ligava Bauru a Corumbá foi completada em 1943, quando atingiu o município mato-grossense. A partir de 1938, foi iniciada a construção do ramal da ferrovia ligando Campo Grande (estação Indubrasil) ao município de Ponta Porã, no extremo Sul do Estado, na fronteira com o Paraguai. A conclusão do primeiro trecho ocorreu em 1944, quando da implantação de 154 quilômetros ligando Campo Grande a Maracaju. O trecho total foi completado em 1953, quando foi feita a ligação até Ponta Porã.

Com a completa implantação da Ferrovia Noroeste do Brasil, em 1953, a economia do Sul de Mato Grosso passa a se integrar não somente ao centro dinâmico da economia nacional, mas também com os mercados dos países fronteiriços: Paraguai e Bolívia. A ferrovia em Mato Grosso teve a extensão de 1200 quilômetros, o que

permitiu o tráfego de passageiros e de mercadorias entre o polo dinâmico e a região do Sul de Mato Grosso. Propiciou também uma maior integração da região do cone Sul do estado com o principal polo de crescimento econômico do Sul de Mato Grosso.

Extremamente desenvolvida na parte Sul do estado, a pecuária mato-grossense já se apresentava como uma das maiores do país, na década de 1920, ocupando o quarto lugar no Brasil. A atividade da pecuária foi o setor mais dinâmico, no período de 1930 a 1970, com o fornecimento de boi em pé (para engorda) para as invernadas paulistas, com a produção de charque e outros derivados dos bovinos (sangue, couro, chifre, etc.).

Foi a partir do desenvolvimento da pecuária e da exploração de seus derivados que se constituiu o espaço Sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). As condições climáticas, geográficas, físicas, e a menor distância aos centros econômicos em relação à região Norte de Mato Grosso, possibilitaram o crescimento econômico da região e sua formação como espaço especializado na pecuária de corte.

A partir da década de 1970, os Estados da região Centro-Oeste foram incorporados à economia nacional, por meio de vários programas federais, que possibilitaram a expansão da fronteira agrícola para a região e a modernização da agricultura, visando gerar divisas para fazer frente à crise internacional. Dentro deste processo é que ocorreu o desmembramento e a criação de Mato Grosso do Sul (PAVÃO, 2005).

2.2.2 A criação do Estado

A decisão de dividir Mato Grosso em dois estados foi tomada em 1977 e efetivada em 1979 com a criação de Mato Grosso do Sul. À época, o governo do presidente Ernesto Geisel afirmava ser essa a melhor forma de administrar e desenvolver uma região tão extensa, diferenciada e estratégica. Além disso, a região centro-sul de Mato Grosso, com agricultura mais intensiva, distribuída por um número maior de propriedades, crescia de forma econômica e socialmente diferente da região norte, onde predominam até os dias atuais a pecuária extensiva e o latifúndio.

Mato Grosso do Sul nasceu sob a égide do regime militar, de inspiração golberiana (De Golbery do Couto e Silva, o general chefe da Casa Civil do Governo Geisel e grande ideólogo do regime militar), “para ser um Estado Modelo, dentro de uma estratégia de interiorização do Brasil” com o desenvolvimento mais acelerado na região Centro-Oeste (SILVA, 2007, p. 35). No entanto, em consequência da herança dos

velhos tempos do coronelismo político, deixada a seus novos administradores, em seus 42 anos de história, apesar de sua natureza rica e fertilidade de suas terras, estagnou-se no trinômio boi-soja-minerais.

Em Pavão (2005) consta que o desenvolvimento econômico da região Sul de Mato Grosso foi o principal motivo da pressão dos sulistas para o desmembramento do Mato Grosso. Além do desenvolvimento econômico, registrava-se o crescimento do conjunto de cidades existentes na região, como Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana, principalmente em razão do vínculo com a economia paulista, cujos intercâmbios permitiram o desenvolvimento comercial e da agropecuária da região.

Com a promulgação da lei versando sobre a criação de novos Estados (Lei Complementar nº. 20/1974), no período militar, os divisionistas apresentaram estudos de viabilidade do Estado cujo desdobramento foi a criação de Mato Grosso do Sul, em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar nº 31.

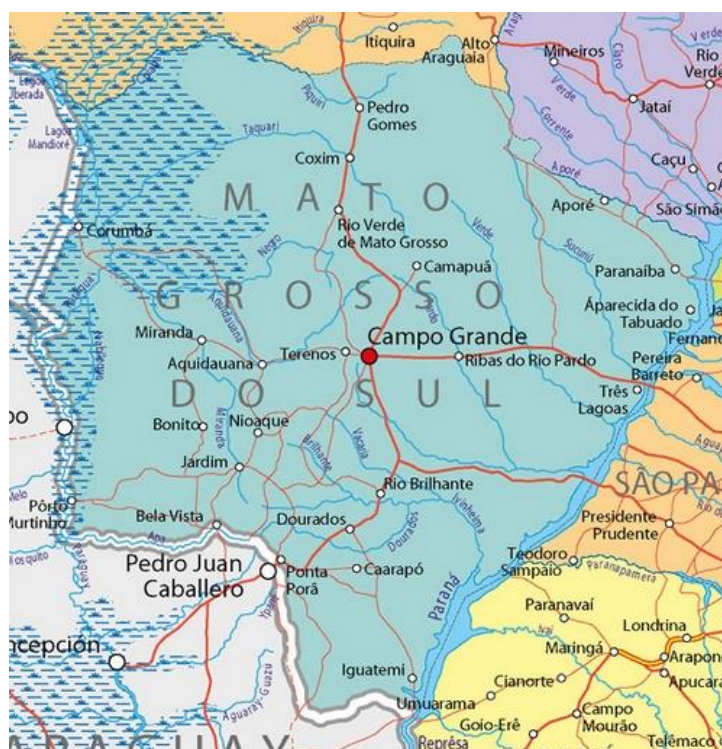


Figura 5- Mapa de Mato Grosso do Sul (Fonte: portalbrasil.net, 2010)

Foi nessa fase que o Estado se consolidou como fronteira agrícola e produtor de matéria-prima e alimentos para exportação. Com a implantação da cultura da soja, alterou-se a criação de gado, que passou a engordar e exportar o gado para o Sudeste,

estabeleceu-se um sistema de transporte, com a Ferrovia Noroeste do Brasil, que favoreceu a integração econômica e regional e o crédito agrícola barato propiciou novas atividades agropecuárias, até mesmo florestais.

Na visão do Governo Federal, Mato Grosso do Sul teria condições de auto-sustentação, enquanto Mato Grosso receberia um conjunto de financiamentos para permitir seu desenvolvimento. Ambos os estados foram contemplados com recursos federais do Programa Especial de desenvolvimento do Mato Grosso do Sul (PROSUL) e do Mato Grosso (PROMAT), com o objetivo de promover o desenvolvimento agroindustrial e agrícola (produção de alimentos, principalmente o trigo, para substituir as importações nacionais do produto). Estes programas, de responsabilidade do Ministério do Interior (MINTER), previam o aporte de recursos para os programas por 10 anos (PAVÃO, 2005, p. 167).

A evolução urbano-demográfica de Mato Grosso do Sul ocorreu acompanhando a conformação da economia do Sul de Mato Grosso, baseada na produção pecuária e sua dinâmica determinada pela demanda de carne nas regiões metropolitanas, principalmente do Sudeste, enquanto a agricultura da região caracterizava-se como uma produção incapaz de atender a demanda interna. As transformações da sociedade brasileira influenciaram a vida da região, com o processo de urbanização, que alterou o modo de vida socioeconômica de rural para urbana. Estas transformações levaram à criação de novos municípios, em razão do processo de urbanização provocado pela cultura da pecuária (que necessitava de pequeno número de trabalhadores para administrar grande plantel) (PAVÃO, 2005).

Observa-se a evolução da criação de municípios em Mato Grosso do Sul, a partir da década de 1960, 15 novos municípios foram criados entre 1960 e 1970, 12 foram criados pela mesma lei. Este fato indicou que a estratégia do governo foi a divisão de grandes municípios em parcelas menores, visando ao melhor desenvolvimento local. No período de 1970 a 1980, surgiram apenas 5 novos municípios, todos na região Sul do Estado. Estes municípios surgiram do parcelamento dos municípios de Dourados e de Amambaí.

De 1980 a 1990, com a criação de Mato Grosso do Sul, foram criados 17 novos municípios, nas diversas partes do Estado, 9 na mesma data, em 1980: Costa Rica, São Gabriel do Oeste, Selvíria, Sete Quedas, Tacuru, Taquarussu, Bodoquena e Itaquiraí. Nesta fase, já se encontrava implantada, em Mato Grosso do Sul, a rede de rodovias federais que cortava o Estado em suas várias regiões, integrando a região ao mercado nacional e englobando uma área muito maior que a atingida até então pela ferrovia. Atualmente, o Estado é formado por 79 municípios. O mais novo deles, Paraíso das

Águas, foi emancipado do município de Água Clara em 30 de setembro de 2003 e fundado em 1º de janeiro de 2013.

Em relação à rede urbana, o desenvolvimento desigual entre os municípios ocorreu pelas condições econômicas e sociopolíticas, que interferiram na conformação municipal. Somam-se a estes fatores os problemas de ordem político-econômica, com a perda de dinamismo da economia frente às mudanças ocorridas no país, a partir da década de 1980/90.

Enquanto o país apresentava fraco crescimento, Mato Grosso do Sul, cuja infraestrutura física e administrativa estava sendo implantada, teve um crescimento importante, principalmente em razão das transformações provocadas pelo foco das atividades locais, que visavam ao mercado internacional. Com a ampliação da fronteira agrícola para a região Amazônica e para estados como o Maranhão, ocorreu a transferência do dinamismo econômico, aumentando assim o fluxo migratório para estas regiões, e em Mato Grosso do Sul ocorria a saída de contingentes de trabalhadores para a fronteira agrícola. Este processo pode ser confirmado ao analisar-se a urbanização na região nos anos de 1960 e 2000, cujos destaques são Campo Grande, Dourados e Corumbá.

Os principais motivos para a aglomeração urbana em Campo Grande, transformada em Capital do Estado em 1977, foram a existência ou instalações do conjunto de instituições públicas e privadas, concentrando considerável contingente de funcionários públicos (federais civis e militares; estaduais e de estatais e da prefeitura); com a administração estadual centralizada no Parque dos Poderes (sede do governo estadual), além do grande número de empresas ligadas ao setor terciário (comércio, bancos, assistência médico-hospitalar, centros de educação fundamental, médio e superior, etc.).

Em relação à infraestrutura social, Mato Grosso do Sul apresenta a concentração de serviços públicos nas principais cidades do Estado, ou seja, em Campo Grande, Dourados, Corumbá, Três Lagoas, Ponta Porã e Aquidauana.

Segundo dados divulgados pelo IBGE, atualmente, Mato Grosso do Sul (MS) é formado por 79 municípios, possui uma população estimada em 2.619,657 pessoas, uma área de 357.145,532 km², e uma densidade demográfica média de 6,86 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) do Estado é 0,729 (numa escala de 0 a 1), que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). A dimensão que mais contribui para o IDHM de MS é

Longevidade, com índice de 0,833, seguida de Renda, com índice de 0,740, e de Educação, com índice de 0,629. Mato Grosso do Sul ocupa a 10ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,824 no Distrito Federal e o menor é em Alagoas, 0,631.

O crescimento demográfico em Mato Grosso do Sul ocorreu de forma mais acelerada que no Brasil. Entre os Censos de 2000 e 2010, a média de crescimento populacional no Brasil foi de 1,17% ao ano, enquanto em MS foi de 1,47% ao ano. A região que mais cresceu foi a de Campo Grande, que abriga 43% da população adicional. Entretanto, a quantidade adicional de pessoas corresponde a uma taxa relativamente pequena em vista de que Campo Grande já era a região mais populosa do Estado.

2.2.3 Geodados

Cortado no extremo sul pelo Trópico de Capricórnio, Mato Grosso do Sul está situado na Região Centro-Oeste do Brasil. A proximidade com a Bolívia e o Paraguai explica a popularidade de alguns pratos daqueles países. Na cozinha do dia a dia, os peixes, fartos nos rios, são muito usados, assim como a carne fornecida pelos numerosos rebanhos bovinos.

No oeste do Estado estão dois terços do Pantanal mato-grossense, a maior planície alagável do mundo e um dos ecossistemas mais importantes do planeta. Com uma área que abrange 12 municípios, o Pantanal apresenta declividade quase nula, o que favorece as frequentes inundações. A região possui grande variedade de fauna e flora, com florestas, baixios, savanas, cerrados, campos e matas naturais. Há jacarés, capivaras, sucuris, onças-pintadas e imensa variedade de pássaros. A partir dos anos 90, o potencial de turismo ecológico, ancorado no Pantanal, começou a ser explorado, criando um desafio para o efetivo controle da caça e da pesca. Outra riqueza natural são as grutas e os rios da cidade de Bonito, na serra da Bodoquena, cujas atrações são as cavernas pré-históricas e o mergulho nos pequenos riachos de águas cristalinas e repletas de peixes. Entre as grutas, a mais importante é a do Lago Azul.

A hidrovia no Rio Paraguai, com 2.780 km entre Corumbá e Buenos Aires, tem como maior empecilho ao desenvolvimento a pouca profundidade dos rios e do impacto ambiental a ser causado, no caso do aprofundamento do leito do rio, o que poderia

causar, segundo estudos, alterações no caminho das águas. Este fato impede o transporte de grandes embarcações com minérios da região do morro do Urucum em Corumbá.

O aumento no número de queimadas tem transformado a paisagem e o meio ambiente do estado no período das secas, que se estende do final de março a meados de setembro. Outro problema ambiental é o assoreamento do rio Taquari, um dos principais formadores do Pantanal, provocado pela ocupação predatória da região. Em Camapuã, no nordeste do estado, a atividade pecuária dá início a um processo de desertificação, segundo a organização não governamental Ecologia e Ação (Ecoa).

2.2.4 Dados socioeconômicos

Com forte tradição agropecuária, Mato Grosso do Sul (MS) é o estado de maior crescimento econômico na Região Centro-Oeste. Contudo, o setor de serviços tem se mostrado bastante promissor, nos últimos anos.

A pecuária em Mato Grosso do Sul é principal base da formação da estrutura econômica do Estado, cujo êxito, com o crescimento desde a implantação no século XVIII, passa por mudanças de criação, da forma tradicional e extensiva para a produção com incorporação de tecnologia, principalmente com a seleção de embriões, inseminação artificial, incorporação ao sistema de rastreamento genético, visando garantir a qualidade e procedência da carne para expandir as exportações.

Segundo dados do IBGE, o rebanho bovino brasileiro é o segundo maior do mundo, com 211 milhões de cabeças, em primeiro lugar está a Índia. Mato Grosso do Sul ocupa a quarta posição na lista nacional de estados com maiores rebanhos bovinos, com 21,498 milhões de animais, o que representa 10,2% do total brasileiro. Os estados que ocupam as três primeiras colocações são Mato Grosso, com 27,740 milhões de animais; Minas Gerais, com 23,965 milhões e Goiás, com 22,045 milhões de bovinos. Entretanto, a situação atual é de grande apreensão, pois a queda no preço da arroba, o aumento da ocupação das áreas de pastagens pela agricultura da soja, e a crise com o setor industrial, colocam em xeque o crescimento do setor, que está em queda desde 1998.

A agricultura em Mato Grosso do Sul, como parte da fronteira agrícola, incorporou a modernização produtiva, por meio da utilização de utensílios, corretivos, defensivos, fertilizantes, máquinas e equipamentos, que possibilitaram a ampliação da produção agrícola, principalmente das culturas comerciais, voltadas para a exportação.

Os resultados deste movimento econômico em Mato Grosso do Sul foram refletidos no crescimento das atividades agrícolas ligadas ao mercado externo e industrial (cana-de-açúcar, trigo, soja) enquanto os produtos tradicionais (arroz, feijão, milho e mandioca), ligados ao mercado interno sofrem importante queda na produção.

O comportamento da produção agrícola em Mato Grosso do Sul acompanhou o movimento no Centro-Oeste, ou seja, a ampliação das áreas de cultivo da produção agrícola comercial e redução de áreas para a produção pecuária.

Em Mato Grosso do Sul, o setor terciário absorve 88% dos empregos formais, destes, 71% estão nas empresas instaladas no Estado, que produzem o equivalente a 67% do Produto Interno Bruto estadual. Assim, em MS, como também em todo o país, o setor de serviços por sua representatividade tem seu desenvolvimento atrelado ao crescimento da Economia.

O crescimento demográfico e o aumento da produção no Estado estão acima da média nacional, fato que desafia os organismos públicos e privados a construir, em conjunto, um ambiente favorável para que o desenvolvimento econômico dos territórios aconteça de forma equitativa. Vale ressaltar que para superar esse desafio, o setor produtivo deve contar com as três esferas de governo para solucionar os gargalos estruturais que influenciam os níveis de produtividade: excesso de burocracia, baixa escolaridade e capacitação da mão de obra, carência nos investimentos em infraestrutura, entre outros (PERSPECTIVAS ATÉ 2020, 2011, p. 20).

Segundo o levantamento do Sistema de Contas Regionais do Brasil, divulgado em novembro de 2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) de Mato Grosso do Sul cresceu 10,6% em 2012 quando comparado ao resultado obtido na riqueza do Estado em 2011. O estudo mostra que, em 2012, Mato Grosso do Sul teve PIB de R\$ 54,4 bilhões diante de R\$ 49,2 bilhões de 2011. O avanço é ainda maior em comparação a 2010, de 25%, quando o PIB estadual somou R\$ 43,5 bilhões.

Em relação à participação no PIB Nacional, Mato Grosso do Sul detém 1,2% do total. As atividades com maior crescimento da economia foram a agropecuária, que avançou 21,2% no período, saltando de R\$ 5,9 bilhões para R\$ 7,24 bilhões em receita, e os serviços, com R\$ 5,5 bilhões em 2012, alta de 13,4% na riqueza diante de R\$ 5,1 bilhões. Já a indústria teve aceleração de 7,9% na renda e movimentou R\$ 5,5 bilhões em relação aos R\$ 5,1 bilhões do ano anterior.

Em MS, o valor da produção por empregado era 16% inferior à média do Brasil. Contudo, assim como na média do país, o valor gerado por pessoa ocupada no Estado é

mais alto no setor terciário do que nos outros dois setores. Entretanto, à diferença da média brasileira, o valor gerado por trabalhador no setor primário de MS é maior que no setor secundário. A incipiente industrialização do Estado, aliada à produção agropecuária em larga escala, com pouca demanda de empregados, explica essa diferença.

O Estado de Mato Grosso do Sul, especialista na produção de bovinos, soja e minérios, produtos cujo principal destino é o mercado internacional, tem sua dinâmica determinada pelas flutuações do comércio internacional, por políticas protecionistas dos países consumidores, dos caminhos adotados pelas autoridades para a política Econômica, por questões de câmbio e das intempéries climáticas. Este conjunto de fatores interfere na produção e produtividade da agropecuária, que tornam este setor altamente volátil, cujos resultados levam a variações positivas e/ou negativas da economia Sul-Mato-Grossense, em razão da alta especialização nestes setores (PAVÃO, 2005. p. 214-215).

Contudo, Mato Grosso do Sul, que se integrou ao espaço econômico nacional como produtor de alimentos e de matérias-primas, apresenta um conjunto de potencialidades e obstáculos ao seu desenvolvimento econômico, os quais tendem a determinar sua economia para os próximos anos.

Diante deste quadro, as principais vantagens comparativas à economia de Mato Grosso do Sul se encontram em diversos setores, os mais significativos seriam os relativos à produção agropecuária, como a proximidade e a relação desta economia com as principais economias regionais do país (Sudeste e Sul), principalmente com regiões mais desenvolvidas (São Paulo, Minas Gerais, Paraná) e o processo de industrialização incipiente e em franco desenvolvimento ligado à agroindústria.

A existência de reservas de ferro e manganês (uma das maiores do país), na região do Pantanal, aponta para a possibilidade de diversificação da economia regional, a partir da implantação do polo-gás-petroquímico, implantado na área do município de Corumbá, cujos investimentos ultrapassaram a ordem de R\$ 1 bilhão.

Questões como a energia, malha rodoviária, telecomunicações, armazenamento, devem ser levadas em conta nas propostas de desenvolvimento regional, seja por meio dos programas de governo, seja por investimentos privados. O sistema de transportes de Mato Grosso do Sul tem na malha ferroviária, rodoviária e no sistema hidroviário a sua infraestrutura para o envio e recebimento de produtos e passageiros.

A viabilização da matriz energética com base no gás boliviano concretizou um conjunto de investimentos propostos por indústrias metalúrgicas, siderúrgicas, de papel e celulose, além da possibilidade de expansão das usinas de álcool da região do interior

paulista, para áreas do Estado, diante da demanda por álcool combustível, que representa uma das maiores potencialidades da economia brasileira neste início de Século.

Por fim, preocupa o fato de as possibilidades de desenvolvimento a partir da base produtiva da economia de Mato Grosso do Sul tornarem o Estado dependente do meio ambiente, dentro as principais destacam-se: a) o aproveitamento do maciço florestal existente na região de Três Lagoas e Ribas do Rio Pardo, com a exploração da madeira para a fabricação de papel e celulose; b) o aproveitamento do conjunto de produtos – couros, alimentos com base em soja, dentre outras possibilidades; c) a reserva de minérios de ferro e manganês, existentes na região do Pantanal, que em conjunto com o gás, possibilita a implantação de um polo petroquímico, no setor de plástico; d) a exploração do mármore significa potencial para a indústria de minerais não metálicos, na fabricação de móveis e subprodutos; e) o enorme potencial turístico representado pelo Pantanal, patrimônio natural e reserva da biosfera mundial, com o resgate do Trem do Pantanal (ligando Campo Grande a Corumbá), além da rota Bonito, Jardim, Bodoquena, e o circuito das águas da região Norte do Estado. Junta-se a estes o turismo histórico de Corumbá e a reconstituição da retirada da Laguna, e pelos demais movimentos realizados durante a Guerra em Mato Grosso do Sul. As fazendas de gado têm se tornado locais para o Ecoturismo, turismo contemplativo, demandados principalmente por europeus e americanos.

A economia regional de Mato Grosso do Sul tem grandes condições de se tornar, a partir do planejamento da industrialização, do turismo e da agropecuária, uma economia com um dos maiores índices de crescimento econômico do país, se, e apenas, se, desenvolver políticas e ações de sustentabilidade, ou seja, se atender de forma duradoura “às necessidades do presente, sem colocar em perigo as capacidades das gerações futuras para fazerem o mesmo” (GIRARDI, MASSIERER, SCHWAAB, 2006, p. 5).

2.3 JORNAL *CORREIO DO ESTADO*: BREVE CARACTERIZAÇÃO

Trata-se do veículo impresso diário mais tradicional do Estado, com linha editorial de cunho fortemente político, fundado em 1954 por um grupo de lideranças

políticas ligadas ao partido União Democrática Nacional (UDN), dentre eles, o então governador de Mato Grosso, Fernando Corrêa da Costa. O grupo, chamado de udenista, saía em defesa de um liberalismo clássico, tinha forte apego ao moralismo e era membro do partido mais conservador dos três existentes no país à época, os outros dois eram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Social Democrático (PSD).

Os primeiros anos do *Correio do Estado* coincidem com um período marcado na imprensa brasileira pela paixão política. Segundo Abreu (2002, p. 09-12), o debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional – de um lado o PSD e PTB; de outro, a UDN – dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação do período. No antigo sul de Mato Grosso, essa realidade se repetiu e teve como maiores expressões os jornais *O Progresso* (PSD), no município de Dourados, e o *Correio do Estado* (UDN), em Campo Grande. (...) Nos anos 50 cada partido tinha seus instrumentos de divulgação para propagar suas idéias e seus instrumentos de ação. O *Correio do Estado*, portanto, representou uma grande força política para a UDN estadual, que tinha muitos partidários em Campo Grande. O ex-governador Wilson Barbosa Martins afirmou que “[...] a intenção [do grupo que criou o *Correio do Estado*] era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal ‘*O Matogrossense*’, dirigido pelo PSD” (CE, 07 fev. 2004) (SCWHENGBER, 2005, p. 2-3, *grifos da autora*).

Os outros fundadores foram José Manuel Fontanillas Fragelli, o primeiro diretor-presidente do periódico, falecido em 2010, ex-senador, ex-deputado e ex-governador, e José Inácio da Costa Moraes, o principal acionista do Jornal e o último dos três a deixar a direção do periódico, após vender sua parte para o então gerente, professor José Barbosa Rodrigues, em 1961. Também participavam do jornal outros políticos, empresários e profissionais liberais ligados à UDN, entre eles Vespasiano Martins (ex-prefeito de Campo Grande e ex-senador), Laucídio Coelho (ex-senador), Laudelino Barcelos e Wilson Barbosa Martins (respectivamente, ex-prefeito de Campo Grande e ex-governador).

O periódico faz parte do conglomerado midiático denominado *Grupo Correio do Estado* formado nos parâmetros do “sistema democrático-capitalista Ocidental”, segundo o qual os periódicos “pertencem a um ou mais proprietários” (SOUSA 2004, p. 15). São de propriedade do *Grupo* ainda, um portal de notícias (*Portal Correio do Estado*), uma produtora de vídeo e a *Fundação Barbosa Rodrigues*, que trabalha em parceria com instituições públicas e privadas na realização de projetos sociais para o resgate da memória histórica e documental do Estado.

O *Correio do Estado* nasceu com mais de duas mil edições diárias vespertinas, tabloide, com oito páginas, no ano em que Campo Grande contava com 50 mil habitantes, dentro dos moldes do que Sousa (2004, p.11-12) chama de Jornalismo

Ocidental, “aquele que maior grau de liberdade dá aos jornalistas”, teoricamente, segundo o autor, os jornalistas seriam limitados “apenas pela lei (tida por justa), pela ética e pela deontologia”. Contudo, o jornal segue declaradamente uma orientação ideológica política, social e econômica de “defesa dos interesses locais”, prioriza os “interesses da população”, de forma a se caracterizar como “referência de cidadania” e “porta-voz da comunidade”, conforme declarou a Diretora Ester Gameiro, na edição comemorativa de 50 anos do jornal, em 07 de fevereiro de 2004 (*apud* SGARBI & AMIN, 2012, p. 188).

Em sua edição comemorativa de 60 anos, publicada em 07 de fevereiro de 2014, o jornal reforça sua ideologia ao afirmar que leva “informação de qualidade diariamente aos leitores, evoluindo junto com o desenvolvimento do Estado” e mantendo “como princípio a defesa intransigente dos interesses da sociedade” (2014, online).

Conforme o departamento comercial, o jornal circula diariamente, atualmente, em 79 municípios do Estado e na Capital, possui uma tiragem de 17 mil exemplares diários, dos quais 13 mil destinam-se à Capital e quatro mil para o interior. Na redação do periódico trabalham cerca de 30 jornalistas, além de um correspondente em Brasília-DF, e um repórter *freelancer* na cidade de Três Lagoas, e colaboradores eventuais que publicam reportagens em Corumbá e outras cidades de MS, conforme informado pelo setor de Recursos Humanos, em contato telefônico no dia 13 de novembro de 2014.

Foi por meio da participação administrativa de Antônio João que o jornal investiu pesado na modernização. O Correio do Estado foi pioneiro dentre os periódicos do antigo sul de Mato Grosso e também do já criado Mato Grosso do Sul a implantar algumas tecnologias, a exemplo das máquinas que agilizaram o processo de impressão. Em 1999, o periódico era o único do país a imprimir todas as suas páginas coloridas. O investimento em tecnologia foi uma tendência da grande imprensa brasileira a partir da década de 1950, que o *Correio do Estado* acompanhou. As inovações que se implantavam nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo logo chegavam ao periódico campo-grandense, que sempre teve *O Estado de S. Paulo* como seu paradigma (FERRAGINI, 2013, p. 72).

O jornal passou por duas grandes reformas gráficas, a primeira nos anos de 1990, conforme citado acima. E a segunda, e mais recente em 2011, que implicou em mudança de layout gráfico, mas também de linguagem e configuração das Editorias. Atualmente, o formato assumido pelo jornal é o standard (29,7 cm largura X 52,5 cm altura – área útil de impressão), totalmente colorido.

O fato de ser colorido também passou a atrair mais publicidade, que se tornou (...) mais cara. Essa modernização foi necessária à imprensa de todo o país para criar o seu auto-sustento e caracterizou uma nova fase do jornalismo, em

que o marketing tornou-se fundamental: o jornal, agora, se caracterizava como uma mercadoria que discursava sobre outras mercadorias (SCWHENGBER, 2005, p. 8).

Diariamente são publicadas nove editorias fixas (no entanto, não há um padrão estabelecido pelo jornal quanto à quantidade de páginas por editoria, podendo variar para mais ou para menos).

Em sequência de paginação, as editorias são:

Opinião (página 2), com o Editorial e os artigos de fundo;

Política (páginas 3, 4, 5), que, excetuando as notícias locais, e de Brasília, de onde um correspondente encaminha material, sem rigor periódico, as nacionais e internacionais são de Agências;

Economia (páginas 6, 7, 8), segue a mesma linha editorial, as reportagens autorais se limitam a acontecimentos locais e estaduais e os assuntos de abrangência nacional e internacional são de Agências;

Polícia (página 9), com as notícias das instituições da segurança pública em nível municipal, estadual, nacional;

Brasil/Mundo, com praticamente 100% das informações oriundas de agências, às vezes, na mesma página (10), ou numa página diferente (10 e 11);

Especial (página 12), espaço dedicado à publicação das grandes reportagens, ou reportagens especiais;

Cidades (páginas 13, 14, 15 – esporadicamente a 16) concentra-se a maior produção autoral da equipe de jornalistas do veículo, com a maioria das matérias sobre a Capital dividindo espaço com assuntos do interior;

Esportes (página 17, 18 – e eventualmente 16 e 17, ou ainda somente 16) é a menor do Jornal, em número de jornalistas, são dois, o Editor e o repórter, e em espaço de publicações, acontece muito de matérias esportivas serem “derrubadas” de última hora, em razão da publicação de anúncios.

O Correio B é o caderno de Cultura do veículo, que sai diariamente com oito páginas, cujas notícias, exceto a Capa, são em estilo *fait divers* (notas curtas sobre fatos diversos), e se reportam a assuntos sobre TV, cinema, literatura, artes plásticas, turismo, gastronomia, música, cultura regional, nacional e internacional, astrologia, além de oferecer atividades como palavras-cruzadas, tirinhas, resumo de novelas e toda a programação diária das emissoras locais de televisão, coluna de utilidade pública, com nomes e endereços das principais instituições das áreas de segurança pública, saúde,

serviços, entretenimento e também a Coluna Social, nas páginas 4 e 5B, assinada pela Diretora, Ester Gameiro. Por fim, o Caderno C, com os Classificados, e eventualmente, matérias frias, ou atemporais.

O periódico publica ainda os suplementos semanais: Rural (às segundas-feiras); Correio Info (Informática, às quartas-feiras), Correio Veículos, Correio Galera (Infantil) e Suplemento Literário (publicação da Academia de Letras de Mato Grosso do Sul, desde 1972, época em que o então Diretor e proprietário do jornal, José Barbosa Rodrigues, fora seu membro); Emprego&Carreira (aos domingos) com notícias sobre o universo do mercado de trabalho, da educação e da formação técnica.

Em 2013, o Jornal publicava, quinzenalmente, o suplemento *Correio Ecologia*, que abordava, no formato de grandes reportagens, questões ambientais do município, do Estado, do país e do mundo, e o *Correio Educação*, cuja temática educacional era tratada por diferentes vieses. À época que o jornalista Montezuma Cruz atuava no veículo, suas reportagens eram publicadas, a maior parte delas, na Editoria de Cidades e na página Especial, espaços reservados pelo *Correio*, ainda no período de desenvolvimento desta pesquisa, às pautas sobre o meio ambiente.

Fazem parte da equipe do jornal também os revisores, os diagramadores e os fotógrafos, os demais funcionários estão divididos entre a Diretoria e os Departamentos de Recursos Humanos, Comercial, Circulação e o Parque Gráfico.

A temática ambiental recebe um tratamento fragmentado e não transversal, é concebida como assunto “especial” e não cotidiano, não há Editoria específica. Não há um trabalho jornalístico comprometido com a mobilização e conscientização da população, há predominância do caráter informativo sobre o formativo. No máximo, há uma preocupação com a preservação do que se convencionou considerar importante ambientalmente para o Estado, como o Pantanal, Bonito, os rios, a fauna e a flora sul-mato-grossenses. Questões de caráter preocupante como o lixo, a poluição e o clima são tratadas de forma genérica e catastrófica, ou excêntrica e espetacular como descobertas, belezas e experiências naturais.

O debate sobre as reais problemáticas, quando apresentado, é trazido na maioria das vezes, sob o viés de pautas que envolvam, como alguma das partes envolvidas na temática, o Ministério Público, a Procuradoria da República, Organizações Não governamentais, ou empresas de grande porte como a Vale (mineração), a Fíbria (fábrica de papel), e outras presentes que estão em Mato Grosso do Sul. O jornal parece dispensar um acompanhamento e tratamento complexos das causas e consequências

envolvidas na questão ambiental do Estado. Minimizando a importância do assunto em suas edições diárias e contribuindo, justamente, para a formação da “uma inteligência cega, inconsciente e irresponsável” e incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário, como Morin (2010, p.15) adverte.

CAPÍTULO 3. ANÁLISES

Este capítulo, marcado pela análise quali-quantitativa, propriamente dita, das reportagens do jornalista Montezuma Cruz, publicadas de 20 de fevereiro de 2011 a 1º de setembro de 2013, no Jornal *Correio do Estado*, está alicerçado na fundamentação teórica, bem como na explicação e caracterização do *ethos* profissional proposto, expostas no capítulo inicial, e do perfil biográfico do repórter apresentado no segundo capítulo. Trata-se, portanto, de outra etapa essencial desta pesquisa social, na qual se completa a cientificidade do estudo com o desenvolvimento da interpretação. Antes, porém, tratar-se-ão das escolhas temática e linguística do repórter Montezuma, ou seja, a presença consciente da questão ambiental em sua produção jornalística e o trabalho singular que o jornalista desenvolve com a narrativa em sua escrita.

Por fim, seguindo as fases da análise de conteúdo, serão apresentados os dados selecionados no corpo da pesquisa, categorizados por temática e tabelados, na etapa que pode ser chamada de descritiva.

3.1 AS ESCOLHAS DE MONTEZUMA CRUZ: TEMÁTICA E LINGUÍSTICA

Em seus relatos, o repórter Montezuma Cruz deixa transparecer que foram suas experiências profissionais entre os 20-21 anos que definitivamente contribuíram para que abraçasse “a causa ambiental” (CRUZ, 2014a), à época, era correspondente da *Folha de S. Paulo*. O jornalista conta que, nos anos de 1974-1975, esteve em Presidente Bernardes (SP) e lá se deparou com um rio assoreado. No mesmo período, denunciou a pulverização de herbicida na floresta que circundava a Destilaria Alcídia, em Teodoro Sampaio (SP), no Pontal do Paranapanema. “Dois mil hectares foram destruídos”. Mais tarde, em 1975, publicou “matérias a respeito da erosão em Glória de Dourados (MS), uma das maiores do Brasil”, e cobriu “a grande cheia do Pantanal” (CRUZ, 2014a). O repórter conta que a realidade violada ambientalmente gritava diante de seus olhos, a ele, enquanto, repórter, cabia escrever sobre ela, a fim de que ela se transformasse.

Em Cuiabá, a serviço da *Folha de Londrina*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*, dedicou-se à cobertura de queimadas e desmatamentos no Vale do Guaporé, narrou o despejo de mercúrio em Poconé, no Pantanal e a guerra nos garimpos do Norte mato-grossense. Já em Rondônia, cobriu o surgimento de cidades em regiões com acentuado

desmatamento. Acompanhou a execução do Programa de Desenvolvimento Integrado do Noroeste Brasileiro (Polonoroeste), financiado pelo Banco Mundial, que resultou em alto índice de desmatamento. Todas estas experiências marcaram seus textos e a forma como passou a produzir suas reportagens.

“Fiz matérias mostrando a realidade em projetos de assentamento do Incra. Também cobri a invasão da Terra Indígena Suruí, hoje mapeada no Google Earth, quase pronta para receber créditos de carbono” (CRUZ, 2014). Montezuma Cruz viajou pelos garimpos de ouro no Rio Madeira e em municípios do interior da região Norte do país, entre os quais, o da Serra Sem Calças, em Jaru, e Serra do Touro, Colorado do Oeste.

Em análise à sua carreira, o repórter expõe sua crença de que a educação ambiental deveria servir “para promover a integração, com qualidade de vida, entre o ser humano e o meio ambiente” (CRUZ, 2014a). E que seu papel como repórter é o de “ser didático e pedagógico” em suas reportagens, a ideia, segundo ele, é desenvolver uma consciência ambiental na população e, se o tema assim permitir, educar o leitor, particularmente tratando da temática ambiental.

Valorizo sobremaneira o aspecto histórico, porque entendo que ser didático me faz interagir com o leitor. Estando no Acre e navegando no Rio Juruá, direi que ele é o 17º maior do mundo e que, mesmo tendo água em abundância, na seca é possível empurrar a canoa quando se navega em seus trechos críticos. Se eu explicar-lhe um pouco da problemática indígena em outras regiões que não sejam as do sul de Mato Grosso do Sul, por exemplo, o leitor poderá até discordar, mas saberá que cada situação tem suas nuances e, no fundo, o drama fundiário do povo indígena guarda uma herança que vem desde o ano de 1600. Não apenas aqui, mas na América do Sul toda (CRUZ, 2013a).

Montezuma parece personalizar características que vão além da escolha temática para o texto jornalístico, pela sua postura de ser consciente, o jornalista sugere a opção pelo envolvimento com o Jornalismo Ambiental, segundo Michael Frome (2008, p. 60), mais do que como uma forma de fazer reportagens e escrever, como “uma forma de viver, de olhar para o mundo e para si próprio”.

A partir do trabalho desenvolvido pelo repórter com a temática ambiental, é possível começar a conhecer o Jornalismo Ambiental como um conceito de serviço social e público, que dá voz à luta e às demandas que quase sempre envolvem, de alguma forma, em algum lugar, riscos e sacrifícios, o que o torna às vezes incompreendido e menosprezado.

O próprio jornalista Montezuma Cruz demonstra em sua fala, em uma das entrevistas para esta pesquisa, a preocupação em extrapolar alguns limites pelo bem da análise mais precisa, interligada, contextualizada e da compreensão dos temas socioambientais em suas reportagens.

Vejo a alma das pessoas com as quais converso, me relaciono, e nem sempre o espaço é generoso para mostrá-las em sua essência... Penso que a principal função do meu texto (...) é mostrar nas minhas reportagens aspectos não muito claros na fobia diária do fechamento. Para escrever a respeito de uma rua em Campo Grande, por exemplo, tenho que ter a mesma preocupação da reportagem na floresta amazônica...Na cheia dos rios do Acre, nos garimpos de ouro de Mato Grosso e de Rondônia, na casa abandonada do cientista suíço Moisés Bertoni, lá no Paraguai, narrei o que vi: tambores de feijão esperando transporte pelo rio, lá no Seringal São Francisco do Espalha; crianças sem aula, professor que anda de moto, dentista prático; mortes na disputa pelo metal; domínio de empresas poderosas que conseguiam levar a polícia para 'limpar' áreas ocupadas por garimpeiros e ali instalar máquinas sofisticadas; o mercúrio poluindo o rio; papéis amarelecidos com previsões de cheias para 50 anos, deixados por Bertoni; e uma enorme quantidade de outros assuntos (CRUZ, 2013a).

Escrever reportagens sob as diretrizes do Jornalismo Ambiental, como se propõe Montezuma Cruz, e segundo Frome (2008), significa muito mais do que ordenar fatos na forma da tradicional “pirâmide invertida”. Jornalismo Ambiental é mais profundo, com começo, meio e fim integralmente interligados. É útil compreender e utilizar o poder da emoção e das imagens no Jornalismo Ambiental, de forma que cada palavra, frase e parágrafo contribuam para a escrita que é intencional, que desafia, motiva, esclarece e joga uma luz sobre a vida.

Um dia saí da Redação e fui ao Parque Caiobá, em Campo Grande. Não saí com essa pauta na cabeça, entretanto, me deparei com voçorocas que acumulavam águas de enxurradas. Uma delas ameaçava tragar a casa de um criador de porcos, com terreno e tudo; outra impedia a ambulância do Samu de recolher uma mulher grávida, prestas a ganhar o filho. Ela teve que andar duzentos metros a pé, a fim de embarcar. O que ocorreu com a mulher foi consequência do problema ambiental naquele bairro contemplado com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, no Complexo Lagoa (CRUZ, 2014a).

Jornalismo Ambiental, de acordo com Frome (2008, p. 63), deve ser claro e “compreensível, baseado em dados precisos e pesquisa extensa, sem deixar de refletir a imaginação do autor, seus sentimentos mais profundos e seu desejo de promover a causa de um mundo melhor”.

A produção da reportagem ambiental, em particular, e a reportagem sobre qualquer outro tema, segundo Montezuma Cruz,

Depende dos olhos do repórter, da percepção, da significância social do fato, e que ele seja descrito respeitada sua veracidade. Por exemplo, eu, o repórter, saio com a pauta na mão em mais um dia de trabalho em Campo Grande, aproximo-me da divisa entre o Jardim Montevideu e o enorme descampado, onde será construído o Condomínio Residencial Alphaville 3. Logo, observo que a proximidade com o Shopping recentemente inaugurado na região implicará na construção de mansões. Ao olhar ao lado, noto casas simples de conjunto popular, habitadas por pessoas simples, brevemente vizinhas dos donos de casas padrão luxo. Percebi que a notícia está não apenas nas edificações que ali surgirão, porém, nas pessoas que ali conviverão com aquela nova realidade. Eu vi a mãe de dois meninos, João e Gabriel, D. Marilda, manuseando um prato de arroz puro. Senti as condições de sustento da casa e logo percebi a razão disso: pais e avós são catadores de reciclados e as crianças nem a escola frequentam. Eis a notícia diante de mim (CRUZ, 2013b).

Montezuma Cruz sustenta que seu interesse pelo local e pelas pessoas do local é que o movem a investigar fatos. “Minha vontade de conhecer diferentes regiões e situações me moveu. A pobreza da cidade onde vivi, Teodoro Sampaio (SP), me indignou, causou estranheza” (CRUZ, 2013a). Essa realidade o fez começar a recortar pequenas notas e muitas vezes pregar páginas inteiras, na tábua de um jornal mural, que fazia, em frente ao Escritório de Contabilidade Exatidão, de seu pai. “Sou um repórter do interior e sempre busquei a notícia com altivez, misturada com curiosidade, emoção, certificação e um pouco de morbidez” (CRUZ, 2013a).

Pelos relatos que faz, sua visão jornalística passa sempre por uma análise sociológica da situação, que em seu imaginário, ajudam-no a compreender o comportamento do povo, o seu modo de vida, o abandono em vários sentidos, “porque as pessoas são o mais importante” (CRUZ, 2013a).

Ao longo de sua carreira, o repórter conta que tanto sugeria temas de suas pautas, sempre com um viés socioambiental, como também recebia outras sugestões dos editores. No *Diário do Norte do Paraná* e na *Folha de Londrina*, por exemplo, o jornalista viajava bastante e assim conseguia diversificar assuntos. “Em algumas ocasiões, brigávamos por causa do tempo curto de apuração e do custo das viagens. Sempre que possível, eu demorava mais em algum lugar e até voltava para seguir a apuração” (CRUZ, 2013). A serviço de *O Globo* e do *Jornal do Brasil* sugeria e recebia pautas das editorias nacionais, em Porto Velho, Cuiabá e São Luís.

Ao analisar a experiência profissional do repórter Montezuma Cruz, pode-se inferir que fazer Jornalismo Ambiental, no entanto, não envolve simplesmente “ser-se

um repórter competente”. T. H. Watkin, da Montana State University, com muitos anos de experiência em Jornalismo e edição em assuntos ambientais, adverte:

Não tente entrar neste campo a não ser que – e até que – você o sinta em sua carne. Ele não é como contabilidade, ou vendas, ou programação de computadores (apesar de eu achar que um bom contabilista, vendedor ou programador também tenha que ter empenho pessoal em alguma medida). Parece-se mais com uma cruzada, um compromisso. Se você não se importa profundamente com o destino do mundo não-humano (uma fé que não exclui o mundo humano, como afirmou [Aldo] Leopoldo, nenhuma arte ou truque pode compensar o que falta a você (*apud* FROME, 2008, p. 75).

A prática jornalística de Montezuma Cruz parece encontrar amparo também no que Carlos Alberto Vicchiatti (2005) defende, segundo o qual, o jornalista preocupado com a estética e as temáticas sociais compreenderá que é integrante de uma sociedade, de uma comunidade. Do contrário, poderá sentir-se acima do bem e do mal isento de qualquer emoção e de qualquer participação no cotidiano de sua comunidade (VICCHIATTI, 2005).

Vicchiatti (2005) ainda explica que a sociedade atualmente necessita do jornalista pluralista, aquele que tenha condições de enxergar algo mais, além daquilo que a realidade apresenta em seu cotidiano. Depreende-se do autor, que o jornalista do futuro deve estar engajado em seu importante papel social já que é um formador de opinião e consciente da complexidade que envolve o cenário socioambiental do país e do mundo. Belmonte (2004) explica.

Uma explosão demográfica inchou as cidades brasileiras nos últimos trinta anos. A população urbana aumentou de 52,1 milhões (56%) em 1970 para 137,7 milhões (81,2%) em 2000. O resultado dessa concentração humana descontrolada são engarrafamentos sufocantes, um coquetel de poluentes pairando no ar, rios contaminados, comunidades inteiras sem local adequado para o destino final do lixo, a violência, o estresse e a baixa qualidade de vida. O cenário é complexo. Para qualquer jornalista descrevê-la, não basta uma boa reportagem sobre resíduos sólidos, tratamento de esgoto ou doenças respiratórias. O repórter deve ser capaz de juntar as pontas para mostrar o nexos entre assuntos tradicionalmente desconectados na colcha de retalhos do noticiário cotidiano. Uma teia de significados precisa ser alinhavada para possibilitar uma compreensão pública do fenômeno urbano (BELMONTE, 2004 *apud* VILAS BOAS, 2004, p. 15-16).

Em sentido semelhante, Ângela Carrato afirma que:

(...) os novos tempos nos obrigam a contribuir para a formação do chamado jornalista pleno. Vale dizer: o profissional capaz de trabalhar várias mídias e linguagens, atento às exigências da qualidade, da ética e da cidadania. (CARRATO, 1998, p. 26, *apud* VICCHIATTI, 2005, p.51)

O Jornalismo, contudo, é uma atividade que apura acontecimentos e difunde informações da atualidade, pode-se dizer que ele busca captar o movimento da própria vida. Seria da natureza do Jornalismo tomar a existência como algo observável, comprovável, palpável, a ser transmitido como produto digno de credibilidade. Com isso pode prestar, ou desejaria prestar uma espécie de testemunho do real, fixando-o e ao mesmo tempo buscando compreendê-lo.

Contudo, existiria um espaço para os jornalistas que procuram se esquivar do release, e assumir um trabalho crítico mais apurado, que converta o ato de resenhar também em um exercício de reflexão e lucidez? Também foi em busca desta resposta que se realizou a pesquisa exploratória e encontrou-se Montezuma Cruz.

Os textos do jornalista Montezuma Cruz trabalham com a ideia de compromisso – com faixas sociais (engajamento) e com o texto – atrelada, como se verá, a uma concepção literária. Nesse sentido, o compromisso se fundamenta em uma finalidade íntima entre escritor e escrita e o texto desempenha uma espécie de atributo social.

Montezuma Cruz se apresenta como o retrato do repórter testemunha de seu tempo, que, consegue narrar, numa linguagem de modo “particular estético” (GENRO FILHO, 2012, p.210), a história dos fatos que presencia, e de tempos passados. Consegue expor em suas reportagens de temática socioambiental as feridas da sociedade, em qualquer região do país. Um repórter que consegue reproduzir a notícia associada à singularidade dos fatos, contudo, comprometida com a universalidade dos acontecimentos, como bem explica Genro Filho em seu *O Segredo da Pirâmide* (2012). Um repórter que escolheu recorrer “às formas literárias para obter reforço da reportagem, para dizer algo que não estava sendo dito pelas formas usuais do jornalismo” (GENRO FILHO, 2012, p.210). Uma postura, que segundo Genro Filho (2012), desperta uma percepção da realidade que sintetiza – de maneira equilibrada – aspectos lógicos e emocionais.

Cabe salientar que a escrita e as temáticas desenvolvidas nas reportagens de Montezuma se mostram harmonizadas por um processo maior, sugerindo uma representação e compromisso com a sociedade.

O repórter seguiu tendências, como algumas padronizações nacionais e mundiais, mas pelas circunstâncias em que se colocou a serviço da comunicação midiática fez prevalecer características decorrentes de suas próprias ações. A partir desta observação, foi possível notar pontos de repetição e de intersecção que expuseram a identidade da narrativa de Montezuma, à qual se faz referência nesta pesquisa.

É preciso reconhecer, no entanto, que há uma diferença entre as notas – ligeiras e fugazes –, a notícia do dia a dia e a reportagem. Às pequenas notícias estão reservados minúsculos espaços, o que impede que tenham um texto melhor elaborado. Às demais, no entanto, não são impostas limitações. A qualidade do texto e a capacidade de atrair e manter leitores dependem, na maioria das vezes, das ferramentas de que dispõe o profissional que escreve.

Com a capacidade de representação simbólica aprimorada, por causa do convívio com os estímulos despertados pela Literatura, o sujeito-jornalista Montezuma Cruz permitiu-se transpor os limites narrativos, sem, no entanto, perder de vista a função básica do Jornalismo que é informar com a maior precisão possível. E, além disso, percebe-se que coloca as pessoas como eixo de sua narrativa, porque, segundo ele,

são as pessoas que me permitem, enquanto autor, abordar narrativamente qualquer tema da aventura do homem na Terra. Onde há pessoas humanas pode haver uma história maravilhosa a ser contada, mesmo que os primeiros indícios sejam desestimulantes. O olhar e a apuração do repórter é que farão a diferença (CRUZ, 2013a).

Montezuma Cruz parece mensurar suas reportagens conforme o cenário que elas se apresentam, “com pessoas, situações geográficas e dados elementares, sejam oficiais ou particulares” (CRUZ, 2013). O repórter diz ser objetivo em suas narrativas, mas preocupado com “a alma das pessoas” (CRUZ, 2013) sobre as quais escreve. Adotou o “escrever solto, sem as amarras do disse e do ontem”, e opta por misturar “em diversas ocasiões, o *lead* americano com a descrição do fato, inspirado pela Literatura” (CRUZ, 2013).

Na narrativa do jornalista, cujas reportagens são objeto de estudo desta dissertação, o literário está no seu discurso, na reprodução dos diálogos, na estruturação peculiar do texto, na narrativa sem “peias”, no elogio à subjetividade. E o jornalístico está na presença testemunhal do repórter, na apuração acurada, no compromisso em reconstruir uma realidade – ainda que em determinado nível, já que essa reconstrução completa é impossível.

Aprecio muito editores que me mandam reescrever trechos ininteligíveis. Isso existe em todas as Redações do País. A Língua Portuguesa é fantástica, porém, nos prega armadilhas com adjetivos transformados em verbos; cacófatos e pleonasmos, títulos com eco, e uma série de outras anomalias abomináveis. Não me conheço por preciosista, no entanto, dou-me o direito de ser crítico de mim mesmo. Nem sempre aquilo que penso ser uma reportagem capaz de prender o leitor é o que esse leitor espera de mim. A

gente deve prestar atenção em todos os detalhes e fazer a devida assepsia e adendos na matéria. O jornalista Carlos Maranhão, ao lançar o manual de redação da Editora Abril, ensinava: ‘leia o seu texto pelo menos quatro vezes, cortando gorduras, enxugando-o devidamente’. Parece que hoje está difícil obedecer a essa regra no dia a dia (CRUZ, 2013a).

O repórter acompanhou a trajetória e a produção de alguns dos mais célebres jornalistas brasileiros, porém, prefere deter-se em mencionar alguns poucos, “do contrário a lista ficaria ‘quilométrica’” (CRUZ, 2013a). Em estilos, prefere os do falecido José Roberto de Alencar (*Gazeta Mercantil*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Hoje em Dia*, entre outros); Valdir Sanches (*Jornal da Tarde*, revista *Afinal* e atualmente escrevendo para o *Diário do Comércio*, em São Paulo); Luiz Salgado Ribeiro (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal da Terra* – no início da cidade de Canarana-MT). “Sem exagero, eles conseguem fazer da reportagem, filmes de cinema” (CRUZ, 2013a).

Em se tratando de jornais, valoriza todos nos quais trabalhou e segue trabalhando: “o aprendizado se dá dia após dia”. Em cada um aprendeu um pouco e diz seguir “aprendendo”. Sua formação básica, porém, inclui *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e a *Folha de Londrina*. “Sem um pouco de cada um, não seria o repórter velho que ainda teima ir às ruas, mesmo diante do telefone, do smartphone, da internet e do banco de dados nas nuvens. Nada melhor do que olho no olho” (CRUZ, 2013a).

Montezuma Cruz observa que sua escrita foi bastante influenciada pelo trabalho de grandes jornalistas e escritores do Brasil e do mundo. Muitos foram adeptos de um trabalho jornalístico-literário com a narrativa, e alguns representativos da experiência que ficou mundialmente conhecida como “*new journalism*”, difundida dos Estados Unidos, entre as décadas de 1940 e 1970, cuja principal característica foi a postura romanesca de alguns repórteres assumida ao escrever sobre a realidade social contemporânea, com profundidade e atemporalidade.

Li Taylor Caldwell. Gostei muito e extraí coisas boas de Gay Talese, Norman Mailer, Truman Capote, Euclides da Cunha, Miguel de Cervantes, José Potyguara, Ortega y Gasset, Miguel de Unamuno, entre outros. Também leio revistas especializadas em Jornalismo, vejo o Observatório da Imprensa, outros sites de jornalismo alternativo (Agência Pública, Diário do Centro do Mundo, por exemplo) e os recomendo a quem inicia na profissão. Sou do tempo em que havia almanaques e também tínhamos tempo para ler até bulas de remédio. O que consegui resgatar, ponho em prática (CRUZ, 2013a).

Adelmo Genro Filho (2012) explica que o objetivo dos praticantes daquele “novo jornalismo” era ir além do simples relato dos fatos.

Pretendiam reunir todo o material que pudesse interessar a um jornalista e, ainda, ir mais adiante. Queriam estar presentes durante os acontecimentos, em intimidade com os fatos, para captar diálogos, expressões faciais e outros detalhes do ambiente. Além de fornecer uma descrição objetiva completa, pretendiam oferecer algo que os leitores encontravam apenas na literatura: uma vivência subjetiva e emocional junto aos personagens (GENRO FILHO, 2012, p. 210).

Na escrita de Montezuma Cruz, urge a contextualização dos acontecimentos e a busca por novas vozes, perante as versões oficiais que somente retratam visões limitadas das problemáticas sociais.

3.1.1 Lições inesquecíveis: Claudio Abramo e Juarez Bahia

A interface narrativa de Montezuma Cruz foi permeada por aprendizados e ensinamentos de grandes nomes do jornalismo brasileiro, dois deles ele relembra com bastante afincio: Juarez Bahia, que foi seu Editor nos cinco anos em que atuou no *Jornal do Brasil* e Claudio Abramo que foi testemunha do trabalho do repórter na *Folha de S. Paulo*.

Juarez Bahia era negro, alto, fala pausada, olhar firme, trabalhava numa pequena sala ao lado da Redação. Era uma pessoa modesta, porém, detalhista e exigente nos tópicos frasais. Quanto melhor eu descrevesse um fato rondoniense, recebia dele o espaço e o reconhecimento, que chegava sempre numa breve mensagem de telex: "Ontem você trabalhou bem. Grato, Bahia". Referia-se à cobertura, por telefone, de um tumulto em Cacoal, a quinhentos quilômetros de Porto Velho, em consequência de sucessivos racionamentos de energia elétrica produzida em usinas termelétricas. Ou numa advertência, igualmente breve, a exemplo do dia em que lhe enviei matéria relatando que duas turbinas adquiridas pelas Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) na Eletronorte, em Belém (PA), "eliminariam apagões energéticos". "Primeiramente, espere as turbinas chegarem e serem assentadas. Pode ser que elas se afundem no rio, no percurso até Rondônia. Cuidado com falsas promessas". Outra vez, em dia de “vacas magras”, cometi o deslize de lhe informar que “tudo estava tranquilo e nada de anormal acontecia em Rondônia”. Bahia me respondia rapidamente: “O *JB* é diário, as pautas são diárias”. Foi um privilégio para mim trabalhar algum tempo sob sua supervisão, mesmo ainda como colaborador do *JB*, pois só assumiria a correspondência em Porto Velho em 1982, de onde me transferi para Cuiabá(MT) e depois para São Luís (MA), inteirando cinco anos com carteira profissional assinada (CRUZ, 2014b).

Montezuma trabalhou também com Claudio Abramo, Diretor de Redação da *Folha de S. Paulo*, à época em que o repórter era correspondente em Campo Grande (ainda no velho Estado de Mato Grosso). “Não me reportava diretamente a Cláudio

Abramo, mas foi ele quem escolheu uma série de matérias que apurei na região sudoeste, em Bonito, Porto Murtinho, Ilha Margarida (Paraguai), Nioaque e Bela Vista, premiando-as” (CRUZ, 2013b).

Polêmico por seus posicionamentos sobre a profissão e o papel do jornalista, Claudio Abramo escreveu: “Sou jornalista, mas gosto mesmo é de marcenaria. Gosto de fazer móveis. Cadeiras, e minha ética como marceneiro é igual à minha ética como jornalista.” (ABRAMO, 1989, p. 109)

Abramo (1989) lembra que o papel do jornalista é o de qualquer cidadão patriota, isto é, defender o seu povo, defender certas posições, contar as coisas como elas ocorrem sem o mínimo preconceito pessoal ou ideológico, “sem ter o preconceito de não ter preconceito”, escreveu.

Claudio Abramo, tal qual justifica Montezuma Cruz, acreditava que o jornalista tem que ir além do fato, deve ir mais fundo e investigar pessoas envolvidas e a situação de vida delas. “A informação importante é a informação vertical, de profundidade.” (ABRAMO, 1989, p. 111).

Abramo dirigia a Redação num dos momentos mais delicados da abertura política no país, promovida pelo general-presidente Ernesto Geisel. Montezuma Cruz conta que “em outubro de 1975, por exemplo, morria torturado o jornalista Vladimir Herzog, da TV Cultura de São Paulo. Quando [Abramo] foi tirado do cargo, e substituído pelo jornalista Bóris Casoy, a *Folha* substituiu seus editoriais na página dois por artigos de filósofos” (CRUZ, 2014c).

Montezuma Cruz relembra outros nomes do jornalismo nacional, em razão de experiências muito particulares. Como os diversos encontros e leituras de reportagens de Valdir Sanches (do extinto *Jornal da Tarde*), José Roberto Alencar (*Gazeta Mercantil*) e Luiz Salgado Ribeiro (*O Estado de S. Paulo*), os quais proporcionaram ao jornalista Montezuma Cruz o “aprendizado do texto solto, sem a obediência ao tradicional *lead* americano” (CRUZ, 2013a). Segundo Montezuma, os textos daqueles jornalistas obedeciam às regras convencionais do que se denomina ‘contar histórias’, parte integrante do que se aprende na leitura de Gay Talese e Truman Capote, por exemplo.

Onças e índios que se cuidem. A motosserra derruba cada vez mais a floresta em Ariquemes, Rondônia. “Assim José Roberto abria sua reportagem de uma página na saudosa *Gazeta Mercantil*, em 1984, demonstrando que até em jornal econômico era possível criar *leads* diferentes” (CRUZ, 2014c). Zé Grandão, como chamavam-no, por

causa de sua estatura (media mais de 2m) deixou um livro primoroso chamado *Muita sorte e pouco juízo*, no qual descreve a maneira como apurou grandes matérias para o *Jornal da Tarde*, *Gazeta Mercantil* e *Hoje em Dia*.

Por fim, dentre tantas leituras que fez para se aperfeiçoar, Montezuma Cruz recorda-se de Salgado Ribeiro e seu livro *Andanças* (Primavera Editorial) em 2010. “Admirava-o pela ousadia e pela persistência desde os anos 1970, quando o vi entrar numa das Redações em que trabalhei, em Porto Velho, em 1985” (CRUZ, 2014c). Montezuma conta que por várias vezes se inspirou no trabalho de Salgado e em sua disposição, particularmente a de “permanecer, indiferente, semanas e meses longe de casa. Assim, ele retratou o Brasil real” (CRUZ, 2014c).

As análises das reportagens selecionadas do repórter para esta investigação serão objeto das próximas linhas deste capítulo.

3.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Para comprovar ou refutar a hipótese de possibilidade de produção de uma reportagem impressa, de cunho jornalístico-literário, pautada pelo Jornalismo Ambiental, a partir de um *ethos* profissional guiado pela **humanização**, pela **ética**, pelo trabalho **estético** da linguagem e pelo **engajamento** do repórter - características que foram sondadas na interface narrativa do repórter Montezuma Cruz e estão representadas nesta investigação pela proposição H3E - decidiu-se pela análise de conteúdo, “um conjunto de técnicas de análises das comunicações”, cuja sutileza dos métodos permite superar incertezas e enriquecer leituras sobre o objeto pesquisado (BARDIN, 2011, p.37).

Trata-se de um método “com finalidade de descrição objetiva do conteúdo da comunicação, que permite abordagens novas quando frente a um material ainda mal explorado ou complexo, como no caso da temática ambiental” (MIGUEL, 2009, p. 66).

O desejo de rigor e a necessidade de descobrir, de ir além das aparências, expressam as linhas de força do desenvolvimento da análise de conteúdo, que está baseada em duas funções, as quais servem apenas de guia, por se tratar deste um método “muito empírico”: a heurística, usada para descobrir algo ou, “para ver o que dá” e a de “administração de prova”, escolhida pelo analista que deseja confirmar ou infirmar sua hipótese, ou “para servir de prova” (BARDIN, 2011, p. 35-36). No caso deste estudo,

apoiou-se na segunda função, mas também se fez uso da primeira, uma vez que na prática as duas “podem ou não dissociar-se” (p. 35).

Bardin (2011) ensina que toda análise de conteúdo é organizada em três polos cronológicos e cinco etapas principais: a pré-análise (organização); a exploração do material (codificação e categorização); e, por fim, o tratamento dos resultados, (a inferência e a interpretação). Discorrer-se-á sobre cada fase em separado com o intuito de fazer-se compreensível o trabalho com o *corpus* constituído para esta investigação.

Tudo começa com a pré-análise, fase mais intuitiva e de atividades não estruturadas, na qual se operacionam e sistematizam as ideias, quando são definidas “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise”, formulam-se as “hipóteses e os objetivos” e elaboram-se os indicadores que fundamentam a interpretação final (BARDIN, 2011, p.125, grifos da autora). Não há a obrigatoriedade de que estes fatores sejam sucedidos cronologicamente, apesar de estarem intrinsecamente ligados uns aos outros. Este é o momento de organização da análise. Momento em que o analista, a partir de uma “leitura flutuante”, determina qual seu campo de estudo (BARDIN, 2011, p. 126).

Foi nesta etapa do estudo que esta pesquisadora decidiu apenas pelas reportagens assinadas pelo jornalista Montezuma Cruz, publicadas no jornal impresso *Correio do Estado*, de 20 de fevereiro de 2011 a 01 de setembro de 2013, período da segunda e mais recente passagem do repórter pelo periódico, antes de mudar-se para Porto Velho (RO), onde se encontrava até a conclusão desta investigação.

Uma vez definido o campo do *corpus* e, segundo o que prevê a “regra da exaustividade” (BARDIN, 2011, p. 126), esta pesquisadora providenciou o acesso ao conjunto do que fora publicado pelo jornalista no período em que atuou como repórter especial no *Correio do Estado*. Naquela função, não havia, em seu caso, a obrigatoriedade de publicar matérias diariamente e, diferente da maioria dos outros jornalistas da equipe, Montezuma Cruz dispunha de um tempo maior para produção de seus textos, com liberdade de relacionar diferentes interfaces jornalísticas, como a literária e o ambiental e de deixar transparecer sua opinião em meio ao conteúdo informativo publicado. Além disso, o repórter foi contratado pelo *Correio do Estado* como Editor de Opinião, cuja dinâmica de trabalho era diferenciada. Diariamente cuidava da página 2, onde eram publicados os artigos e o Editorial, tarefa que dividia com o, então, Editor Chefe, Ico Victório.

3.2.1 Codificação

Nesta etapa do estudo, o analista se concentra em codificar o material selecionado, ou seja, em trabalhar os dados brutos do texto, por meio de três opções: recorte (escolha das unidades de registro e de contexto); enumeração (escolha das regras de contagem); agregação ou classificação (escolha das categorias), permitindo “uma representação do conteúdo ou da sua expressão” (BARDIN, 2011, p.133), visando ao próximo passo da análise que será a categorização.

É preciso anteriormente fazer o recorte, ou seja, escolher as unidades de registro, a partir, por exemplo, das notícias de interesse, tema, palavras-chave e ou acontecimentos de um determinado período histórico. Pode ser necessário considerar o objeto ou referente, ou seja, os temas-eixo ao redor dos quais o discurso se organiza (MIGUEL, 2009, p. 69).

Esta investigação escolheu a complexa temática ambiental, como unidade de registro, para estudar a produção das reportagens socioambientais de Montezuma Cruz, considerando, segundo Bardin (2011, p. 135), que “o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”. Este procedimento da análise de conteúdo facilita a dimensão da unidade de contexto, cujo papel é possibilitar ao analista a compreensão da unidade de registro e do contexto no qual ela está inserida.

Uma leitura mais acurada, nesta fase, permitiu a escolha pela análise apenas das reportagens especiais (ou de profundidade), nas quais pôde-se verificar a convergência das técnicas do Jornalismo tradicional, ou hegemônico, em associação às práticas do Jornalismo Ambiental, do Jornalismo Literário e da expressão da opinião do autor, recurso, normalmente, permitido nas reportagens de profundidade.

O próximo passo foi determinar as regras da enumeração do *corpus*, as quais vão “guiar a quantificação do material” (MIGUEL, 2009, p. 69) e podem ser estabelecidas pela presença ou ausência do tema, a frequência, intensidade, “importância, ênfase e até mesmo omissões ou outros dados que se pretende levantar”.

O recorte dos trechos extraídos permitiu a construção da interpretação dos dados, que será apresentada mais à frente na fase da pesquisa chamada de análise qualitativa.

3.2.2 Categorização

Bardin (2011, p. 147) explica que esta não é uma “etapa obrigatória de toda e qualquer análise de conteúdo”, contudo se faz imprescindível quando se decide isolar e classificar os “elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação” para em seguida reagrupá-los “segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos”.

Para Silva (2007, p. 54), a categorização é “um processo de tipo estruturalista que comporta duas etapas: o inventário (isolar os elementos) e a classificação (repartir os elementos e procurar conceder certa organização às mensagens)”.

Eis o que se categorizou no presente estudo. No período de 912 dias (ou 2 anos, 6 meses e doze dias) foram publicadas, ao todo, 275 reportagens produzidas pelo jornalista Montezuma Cruz, no jornal *Correio do Estado*, em diferentes dias da semana, numa média de 9 matérias por mês, numa escala de 0 (nenhuma publicação) a 19 (o maior número de publicações num mês). Daquele total, 95 reportagens, ou seja, 34,54% de toda sua produção, tratam da temática ambiental, com trânsito pelas mais diversas editorias e enfoques variados, como por exemplo, urbanização, agricultura, natureza, comportamento, história, economia, cultura, turismo, e todas, de uma forma ou de outra, se enquadram em alguma das três categorias determinadas nesta investigação, a partir do trabalho desenvolvido por Ângelo (2008, p. 36), a saber: Biodiversidade; Mudanças Globais; Relações Socioambientais. Contudo, tais categorias foram aplicadas exaustivamente apenas às reportagens especiais selecionadas nesta investigação com a temática socioambiental.

A fim de que se possa compartilhar da mesma percepção de meio ambiente, esta investigação assumiu a definição de Wilson Bueno, segundo o qual:

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc) mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc) (BUENO, 2007, p. 33).

Trata-se, em outras palavras, de uma “estrutura extremamente complexa, diversificada e inter-relacionada da qual não podemos nos divorciar” (VICENT, 1995, *apud* ÂNGELO, 2008, p.40) e que ainda engloba as políticas públicas de acesso à água potável, rede de esgoto, tratamento do lixo, das zoonoses, de combate ao desperdício e ao consumismo desenfreado, às queimadas, a favor da preservação de patrimônios

públicos, da produção de energias renováveis e de toda ação que tenha como referência o desenvolvimento sustentável do planeta.

Dito isso, se faz necessário definir claramente o que cada categoria abrange. Correspondem à categoria Biodiversidade, as reportagens especiais que tratam dos temas relacionados à “diversidade ecossistêmica do país, como a Mata Atlântica, os manguezais, o Cerrado, a Caatinga, restingas, a floresta Amazônica, o Pantanal, extinção e descoberta de novas espécies da fauna e flora, conceitos de preservação”, entre outros que envolvam diferentes espécies e seus ecossistemas (ÂNGELO, 2008, p. 36).

As reportagens especiais da categoria Mudanças Globais versam sobre temas como “aquecimento global, mudanças climáticas, efeito estufa, diminuição da camada de ozônio, eventos extremos, colapsos naturais, desertificação, efeitos que alteram de alguma forma o funcionamento do Planeta” e geram também alterações biofísicas e socioeconômicas (ÂNGELO, 2008, p. 38).

Por último, estão as reportagens especiais que versam sobre Relações Socioambientais, ou seja, cujo assunto abrange as “relações de equilíbrio e de desequilíbrio das sociedades humanas com o meio ambiente” e abrange as categorias anteriores. (ÂNGELO, 2008, p. 40).

Ciente da possibilidade de aliar à análise de conteúdo, já considerada nos dias atuais uma técnica híbrida, outros métodos de pesquisa, esta investigação une aos seus preceitos holísticos e ecológicos os aspectos da análise quantitativa, que lida com números e estatísticas, e da qualitativa, que por meio de textos interpreta realidades sociais.

3.3 ANÁLISES QUANTITATIVA E QUALITATIVA

O que é necessário é uma visão holística do processo de pesquisa social, para que ele possa incluir a definição e a revisão de um problema, sua teorização, a coleta de dados, a análise dos dados e a apresentação dos resultados. Dentro deste processo, diferentes metodologias têm contribuições diversas a oferecer (BAUER & GASKELL, 2012, p. 26).

No processo de pesquisa as escolhas devem ser relativamente independentes e o caminho percorrido na pesquisa em busca de dados pode ser encontrado por meio de “uma consciência adequada dos diferentes métodos, de uma avaliação de suas vantagens e limitações e de uma compreensão de seu uso em diferentes situações sociais,

diferentes tipos de informações e diferentes problemas sociais” (BAUER & GASKELL, 2012, p. 22).

3.3.1 Análise Quantitativa: o que os números têm a dizer

Segundo Miguel (2009, p. 81), as características do tema ambiental, em especial sua interdisciplinaridade, tornam inviáveis “uma classificação rígida dos assuntos, que são constantemente inter-relacionados e, nesse contexto, figuram em diferentes seções do jornal”. A principal dificuldade ao se tentar quantificar uma produção que aborde a temática ambiental é “justamente buscar uma divisão estratificada, uma vez que meio ambiente é um assunto interdisciplinar que poderia estar inserido em todas as editorias e em diferentes assuntos” (MIGUEL, 2009, p. 81).

Nesse sentido, para cumprir com os princípios metodológicos de classificação, por meio da abordagem quantitativa da pesquisa social, que mede a frequência de aparição de determinados elementos da mensagem, optou-se por montar 3 (três) quadros de incidências das reportagens socioambientais, um para cada ano de publicações do repórter Montezuma Cruz, que produziu para o veículo impresso *Correio do Estado*: 118 textos, em 2011; 114, em 2012; e 43, até 1º de setembro de 2013. Somando, tem-se 275 reportagens publicadas, em todas as Editorias e em cinco Suplementos do veículo diário. Mais abaixo serão apresentados os respectivos quadros de incidência das reportagens e demais publicações, divididas por ano e quantidade. Seguiu-se se a lógica cronológica das publicações das mais antigas às mais recentes, ou seja, de 2011 a 2013.

Ressalta-se que apenas as reportagens especiais e de temática socioambiental do jornalista Montezuma Cruz entraram para os quadros de análise desta investigação, uma vez que nelas foi possível demonstrar, de forma mais evidente, características do Jornalismo Literário, do Jornalismo Ambiental e de manifestação da opinião do autor, o que reforça o caráter autoral de seus textos. São reportagens publicadas em páginas inteiras, sem divisão de espaço com publicidade, sempre com fotografias, boxes explicativos, peças gráficas ilustrativas, como mapas e enquetes.

As demais produções aqui mencionadas evidenciam a escolha temática do repórter pelos assuntos que envolvem o homem e o meio ambiente e suas relações entre si e demonstram a preocupação e o engajamento daquele que se diz responsável pela formação e informação da sociedade sobre o meio em que vive, de forma geral, e com a educação de seu público leitor, de forma mais restrita.

Estão nas linhas a seguir o que se estabeleceu do tratamento geral e específico das informações colhidas do *corpus* desta pesquisa.

3.3.1.1 Sobre 2011

Em 2011, as produções jornalísticas de Montezuma Cruz foram divididas da seguinte forma: trinta e nove (39) reportagens (cotidianas e especiais) trataram da temática socioambiental, o que equivale a 33,05% do total. As abordagens variaram imensamente: do lixo ao cenário das favelas nas periferias de Campo Grande; a produção estadual de borracha, algodão, cana de açúcar, soja; as circunstâncias da cheia do Pantanal; a biodiversidade naquele ecossistema; as demais belezas naturais de Mato Grosso do Sul; crimes ambientais; produção de mel; de produtos orgânicos; comercialização de móveis usados; cobranças de estrutura urbana adequada como ciclovias e calçadas; aplicação correta de políticas públicas específicas, como as que garantem acesso à água e esgoto tratado à população; e práticas ecológicas.

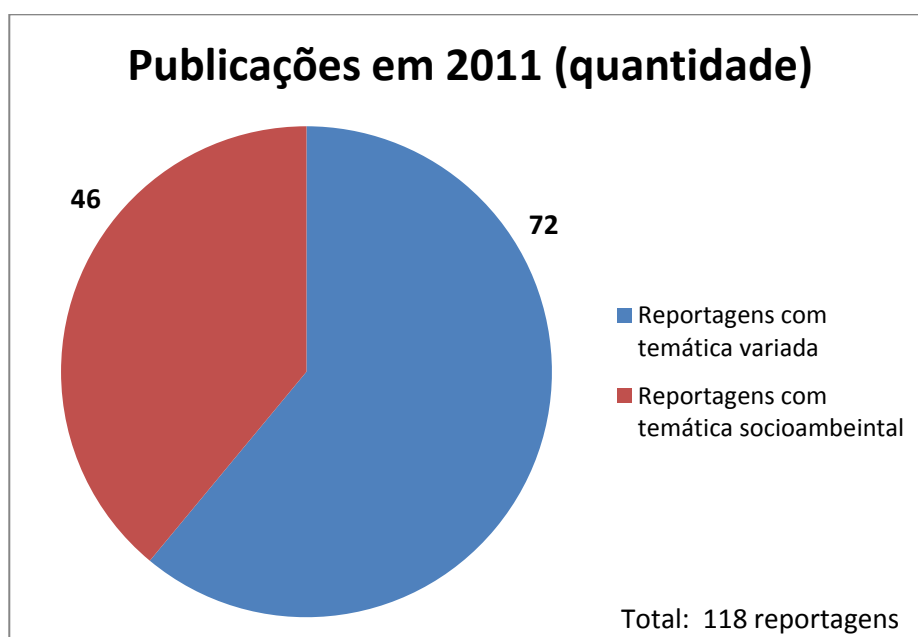
Quarenta e duas (42) outras produções jornalísticas caracterizaram-se como reportagens especiais de temáticas diferenciadas, de página inteira, publicadas na Editoria de Cidades, as quais versavam sobre assuntos relacionados à educação, sociedade, religião, história, comportamento, economia, segurança e patrimônio público, ou seja, 35,59% do total. E vinte e oito (28) reportagens temáticas de caráter cotidiano, correspondentes a 23,72% do total, foram produzidas sobre culinária, turismo, história local, patrimônio público municipal, religião, economia regional e urbanização, para as Editorias de Economia, Cultura e Cidades.

No ano de 2011, três (3), das quatro (4) entrevistas realizadas pelo repórter, pautaram a temática socioambiental como enfoque. Em 10/07/2011, o gestor ambiental e historiador Nilo Peçanha Coelho Filho, à época, coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari (Cointa), foi entrevistado para tratar da ameaça aos ribeirinhos pela construção de barragens para a criação das Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) em meio ao Pantanal, tema que gerou bastante polêmica na imprensa nacional e do Estado. Mais tarde, em 2012, os projetos das PCHs foram todos suspensos, decisão conseguida por liminar, pelo Ministério Público Federal e Estadual. Ainda hoje, não há uma decisão judicial proferida e decisiva sobre o assunto.

Outra entrevista importante foi com a, então, Ministra do Meio Ambiente, Izabela Teixeira, em 11/09/2011, cujo tema foi o assoreamento do Rio Taquari, no Pantanal, que ainda hoje gera muita discussão e pouca ação por parte dos ambientalistas e demais defensores do rio, uma vez que tem imperado a vontade dos produtores de gado e agricultores da região. Por fim, em 30/10/2011, outra polêmica veio à tona, o Programa de Controle da Poluição Veicular (PCPV), que mesmo com Lei municipal aprovada em novembro de 2011, ainda não foi implementado em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul. A engenheira sanitária e ambiental Roberta Lucho Macedo discutiu pontos importantes que seriam considerados para aprovação da Lei, a partir do estudo que ela estava desenvolvendo sobre a qualidade do ar na cidade.

Por fim, somam-se às reportagens já quantificadas, mais quatro (4) reportagens ambientais, no Suplemento Ecologia, em março, junho, agosto e outubro de 2011, respectivamente sobre o Cidema – Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Meio Ambiente, do qual fazem parte os municípios de Bonito, Bela Vista, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque, criado para solucionar o problema dos “lixões” naquelas cidades; as ninhadas de pássaros às margens do Rio Piquiri; a viagem contemplativa de um grupo de italianos em busca dos pássaros do Pantanal; e a problemática das queimadas na Amazônia, causada pelos pequenos agricultores locais.

O gráfico abaixo ilustra o cenário quantitativo das reportagens do jornalista em 2011.



Algumas observações específicas: no dia 20 de fevereiro de 2011 foi publicada a primeira de uma centena de reportagens que saíam em série, naquele que foi dos três, o ano mais produtivo do repórter, de volta a Mato Grosso do Sul. Não houve publicações em janeiro, visto que o jornalista começou a trabalhar em fevereiro, e julho foi o mês com mais publicações, dezessete (17), no total. Foi em julho também que o repórter construiu sua série de reportagens do ano: um conjunto de seis (6) reportagens sobre “Voluntariado”.

Dentre as reportagens de temática variada, estão assuntos sobre economia local e regional; segurança pública; atitudes comportamentais de jovens e idosos; diferenças entre classes sociais; conservação de patrimônios públicos; história regional, contada a partir do relato de momentos, fatos e pessoas importantes para Campo Grande e Mato Grosso do Sul; a situação da mobilidade urbana nas principais cidades do Estado; educação; religião; práticas humanitárias e solidárias.

Do conjunto de quarenta e seis (46) reportagens socioambientais, publicadas em 2011, considerando as diferentes modalidades textuais (reportagens especiais, reportagens temáticas cotidianas, reportagens em Suplemento e as entrevistas), dezesseis (16) foram selecionadas para análise, por acumularem as características da temática (socioambiental) e da modalidade textual jornalística estudada (reportagem especial).

O quadro de incidência de 2011 ficou da seguinte forma:

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2011	QUANTIDADE
Reportagens com temática socioambiental	39
Entrevistas	4
Reportagens com temática variada	28
Reportagens especiais com temática variada	42
Reportagens em Suplementos	5
Total de publicações	118

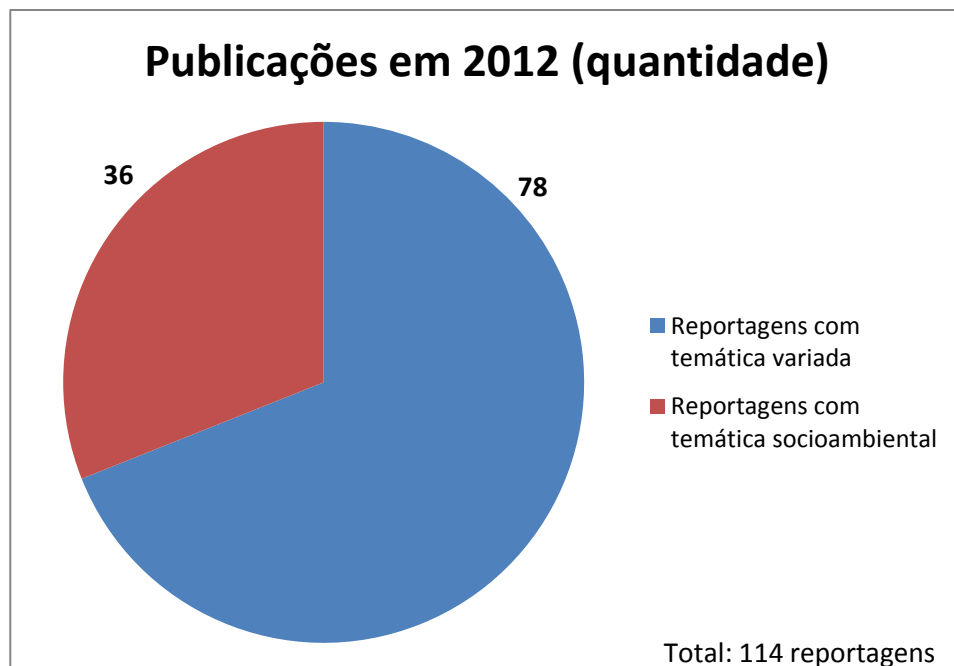
O quadro das 16 reportagens especiais socioambientais analisadas, do ano de 2011, segue abaixo.

ITEM	DATA	EDITORIA	CATEGORIA	CHAPÉU/TÍTULO
1	13/03/2011 Domingo	Cidades – Especial	Relações socioambientais	“Porque a Capital sofre tanto com as chuvas”
2	10/04/2011 Domingo	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Pantanal - “Produtor teme prejuízo com retirada do gado”
3	07/05/2011 Sábado	Cidades - Especial	Relações socioambientais	Meio ambiente – “‘Xarope natural’

				salva árvores históricas”
4	07/06/20-11 Terça-feira	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Meio Ambiente – “Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal”
5	08/06/2011 Quarta-feira	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Meio Ambiente - “Assoreado, Rio Taquari aguarda por três pequenas Usinas”
6	09/06/2011 Quinta-feira	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	“Vida útil de usinas do Pantanal é 10% menor”
7	26/06/2011 Domingo	Cidades – Especial	Mudanças Globais	“Javali, praga das lavouras de Dourados”
8	17/07/2011 Domingo	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Pesquisa – “Expedição vivencia solidariedade pantaneira”
9	16/08/2011 Terça-feira	Cidades - Especial	Relações Socioambientais	De volta ao passado – “Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros”
10	21/08/2011 Domingo	Cidades - Especial	Relações Socioambientais	Encanto - “Homens são os maiores cultivadores de orquídeas”
11	04/10/2011 Terça-feira	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Pedras Preciosas – “Alcinópolis conserva arte milenar rupestre”
12	04/11/2011 Sexta-feira	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	“Capital pode levar cerca de 30 anos para chegar a 1 milhão de habitantes”
13	11/11/2011 Sexta-feira	Cidades – Especial	Mudanças Globais	Especial – “Recuperação do Anhanduí demora 10 anos”
14	27/11/2011 Domingo	Cidades – Especial	Biodiversidade	Parque Nacional da Serra da Bodoquena – “Um longo caminho para sair do papel”
15	05/12/2011 Segunda-feira	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Mapa da Miséria – “Parque chora entre a vida e o abandono”
16	11/12/2011 Domingo	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Voluntariado – “Desbravadores redescobrem o Betaville”

3.3.1.2 Sobre 2012

Em 2012, do total de 114 publicações do repórter, 36 reportagens (cotidianas, especiais e em Suplemento) tratavam da temática socioambiental, ou seja, 31,57% do total.



Os textos foram publicados da seguinte forma: vinte e cinco (25) reportagens saíram na Editoria de Cidades; quatro (04) publicações saíram na Editoria de Cultura, duas na Capa; uma (01) reportagem saiu no Suplemento Rural e tratou do Projeto Ilhas Verdes, patrocinado pela Petrobras Ambiental em propriedades rurais do município de Bonito, com o objetivo de buscar um ambiente adequado para o desenvolvimento de mudas nativas. Além disso, mais cinco (05) reportagens sobre a Amazônia, fruto de viagens do repórter àquela região, foram publicadas no Caderno C, onde geralmente saem as chamadas matérias “frias”, ou atemporais e os Classificados do jornal.

Destaque para a predominância da temática socioambiental em dez (10) reportagens especiais, cujo enfoque foi a problemática da pobreza, da falta de infraestrutura de bairros de periferia, e das condições subumanas em que se encontravam dezenas de famílias carentes. As demais produções versavam sobre projetos de sustentabilidade, arte ecológica, preservação ambiental, a problemática do lixo e da poluição nos municípios do Estado e práticas de turismo sustentável.

Novamente no mês de julho, registrou-se o maior número de publicações do repórter, dezenove (19), ao todo, enquanto em setembro saíram apenas três (3) reportagens, caracterizando-se assim como o mês com o menor número de matérias de Montezuma Cruz naquele ano. Entretanto, 2012 foi peculiar. Foi neste ano que o jornalista produziu uma das maiores séries de reportagens de sua autoria publicadas no *Correio do Estado*. Trata-se do conjunto de dezesseis (16) reportagens sobre “Trânsito”.

Ademais, em 09 de outubro, o repórter deu início àquela que seria, até então, a maior série publicada no Jornal, intitulada “Nossas Ruas”, um conjunto de dezessete (17) reportagens que conta a história dos nomes das ruas de Campo Grande, a partir das experiências vivenciadas pelos moradores dos locais. Segundo o repórter, “um projeto que infelizmente não teve continuidade” (CRUZ, 2014b). Doze delas saíram no mesmo ano e o restante foi publicado em alguns exemplares de 2013.

O quadro de incidência de 2012 ficou estruturado conforme abaixo.

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2012	QUANTIDADE
Reportagens com temática socioambiental	35
Entrevistas	2
Reportagens com temática variada	22
Reportagens especiais com temática variada	50
Reportagens em Suplemento	5
Total de publicações	114

Segue o quadro completo com as informações de data, editoria, categoria, das vinte e duas (22) reportagens especiais de temática socioambiental analisadas e seus respectivos Títulos e Chapéus (ou pequena informação, geralmente uma frase curta relacionada ao assunto, sobre o título da reportagem).

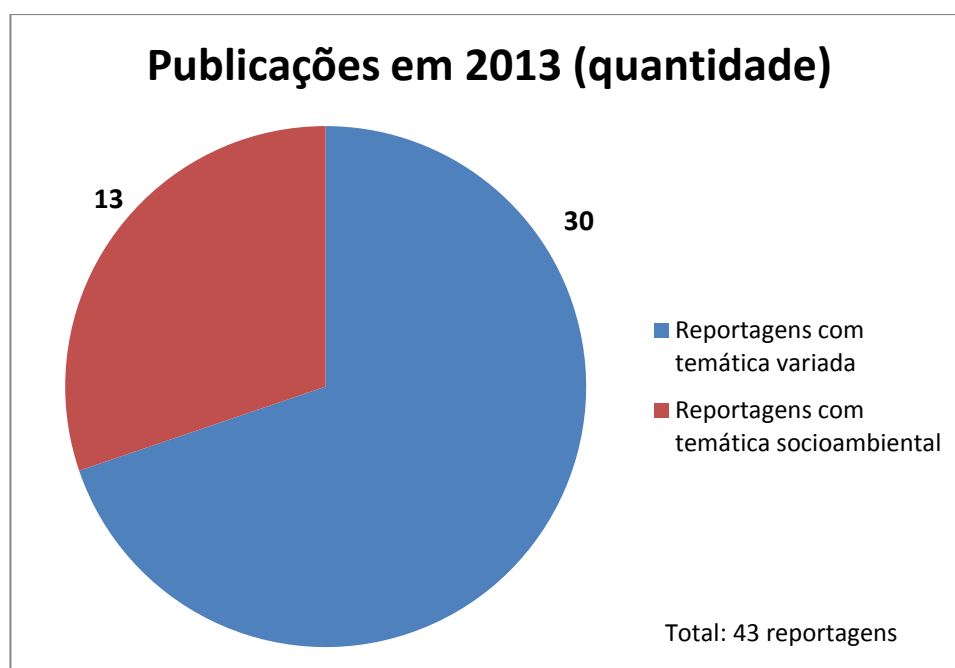
ITEM	DATA	EDITORIA	CATEGORIA	CHAPÉU/TÍTULO
1	08/01/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Cooperação para a Sustentabilidade – “Prática pantaneira garante sobrevivência”
2	16/01/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Difícil Retorno – “Projetos de Moon mofam no Pantanal”
3	11/02/2012	Cidades – Especial	Biodiversidade	Pantanal Excluído – “Preservação ambiental impede extração de óleo”
4	26/02/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Roça na Cidade (meio ambiente) – “O rural dentro do urbano”
5	23/03/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	O lado feio do Centro – “Abandono sem limites”
6	28/03/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Nossa Cidade – “Moradores sofrem com abandono do Serraville”
7	01/04/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Santa Felicidade – “Matagal e esgoto a céu aberto causam

				transtornos”
8	03/04/2012	Cidades - Especial	Relações Socioambientais	Patrimônio em Risco – “Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras”
9	04/04/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Bairro Nossa Senhora Aparecida – “Moradores reclamam da falta de estrutura de bairro”
10	13/04/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Isto é Capital – “Próximo dos Poderes, distante dos recursos”
11	14/04/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Cobrança Inadiável – “Rochedinho rejeita isolamento, pedindo ambulância e asfalto”
12	18/04/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Aqui é Capital – “Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza”
13	05/05/2012	Cidades – Especial	Relações Sociambientais	Aqui é Capital – “Sarandi é apenas um sonho nos confins de Indubrasil”
14	13/05/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Pobreza – “Moradores da favela Portelinha vivem em condições subumanas”
15	09/06/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Risco Ambiental – “MPE quer remover os ranchos às margens do Rio Miranda”
16	12/06/2012	Cidades – Especial	Biodiversidade	Serra da Bodoquena – “Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque”
17	15/06/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Insuportável – “Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo”
18	17/08/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Agressão Ambiental – “Outro golpe contra o Segredo, agora desviado e entulhado”
19	02/09/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Eldorado 2 – “Tanto bate até que fura”
20	09/11/2012	Cidades – Especial	Biodiversidade	Preservação da Arara Azul – “Minha caixa, minha vida”

21	27/11/2012	Cidades – Especial	Biodiversidade	Tesouro Pantaneiro – “Bichos encontram um refúgio”
22	21/12/2012	Cidades – Especial	Relações Socioambientais	Ilhas Verdes – “Bonito une coentro, aroeira e cipós”

3.3.1.3 Sobre 2013

Em 2013, já com um ritmo de produção mais lento, o repórter publicou 43 reportagens, até sua saída do veículo, em setembro de 2013, 13 delas versavam sobre a temática socioambiental, o que equivale a um percentual de 39,53%, todas concentradas na Editoria de Cidades, duas em meia página na Seção Correio +, as quais tratavam respectivamente sobre crime ambiental no Pantanal e alternativas para o lixo reciclável. Além de uma na página 16A, sobre poluição do ar.



As entrevistas tratavam de aspectos diferentes da sociedade. A publicada em 10/03/2103 debateu o consumo excessivo de álcool diante dos olhos de todos, sem que nada fosse efetivamente feito para mudar tal realidade. No texto de 17/03/2013, a presidente da Associação dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul, revelou que “cada defensor público atende a 11 mil cidadãos”, o que comprometia a qualidade do

serviço e justificava a morosidade do sistema. E, por fim, na reportagem de 28/04/2013, o ex-secretário de Segurança Pública do Estado advertia para o fato de a polícia precisar “evoluir tanto quanto os malfeitores”.

O mês de fevereiro foi o que o repórter publicou mais reportagens, no total de doze (12). Dasquelas, cinco (5) foram as últimas da série “Nossas Ruas”. A partir de maio, o número de reportagens foi reduzido ao mínimo, com duas (2) publicações naquele mês, uma (1) em junho, duas (2) em julho, duas (2) em agosto e novamente uma (1) em setembro, antes de sua saída definitiva do periódico.

A seguir o Quadro de Incidências de reportagens publicadas no ano de 2013.

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2013	QUANTIDADE
Reportagens com temática socioambiental	13
Entrevistas	03
Reportagens com temática variada	06
Reportagens especiais com temática variada	20
Reportagens em Suplemento	01
Total	43

O Quadro com as dez (10) reportagens especiais com temática socioambiental analisadas no ano de 2013 ficou distribuído da seguinte forma:

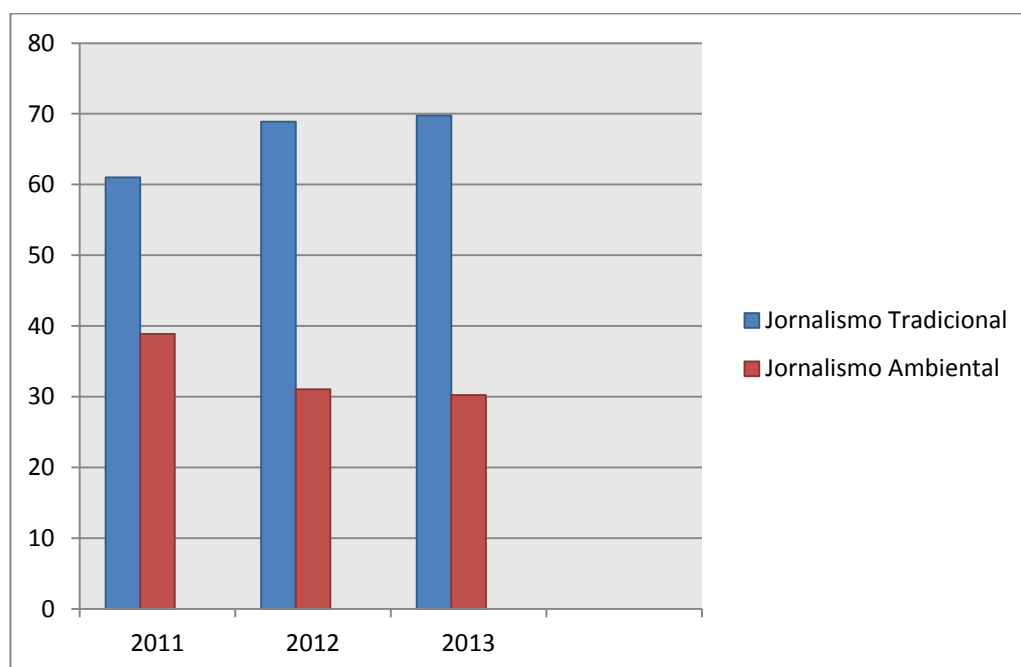
ITEM	DATA	EDITORIA	TEMA	CHAPÉU/TÍTULO
1	16/01/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Mau Cheiro – “Poluição ameaça polo de orgânicos”
2	18/01/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	O que fazer? – “Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h”
3	29/01/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Sem usuários – “Na ciclovia, só falta bicicleta”
4	17/03/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Combate à dengue – “A força do cravo da vitória”
5	20/03/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Região da Lagoa – “Um só desabafo: ‘Ouçam a gente’”
6	22/03/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Dia Mundial da Água – “Salve um córrego e ganhe o céu”
6	09/04/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Consórcios – “Com o lixo, é pegar ou largar”
8	26/04/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	5 Preciosos Minutos – “O rádio unindo

				pantaneiros”
9	05/05/2013	Cidades – Especial	Biodiversidade	Sidrolândia – “Uma rica floresta em pé”
10	27/07/2013	Cidades – Especial	Relações socioambientais	Resíduos Sólidos - “Nada se perde, tudo se transforma”

Os quadros completos com o conjunto das reportagens com suas respectivas datas, páginas, Editorias e Títulos estão no Apêndice desta dissertação.

O que a análise qualitativa em questão evidenciou é que a atenção e o esforço do repórter, além de sua organização e produção jornalística, estão concentrados nas reportagens de caráter especial e nas de temática socioambiental.

De forma geral, o percentual entre a produção do Jornalismo tradicional (de temática cotidiana) e a ambiental, nestes quase três anos de análise, variou muito pouco, respectivamente – 61,01%, contra 38,9%, em 2011; 68,9% contra 31,03%, em 2012; e 69,76% contra 30,23%, em 2013 – e representa uma posição bastante significativa da produção do Jornalismo Ambiental no conjunto da obra do repórter Montezuma Cruz. Confira no Gráfico 1 abaixo.



3.3.2 Análise qualitativa: o que os textos têm a dizer

“Os dados não falam por si mesmos”, orientam Bauer e Gaskell (2012, p. 24), é preciso, no entanto, interpretá-los. Além disso, as qualidades não quantificáveis do discurso também podem ser objeto de análise, como a construção estética, escreveu Jorge Pedro Sousa (2004, p. 63).

Com o intuito de cumprir com o objetivo geral desta pesquisa que é o de investigar a presença de determinadas características do Jornalismo Literário em comunhão com o Jornalismo Ambiental nas reportagens socioambientais do repórter Montezuma Cruz, publicadas de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, no jornal *Correio do Estado*, decidiu-se por apresentar excertos representativos dos textos escritos pelo jornalista, cujos elementos, segundo Sousa (2004, p. 64), configuram uma análise qualitativa do discurso jornalístico impresso, como: captação, fontes e citações; enquadramentos, estruturas textuais, vocabulário, estilo e significação; procedimentos de objetividade; procedimentos de intensificação e dramatização do discurso; procedimentos de persuasão.

Considerou-se nas análises dos textos do repórter Montezuma Cruz a pré-existência do caráter de verdade, responsabilidade e ética, a partir do que defende Charaudeau (2013, p. 113-114): “a imprensa é essencialmente uma área escritural, feita de palavras, de gráficos, de desenhos e, por vezes, de imagens fixas, sobre um suporte de papel”, área essa que desempenha o “papel de prova para a instauração da verdade” e por meio da qual as mensagens são destinadas a “desencadear uma atividade de decifração, isto é, de inteligibilidade”. A imprensa escrita, para o autor, configura-se num “dispositivo de legibilidade”.

O fato de Montezuma Cruz atuar como um repórter especial, sua *práxis* diferenciada somada à sua idade e a seu vasto repertório profissional são analisados neste capítulo, porque se relacionam com o que se pensa da atividade jornalística e de seu papel social, especialmente quando se trata de discutir a relação sociedade e natureza. Tem-se, assim, a questão qualidade versus produtividade do texto, relacionada ao tempo disponível e à liberdade editorial para a confecção da matéria, o espaço garantido no veículo para suas reportagens e a história individual do jornalista, já relatada no Capítulo II desta dissertação.

No tempo que o repórter atuou no jornal *Correio do Estado* não havia uma Editoria específica que publicasse apenas conteúdo ambiental. Por um breve período de tempo o jornal publicou o Suplemento Ecologia, um Caderno bimestral exclusivo para a temática ambiental, mas a publicação não se manteve. O fato de Montezuma Cruz ter

reservada para suas reportagens especiais a página 12, do Caderno A, na Editoria de Cidades, garantiu-lhe exclusividade para produzir seus textos, os quais não disputavam espaço com outras matérias que circulavam nos Cadernos principais do jornal com a mesma temática, nem com anúncios publicitários.

Em suas reportagens, essa exclusividade aparece no que Berger (1998, *apud* ABREU, 2006.p. 101) percebe como uma tendência de alguns jornais de falarem de si, publicizando suas conquistas e marcando presença junto aos leitores. Montezuma Cruz praticamente personifica o jornal (empresa) em suas reportagens, faz o jogo da metonímia em suas narrativas, figura de linguagem que permite a substituição de uma palavra por outra, quando existe uma relação lógica, uma proximidade de sentidos que permite essa troca, uma associação. Por exemplo, tomar o autor pela obra; o continente pelo conteúdo; o efeito pela causa, ou o mais comum, a parte pelo todo.

Sousa (2004, p. 84) explica que é comum aos jornalistas fazerem uso da metonímia, uma vez que as referências que se têm da realidade são sempre metonímicas, “escolhemos uma parte da realidade para representar o todo”. Ou seja, “construímos nossos referentes sobre a realidade baseando-nos em visões incompletas dessa realidade”. No caso das reportagens analisadas, há nos textos a substituição da presença do repórter (parte da empresa, como funcionário), pela do jornal enquanto instituição (como o todo).

1 – “É preciso que o município esteja preparado para evitar o mais grave quando não existem planos de contingência e emergência elaborados pela Defesa Civil”, sugere o pesquisador do Núcleo de Estudos da População da Universidade de Campinas (Unicamp), Ricardo Ojima, 35, em conversa com o **Correio do Estado**. (grifo do repórter) “*Porque a Capital sofre tanto com as chuvas*” (13/03/11).

2 – Ao **Correio do Estado**, Alves disse que o mais adequado seria aumentar alguns trechos em três metros nivelando-os à altura das pontes. Isso evitaria que as águas cobrissem toda a área, complicando o trânsito do gado. (grifo do repórter) “*Produtor teme prejuízo com retirada do gado*” (10/04/11).

3 – O **Correio do Estado** percorreu o Rio Correntes até o seu encontro com o Rio Piquiri. Na região, Ponte de Pedra é uma parte, a maior talvez, dos problemas hidroambientais. Estradas mal planejadas provocam a erosão do solo. (grifo do repórter) “*Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal*” (07/06/11).

4 – Nas pedras da Cachoeira Quatro Pé, que serão cobertas por águas represadas por futuras usinas, o **Correio do Estado** observou iniciais de nomes de supostos chefes das expedições (grifo do repórter) “*Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros*” (16/08/11).

5 – Denunciado no **Correio do Estado** o depósito de lixo numa das margens da estrada vicinal ao lado da Fazenda Científica da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) também ocorre há um ano. Proprietários de terras em frente à fazenda colocaram placas indicando a proibição do despejo de lixo, conforme determina o artigo 54 da Lei nº 9.605. (grifo do repórter) “*Poluição ameaça polo de orgânicos*” (16/01/13).

6 – Às 19h15 de segunda-feira, numa sala de aula da Escola Municipal Nagem Nagib Jorge, o **Correio do Estado** presenciou o encontro mensal da entidade representativa de 20 bairros. Eles não receberam salários, tampouco jetom. (grifo do repórter) “*Um só desabafo: “Ouçam a gente”*” (20/03/13).

7 – O **Correio do Estado** acompanhou o plantio de 291 mudas de essências florestais doadas pela empresa Águas Guariroba, entre as quais, acácia, amendoim do Cerrado, castanha do Pará, cumaru, embaúba, flamboyant, ipê (pau d’arco), jacarandá, murta e tamarindo. (grifo do repórter) “*Uma rica floresta em pé*” (05/05/13).

Em outros momentos, o jornalista se apresenta, ele mesmo, como o observador participante da ação narrada, inclusive, ora utilizando a primeira pessoa verbal do plural (nós), referindo-se a sua pessoa e a do fotógrafo, ora em terceira pessoa (o repórter, o senhor, os repórteres). Assume sua personalidade de repórter numa modalidade de captação do Jornalismo Literário, a que Lima (2004, p. 122) chama de observação participante, técnica muito utilizada por sociólogos, com características atenuadas nos dias atuais, verdade, mas que ainda permite ao jornalista “retratar a realidade senão com cor, vivacidade, presença”, num “mergulho e envolvimento total nos próprios acontecimentos e situações” relatados, atitude fruto de seu trabalho engajado de pesquisa e compreensão do fato. Nos trechos abaixo os grifos são desta pesquisadora.

8 – **Iniciamos** às 9h46 a viagem de reconhecimento na divisa entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. (...) **Olhamos** para o fundo do rio, ou mais precisamente, para o raso mesmo, onde se vê muita areia branca. (...) Às 11h **observamos** as capivaras ao sol; às 11h55, ariranhas e jacarés. Três minutos depois **alcançamos** a barra do Piquiri e a reserva ambiental. “*Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal*” (07/06/11).

9 – Oito quilômetros a pé pelos milharais, pela mata ciliar e pela vegetação de cerrado na Fazenda Araci podem ser fichinha para o paranaense José Cherer, vindo há 20 anos de São João, sudoeste do Paraná. **Para os repórteres do Correio do Estado foi uma caminhada e tanto.** (...) De hábitos noturnos, os javalis estavam bem próximos de nós, entretanto, invisíveis. **No segundo dia de nossa permanência na região é que o repórter [fotográfico] Paulo Ribas conseguiu flagrar os primeiros catetos...** “*Javali, praga das lavouras de Dourados*” (26/06/11).

10 – É o último da vila? – **perguntamos** ao comerciante Francisco Ferreira, 33 anos, casado, pai de um filho. (...) Maria das Graças Duarte de Assis, 58, tem dois filhos formados. Ela interrompe o crochê **para nos servir cafezinho.** Depois, **mostra-nos suas rosinhas**, beijos, samambaias em latas e cactos, entre outras plantas. “*Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras*” (03/04/12).

11 – Aluno da 8ª série na Escola Barão do Rio Branco, à tarde, Mateus auxilia o pai e a mãe, a sansei Carmem Higa Macedo, no atendimento do pequeno armazém da família. (...) Ele e os colegas apreciam futebol aos finais de semana. De vez em quando fazem trilhas de motos e de bicicletas por ali [em Rochedinho]. “Outro dia tivemos um show do grupo Ecos do Pantanal, **o senhor conhece?**” *“Rochedinho rejeita isolamento, pedindo ambulância e asfalto”* (14/04/12).

12 – Wilson Lima dos Santos, 37 anos, busca desatar seu nó entre as oportunidades oferecidas pela construção civil. (...) Convida para **conhecermos a sua casa** sem piso, cuja frente corre esgoto e zela pelo lugar, aconselhando os filhos e a vizinhança a não jogar lixo no quintal. (...) “Sucena”, magrela vira-lata, **esfrega-se entre as pernas do repórter**. *“Moradores da favela Portelinha vivem em condições subumanas”* (13/05/12).

13 – Ex-empregado de construtora e de empresa mineradora, pai de seis filhos casados e com 16 netos, José Bernardo dos Santos, 53 anos revira o lixo de Bodoquena (...) às 17h de segunda-feira, sozinho, ele conversa pouco, não diz quanto ganha, mas garante que sustenta a família. (...) **O repórter insiste**, pergunta da saúde dele, obtendo mais uma breve declaração (...) *“Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo”* (15/06/12).

14 – Seis e meia da manhã do dia seis de novembro: **saímos num caminhão** com o biólogo Helder Brandão de Oliveira para um passeio nas trilhas desse território ecológico a 240 km de Campo Grande. (...) Cadê a onça jaguatirica? Helder sorri: “Ela é solitária, e se não aparecer hoje, não desistam.” (...) **O repórter conta-lhe ter visto** quatro numa focagem noturna numa noite de lua cheia na sexta-feira da Paixão deste ano, na Fazenda São Francisco. (...) na segunda parte de nossa trajetória no refúgio de 53 mil hectares. (...) O caminhão faz a curva, **entramos numa invernada. Caminhamos um trecho a pé.** (...) **Voltamos a falar de onças.** (...) **Fim de jornada. Conhecemos** a curicaca de pescoço amarelo, a borboleta azul morfo e alguns pés de amora selvagem. *“Bichos encontram um refúgio”* (27/11/12).

15 – “**O senhor vê aqui:** se a gente tombar a bombona, não há chance de vazamento, porque a vedação é forte”, diz Spielmann, exibindo o material. (...) Bombona é o nome de um tambor de plástico, padronizado, com capacidade de 200 litros, no qual são transportados restos de animais mortos em Campo Grande. *“Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h”*, (18/01/13).

16 – 15h50min – Situação inalterada: **repórteres do Correio do Estado permanecem 20 minutos** no mesmo ponto da foto feita no período matinal e não encontram nenhum ciclista no privilegiado espaço verde. (Esta é a legenda de uma das 3 fotos da reportagem *“Na ciclovía, só falta bicicleta”*, de 29/01/13).

Adepto da humanização e da sensibilidade como elementos enriquecedores da narrativa jornalística, Montezuma Cruz inova ao complementar sua etapa de captação com a entrevista investigativa (aberta), que Lima (2004, p. 92-93) define como aquela “apoiada na coleta de informações em *off* e em *on* (esta dá retaguarda àquela)” em conjunto com o perfil humanizado, “que se caracteriza pela abertura e proposta de

compreensão ampla do entrevistado em vários aspectos, do histórico de vida ao comportamento, dos valores aos conceitos”. O repórter consegue promover um “diálogo interativo entre entrevistador e entrevistado, uma interação humana entre o receptor e o personagem dos acontecimentos e das situações, intermediada pelo jornalista, representante do público” (LIMA, 2004, p. 90). Esta atitude aproxima o leitor do acontecimento, numa experiência “dialógica” e é capaz de promover nele uma noção de identidade e pertencimento a algo maior, e mais elevado, do que seu próprio espaço e universo, é capaz de fazê-lo pensar e sentir, por meio da experiência estética da linguagem.

Conforme é demonstrado nos trechos abaixo:

17 – “Orquídeas exigem cuidados, conhecimento e paciência”, opina o engenheiro agrônomo Hélio Tadao Oshiro, 66. (...) Nascido e criado na Fazenda Lagoinha, em Campo Grande, o agrônomo Oshiro lembra que o pai dele, Guentako Oshiro, e agricultores vizinhos derrubavam a mata para cultivar arroz durante três anos, depois, formavam pastagens. Percorreu longo caminho até alcançar as “orquídeas de fundo de quintal” no Bairro São Jorge da Lagoa. Estudou mecânica de manutenção no Senai, ingressou entre 1965 e 2004. Foi sargento. Ao concluir o curso de especialização em viaturas de combate, fez aperfeiçoamento para sargento na Escola de Material Bélico do Rio de Janeiro. Entrou na reserva como subtenente do quadro técnico, trabalhando em Cáceres. “Voltei para cá no momento em que a Associação Campo-Grandense de Orquidofilia e Ambientalismo estava começando; passei no vestibular de biologia, mas optei por agronomia, o melhor que aconteceu. Comprei minha primeira planta de Álvaro Pereira, quando ele e Sérgio Osteto faziam palestras no Horto Florestal”. *“Homens são os maiores cultivadores de orquídeas”* (21/08/11).

18 – Caçula de sete irmãos filhos do casal José Carlos e Neusa Xavier, Leandro Carlos Xavier, 17 anos, caminha com ar tristonho por uma rua na confluência dos bairros Dom Antônio e Cidade de Deus. Quase em frente ao lixão ele recebe a notícia de que um terço dos quase seis milhões de jovens pobres ou muito pobres vive nas dez maiores regiões metropolitanas do País, incluindo o Distrito Federal. Conversa, mas não quer ser fotografado de frente. Conta que já trabalha como servente de pedreiro, recebendo R\$ 40 por dia. (...) Leandro veio em 2000 de Rolim de Moura (RO), onde nasceu. O pai não conseguiu terra por lá e atualmente é vendedor ambulante no centro de Campo Grande; a mãe cuida da casa. *“Parque chora entre a vida e o abandono”* (05/12/11).

19 – Isso é uma rua ou um esgoto? “Os dois”, brinca Taimara de Souza Rodrigues, 19. Diariamente ela caminha a pé pela tortuosa Rua Argirita, cujo nome faz lembrar uma pequena cidade de Minas Gerais. Amigos dela atravessam a imundície de bicicleta, devagarinho, para não estourar os pneus ou quebrar os raios nas pedras. (...) Reunida com suas vizinhas, Judite Borges de Araújo conversa a respeito de assuntos religiosos, pessoais e se lembra um pouco da problemática da saúde. Hipertensa e diabética, ela lamenta que anteriormente eram mais frequentes nos postos de saúde os exames para medir a glicose. “Eu quero controlar, mas já sinto falta; esse exame muito procurado pelas mulheres aqui do bairro, infelizmente parou”. *“Matagal e esgoto a céu aberto causam transtorno”* (01/04/12).

20 – Ali encontramos o aposentado José Oliveira de Assis, 61 anos, o *Zé Caiano*, que desembarcou em Campo Grande com apenas oito anos de idade vindo de Camapuã. É um personagem símbolo do bairro, pois se dedica a animar festas de aniversário ou em comunidades campo-grandenses, a convite de amigos. O apelido foi herdado do avô, José Campeiro, um goiano que cultivava cana caiana. “Desde pequeno os meus tios João e Salvador Machado me inspiraram: eles formavam a dupla Joãozinho e Salvador, gravaram com Délio e Delinha e com eles aprendi solos de violão.” Casado com Maria das Graças Duarte de Assis, 58, tem dois filhos formados. (...) Ex-engraxate em Camapuã, ele também trabalhou numa fazenda em São Gabriel do Oeste, depois de morar em Campo Grande, para onde retornou novamente. “Lá eu fazia de tudo, cuidava do gado nelore e mestiço, das lavouras de arroz, feijão e milho”. *“Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras”* (03/04/12).

21 – Ex-empregado de construtora e de empresa mineradora, pai de seis filhos casados e com 16 netos, José Bernardo dos Santos, 53 anos, revira o lixo de Bodoquena: coleta plásticos e papelão, pisa sobre ossos bovinos, latas de alumínio, preservativos, tubos PVC, material de construção, pedaços de madeira e não se incomoda com moscas varejeiras, nem com o forte odor. Às 17h de segunda-feira, sozinho, ele conversa pouco, não diz quanto ganha, mas garante que sustenta a família. Vai trabalhar de bicicleta. “Aposentar? *Qué* isso? E as minhas três mulheres? Quando a gente tem garra, trabalha mesmo”, é a frase mais longa de José Bernardo. Chafurdando no meio do chorume e do barro, não interrompe a catação, impressionando pelo desempenho físico. *“Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo”* (15/06/12).

22 – O querer de cada um resulta na diversificação agrícola. Assim, o assentado no lote 448, Agrimaldo Rodrigues mantém roças com banana, mandioca, manga, abacaxi, pêra, tangerina, jabuticabas e urucum. Há três anos, ele também plantou 2,7 mil pés de eucaliptos e vai cortá-los em 2013. Próximo aos eucaliptos está o plantio de acácia com o qual ele espera atrair abelhas melíferas aos brotos. “Já coloquei uma caixa e tô esperando”, relata. (...) Agrimaldo ainda mora numa casa de madeira, mas não reclama. Obteve do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) um financiamento de R\$ 20 mil, a juros baixos, para investir nas suas atividades. Agrimaldo e Joana adotaram um casal de filhos, mas atualmente trabalham sós, cuidando das roças, da criação de porcos e das dez vacas leiteiras. Os mais de 70 litros diários são vendidos para compradores fixos e também servem para a fabricação de três queijos em média por dia. Pesando 1,2kg a 1,3kg, a unidade é vendida a R\$ 10. As sementes de urucum custam R\$ 3,50. Quando se deita na rede na varanda, Agrimaldo pensa, e nesse embalo prevê o cultivo de açaí e torce para que as abelhas da região dêem mel em suas acácias. *“Tanto bate até que fura”* (02/09/12).

Em Vicchiatti (2005, p. 36), o professor Roberto Porto Simões (PUC-RS) explica que “o ato estético, a experiência estética, é aquela focalizada sobre a série de reações experimentadas pelo ser humano no campo da sua sensibilidade mais plena, mais total, mais elevada, diante de qualquer fenômeno natural, espiritual ou artificial”. E aproximar a teoria e a prática por meio da estética, no Jornalismo, possibilita transformar a técnica em algo artístico e aprazível, num salto de qualidade, de superação dos facilitismos, que se deseja para a imprensa diária atual.

Mas ao jornalista não cabe apenas o domínio da linguagem. Este profissional tem diante de si toda a complexa realidade contemporânea, tecnológica, apressada, autodestrutiva, aparentemente conectada, entretanto, mais solitária e individualista do que nunca antes visto. Como mobilizá-la em prol de uma construção social mais humana, ecológica e sustentável do planeta? Montezuma escolheu contribuir para esta nova realidade por meio da (in)formação e conscientização de seu leitor, ao tratar do assunto com didatismo e pedagogia, características imprescindíveis ao jornalista ambiental, que ainda deve dispensar um tratamento preciso e esclarecedor às informações colhidas, independente do enquadramento adotado. E apesar do cansaço dos anos de rotina de “contador de histórias”, ainda alimenta um sonho:

Acredito na possibilidade de contribuir para que o jornalismo impresso possa sobreviver, abandonando a luta inglória da competitividade com o noticiário dos sites e portais na internet. Vicie-me em chegar às 7h ou 8h nas Redações nas quais trabalhei, e às vezes me flagrar trabalhando até o período noturno. Se a saúde contribuía, 30 a 40 anos atrás, hoje me sinto um tanto debilitado. Não sinto isso tanto fisicamente, porém, pelo desânimo em não contar com um sonhado "Exército Brancalone" disposto, e com apoio patronal, para fazer o jornal se sustentar voltado para relatos humanos em diferentes histórias, daqueles que prendem o leitor (CRUZ, 2014c).

Contudo, ao colocar em pauta a temática ambiental, o jornalista não utiliza o veículo *Correio do Estado* para promover um caloroso debate público sobre o assunto. Provavelmente uma imposição do jornal, que prefere alimentar as discussões com viés político em sobreposição aos demais temas. Montezuma narra os acontecimentos, explica-os, mas não necessariamente critica-os ou encaminha o leitor para um debate sobre a questão ambiental, cujos problemas “quase sempre, são amplos, complexos, mas muito concretos e de solução a médio e longo prazos” (BUENO, 2007, p. 41). Sua postura pedagógica e didática garante uma noção dos fatos, mas não aprofunda na compreensão entre causas e consequências da temática.

23 – Mesmo sob controle interno das empresas Oxinal e Atitude Ambiental, a saúde de seus vizinhos corre risco, no Polo de Orgânicos e num trecho do Distrito Industrial de Campo Grande, em consequência da fumaça de gases expelidos pelas chaminés dos fornos incineradores. (...) O forno funciona com duas câmaras: primária e secundária, incinerando 200 quilos de resíduos por hora, capacidade máxima autorizada pela Prefeitura, desde a assinatura dos contratos de prestação de serviços pelas duas empresas. A fumaça passa pela câmara secundária e, em seguida, pelo lavador de gases, explica a engenheira sanitária e ambiental Ana Déborah. “Em seguida, o que encher (tranquilizador), colocado no funil, resfria os gases, retraindo partículas sólidas”, ela diz. A maior parte do descarte de ácidos e líquidos químicos segue para a empresa Essencis, em Curitiba, onde o material é neutralizado

ou encapsulado. Ela é especializada em resíduos industriais. “*Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h*” (18/01/13).

24 – Três áreas de preservação ambiental (APAS) põem Campo Grande entre as maiores do país: Ceroula, Lageado e Guariroba. Na APA Lageado, 13 mil hectares são objeto de estudo e cuidados conservacionistas. Coincidentemente, são 13 os seus atores – pequenos proprietários. APA Guariroba, com 36 mil ha, é 36 vezes maior que o projeto do sul de Minas Gerais. “*Salve um córrego e ganhe o céu*” (22/03/13).

25 – A guerra contra a dengue tem um grande aliado nas bancas de floriculturas, praças, quintais, cemitérios, canteiros de avenidas e jardins: o cravo da vitória. Quase desconhecido, diante da maciça máquina da indústria farmacêutica, essa planta tem um cheiro repelente ao *Aedes aegypti* (mosquito da dengue). (...) Na forma de chá, sem cheiro, de duas a três horas, o cravo tira a febre do doente, elimina as dores no corpo, a ânsia de vômito e outros incômodos. Melhor ainda: seu princípio antiviral tem grande eficácia contra o Flaviviridae (vírus da dengue) e não transmitirá para outras pessoas. (...) O cravo tem sido estudado nos Estados Unidos para a obtenção da substância luteína e seus efeitos na medicina. Pesquisas indicam que ele também serve para combater outras doenças, entre as quais, angina, tosse, espasmos, reumatismo e cólicas uterinas. (...) Miguel Salum planta seus cravos no chão. Ele ensina como fazer o chá: ferva até nove ramos inteiros em um litro d’água, até reduzi-lo a meio litro. Espere amornar e beba a maior quantidade possível, aproveitando seus princípios ativos. “*A força do cravo da vitória*” (17/03/13).

26 – Para o crescimento adequado das espécies, a equipe de plantio instala uma rede de irrigação por aspersão que, além de tubos e torneiras tradicionais, utiliza garrafas pet, diminuindo custos. (...) garantem ambiente propício para o mariri e a chacrona. A decocção dessas plantas resulta no chá hoasca (ou ayahoasca, “vinho da alma” em quéchua), também chamado Vegetal. Mariri é o cipó *Banisteriopsiscaapi*; chacrona, a folha do arbusto cujo nome científico é *Psychotriaviridis*. Ambos são largamente utilizados há muitos séculos em rituais religiosos por comunidades amazônicas e povos andinos.(...)Formigas saúva estão presentes na área. “Mas não é tão preocupante assim”, admite Vieira. Ele vê equilíbrio ambiental, já que formigas, além de afofar a terra, ao cortarem folhas contribuem diretamente para a penetração da luz do Sol. Ao carregarem sementes, elas ajudam a espalhar espécies nativas, protegem determinadas plantas e espantam animais herbívoros. “Saúvas atacaram nossas plantas, porque não encontraram outras folhas para se alimentar” (...) O antídoto será o gergelim: saúvas cortam folhas dessa planta, levando-as ao formigueiro, onde servem de nutrição para fungos, seus verdadeiros alimentos. “*Uma rica floresta em pé*” (05/05/13).

27 – Recuperação florestal evita a influência do capim braquiária. (...) Simples hortaliça, o coentro já é plantado no mesmo solo fértil onde vicejam o jatobá, canafístula, aroeira, cumbaru e amendoim-bravo... (...) Em sete propriedades rurais, seis hectares estão em recuperação no projeto demonstrativo [Ilhas Verdes], mediante o uso de oitocentas mudas germinadas de sementes plantadas. A maioria das mudas teve crescimento de pelo menos 20 centímetros. A primeira manutenção nas ilhas verdes ocorreu após cinco meses de plantio.(...) O primeiro passo para as Ilhas Verdes consiste em um círculo delimitado dentro de um terreno degradado, onde a área interna inicialmente é limpa. As ilhas surgem em raios de um a dois metros de largura, distanciadas entre cinco e sete metros uma da outra. Em cada raio são abertas de cinco a dez covas para plantio das mudas de árvores e arbustos. “*Bonito une coentro, aroeira e cipós*” (21/12/12).

28 – Sebo de vaca e cera de abelha, aquecidos e depois derretidos. O melado resultante dessa infusão é aplicado na assepsia em árvores “invadidas” a cada ano por insetos de diferentes gêneros. (...) paralisou a ação do *lacerdinha* e do pulgão, que atacavam árvores históricas de Campo Grande, dentre elas a fícus... (...) Nove eucaliptos, uma base de concreto, uma cera de arame e três canaletas de PVC por onde novas raízes descem para o solo constituem uma forte guarnição para esse majestoso fícus de 78 anos (...) “*Xarope Natural’ salva árvores históricas*” (07/05/11).

29 – A vida útil de qualquer usina ou pequena central elétrica construída no Pantanal sul-mato-grossense é atualmente 10% menor, devido ao assoreamento e a erosões. Se esses fenômenos avançarem, o percentual aumenta. (...) O [rio] Taquari forma 60% do Pantanal sul-mato-grossense: à direita, o Paiguás, à esquerda, Nhecolândia. “*Vida útil de usinas do Pantanal é 10% menor*” (09/06/11).

30 – Campo Grande tem baixa densidade de drenagem e alta permeabilidade de solo, informou o engenheiro sanitário Lucas Meneguetti Carromeu, ao expor o diagnóstico que aponta 93 habitantes por quilômetro quadrado ao longo da bacia que é sujeita à interferência de bovinos, galos, frangos, pintos, soja, milho, sorgo e pastagem nativa. (...) “Em termos de uso e ocupação do solo, 70% da bacia estão preservados, 20% comportam a atividade pecuária e 8,8% o antropismo – atividades humanas e poluidoras. Culpados? Todos somos, a sociedade é culpada” admitiu. [o engenheiro sanitário Carromeu] “*Recuperação do Anhanduí demora 10 anos*” (11/11/11).

31 – Sete anos depois do início do funcionamento da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra – que gera 174 megawatts – a unidade já está provocando sérios danos ambientais no Rio Correntes. A situação inquieta ribeirinhos, pescadores, políticos e desafia especialistas. (...) O Pantanal, cuja origem resulta da separação do oceano há milhões de anos, vive agora o risco do excessivo aproveitamento energético. Tem projetadas 116 PCHs e dessas, 17 devem ser construídas ao norte da região. (...) A legislação permite a multiplicação de PCHs sem estudos de impacto ambiental. A montante do Rio Correntes surgem as PCHs de Água Bonita, Santa Gabriela e Taboca. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, as usinas já em funcionamento usam 70% do potencial energético da Bacia do Rio Paraguai. “Será que são realmente necessários os 30% restantes?”, questiona Peçanha. [Nilo Peçanha, coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa)]. “Estamos a jusante, qualquer acidente numa dessas usinas, a montante, levará consequências a Coxim”, ele assinala. “*Hidrelétricas começa a matar rios do Pantanal*” (07/06/2011).

O repórter optou pela estranheza e pela indignação como meios de superar o conformismo, a passividade e a acomodação diante das atuais circunstâncias da realidade ambientalmente comprometida do planeta, e, sobretudo, da realidade na qual está inserido. Contudo, a este trabalho de Montezuma Cruz falta a força da mobilização, sem a qual não é possível transformar realidades nem “despertar consciências” (BUENO, 2007, p. 14).

A construção de uma vida sustentável exige a adesão imediata e permanente à pedagogia da indignação a que se referia Paulo Freire. O jornalista ambiental autêntico deve ter a capacidade e a disposição de indignar-se com as injustiças e de prover condições para que no mínimo elas sejam atenuadas. O jornalismo ambiental deve semear sua própria utopia. Uma boa causa,

ainda que não plenamente alcançada, nunca terá sido em vão (BUENO, 2007, p. 22).

Com mais frequência, o jornalista relata o acontecimento, ou seja, dispõe-se a “construí-lo midiaticamente” (CHARAUDEAU, 2013, p.152), do que construir por meio de seus textos “uma atividade discursiva, complementar ao relato”, que seria o “comentar o acontecimento nas mídias” (CHARAUDEAU, 2013, p.176). Segundo o autor, o comentário “põe o leitor em questão: exige uma atividade intelectual, um trabalho de raciocínio, uma tomada de posição contra ou a favor, e desta atividade não há ninguém, no fim da troca que saia incólume”. Os comentários do jornalista são mais presentes nas reportagens com personagens, quando ele pode acrescentar à narrativa considerações equilibradas, baseadas em experiências de vida e numa completa compreensão dos eventos.

O mérito do experiente repórter Montezuma Cruz está em aproximar as variadas vozes envolvidas na questão socioambiental e torná-las audíveis e conhecidas. Não se apresenta inerte ou imune ao que o cerca, dissemina uma prática comprometida com a indignação, “dando condições para que o cidadão comum participe do debate” (BUENO, 2007, p. 42). Um deslize residiu no fato de o jornalista mostrar sinais de que sofre do que Bueno chamou de “síndrome da erva daninha”. Ou seja, o repórter pareceu vislumbrar a “preservação da biodiversidade como um entrave ao desenvolvimento”. Pelo menos foi o que aconteceu na reportagem sobre a não permissão de exploração de petróleo em pleno Pantanal, o chapéu (informação curta que antecede o título) “Pantanal excluído”, denota uma visão negativa da situação. Assim como, nos trechos 32 e 33 e ao entrevistar o governador. O repórter se limita a observar que o líder foi cauteloso, mas ressalta que ele quer a exploração, respeita as condições, mas crê que a situação pode se reverter, como se a melhor opção fosse de fato a ANP ter autorizado a exploração.

32 – “A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) **frustra** qualquer expectativa em relação à exploração da Bacia do Pantanal” (...).

33 – Se o Pantanal está **riscado do mapa das perfurações**, as bacias do Acre, do Amazonas e da Bacia do Parnaíba (abrangendo Maranhão e Piauí) **estão dentro** (...).

É no mínimo irônico tal posicionamento. O repórter sugere, na reportagem de 22/03/13: “*Salve um córrego e ganhe o céu*”. E quanto a salvar o Pantanal? Para onde levaria esta humanidade egoísta, fraca e corruptível?

Quanto às fontes e citações (os quadros completos com as fontes das reportagens do jornalista, separadas por ano, estão no Apêndice) as reportagens de Montezuma Cruz são originadas de três modos diferentes: a observação direta do jornalista; o fornecimento de informações por instituições envolvidas direta ou indiretamente com o fato relatado (fontes oficiais); e o fornecimento de informações por personagens, testemunhas e especialistas, envolvidos de forma mais próxima ou distante com a realidade narrativizada (fontes não oficiais). Nesta busca e seleção dos dados é possível perceber que o jornalista recorre a um “coral de vozes variadas” (LIMA, 2004, p. 84), construindo discursos diretos, que tornam “a narrativa mais fluída, e, sobretudo, mais credível o texto” (SOUSA, 2004, p. 86), e discursos indiretos, que responsabilizam “mais o jornalista pela forma como representa o que a fonte diz”. Montezuma segue a rotina do processo de objetivação, ao atribuir às suas fontes as informações de forma inequívoca e clara, trata-se de uma vertente discursiva enquanto ritual estratégico. O jornalista recorre ainda a documentos oficiais, textos acadêmicos, sites da internet, livros, almanaques, publicações científicas e à sua memória.

Sousa (2004, p. 87) explica que ouvir várias fontes revela uma ambição polifônica, enquanto ouvir especialistas “pode resultar de um objetivo mais explicativo ou da necessidade de recorrer a argumentos de autoridade que solidifiquem o discurso”.

Montezuma, no entanto, rende-se ao slogan editorial do Jornal de “defensor e porta-voz da comunidade” e em vários momentos ausculta fontes que dizem o mesmo sobre um assunto, ou confirmam o que outra já havia dito anteriormente. É o caso dos moradores dos bairros em situações desfavoráveis de infraestrutura. As fontes oficiais são mais explicativas, enquanto as não oficiais assumem mais o caráter de testemunhas, mas ambas são identificadas e legitimadas. São perceptíveis doses atenuadas de antagonismo e conflito no discurso jornalístico do repórter sobre a temática socioambiental, posição que se analisou como um tanto quanto conservadora diante da captação das informações dos acontecimentos relatados.

O repórter consegue variar seus enquadramentos (organizações do discurso ou angulação) e os “pontos de vista” (LIMA, 2004, p. 161-162) de suas reportagens. Ou seja, Montezuma Cruz seleciona a perspectiva sob a qual será mostrado o que se pretende e pode decidir se a narrativa será em tom neutro (em terceira pessoa), ao estilo

do narrador onisciente, aquele que sabe de tudo (Trechos 34 e 35), ou em primeira pessoa do singular ou do plural (Trecho 36), como usado pelo narrador protagonista, ou ainda pelo denominado “onisciente intruso” (Trecho 37), aquele narrador que insere comentários na narrativa. Montezuma lança mão de todos os tipos, com o mesmo domínio técnico.

34 – Quem ainda não os conhece pode confundi-los com escoteiros. Mas eles são semelhantes sim. O escotismo é um movimento nascido em 1907 na Inglaterra, quando o então General Robert Stephenson Smyth Baden-Powell formou um grupo de 20 rapazes de várias origens, entre as idades de 11 a 16 anos, levando-os para um acampamento de uma semana na Ilha de Brownsea, no Canal da Mancha. *“Desbravadores redescobrem o Betaville”* (11/12/11).

35 – Às 11h30min da manhã de terça-feira o fogão tem apenas uma panela de arroz e um caldeirão quase pela metade com feijão. Enquanto as crianças brincam, uma família inteira conversa na pequena varanda e se surpreende com a chegada dos repórteres. *“Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza”* (18/04/12).

36 – Olhamos para o fundo do rio, ou mais precisamente, para o raso mesmo, onde se vê muita areia branca. Em 15 minutos, manobrando por baixo de galhos, Didi explica novamente: “Aqui é o mesmo rio” – e desvia a lancha. Entramos em outro trecho fora do leito, algo conhecido na Amazônia por “furo”. *“Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal”* (07/06/11).

37 – Talvez seja força de expressão, mas se você fizer a sua parte para salvar um simples veio d’água ou leito de um córrego assoreado, ganha passaporte para o céu. Esse lugar compreende noções do bem viver, educação ambiental, e fartura de água. Isso proporcionará às próximas gerações o maior legado de uma cidade que conhece há mais de um século a degradação natural de seus mananciais. (...) Três áreas de preservação ambiental (APAs) põem Campo entre as maiores do País: Ceroula, Lageado e Guariroba. (...) Antes de deixar o cargo, o ex-secretário do meio ambiente e desenvolvimento urbano, Marcos Cristaldo, classificou Campo Grande entre as três melhores experiências nacionais no setor, ao lado do Paraná e Minas Gerais. *“Salve um córrego e ganhe o céu”* (22/03/13).

Na grande maioria das vezes, as reportagens socioambientais analisadas partiram de acontecimentos e fatos, como em *“Porque a Capital sofre tanto com as chuvas”* (Trecho 38). Mas o repórter não deixa de se debruçar sobre problemáticas, como em *“Parque chora entre a vida e o abandono”* (Trecho 39).

38 – A impermeabilidade dos terrenos, as agressões ambientais e o adensamento desordenado causado por construções em áreas de risco são os principais ingredientes da calamidade vivida por Campo Grande durante o atual período de chuvas. Seus drásticos efeitos foram notados pelo altíssimo índice pluviométrico, que até o final da semana ultrapassava 943 milímetros, somando-se aos volumes registrados nos meses de janeiro e fevereiro e em apenas uma semana de março. Nesses 7 dias, foram 315 mm de precipitação,

153 mm acima da média histórica, de 162 mm. É recorde em 50 anos, informam os serviços meteorológicos. (13/03/11).

39 – Partos prematuros, crianças abaixo do peso ideal, mulheres e companheiros usuários de álcool, drogas e cigarro. Jovens mães de até 12 anos de idade, com o corpo malformado e que já embalam bebês, mesmo desconhecendo noções de higiene corporal. É o choro entre a vida e o desmazelo num cinturão de oito comunidades pobres dos bairros Colorado, Dom Antônio Barbosa, João Neumann, Lageado e Parque do Sol. (05/12/11).

Em alguns momentos (Trechos 40, 41), os fatos são postos como fruto da relação dicotômica sociedade versus natureza, em que o homem não deveria estar onde está e, estando, ou não sabe como se comportar, ou tenta superar os desafios que lhe são impostos, como se fosse um elemento externo ao meio ambiente, não um ser integrado a ele. Neste momento, os sentidos do desenvolvimento sustentável, da convivência harmônica com o meio ambiente se unem à formação discursiva da educação ambiental, em que a questão é ter ou não ter consciência/conscientização ecológica e ao engendramento econômico do tema.

40 – Uma paisagem rural penetra lepidamente nas entranhas urbanas de Campo Grande, ao lado de terrenos baldios cheios de carrapicho, pés de mamona e insetos. Nas proximidades de três grandes edifícios, entre a Rua Sete de Setembro e Avenida Ricardo Brandão (prolongamento da Avenida Fernando Corrêa da Costa) um milharal bem verde viceja na terra vermelha, com plantas medindo até dois metros de altura. Não há quem não olhe para o terreno, lembrando com alguma saudade o período em que isso era comum na cidade em crescimento. “*O rural dentro do urbano*” (26/02/12).

41 – A paz e a tranquilidade mencionadas por dona Judite Borges de Araújo, 65 anos, mulher do horticultor Durvalino Marques de Araújo, 68, não estão em toda a parte, pelo menos ao lado do enorme matagal na divisa do Jardim Santa Felicidade com a Vila Brasil, a menos de trezentos metros da casa deles. É uma área de cerrado, com suas árvores características, e reúne alguns espécimes animais, entre os quais, cobras jararacas, lagartos teiús e escorpiões. “Aqui é igual a uma chácara ou sítio”, comenta dona Judite, paulista de Fernandópolis, quatro filhos, sete netos. (...) Até agora o asfaltamento da rua por onde circulam os ônibus foi o único grande presente da prefeitura para os moradores desse bairro próximo às Moreninhas, onde o caminhão da limpeza pública vai deixando para trás todo lixo não acondicionado em recipientes próprios, principalmente entulhos de construção. A coleta é feita às segundas, quartas e sextas-feiras. “*Matagal e esgoto a céu aberto causam transtorno*” (01/04/12).

De acordo com Sousa (2004, p. 66) perseguir “a problematização e análise dos acontecimentos” não é particularmente uma regra do jornalismo impresso. De forma geral, o que se nota é uma incidência maior de reportagens baseadas em acontecimentos e fatos e não em problemáticas e ideias. Goffman (1983) ressalta a importância dos enquadramentos noticiosos, uma vez que são eles que oferecem definições para a

realidade social. Trata-se de uma somatória de ações do jornalista no momento de produção de sua narrativa noticiosa: “cognição, interpretação e apresentação, seleção, ênfase e exclusão” (GITLIN, 1980, *apud* SOUSA, 2004, p. 141).

Mesmo tendo que produzir reportagens a partir de releases de Assessorias ou em coletivas de Imprensa, Montezuma Cruz dá exemplos de que é possível imprimir autoria e sensibilidade às suas pautas, ainda que baseadas apenas em fatos e acontecimentos. (Trechos 42 e 43)

42 – A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) frustra qualquer expectativa em relação à exploração da Bacia do Pantanal: “Ela não reúne condições geológicas favoráveis para a acumulação de petróleo, principalmente pela pouca espessura sedimentar (600m) e pela idade de deposição de sedimentos”. “Além disso, grande parte da bacia é caracterizada por áreas de proteção ambiental”, afirmou ontem a assessoria de imprensa da ANP, jogando um balde de água fria em possíveis pretensões. (...) “Por mais petróleo que houvesse em Alagoas, no Amazonas, no Pará ou em Santa Catarina, não passava de café pequeno diante do formidável lago de petróleo em que se assenta Mato Grosso”. Esse era o discurso entusiasmado do escritor Monteiro Lobato em meados dos anos 1930. Ele lamentava o “zero brasileiro” diante das perspectivas de exploração encontradas pela Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador e Argentina. Antes de Lobato, o engenheiro italiano Barzaretti conseguiu contratos de terra e propagou que o Pantanal seria exploração. Foi assassinado em Campo Grande – “um tiro mortal e de bons efeitos práticos, ninguém mais falou no petróleo mato-grossense”, lamentava Lobato. “*Preservação ambiental impede extração de óleo*” (11/02/12)

43 – Dois ovos brancos em média são colocados, e depois de 28 ou 30 dias somente um filhote sobrevive. Mesmo assim, o milagre da vida está cada vez mais presente entre as araras azuis (*Anodorhynchus hyacinthinus*). (...) Uma das parceiras do projeto [Arara Azul], a Fundação Toyota do Brasil levou esta semana um grupo de jornalistas para conhecer o cotidiano dessas aves, nos capões de mato do Refúgio Ecológico Caiman, em Miranda, a 240 quilômetros de Campo Grande. (...) Segunda-feira, 16h30min. Debaixo de chuva leve, a bióloga Daphne Assis, mineira de Belo Horizonte, sobe no rapel até o alto do manduvi (*Stercutia apetala*). “*Minha caixa, minha vida*” (09/11/12).

As reportagens com poucas fontes caracterizam-se de cunho mais ensaístico e literário, uma vez que o repórter, com liberdade, relata os fatos entremeados com suas observações e considerações pessoais, em tom impressionista. (Trecho 44).

44 – Como reagiria Moon se retornasse a Miranda às vésperas de completar 93 anos que serão comemorados no próximo dia 21 em Seul, capital da Coreia do Sul? Ele nunca se sentiu inimigo de ninguém, mas incomodou autoridades ao se estabelecer ostensivamente na fronteira brasileira com o Paraguai em 1994. Amante da pesca e do futebol seria inimaginável vê-lo reagindo com mesquinhez ou vingança, entretanto, esse império sofrera os rigores de leis obviamente mais aplicadas a investidores estrangeiros que ao capital nacional ao qual muitas vezes se fecham os olhos para algumas

irregularidades. (...) Talvez por isso o coração do reverendo seja um poço de sofrimento. “*Projetos de Moon mofam no Pantanal*” (16/01/12).

Isso se constrói, dentre vários motivos, pela sua experiência. É, pois, como escreveu Santos, (1997, apud Sousa, 2004, p. 140), “há jornalistas e jornalistas”.

Ou seja, os jornalistas também são diferentes em experiência, conhecimento, habilidade, capacidade, etc. tendo por isso, diferentes cotações profissionais. Um jornalista mais cotado e capaz terá sempre mais liberdade para negociar informações e enquadramentos com as fontes, ou seja, terá sempre mais liberdade para negociar significados para os fatos do que um jornalista menos cotado e menos capaz (SANTOS, 1997, apud SOUSA 2004, p. 140).

Como parte de seu trabalho de angulação, Montezuma Cruz combina uma série de técnicas de tratamento de linguagem, que incluem a escolha dos vocábulos (pronomes, substantivos, adjetivos, advérbios, nomes próprios, artigos, pontuação, sinalização com aspas e demais sinais gráficos, itálico, negrito), uma das formas que mais explicita e colabora para o sucesso da compreensão da intenção do enunciador, à estruturação e fruição de seu texto.

O repórter opta por construções frasais com significativo efeito estético, humor e sacadas inteligentes (com palavras polissêmicas)⁶, inclusive em seus títulos. Utiliza por diversas vezes figuras de linguagem ou de estilo, como a metáfora⁷, a metonímia e a elipse⁸. E por meio da enunciação proverbial (uso de provérbios para apelar para a sabedoria popular) consegue aumentar o impacto de seu relato. Os negritos dos trechos foram feitos por esta pesquisadora.

45 – Por que **tanto sofre** a 14ª maior área urbana do País, o “**motor**” da atividade econômica e social do Estado de Mato Grosso do Sul? (...) **Fala com conhecimento de causa**, pois passou a infância tomando banho numa queda d’água que havia no final da Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Ceará. “*Porque a Capital **sofre tanto** com as chuvas*” (13/03/11).

⁶ Polissemia é a propriedade que uma mesma palavra tem de apresentar mais de um significado nos múltiplos contextos em que aparece.

⁷ Metáfora é a mais famosa figura de linguagem. Assim como a metonímia, uma figura de palavras - isto é, o efeito se dá pelo jogo de palavras que se faz na frase. A metáfora consiste em retirar uma palavra de seu contexto convencional (denotativo) e transportá-la para um novo campo de significação (conotativa), por meio de uma comparação implícita, de uma similaridade existente entre as duas.

⁸ Elipse é uma figura de estilo ou de construção. Consiste na omissão de um ou mais termos numa oração que podem ser facilmente identificados, tanto por elementos gramaticais presentes na própria oração, quanto pelo contexto.

46 – O assoreamento **exibe a sua força bruta** bem próximo à mata ciliar. (...) **Trabalha duro, desde os primeiros raios de sol** (...) **Dá dó de ver.** *“Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal”* (07/06/11).

47 – Vista do alto, a **serpentina** formada pelo Rio Taquari deixa bem visível **um ponto de interrogação cujo pinga fica numa ilha**. *“Assoreado, Rio Taquari aguarda por três pequenas usinas”* (08/06/11).

48 – “Javali, **praga das lavouras** de Dourados” (título de reportagem de 26/06/11).

49 – De **mãos estendidas** e sob a **inércia do poder público**, a Favela Portelinha do Segredo vive dias difíceis. **Subumana, sedenta de água potável**, sem esgotos, expõe seus duzentos moradores às mais deprimentes situações físicas e psicológicas. (...) há dois anos o pedreiro desempregado Wilson Lima dos Santos, 37 anos, **busca desatar seu nó** entre as oportunidades oferecidas pela construção civil.

50 – A obra polêmica **mutilou** os canteiros centrais da Avenida Afonso Pena, apesar de integrar o **pacote** de revitalização da região central. (...) Atualmente, salvo aficionados ciclistas, **contam-se nos dedos** os usuários da pista. *“Na ciclovia, só falta bicicleta”* (29/01/13).

51 – Se alguém imagina que os **soja**s derrotaram o verde nesta região, está equivocado. *“Uma rica floresta em pé”* (05/05/13).

52 – **“Tanto bate até que fura”** (título de reportagem que trata de sonda improvisada por assentado que perfura o primeiro poço d’água no interior de Capão Seco, em Sidrolândia. Uma referência ao dito popular que quer dizer que pela insistência e determinação é possível atingir os objetivos pretendidos.) (02/09/12)

53 – **Tão perto dos poderes, mas ainda distante dos benefícios**. Assim é a Vila Danúbio Azul. Rua Álvares Penteado, Quadra 16, lote 11: a menos de um quilômetro da sede do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de Contas e de Justiça [no Bairro chamado Parque dos Poderes]. *“Próximo dos poderes distante dos recursos”* (13/04/12).

54 – **“Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza”** (título da reportagem que relata casas de chão batido e paredes sem reboco que caracterizam as moradias simples do loteamento Rancho Alegre onde faltam esgotos e drenagem). (...) **Um pouco de arroz, um pouco de feijão e nada mais** na hora do almoço da família Gonçalves Brito. (...) A conversa **parece espantar a fome**, mas o casal e o cunhado não querem deixar mais uma semana sem a oportunidade de trabalhar para o **sustento**. **Vão à luta** novamente, em busca do sustento. (18/04/12).

55 – **Ser um bairro de verdade ainda é um sonho na sofrida extensão do Jardim Inápolis**. (...) De um lado prospera o Núcleo Industrial campo-grandense, a 16 quilômetros do centro da Capital, de outro se veem casas inacabadas, de gente pobre, sem abastecimento d’água. Ao longo de duas décadas, os moradores perfuraram poços a 20 ou 30 metros, sujeitando-se ao risco de contaminação devido à proximidade das fossas sépticas abertas nos próprios quintais ou na lateral das ruas encascalhadas e enlameadas. **Pelo menos sociologicamente e sob o aspecto antropológico, a identificação das ruas do Jardim Inápolis une motivações indígenas** (Ajuana, Araguaçu, Arapoema, Botuverá, Mandioré) **a nomes que homenageiam Atenas** (capital grega), Criciúma (cidade catarinense), Paraibuna (cidade paulista), Moscovita (natural de Moscou, Rússia), Salesópolis (cidade paulista), Reino Unido

(formado pela Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales) e Texas (segundo maior estado americano), entre outros. **Deram até o nome de Coletânea a uma rua. Coletânea de quê?** “Nós estamos fora do mapa, queixa-se a comerciante Elis Regina, 40 anos (...) **Apesar de ter código de endereçamento postal, a situação da vila resulta no desabafo da moradora.** *“Sarandi é apenas um sonho nos confins de Indubrasil”*. (05/05/12).

56 – (...) Domingos Gomes Beliago fundou seu arraial, onde a travessia da cachoeira famosa precisava ser iniciada pela manhã, estendendo-se até o anoitecer. (...) Beliago aparece em documentos oficiais da época das Capitanias Hereditárias como dono de terras e “ajustado às oportunidades de negócios e de cargos”. (...) **Era “o cara”**. (...) Os postos mais prestigiados da Capitania eram ocupados por fazendeiros e comerciantes, alguns deles envolvidos nos negócios das minas, como ocorreu com a família do poderoso Pedro Taques de Almeida. – que foi capitão da fortaleza de Vera Cruz em Itapema; (...) **Outro “cara”**. *“Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros”*. (16/08/11)

57 – Rios pantaneiros para os quais estão previstas dezesseis pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) têm formação **“recente”**, ou seja, **surgiram há 12 mil anos**. (...) Um desses **“jovens”** rios é o Correntes, que contorna a Serra de São Jerônimo. *“Vida útil de usinas do Pantanal é 10% menor”* (09/06/11).

58 – Com a reunião **“esvaziada”**, inviabilizaram-se possíveis dúvidas quanto ao encaminhamento de 16 propostas de ações e a efetivação do enquadramento da Bacia do Anhanduí. *“Recuperação do Anhanduí demora 10 anos”* (11/11/11).

59 – **“Com o lixo, é pegar ou largar”** (título da reportagem que trata das parcerias inadiáveis e dos prazos improrrogáveis para a construção de aterros sanitários e fim dos lixões no estado e informa que o Governo Federal cortará verbas para municípios que não adotarem um plano ambiental.) (09/04/13).

60 – **“Nada se perde, tudo se transforma”** (título da reportagem que relata um treinamento sobre resíduo sólido reutilizável e reciclável como fonte de renda. Uma referência ao princípio do cientista Lavoisier sobre conservação das massas, conhecido pela frase: “Na natureza nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.) (27/07/13).

O jornalista transita livremente entre as três matrizes de gêneros textuais: dissertativo/argumentativo (Trecho 61), narrativo (Trecho 62) e descritivo (Trecho 63), conjugando suas características e dessa forma hibridizando suas reportagens, as quais são estruturadas, na maioria das vezes, em trechos, ou “blocos”⁹, como define Sousa (2004, p. 73), e em outras, seguem a regra da pirâmide invertida. Segundo Canavilhas

⁹ Construção em blocos: é aquela na qual a informação é distribuída por parágrafos autônomos ou por seções ou partes autônomas. Cada um dos parágrafos autônomos funciona como um bloco. No entanto, todos os blocos, ou parágrafos, se reportam ao tema da peça. Esta é a linha condutora que permite ao leitor passar de bloco para bloco. Há também a abordagem de um subtema dentro do tema genérico da matéria, que passa a constituir um bloco de informação, são partes separadas por intertítulos, os quais dão fluidez de um bloco para outro (SOUSA, 2004, p. 72).

(2006, p.2), “recorrendo à técnica da pirâmide invertida, o jornalista organiza a notícia colocando a informação mais importante no início e o menos importante no final, pelo que o leitor apenas pode efectuar a leitura seguindo o roteiro definido pelo jornalista”, sem espaço para uma leitura criativa.

A informação é introduzida ora como *lead* de impacto (Trechos 64 e 65), contém o núcleo duro da informação, normalmente a informação mais importante coincide com as repostas às seis perguntas clássicas de Kipling (o quê, quem, como, quando, onde e por que), ora como *soft-lead* ou *lead* indireto (Trecho 66 e 67), que prepara o leitor para a obtenção dessa informação noutra parte mais distante da matéria, para atingir este objetivo pode pôr-se a imaginação do leitor a funcionar (SOUSA, 2004, p. 70-71).

61 – O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) dispõe de apenas R\$ 687 mil provenientes de compensação ambiental para adquirir terras. Alguns proprietários preferem não vender diretamente a área ao instituto, esperando conseguir melhores preços em vendas para desoneração de reserva legal. Para o chefe do Parque, Fernando Vilela, na venda à autarquia a avaliação é feita com base em normas técnicas. Na venda para desoneração de reserva legal a negociação é feita diretamente entre o proprietário da área do parque ainda não adquirida pelo ICMBio e o proprietário que não tem área de reserva legal suficiente. “*Um longo caminho para sair do papel*” (27/11/11).

62 – De quem é essa criança? – pergunta o comerciante e pastor evangélico Josias Barista, 52 anos. A menina, de 13, responde: “É minha”. Mãe aos 12 anos, a menina foi vender um carrinho de lenha na Mercearia Ebenezer e no meio da carga, quietinho, mirradinho, estava o bebezinho de apenas um ano. Surpresos, Josias e a mulher dele, Neide, aprenderam a conviver com situações semelhantes. Há 16 anos abrem e fecham o estabelecimento, visualizando o tráfico de drogas à luz do dia na área verde em frente. “Aqui os assaltos acontecem de dia mesmo, e o posto policial fica ali no Colorado” afirma. E apela: “precisamos urgentemente de um distrito aqui”, apela Batista. “*Parque chora entre a vida e o abandono*” (05/12/11).

63 – O fogo no lixo avança para a cerca da Base de Pesquisa Científica da Fazenda São José, da Missão Salesiana visitada por brasileiros e estrangeiros. Um cão morto enrolado numa lona plástica atrai moscas varejeiras. De entulhos de construção, plásticos, madeira, computadores velhos, tudo é jogado nessa estreita estrada vicinal do Jardim Cerejeiras, onde a árvore com esse nome é esquecida pela própria história, restando-lhe contentar-se com gigantescas mangueiras. Bambuzais e eucaliptos. O cenário visto sexta-feira repete-se todos os dias, até agora sem qualquer reação dos prejudicados contra a imundície, ou ação policial ambiental coibir o despejo diário. Além da área de pesquisas, uma instituição que trata crianças com AIDS funciona próxima a esse “novo” lixão da Capital. Em outro extremo do bairro, apesar do barro, as águas límpidas do Córrego Segredo correm vivas, graças à generosa mata ciliar. Pelo menos ali não correm esgotos, nem produtos químicos são despejados no leito. “*Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras*” (03/04/12).

64 – A Agência Nacional de Petróleo e Biocombustíveis (ANP) frustra qualquer expectativa em relação à exploração da Bacia do Pantanal: “Ela não reúne condições geológicas favoráveis para a acumulação de petróleo,

principalmente pela pouca espessura sedimentar (600m) e pela idade de deposição de sedimentos”. “Além disso, grande parte da bacia é caracterizada por áreas de proteção ambiental”, afirmou ontem a assessoria de imprensa da ANP, jogando um balde de água fria em possíveis pretensões. “*Preservação ambiental impede extração de óleo*” (11/02/12).

65 – O reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como fonte de renda, trabalho e cidadania entrou em discussão esta semana em Campo Grande. Durante quatro dias, de 23 a 26, engenheiros civis, agrônomos. De produção, mecânicos, de segurança do trabalho, sanitaristas, arquitetos, biólogos participaram de treinamento para a aplicação da Lei Federal nº 12.305 (2010), que decreta o fim dos lixões no País. Isso deverá ocorrer até o início de 2014. “*Nada se perde, tudo se transforma*” (27/07/13).

66 – A varanda está suja com fezes de animais, marimbondos invadem os cantos do telhado, e o vento sopra sobre as esfarrapadas telas protetoras. Além do Reverendo Sun Mung Moon e de sua esposa Hak Ja Han, que ali estiveram no final do século passado, ninguém mais hospedou-se na aprazível casa de alvenaria no alto da colina da Fazenda Salobra em Miranda, no Pantanal sul-mato-grossense. “*Projetos de Moon mofam no Pantanal*” (16/01/11).

67 – Deus foi invocado duas vezes: na abertura da assembleia, pelo presidente do Conselho da Região Urbana do Lagoa, Alexandre Moura, e logo em seguida, pelo pastor evangélico Mariano Nunes Pereira. “*Um só desabafo: “Ouçam a gente”*” (20/03/13).

Deixou-se para o fim a análise do que se determinou como um encontro íntimo e criativo com a Literatura, que não prejudicou o contexto informativo da mensagem e ainda trouxe elementos da linguagem referencial e evidenciou a veia político-editorial do *Correio do Estado*. Na reportagem “*‘Xarope natural’ salva árvores históricas*”, o repórter deu asas à sua imaginação e publicou o que ele chamou de ‘entrevista imaginária’, ou seja, inventada, fictícia, com a árvore “D. Fícus, 78 anos, com mais dez metros de altura”.

68 – Pedimos uma breve entrevista para o **Correio do Estado**. Prontamente ela aceitou um pouco surpresa, mas não demonstrou cansaço nem se deu por vencida. Resignada, apenas buscou as palavras do âmagô do seu coração amável. Palavras que soam como desafio.

69 – Como está a senhora? – Estou aqui resistindo na Afonso Pena que muitas vezes dá pena. Já me baquearam um tanto. Eu não sou apenas um enfeite, eu ajudo a cidade a respirar bem. (...)

70 – O veneno lhe fez mal?– Sim. Em outras administrações aqueles que se dizem meus zeladores não hesitaram em me jogar produtos químicos muito fortes, (...)

71 – Vamos falar do passado. A senhora deve guardar boas lembranças... – Tenho e não vou omiti-las Eu vi e vejo tudo. Durante essas décadas algumas vezes fui notícia em jornais, no rádio e na televisão. Pelo jeito, o Correio do Estado vai me deixar famosa outra vez. (...)

72 – A senhora se lembra de quem plantou vocês? – Se o senhor se referir ao tempo do Descobrimento do Brasil, digo que somos daquela época e temos um laço muito grande com a cultura indígena. Todas que estão nesse canteiro aqui, mais as sibipirunas, as ingaranas e até as mangueiras foram plantadas pelos (ex) prefeitos Arnaldo Estevão de Figueiredo, Arlindo de Andrade e Eduardo Machado, cada um no seu tempo. (...)

73 – E esses apetrechos aí no seu tronco, enfiando suas raízes por dentro de canaletas plásticas? E esses eucaliptos e cimento lhe sustentando? – É o remédio mais suave que me aplicaram. Antes isso do que me esguicharem veneno para espantar pulgões! (...)

Por fim, nota-se que mesmo ao tratar da temática socioambiental, o repórter não se coíbe de enveredar pela linguagem literária, figurativa e emotiva, inova na captação dos dados e mantém seu discurso com elementos informativos. Mostra assim, que as fronteiras entre a arte e a técnica, entre Jornalismo e Literatura, são tênues, e as estruturas textuais jornalísticas, como a reportagem, são essencialmente recuperações reformatadas dos gêneros literários, como o conto e o romance.

O jornalista consegue no campo do Jornalismo Ambiental, com um “*ethos*” ainda em construção, como lembra Bueno (2007), entrelaçar recursos referenciais da apreensão jornalística, que tem o acontecimento plausível como cabedal estrutural, a elementos da criação literária, que carregam características plurissignificativas, encaradas, sobretudo, como expressivas, estéticas.

Portanto, o repórter salienta que “a imersão social, em seus caminhos tortuosos, é o objeto a ser percorrido pela caneta do repórter” (CORAÇÃO, 2012, p. 50). Wolfe (2005), um dos “novos-jornalistas”, no ensaio *O Novo Jornalismo – texto síntese dos propósitos técnicos e estilísticos do New Journalism* –, propõe quatro recursos fundamentais para a prática de um jornalismo em cima do bruto e imediato: descrição cena a cena; diálogos inteiros; pontos de vista em terceira pessoa múltipla; detalhamento do status de vida.

Este último item, parece ser o que, na interface narrativa de Montezuma Cruz, dá conta de um universo maior de intenções de um “novo jornalismo”. Seu pano de fundo são as atuais sociedades e realidades complexas e em transformação. O status de vida se estabelece como uma terminologia preenchida por quadros de verificação jornalística mais complexos. Abordagem que se sugeriu, anteriormente, com a epistemologia da complexidade, de Edgar Morin, que parece poder contribuir para desatar alguns nós na construção das reportagens de temática socioambiental, e a qual, consciente ou inconscientemente, Montezuma recorre para dar conta de narrar a “vida como ela é”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesta pesquisa refletir e suscitar um debate sobre os diálogos possíveis e necessários entre Jornalismo e Literatura e descobrir qual a experiência contemporânea destas tipologias discursivas também no Jornalismo Ambiental, particularmente em 48 reportagens especiais socioambientais de Montezuma Cruz, publicadas de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, no Jornal *Correio do Estado*, veículo de maior circulação no estado de Mato Grosso do Sul.

A articulação de diferentes áreas de conhecimento, Jornalismo, Literatura, Meio ambiente, paradigma da complexidade, análise de conteúdo, entre outras, permitiu que se investigasse a presença de características fundamentais do Jornalismo Literário em comunhão com o Jornalismo Ambiental na interface narrativa do repórter Montezuma Cruz, que se apresenta não como um modelo, mas como um profissional inspirador, que se revela um “cidadão do mundo”, preocupado com as mazelas de sua gente. Alguém que se pode dizer que vale a pena conhecer.

Dentre as múltiplas possibilidades de apreender o objeto da pesquisa, a que se apresentou como a mais oportuna foi a análise de conteúdo quali-quantitativa de suas reportagens especiais socioambientais publicadas de fevereiro de 2011 a setembro de 2013, no Jornal *Correio do Estado*.

No Capítulo I, primeiramente, travou-se um debate sobre as implicações da relação entre as três áreas de conhecimento selecionadas para análise nesta investigação, Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente, sob a perspectiva da produção da reportagem, modalidade textual jornalística escolhida para análise nesta investigação. E a formação conceitual possível, a partir das intersecções entre estas áreas: Jornalismo Literário e Jornalismo Ambiental.

Quando se verifica o panorama conceitual discutido e o material de investigação da pesquisa, é possível inferir que as “aproximações entre jornalismo e literatura são evidenciadas por elementos de formalização verbal, textual” (CORAÇÃO, 2012, p.58). O retrato documental dos cenários das reportagens de Montezuma Cruz evidencia uma abordagem fincada nas experiências narrativas do conto¹⁰ e da crônica¹¹.

¹⁰ O conto é uma narrativa curta, que apresenta um narrador, personagens, ponto de vista e enredo. A história trazida no conto deve ter início, meio e fim, e envolver um grupo específico de personagens, incluído aí também o narrador. É um gênero literário com grande flexibilidade, que pode se aproximar da poesia e da crônica. O conto é um texto narrativo centrado em um relato referente a um fato ou determinado acontecimento. Pode ser real, como é o caso de uma notícia jornalística, um evento esportivo, dentre outros. Pode também ser fictício, ou seja, algo resultante de uma invenção.

Porém, a descrição pormenorizada dos “acontecimentos narrados” é construída por uma ótica narrativa contemporânea marcada pela atividade jornalística, afincada, sobretudo, na experiência da reportagem. Modalidade textual jornalística na qual o acontecimento vivificado e contado por um narrador adquire uma representação mais ampla do que a notícia, elemento de suma importância para a *práxis* jornalística, que segundo Coração (2012, p. 62), só se torna emancipada, “se condicionada à figura do repórter”. É possível notar que a *práxis* jornalística amarra-se em determinados códigos de conduta o que lhe permite, por consequência, construir um arcabouço textual muito próprio.

Com o advento da reportagem, ao testemunhar o universo do fato e relatá-lo, o repórter amplia a informação jornalística aos planos de uma contextualização jornalística maior. Lage (2011, p. 21) constata com isso, que a informação deixou de ser “apenas e principalmente fator de acréscimo cultural ou recreação” na vida dos cidadãos, para se tornar vital. Ao repórter, cabem muitas mais possibilidades, além de “tradutor” de vozes sociais.

O jornalista, ou mais precisamente, o repórter, se configura como um narrador envolvido com a verificação mundana, seja por meio do contato visceral, seja por realizar pesquisas e investigações. A observação e a pesquisa fazem do repórter um ser envolto por determinações altamente subjetivas e vinculado às transformações do labor textual jornalístico, modulado por padronizações. Assim, a narrativa jornalística, estabelecida pela reportagem, coaduna-se, estreitamente, com códigos técnicos de apreensão da informação, de construção de histórias, de acontecimentos: pauta, angulação, captação, redação, narração e edição (CORAÇÃO, 2012, p. 79).

Considerou-se do material analisado, que dependendo do trabalho desenvolvido pelo repórter na apreensão dos acontecimentos, a reportagem pode propor um apelo ao diálogo, ao contato, à intimidade com a “seiva da realidade” (BULHÕES, 2007).

Questões prementes da aproximação entre Jornalismo, Literatura e Meio Ambiente foram discutidas, dentre elas, a melhor apreensão da temática ambiental pela teoria da complexidade, que possibilita compreender a realidade, mas a incipiência do debate que conglomeram estas três complementares áreas não permite que as dúvidas se encerrem aqui. Há muitas possibilidades para outras investigações.

¹¹ Crônica é o relato de um ou mais acontecimentos em um determinado tempo. É uma forma textual no estilo de narração que tem por base fatos que acontecem em nosso cotidiano. O texto é curto e de linguagem simples. A sátira, a ironia, o uso da linguagem coloquial demonstrada na fala das personagens, a exposição dos sentimentos e a reflexão sobre o que se passa estão presentes nas crônicas. Os cronistas procuram descrever os eventos relatados na crônica de acordo com a sua própria visão crítica dos fatos, muitas vezes por meio de frases dirigidas ao leitor, como se estivessem estabelecendo um diálogo.

Confirmou-se ser o Jornalismo Ambiental um espaço fecundo para o trabalho linguístico mais elaborado e criativo, ecológico, reflexivo e profundo, proposto na produção da reportagem ambiental formulada dentro dos parâmetros do Jornalismo Literário. O sucesso do discurso depende muito mais do repórter que da técnica jornalística.

A contribuição particular desta investigadora está estruturada na proposta de construção de uma narrativa autoral, dialógica e holística, a partir do *ethos* profissional guiado pela humanização, ética, estética e pelo engajamento do repórter à temática ambiental, representado pela proposição H3E, e assumido pelo repórter Montezuma Cruz, não apenas neste recorte de sua vida profissional, mas em diversos outros trabalhos dentro de seus 45 anos de dedicação ao Jornalismo.

Do Capítulo II depreendeu-se que o repórter Montezuma Cruz apresenta-se um jornalista que há mais de 40 anos adota postura humanizada durante todo o processo de captação, redação e edição de seus textos sobre a vida real. Preocupa-se em desenvolver um trabalho estético e sensorial com a linguagem, atento às questões éticas da profissão e da vida, como cidadão.

O repórter não conhece outra forma de produzir suas reportagens se não pelo engajamento aos temas sobre os quais deseja escrever. Engajamento esse reforçado pela ideia de compromisso social, como preconiza Paulo Freire e pela noção de “intelectual orgânico”, delineada por Gramsci. Os intelectuais orgânicos seriam aqueles que fazem parte de um organismo vivo e em expansão. Por isso, estão ao mesmo tempo conectados ao mundo do trabalho, às organizações políticas e culturais. Segundo Semeraro (2006, p. 378), são orgânicos os intelectuais que, além de especialistas na sua profissão, que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam.

Montezuma prega que os sentidos do repórter se encontrem permanentemente alertas na leitura dos acontecimentos e da realidade – seja uma cor esmaecida, um sopro quente, um aceno interrompido, uma textura áspera, um aroma inesperado, um suspiro que se liberta, um ranger intermitente. Ele está atento a tudo que envolva o fazer jornalístico. Tem um estilo próprio e não um estilo comum, está imerso, física e emocionalmente na história que conta.

O jornalista Montezuma é adepto da sensibilidade, que leva à imaginação ampliada, a associações de ideias, a fatos e personagens imprevisíveis, ao

inconformismo, à curiosidade, à investigação, à intuição, ao insight, ao "a-ha". Características de gente criativa, segundo pesquisas do norte-americano Paul Torrance.

O Capítulo III foi destinado às análises propriamente ditas. Depois de demarcações e verificações, a escrita jornalística de Montezuma Cruz foi anunciada. O propósito foi apresentar a produção jornalística e identificar o material conteudístico que ela carrega: os blocos temáticos, as abordagens, mas também identificar peças narrativas que já delineariam um comportamento textual vinculado às realidades que cercam o repórter. Nesse sentido, foi de bom tom visualizar como o Jornalismo é desempenhado em Montezuma, assim como ele retrata a realidade social alicerçada aos ditames da reportagem.

A libertação, pois, da caneta jornalística de Montezuma Cruz passa pelo debate acerca dos métodos utilizados para a edificação de um tipo de Jornalismo que, se não mobiliza, pelo menos, reflete as pulsações de todo um período, seus atores e personagens.

Esta pesquisadora teve a oportunidade de conhecer outros textos do jornalista Montezuma Cruz, e em todos, em uns mais em outros menos, há a presença do que se chamou de “pedagogia da indignação”, termo cunhado por Paulo Freire e título do livro do qual foi extraído o trecho abaixo do texto “Denúncia, anúncio, profecia, utopia e sonho”, como maneira de traduzir o quanto se considera relevante a tarefa jornalística assumida pelo incansável Montezuma, o Monte, para os amigos.

Não há possibilidade de pensarmos o amanhã, mais próximo ou mais remoto, sem que nos achemos em processo permanente de “emersão” do hoje, “molhados” do tempo que vivemos, tocados por seus desafios, instigados por seus problemas, inseguros ante a insensatez que anuncia desastres, tomados de justa raiva em face das injustiças profundas que expressam, em níveis que causam assombro, a capacidade humana de transgressão da ética. Ou também alentados por testemunhos de gratuita amorosidade à vida, que fortalecem, em nós, a necessária, mas às vezes combalida esperança. A própria ética do mercado, sob cujo império vivemos tão dramaticamente neste fim de século, é, em si, uma das afrontosas transgressões da ética universal do ser humano. Perversa pela própria natureza, nenhum esforço no sentido de diminuir ou amenizar sua malvadez a alcança. Ela não suporta melhorias. No momento em que fosse amainada sua frieza ou indiferença pelos interesses humanos legítimos dos desvalidos, o de ser, o de viver dignamente, o de amar, o de estudar, o de ler o mundo e a palavra, o de superar o medo, o de crer, o de repousar, o de sonhar, o de fazer coisas, o de perguntar, o de escolher, o de dizer *não*, na hora apropriada, na perspectiva de permanente *sim* à vida, já não seria *ética do mercado*. Ética do lucro, a cujos interesses mulheres e homens devemos nos submeter, de formas contraditoriamente diferentes: os ricos e dominantes, gozando; os pobres e submetidos, sofrendo (FREIRE, 2000, p. 54).

Acima de tudo, o estudo do “método” do jornalista Montezuma Cruz, seu entendimento do que seja “puramente” Literatura, ou “austero” Jornalismo, deixa claro que são necessárias a visualização e a planificação de novos olhares a respeito da própria profissão e de sua prática, particularmente porque se deseja que algum dia a “técnica da notícia” seja elevada ao status de “Ciência do Acontecimento”.

Ao terminar, fica o sentimento de um cansaço “aliviante”. Os obstáculos, que pareciam infundáveis, conseguiram reduzir consideravelmente o fôlego da pesquisa, mas não impediram de concretizar um sonho alimentado pela insaciável vontade de aprender. Estudar, assim como praticar exercício físico, mantém esta pesquisadora viva, acesa, em constante estado de graça. E assim ela deseja permanecer. Que venha o Doutorado!

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Claudio. **A regra do jogo**. 3a reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ABREU, Miriam Santini de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

ADGHIRNI, Zélia Leal. **O jornalista sênior nas empresas de mídia**. Artigo apresentado no 11º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, da SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, em Brasília – Universidade de Brasília – Novembro de 2013.

ÂNGELO, Fabrício Fonseca. **O jornalismo ambiental como ferramenta para a sustentabilidade**. Niterói, 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, 2008. Disponível em: <http://www.museudavida.fiocruz.br/brasiliana/media/fabricio%20fonseca.pdf>. Acessado em: 10/11/2014.

ASSIS, Francisco (org.). **Imprensa do interior: conceitos e contextos**. Chapecó: Ed. Argos, 2013.

BAHIA, Benedito Juarez. **História, jornal e técnica: as técnicas do jornalismo**. Volume 2. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. MauadX, 2009.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, Ana Taís Martins Portanova. **Jornalismo, Magia, Cotidiano**. Canoas: Ulbra, 2001.

BAUER, Martin W., GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1960.

BENJAMIN, Walter. **O Narrador**. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____ **Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 197 -221.

BERNA, Vilmar. Arauto de um novo paradigma. In: **Simpósio Nacional de Jornalismo Ambiental**. Imprensa Verde 2. Belo Horizonte, 2002, p. 19.

BIANCHIN, Neila. **Romance-reportagem: onde a semelhança não é mera coincidência.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997.

BORGES, Rogério. **Jornalismo Literário** – análise do discurso. Série Jornalismo a Rigor. Vol. 7. Florianópolis: Ed. Insular. 2013.

BRASIL, **Lei de Política Nacional de Meio Ambiente** - LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

BRITO, José Domingos de (org.). **Literatura e Jornalismo**. Volume 3. São Paulo: Novera Editora, 2007. (Mistérios da criação literária)

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e Literatura em convergência**. São Paulo: Àtica, 2007.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Morojoara Editorial, 2007.

BURNET, Lago. O que é jornalista. **Revista de Comunicação**. São Paulo, nº 52, p. 22-24, Junho/1998.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: Da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Universidade da Beira Interior. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). 2006. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjournal.pdf>.

CAPRA, Fritjof. **O Ponto de Mutação: a Ciência, a Sociedade e a Cultura emergente**. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Trad. Newton Roberval Eichmberg. 10 ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTRO, Gustavo de. “A palavra compartilhada”. In: CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex (Org.). **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo: Escrituras, 2010.

CHAPARRO, Manuel. **Sotaques d'aquém e d'além mar** - percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro. Santarém: Jortejo Edições, 1998, p. 97, p. 100.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Trad. Angela M. S. Corrêa. 2. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

COIMBRA, Oswaldo. **O texto da reportagem impressa**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

CORAÇÃO, Claudio. **Repórter-cronista em confronto: João Antônio na trilha de Lima Barreto**. São Paulo: Ed. Annablume, Fapesp, 2012.

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação & Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém/PA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFGA, 2006.

COUTINHO, Afrânio. **A Literatura no Brasil**. 4ª Ed., Relações e perspectivas. São Paulo: Global, 1997.

CRUZ, Montezuma. **Do jeito que vi: relatos jornalísticos**. Brasília: Anexo Soluções Integradas, 2013.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas em 22 e 31 de julho de 2013 **(2013a)** a Ana Carolina da Silva Monteiro. Campo Grande-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas em 01 e 02 de agosto de 2013 **(2013b)** a Ana Carolina da Silva Monteiro. Campo Grande-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas pelo e-mail amazoniaopinioao@gmail.com em 17, 20, 21 de maio de 2014 **(2014a)** a Ana Carolina da Silva Monteiro (e-mail anacarolinajor@hotmail.com). Corumbá-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas pelo e-mail amazoniaopinioao@gmail.com em 18, 24, 29 e 31 de agosto de 2014 **(2014b)** a Ana Carolina da Silva Monteiro (e-mail anacarolinajor@hotmail.com). Corumbá-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas pelo e-mail montezumarondonia@gmail.com em 18, 24, 29 e 31 de agosto de 2014 **(2014b)** a Ana Carolina da Silva Monteiro (e-mail anacarolinajor@hotmail.com). Corumbá-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas pelo e-mail amazoniaopinio@gmail.com em 01, 04, 06 de novembro de 2014 **(2014c)** a Ana Carolina da Silva Monteiro (e-mail anacarolinajor@hotmail.com). Corumbá-MS.

CRUZ, Montezuma. Entrevistas concedidas pelo e-mail montezumarondonia@gmail.com em 14, 15, 16 de janeiro de 2015 **(2015a)** a Ana Carolina da Silva Monteiro (e-mail anacarolinajor@hotmail.com). Corumbá-MS.

DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. 2ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DIAS, Robson. O ethos de cada um: limites e associações entre a ética profissional de jornalistas e corporativa de empresas de comunicação. **Mediação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 15, jul./dez. de 2012.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2. Ed

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: AMOSSY, Ruth (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56. São Paulo: Atlas, 2009.

FECOMERCIO/MS - Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul. **Estudo sobre a Competitividade nos Setores de Comércio, Serviços e Turismo em Mato Grosso do Sul**: Perspectivas até 2020/ Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Mato Grosso do Sul (FECOMERCIO/MS); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/MS). – Campo Grande/MS: FECOMERCIO/MS – SEBRAE/MS, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Positivo, 2009.

FIORDINO, Priscila Peixinho. Ethos: um percurso da Retórica à Análise do Discurso. In: **Revista Pandora Brasil**, ISSN 2175-3318, nº 47 - Outubro de 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação** – Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FORD, Aníbal. **Navegações**: comunicação, cultura e crise. Trad. Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao Jornalismo Ambiental. Curitiba: Editora UFPR, 2008. Trad. Paulo Roberto Maciel.

GELOS, Hernán Sorhuet. Periodismo ambiental: eje comunicacional del siglo XXI. In GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, org. SCHWAAB, Reges Toni, org. **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 6. Florianópolis. Ed Insular. 2012.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, org. SCHWAAB, Reges Toni, org. **Jornalismo Ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008.

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho, MASSIERER, Carine, SCHWAAB, Reges Toni. *Pensando o jornalismo ambiental na ótica da sustentabilidade*. **UNirevista** - Vol. 1, nº 3: (julho 2006) ISSN 1809-4561. Disponível pelo endereço <http://www.jornalismoambiental.org.br/portal/wp-content/uploads/2011/09/Pensando-o-Jornalismo-Ambiental-na-%C3%B3tica-da-Sustentabilidade.pdf>. Acessado em 12 de janeiro de 2015.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1983. (Col. Antropologia, 8)

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1990.

HERNANDES, Nilton. **Jornais e ethos**: como a marca vira um “ser” que discursa. Estudos Lingüísticos, v. 34, p. 780-785, 2005.

HOHLFELDT, Antonio. Cinquentenário de publicação de Iniciação à filosofia do Jornalismo, de Luiz Beltrão. **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 18, jul./dez. 2010.

IJUIM, Jorge Kanehide. *A responsabilidade social do jornalista e o pensamento de Paulo Freire*. Revista **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 31 - 43, jul./dez. 2009. Disponível em <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/10060>. Acessado em 26 de fevereiro de 2015.

_____. **Humanização e desumanização no Jornalismo:** algumas saídas. Santa Catarina. UFSC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ijuim-jorge-2014-humanizacao-desumanizacao-jornalismo.pdf>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

_____. O real e o poético na narrativa jornalística. Revista **Conexão – Comunicação e Cultura**, UCS, Caxias do Sul, v. 9, n. 17, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/464/386>. Acessado em 03 de janeiro de 2015.

JOBIM, Danton. **Espírito do Jornalismo**. São Paulo. Edusp: Com Arte, 1992. (Clássicos do Jornalismo Brasileiro; V. 6).

KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, Ética e Liberdade**. São Paulo. Summus, 1997.

LAGE, Nilson. **A reportagem:** teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro. 9ª Ed. Record. 2011.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas:** o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura – 4ª Ed., Barueri, SP: Manole, 2004.

_____. **Econautas** - ecologia e jornalismo literário avançado. Canoas: ULBRA, (Série Mundo Mídia; 3), 1996.

LIMA, Alceu Amoroso. **O jornalismo como gênero literário**. São Paulo: Edusp, 1990.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo**. Florianópolis/SC, 2013. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.

MACHADO, Elias. *Dos Estudos sobre o Jornalismo às Teorias sobre o Jornalismo (Três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento)*. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação**. Revista eletrônica e-compós: <http://www.compos.org.br/e-compos> Edição 1. 2004. Acessado em 28 de janeiro de 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **O contexto da obra literária**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. Ethos, cenografia e incorporação. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3 ed., revista e ampliada – São Paulo: O Estado de São Paulo: Moderna, 1997.

MEDINA, Cremilda. **Profissão jornalista**: responsabilidade social. Rio de Janeiro: Ed. Forense - Universitária, 1982.

_____. **Notícia, um produto à venda**: jornalismo na sociedade urbana e industrial. 2 ed. v. 24. São Paulo: Summus, 1988.

_____. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MEDITSCH, Eduardo. **O jornalismo como forma de conhecimento**. Florianópolis: Editora UFSC, 1996.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. **Revista Terra Livre**. Nº 13, p. 139-158, 1º Semestre/2001. Disponível em http://www.agb.org.br/files/TL_N16.pdf Acessado em 03/03/2015.

MICK, Jaques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Katarini Giroldo. **Os paradigmas da imprensa na política das coberturas ambientais**. Bauru/SP, 2009. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru – SP, 2009. Disponível em http://www.faac.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/katarini_miguel.pdf. Acessada em 09/12/2014.

MILMAN, Luís. A metodologia do jornalismo: breve excuroso sobre a natureza de um conflito. In: LEVACOV, Marília et al. **Tendências na comunicação**. Porto Alegre (RS): L&PM, 1998.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise Crítica da Narrativa**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. 1ª Reimpressão. Porto Alegre: Ed. Sulinas, 2006.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Trad. Eloá Jacobina. 17ª edição. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução Eliane Lisboa. 4 ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MUNIZ, Cristiano dos Santos. **Jornalismo Ambiental**: conceitos e especificidades. Porto Alegre, 2009. Monografia (Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/22309>. Acessado em 06 de novembro de 2014.

OLINTO, Antonio. **Jornalismo e literatura**. Porto Alegre: JÁ Editores, 2008.

OLIVEIRA, Michele Roxo de. **Profissão Jornalista**: um estudo sobre representações sociais, identidade profissional e as condições de produção da notícia. Bauru/SP, 2005. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Disponível em <http://www.faac.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/Comunicacao/DissertacoesDefendidas/michelleroxo.pdf>. Acessada em 03 de fevereiro de 2015.

PAVÃO, Eugênio da Silva. **Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira**. Florianópolis/SC, 2005. Dissertação (Mestrado em Economia Industrial). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2005.

PENA, Felipe. **Jornalismo literário**. São Paulo: Contexto, 2008.

PETRARCA, Fernanda Rios. **O Jornalismo como Profissão**: Recursos Sociais, Titulação Acadêmica e Inserção Profissional dos Jornalistas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10761/000601473.pdf?sequence=1>. Acessado em 20 de janeiro 2015.

_____. **Novas Formas de Exercício Profissional e Atuação na Defesa de Causas Sociais.** Artigo apresentado no XV Congresso Brasileiro de Sociologia, de 26 a 29 de Junho de 2011, Curitiba (PR). Disponível em: [www.sbsociologia.com.br/portal - file:///C:/Users/Ana/Downloads/sbs2011_GT17_Fernanda_Rios_Petrarca%20\(2\).pdf](http://www.sbsociologia.com.br/portal-file:///C:/Users/Ana/Downloads/sbs2011_GT17_Fernanda_Rios_Petrarca%20(2).pdf). Acessado em 20/01/2015.

PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. **New journalism:** a reportagem como criação literária. Secretaria Especial de Comunicação Social. Cadernos da Comunicação. Série Estudos. Volume 7. Rio de Janeiro: A Secretaria, 2003.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e Meios de Comunicação.** São Paulo: ANNABLUME, 1995. (Selo Universidade; 42)

RIZZINI, Carlos. **O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Editora, 1977.

ROCHA, Paula Roberta Santana. **Estética e sensações no jornalismo:** um estudo das estratégias e jogos discursivos. Goiânia/GO, 2013. Dissertação (Mestrado em Comunicação) https://mestrado.fic.ufg.br/up/76/o/Est%C3%A9tica_e_sensa%C3%A7%C3%B5es_no_jornalismo_Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. (ção). Universidade Federal de Goiás (UFG), 2013. Disponível no endereço Acessada em 23/12/2014.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a Notícia:** Uma história social dos jornais nos Estados Unidos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.

SCWHENGBER, Isabela de Fátima. **Aspectos históricos do jornal Correio do Estado.** In: VI Congresso Nacional de História da Mídia, 2008, Niterói/RJ.

SFREDO, Marta. Papel do Profissional de Comunicação. In Revista **Comunicando.** Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul (RS), 1997, p. 24-25.

SGARBI, Nara Maria Fiel Quevedo; AMIN, Vanessa. Discurso jornalístico e acontecimento: imersão nos gêneros reportagem e notícia. **Revista Philologus**, Ano 18, nº 53 – Suplemento. Rio de Janeiro: CiFEFiL, maio/ago. 2012, pp. 181-200.

SILVA, Valfrido. **Sonhos e pesadelos:** Mato Grosso do Sul, 30 anos. Dourados: Editora e Gráfica Seriema, 2007.

SILVEIRA, Santa Maria. **Ética: esta lei pega?:** apontamentos sobre a moralidade que a imprensa prega e pratica. 1993. 220 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Editora Loyola, 2002.

SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena **Técnica de reportagem:** notas sobre a narrativa jornalística. 2ª ed. – São Paulo: Summus, 1986.

SOUSA, Jorge Pedro. **Construindo uma Teoria para o Jornalismo.** 2002. Universidade da Beira Interior (UBI). Covilhã/Portugal. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação (BOCC). Artigo disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>, acessado em agosto de 2013.

_____. **Introdução à análise do discurso jornalístico impresso:** um guia para estudantes de graduação. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

STONE, Michael K., BARLOW, Zenobia (orgs). **Alfabetização Ecológica:** a educação das crianças para um mundo sustentável. Tradução Carmen Fischer. São Paulo: Cultrix, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo** - A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Vol. II. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas.** 4. Ed. Revista. São Paulo: Ed. Summus, 2011.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável:** abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Formando jornalistas para um mundo sustentável.** Santos/SP, 2005. Artigo apresentado no I Congresso Brasileiro de Jornalismo Ambiental. Disponível em: <http://www.mundosustentavel.com.br/jornalismo-ambiental/>. Acessado em 20/01/2015.

_____. (coord.) **Meio ambiente no século 21:** 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VAN DIJK, Teun A. La noticia como discurso. **Comprensión, estrutura y producción de la información**. Barcelona: Paidós, 1990.

VICCHIATTI, Carlos Alberto. **Jornalismo**: comunicação, literatura e compromisso social. São Paulo: Paulus, 2005.

VILAS BOAS, Sergio. **Perfis e como escrevê-los**. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Formação e informação ambiental**: jornalismo para iniciados e leigos. São Paulo: Summus, 2004.

_____. **Jornalistas Literários** - narrativas da vida real por novos autores brasileiros. São Paulo: Summus, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4. ed. Lisboa: Presença, 1995.

_____. **Jornalismo Literário para Iniciantes**. Ed 1., São Paulo: Clube dos Autores, 2010.

WONSOVIC, Silvio. **Somos filhos da Pólis**: investigação sobre Política e Estética. 2 ed. Florianópolis: Editora Sophos, 2009.

APÊNDICE 1

**QUADRO 1 – Matérias publicadas de fevereiro a dezembro de 2011
no Jornal Correio do Estado
(Os títulos foram grafados como o original)**

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2011	QUANTIDADE
Reportagens com temática socioambiental	39
Entrevistas	4
Reportagens com outros temas	28
Reportagens especiais (em série)	42
Reportagens em Suplementos	5
Total	118

Data	Editoria	Página	Tema	Chapéu/Título
20/02/2011	Especial – Cidades	12 A	Economia	Cotidiano – “Feirona nossa”
27/02/2011	Especial	12 A e 13A	Economia	“De Caracol para a Copa do Mundo de 2014”
07/03/2011	Economia	6 A	Meio ambiente e economia 1	Produtos Limpos – “Aumenta a certificação de orgânicos”
08/03/2011	Ecologia	4	Meio ambiente e economia	“Consórcio transforma lixo em dinheiro”
13/03/2011	Especial – Cidades	14 A	Urbanização e meio ambiente 2	“Porque a Capital sofre tanto com as chuvas”
13/03/2011	Especial – Cidades	12 A	Urbanização e sociedade	Calçadas – “Buracolândia de fazer dó”
13/03/2011	Caderno B	Capa	Patrimônio histórico	“História aos pedaços”
13/03/2011	Caderno B	5B	Patrimônio histórico	Variedades – “A mais antiga obra arquitetônica está caindo”
20/03/2011	Cidades	12A e 13A	Meio ambiente 3	Tragédia Pantaneira – “Cheia antecipada provoca mortes de gado em fazendas do Pantanal”
21/03/2011	Cidades	16 A	Urbanização	Obras – “Avenidas da Capital ‘ganham’ em média 1,2 mil buracos por dia”
25/03/2011	Cidades – Capa	9 A	Meio ambiente, urbanização 4	Porto Murtinho – “MPE dá 10 dias para prefeitura pôr fim a lixão próximo a rio”
27/03/2011	Economia	7 A	Economia e urbanização	Camelódromo – “Paraguai é aqui”
27/03/2011	Cidades	13 A	Urbanização e sociedade	“Operários recebem roupas, passagens e deixam usina”
31/03/2011	Caderno B – Capa	1B	Urbanização, sociedade e história	“Bar do Zé”
03/04/2011	Economia	7 A	Economia	Desenvolvimento Econômico – “Indústrias e hidrelétricas impulsionam Cassilândia”
03/04/2011	Economia	6 A	Meio ambiente e economia 5	Floresta Plantada – “Estado quer ampliar cultivo de seringueiras em 2.400%”
04/04/2011	Cidades	16 A	Saúde	Riscos - “Exames de câncer de mama são desafio para mulheres”
08/04/2011	Cidades	14A	Meio ambiente e sociedade 6	Pantanal – “Comitativas são a ‘saída’ para salvar rebanho”/Indígenas voltam a acampar em fazenda/Líder sai em defesa de funcionário da Funai
10/04/2011	Especial	15 A	Meio ambiente e economia 7	Pantanal - “Produtor teme prejuízo com retirada do gado”
11/04/2011	Cidades	16 A	Meio ambiente 8	Especial – “Cheia muda cotidiano na estrada parque”
11/04/2011	Agricultura	4	Agricultura, economia e meio ambiente 9	Riquezas – “‘Ouro branco’ faz saltar PIB de Chapadão”
12/04/2011	Economia	8 A	Economia	Fronteira Barata – “Boliviano faz fila por

				gasolina a R\$ 0,90”
14/04/2011	Caderno B – Capa	1B	Turismo e história	“Heróis esquecidos”
17/04/2011	Cidades	14 A	Economia e comportamento	Comércio Popular – “Feira em Corumbá congrega 5 nacionalidades”
22/04/2011	Economia	6 A	Economia	Desenvolvimento Econômico – “Falta de mão de obra afeta indústrias no interior de MS”
23/04/2011	Economia	5 A	Economia	Evasão – “Migração de trabalhadores paralisa obras no interior”
25/04/2011	Cidades - Especial	14 A	Economia	Núcleo Industrial – “Caminhoneiro enfrenta lama e insegurança”
30/04/2011	Cidades – Capa	9 A	Religião e sociedade	Especial – “Visita a Campo Grande ficou na memória de João Paulo II”
07/05/2011	Cidades - Especial	11 A	Meio ambiente 10	Meio ambiente – “‘Xarope natural’ salva árvores históricas”
08/05/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e história	Da Glória ao Abandono – “Sem festa, estação de Corumbá faz 43 anos”
09/05/2011	Cidades	16 A	Sociedade e meio ambiente 11	Insegurança – “Trabalhadores cobram ciclovias na MS-060”
10/05/2011	Especial	12 A	Religião	Religião – “Igreja comemora cem anos de Dom Antônio, 1º bispo da Capital”
15/05/2011	Economia	8 A	Economia e meio ambiente 12	Alternativa – “‘Reduto de usados’ é opção de economia na compra de móveis”
15/05/2011	Cidades – Especial	14 A	Comportamento	Terceira Idade - “Histórias de quem tem muito o que contar”
16/05/2011	Cidades – Especial	16 A	Comportamento	Terceira Idade - “A família é insubstituível”
22/05/2011	Cidades – Especial	15 A	Urbanização	Campo Grande – “Lei que permite fechar ruas e travessas cai no desuso”
22/05/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização	No Coração da Cidade – “Praça Ary Coelho é retrato do abandono”
30/05/2011	Caderno B – Capa	1B	Comportamento	“Há luz no fim do túnel”
04/06/2011	Cidades – Especial	12 A	História urbana	Resistência – “Eles são o ‘SOS’ dos usados e antiguidades
07/06/2011	Caderno B – Capa	1B	História urbana	“Campo Grande cabia no LivroAzul”
07/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 13	Meio Ambiente – “Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal”
08/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 14	Meio Ambiente - “MPF quer barrar hidrelétricas no Pantanal”
09/06/2011	Cidades – Especial	11 A	Meio ambiente 15	Desastre Ambiental – “Conama perdoa multa a Usina acusada de causar morte de peixes”
14/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Trânsito	Transporte – “Só 1% dos acidentes com motos na Capital envolve mototaxistas”
16/06/2011	Cidades – Especial XV de Novembro	17 A	Urbanização e segurança	“Comerciantes pedem socorro contra arrastões”
16/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e comportamento	Insalubre – “Carteiros sofrem com sobrecarga de trabalho”
18/06/2011	Cidades – Especial XV de Novembro	17 A	Urbanização e segurança	Violência – “Câmeras, saída para inibir roubos no centro”
20/06/2011	Economia	8 A	Economia e meio ambiente 16	Mais que suficiente – “Estado entra na disputa por polo de plástico verde”
21/06/2011	Caderno Ecologia	4	Meio ambiente	“É tempo de ninhadas nas ‘praias’ do Piquiri”
26/06/2011	Cidades – Especial	10A E 11A	Agricultura e meio ambiente 17	“Javali, praga das lavouras de Dourados”
27/06/2011	Cidades	17 A	Urbanização e sociedade 18	Fátima do Sul – “À luz de lamparina, agricultores esperam por desenvolvimento”
28/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	Trabalho Humanitário – “Combate às drogas desafia Missão Caiuá”
30/06/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e economia 19	Nova Economia - “Fátima do Sul envasará mel para merenda”
03/07/2011	Caderno B –	1B	Urbanização e	“Como nos tempos antigos...”

	capa		sociedade 20	
05/07/2011	Especial Amazônia	8	Meio ambiente e sociedade 21	“Braço direito de Chico Mendes”
07/07/2011	Cidades – Especial	12 A	Educação	Turismo e Acessibilidade – “Escola ensina Libras para servidores públicos”
10/07/2011	Entrevista – Nilo Peçanha	5 A	Meio ambiente	“Construção de barragens ameaça ribeirinhos”
11/07/2011	Cidades	11 A	Meio ambiente e sociedade 22	Expedição Pantanal – “Projeto mapeia as ações de sustentabilidade no Pantanal”
11/07/2011	Caderno B – Capa	1B	Educação	“Tecnologia a serviço da inclusão”
12/07/2011	Cidades	11 A	Urbanização e história	“Centenário da Rua 14 de Julho: memórias e histórias”
13/07/2011	Cidades	11 A	Urbanização e história	“Centenário da Rua 14 de Julho: lojas e idéias que fizeram história”
17/07/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e sociedade 23	Pesquisa – “Expedição vivencia solidariedade pantaneira”
20/07/2011	Cidades – Especial	11 A	Economia e sociedade	Trabalho caseiro – “‘Marido de aluguel’ por força da necessidade”
23/07/2011	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e comportamento	Ritualística – “Seita que utiliza chá polêmico completa 50 anos de criação”
25/07/2011	Cidades- Especial Voluntariado	10 A	Sociedade e comportamento	“Creche a Santa Fé está reformada, mas ainda carente”
26/07/2011	Cidades – Especial Voluntariado	12 A	Sociedade e comportamento	Bom exemplo – “‘Tudo aqui é uma grande experiência de vida”
27/07/2011	Cidades – Especial Voluntariado	12 A	Sociedade e comportamento	Anônimos - “Linha da vida precisa de voluntários para manter atendimento 24 horas”
28/07/2011	Cidades – Especial Voluntariado	12 A	Sociedade e comportamento	Ação Conjunta – “Força voluntária mantém casa para idosos”
29/07/2011	Cidades – Especial Voluntariado	12 A	Sociedade e comportamento	Porto Seguro – “Sopa, abrigo e carinho para aqueles que vêm de longe”
30/07/2011	Cidades – Especial Voluntariado	12 A	Sociedade e comportamento	Especiais – “Trabalho silencioso na periferia da Capital”
07/08/2011	Cidades	11 A	Meio ambiente e sociedade 24	Serra da Bodoquena – “Morraria do Sul: do auge do café à decadência”
08/08/2011	Economia	6 A	Meio ambiente e economia 25	“Jazidas de ferro são grande esperança para Bodoquena”
10/08/2011	Caderno B – Culinária	6B	Culinária	“Sabor da Bodoquena”
14/08/2011	Cidades – Especial	12 A	História e sociedade	De volta ao passado – “Coxim assume sua identidade monçoeira”
15/08/2011	Cidades – Especial	12 A	História e sociedade	De volta ao passado – “Sem verba, museus de Coxim lutam para preservar acervo”
15/08/2011	Caderno B – Capa	1B	História, sociedade e meio ambiente 26	“O pé de cedro está lá”
16/08/2011	Cidades – Especial	12 A	História e sociedade e meio ambiente 27	De volta ao passado – “Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros”
18/08/2011	Caderno B – Turismo	6B	Meio ambiente 28	“Um paraíso bem cuidado”
21/08/2011	Cidades – Especial	12 A	Comportamento e meio ambiente 29	Encanto – “Homens são os maiores cultivadores de orquídeas”
23/08/2011	Cidades – Especial	12 A	História, sociedade e urbanização	Interior – “Comunidade Furnas do Dionísio vive entre sonhos e conquistas”
26/08/2011	Especial 112 anos de CG	2	História, sociedade e urbanização	“Bem-vindos!”
29/08/2011	Cidades –	12 A	Economia e	De Coxim para o mundo – “Artesãos

	Especial		sociedade	preparam souvenir oficial da CBF
29/08/2011	Caderno B – Capa	1B	História e sociedade	“Museu entregue às traças”
30/08/2011	Caderno Ecologia	3	Meio ambiente	“Pelo simples prazer de admirar”
01/09/2011	Caderno B – Turismo	6B	Meio ambiente 30	“Coxim mira o ecoturismo”
05/09/2011	Cidades – Especial	12A	Sociedade	Campo Grande – “Creches comunitárias: onde faltam recursos, sobra amor”
11/09/2011	Entrevista – Izabela Teixeira	5 A	Meio ambiente	“Rio Taquari assoreado é Pantanal ameaçado”
12/09/2011	Cidades – Especial	12 A	Economia e urbanização	Economia – “BR-359 tira Alcínópolis do isolamento”
22/09/2011	Caderno B – Capa	1B	Meio ambiente e história 31	“Em buscados antepassados”
25/09/2011	Economia	6 A	Economia	“Três Lagoas faz concessões bilionárias, mas ainda não vê a cor do dinheiro”
04/10/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e história 32	Pedras Preciosas – “Alcínópolis conserva arte milenar rupestre”
09/10/2011	Caderno B – Capa	1B	História e sociedade	“Cada vez mais raros”
11/10/2011	Especial	6 A	História e sociedade	“Divisão do Estado foi benéfica, mas impôs desafios, diz ex-governador”
12/10/2011	Cidades – Especial	8 A	História e sociedade	“Comerciante evita morte da Estação Bolicho”
13/10/2011	Caderno Ecologia	8	Meio ambiente e agricultura	“Menos fogo e mais produtividade”
30/10/2011	Entrevista – Roberta Lucho Macedo	5 A	Meio ambiente e sociedade	“Inspeção ambiental vai beneficiar população”
31/10/2011	Cidades – Especial	8 A	Sociedade e economia	“Morrer na Capital custa entre R\$ 1,2mil e R\$ 15 mil”
04/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e sociedade33	“Capital pode levar cerca de 30 anos para chegar a 1 milhão de habitantes”
06/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Trânsito	Violência no trânsito – “Motociclistas vítimas de acidente tomam conta da Santa Casa”
09/11/2011	Cidades – Especial	17 A	Sociedade e comportamento	Providências – “Proliferação do uso de crack é favorecida pela ausência de conselhos”
11/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 34	Especial – “Recuperação do Anhanduí demora 10 anos”
13/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Economia	“Pão Rosa” – Cardápio para a gurizada adotar no cotidiano
16/11/2011	Cidades – Especial	17 A	Economia e sociedade	Retorno ao Mercado – “Trabalhador tem segunda chance, após a dor da incapacidade física”
18/11/2011	Cidades – Especial	11 A	Educação	Período de Matrícula – “Começa corrida por vagas em Centros de Educação Infantil”
22/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização	Povo em movimento – “Terminal General Osório 18h”
26/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Patrimônio público	Patrimônio Público – “Associação da Orla Morena terá desafio de preservar espaço”
27/11/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 35	Parque Nacional da Serra da Bodoquena – “Um longo caminho para sair do papel”
8/11/2011	Cidades – Especial	10 A	História e sociedade	Um Século dos Batistas – “O sertão dos anos 20 no legado do pastor”
04/12/2011	Cidades	12 A	Urbanização e meio ambiente 36	Campo Grande – “Às margens do Segredo, o contraste social”
05/12/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e meio ambiente 37	Mapa da Miséria – “Parque chora entre a vida e o abandono”
08/12/2011	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e sociedade	“Rua, lar dos invisíveis”
11/12/2011	Cidades – Especial	9 A	Comportamento	Desrespeito – “Omissão no cuidado de idosos gera 350 processos na Justiça”

11/12/2011	Entrevista – João Francisco Ferreira	5 A	Institucional, urbanização e segurança	“Exército voltará a ocupar a fronteira em 2012”
11/12/2011	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e sociedade 38	Voluntariado – “Desbravadores redescobrem o Betaville”
17/12/2011	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	“Aqui tem Jesus”
20/12/2011	Caderno B – Capa	1B	Urbanização, meio ambiente e sociedade 39	“Natal ecológico está maior”
24/12/2011	Cidades	8 A	Sociedade e comportamento	Idosos – “Asilo ganha novos ares após reforma”
26/12/2011	Cidades	7 A	Infraestrutura e sociedade	Independência Conquistada – “O tempo passa, o tempo voa. E as Moreninhas...”

APÊNDICE 2

**Quadro 2 – Reportagens publicadas de janeiro a dezembro de 2012
no Jornal Correio do Estado
(Os títulos foram grafados como o original)**

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2012	QUANTIDADE
Matérias com temática socioambiental (cotidianas e especiais)	35
Entrevistas	2
Reportagens com outros temas	22
Matérias especiais de temática variada	50
Reportagens em Suplemento	5
Total	114

Data	Editoria	Página	Tema	Chapéu/Título
02/01/2012	Cidades – Especial	11 A	Economia	Conto do Vigário – “Empresa sul-coreana anuncia indústria em São Gabriel e some”
07/01/2012	Caderno B – Capa	1 B	História e urbanização	“Redescobrimos Camapuã”
08/01/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e sociedade 1	Cooperação para a Sustentabilidade – “Prática pantaneira garante sobrevivência”
16/01/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e sociedade 2	Difícil Retorno – “Projetos de Moon mofam no Pantanal”
17/01/2012	Cidades – Especial	11 A	Sociedade	Coreanos na Fronteira – “Sonho de Moon renasce em Nova Esperança”
02/02/2012	Caderno B	1 B	Meio ambiente e economia 3	“Especializado em arte”
11/02/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 4	Pantanal Excluído – “Preservação ambiental impede extração de óleo”
22/02/2012	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	Campanha da Fraternidade – “Usuários enfrentam <i>via-crucis</i> em postos de saúde”
24/02/2012	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	Ação Social – “Pastoral da Criança busca mais voluntários”
24/02/2012	Correio B – Capa	1 B	Saúde	Saúde – “Muita calma nessa hora”
26/02/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 5	Roça na Cidade – “O rural dentro do urbano”
07/03/2012	Cidades – Especial	12 A	Comportamento	Dia da Mulher – “Enfermeira ganha direito de amamentar no trabalho”
18/03/2012	Caderno B	1B – Capa	História-cinema	“Relíquias da Sétima Arte”
13/03/2012	Caderno B	1B – Capa	Meio ambiente 6	Baixa – “Menos uma na avenida”
04/03/2012	Política	3 A	Política	“Paraíso conta os meses para se transformar no 79º município do Estado”
17/03/2012	Cidades – Especial	12 A	Institucional	Exército no Ar – “14% do País ao alcance do Batalhão de Aviação”
18/03/2012	Suplemento Emprego e Carreira	7A – Capa	Saúde	“Interior Saudável” – médicos
22/03/2012	Cidades – Especial	12 A	Saúde e Sociedade	Solidariedade – “Nosso Lar em crise ameaça fechar 40 leitos”
22/03/2012	Caderno B – Turismo	3B	Turismo e meio ambiente 7	“Novo ponto de lazer em MS”
23/03/2012	Cidades – Especial	12 A	Lixo e urbanização 8	O lado feio do Centro – “Abandono sem limites”
28/03/2012	Cidades –	12 A	Urbanização 9	Nossa Cidade – “Moradores sofrem com abandono

	Especial			do Serraville”
01/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 10	Santa Felicidade – “Matagal e esgoto a céu aberto causam transtornos”
03/04/2012	Cidades - Especial	12 A	Meio ambiente e lixo 11	Patrimônio em Risco – “Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras”
04/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 12	Bairro Nossa Senhora Aparecida – “Moradores reclamam da falta de estrutura de bairro”
12/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Saúde e comportamento	Solidariedade – “Pessoas com câncer dependem cada vez mais de voluntariado”
13/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 13	Isto é Capital – “Próximo dos Poderes, distante dos recursos”
14/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e Sociedade 14	Cobrança Inadiável – “Rochedinho rejeita isolamento, pedindo ambulância e asfalto”
18/04/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 15	Aqui é Capital – “Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza”
01/05/2012	Cidades – Capa	6 A	História de vida	Dia do Trabalho – “Aos 76 anos, o incansável mestre obreiro não pensa em parar”
05/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 16	Aqui é Capital – “Sarandi é apenas um sonho nos confins de Indubrasil”
10/05/2012	Cidades – Capa	13 A	Educação	Ensino Superior – “26% dos moradores de MS são de outros estados”
10/05/2012	Caderno C	10C	História	História – Cusco – “‘Umbigo do mundo’ é rico em pedras, bronze e cerâmicas”
11/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e Economia	Retrato do MS – “Classes C e D popularizam TV a cabo e microcomputador”
12/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Educação e sociedade	Retrato de MS – “30,69% dos moradores do Estado frequentam a escola”
13/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e sociedade 17	Pobreza – “Moradores da favela Portelinha vivem em condições subumanas”
19/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Patrimônio e urbanização	Patrimônio – “Revitalização resgata a Vila dos Ferroviários”
23/05/2012	Cidades – Especial	12 A	História e urbanização	Nova Campo Grande – “Nas placas, letras e números tomam o lugar de pioneiros”
24/05/2012	Correio B	3 B	Turismo	Turismo – “De trem, rumo a Machu Pichu”
28/05/2012	Cidades	16 A	Meio ambiente e lixo 18	Águas Ameaçadas – “Lixo e assoreamento sufocam o Segredo perto das obras do PAC”
30/05/2012	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e comportamento	Infância e Adolescência – “Lar Mãe Mariana, uma ilha de amor no meio da mata”
01/06/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização	Caos urbano – “Nem o Samu circula nas valas do Caiobá I”
08/06/2012	Cidades	15 A	Ciência e meio ambiente 19	Ciência e Meio Ambiente – “Congresso científico em Bonito traz representantes de 47 países”
09/06/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 20	Risco Ambiental – “MPE quer remover os ranchos às margens do Rio Miranda”
12/06/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 21	Serra da Bodoquena – “Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque”
14/06/2012	Política	3 A	Política	Eleições 2012 – “Menores municípios ‘arrumam a casa’ para disputas e reeleições”
15/06/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e lixo 22	Insuportável – “Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo”
16/06/2012	Cidades – Especial	12 A	Saúde	Saúde no Sudeste – “Jardim atrai mão de obra para Spa e hospital da Igreja de Moon”
21/06/2012	Caderno B	3B	Turismo e meio ambiente 23	Turismo – “Bodoquena quer justiça para suas belezas”
05/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	9 A	Sociedade e trânsito	Tragédia diária – “Trânsito ser tratado como doença, alerta psicóloga”
08/07/2012	Cidades – Especial	15 A	Sociedade e trânsito	Manifestação – “Evangélicos lamentam vítimas de acidentes e desrespeito às leis”

	Trânsito			
08/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Ciptran impõe rigor – “Calçadas têm menos carros, mas pedestres ainda disputam espaço”
09/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	11 A	Sociedade e trânsito	Dê preferência ao idoso – “Rampas e vagas estão fora do padrão no Centro da Capital”
10/07/2012	Política	4 A	História de vida	Revolução Constitucionalista – “Família Barbosa Martins pega em arma na revolução”
11/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Álcool e volante – “Anjos da Night insistem para jovens não dirigirem depois das baladas”
12/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	9 A	Sociedade e trânsito	Dura realidade – “Campo Grande supera Austrália e Brasil em acidentes com mortos”
13/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Reclusão – “Sensação de perdoar infratores aumenta cobrança ao Judiciário”
14/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Brecha da Lei – “Cerca de 80% dos motoristas abordados recusam bafômetro”
15/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	O Antigo de Volta – “De carroça, voluntário percorre a cidade para acalmar apressados”
16/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	11 A	Sociedade e trânsito	Moreninhas – “Na volta à periferia, leis de trânsito são desprezadas”
17/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Vida Nova – “Caiu da moto, deixou a solda e agora faz comida para festa”
18/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Jardim Aero Rancho – Indisciplina e insegurança; aqui, todo cuidado é pouco”
19/07/2012	Cidades – Especial Trânsito	12 A	Sociedade e trânsito	Cidadania e Educação – “Na escola, lições para ter mais responsabilidade no volante”
20/07/2012	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e trânsito	Duas Rodas – “Apenas 1% de acidentes graves e muita esperança em melhorar”
22/07/2012	Cidades – Especial	12 A	Trânsito e urbanização	Fratura exposta – “Trauma urbano cria situação de guerra e a conta é absurda”
24/07/2012	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e trânsito	Respeito e Tolerância – “Só o resgate de valores diminui estresse, advertem religiosos”
24/07/2012	Suplemento Rural	7	Meio ambiente e economia	Positivo – “Projeto orienta produtor a preservar”
25/07/2012	Cidades – Especial	12 A	Sociedade e trânsito	Dia do Motorista – “Ex-caminhoneiro, taxista protesta contra violência”
05/08/2012	Caderno C	4C	Meio ambiente e sociedade 24	Amazônia – Vazios que desafiam – “Ocupação e segurança da fronteira voltam ao debate”
12/08/2012	Entrevista – Andréia Brochado Antonioli	5 A	Saúde e educação	“Pesquisa com célula-tronco projetará MS para o mundo”
12/08/2012	Cidades – Especial	12 A	História	Cotidiano – “Últimos artistas da foto rápida resistem no Centro”
17/08/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e urbanização 25	Agressão Ambiental – “Outro golpe contra o Segredo, agora desviado e entulhado”
19/08/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e Institucional	Urbanismo – “Aos 25 anos, Planurb exige apoio para projetar o futuro”
21/08/2012	Cidades –	12 A	Saúde	Saúde Pública – “Novo Regional chega aos 15 anos,

	Especial			mirando a qualidade total”
26/08/2012	Caderno Especial 113 anos de CG	10	História	“Rua 26 de Agosto, ou Velha: só saudades”
26/08/2012	Caderno Especial 113 anos de CG	11	Urbanização	“Cores dão mais vida ao Centro da Capital”
28/08/2012	Caderno B	3B	História e educação	Interior – “Rota das Monções dá prêmio a Coxim”
31/08/2012	Política	3 A	Imprensa e política	Abuso de Poder – “Polícia Federal invade o Correio do Estado por determinação de juíza”
02/09/2012	Cidades – Especial	12 A	Água e meio ambiente 26	Eldorado 2 – “Tanto bate até que fura”
07/09/2012	Caderno C – Brasil	6C	Sociedade e personalidade	Cuiabá – Santarém – “Morre o coronel Meirelles, que abriu a BR-163 em Mato Grosso”
27/09/2012	Caderno C – Brasil	10C	História	História – “Há 45 anos, ALN matava Zé Dico, incentivando a luta pela terra”
07/10/2012	Cidades – Especial	12 A	Política	O Caçula – “PT e PSDB se unem na 1ª eleição de Paraíso das Águas”
09/10/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	XV de Novembro – “Antigo charme cede prestígio para arranha-céus em 2014”
11/10/2012	Suplemento Especial – Divisão do Estado	Capa/2 /3/4/5/6 /7/8	História	Divisão 35 anos
16/10/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Euclides da Cunha – “Uma rua sofisticada no embalo da modernidade”
18/10/2012	Caderno C – Brasil	10C	Meio ambiente 27	Amazônia – “Sofredores da selva, soldados da borracha querem indenização”
22/10/2012	Cidades	16 A	História	Retirada da Laguna – “Nioaque explode réplica de igreja para reviver cenário da guerra”
23/10/2012	Cidades – Especial	12 A	História	Retirada da Laguna – “Ossos do Guia Lopes vão se juntar aos de Senhorinha”
24/10/2012	Cidades – Especial	12 A	História	Retirada da Laguna – “No Cambarecê, lembrança do massacre de coléricos”
25/10/2014	Cidades – Especial “Nossas Ruas”	12 A	Urbanização	Macunaíma, Émile Zola e Outras – “Ruas com nomes famosos enobrecem Estrela do Sul”
28/10/2012	Entrevista – Paula Serafin	5 A	Ciência e sociedade	“Criamos aditivo para o leite que ajuda a salvar mais bebês”
06/11/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Avenida Günter Hans – Dois nomes e uma só avenida”
09/11/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 28	Preservação da Arara Azul – “Minha caixa, minha vida”
11/11/2012	Caderno C – Brasil	4C	Meio ambiente 29	Mistérios Amazônicos – “Vale dos Incas e Rondônia exibem morros com terraços semelhantes”
13/11/2012	Caderno C – Brasil	10C	Meio ambiente 30	Amazônia Ocidental – “Xapuri conta histórias no maior seringal e em cores no Acre”
13/11/2012	Cidades –	12 A	Urbanização	Rua Ceará – “O zelo superando mazelas”

	Especial Nossas Ruas			
13/11/2012	Correio +	9 A	Meio ambiente 31	RPPNS em Alta – “Estado mantém 140 mil hectares em 45 reservas do patrimônio natural”
18/11/2012	Caderno C – Brasil	4C	Meio ambiente, história e urbanização 32	Madeira-Mamoré – “Rondônia se esforça para resgatar o trem perdido na selva amazônica”
20/11/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Extensão da 14 de Julho – “Muito além das luzes e das lojas”
22/11/2012	Cidades	14 A	Institucional e sociedade	Força de Paz – “Mais solidariedade ao povo haitiano”
25/11/2012	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e institucional	BRs 163 e 230 – “Grupamento de Engenharia do CMO constrói até na Amazônia”
27/11/2012	Correio B	3B	Institucional e história	Dedicação – “A voz oficial da Base Aérea”
27/11/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 33	Tesouro Pantaneiro – “Bichos encontram um refúgio”
28/11/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização e história	Johannesburgo – “João o quê? – perguntou Goinha ao prefeito Nelsinho”
03/12/2012	Cidades	16 A	Sociedade e políticas públicas	Vandalismo e Abandono – “Escolas e Ceifs da Capital à espera de reformas urgentes”
04/12/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização e sociedade	Rua da Doçura – “Entre agruras, a solidariedade”
05/12/2012	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	Amor Nunca é Demais – “Apenas 312 voluntários socorrem 4 mil crianças”
06/12/2012	Cidades – Especial	12 A	Religião e sociedade	Celebrando a Vida – “Pastoral transforma famílias ao cuidar de crianças carentes”
08/12/2012	Cidades – Especial	12 A	Institucional – NPOR	Em dia com a Força – “Mais 29 prontos para comandar”
11/12/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização e sociedade	Rua Ruy Barbosa – “Trajeto único, ruas gêmeas, e usuários confusos todo dia”
17/12/2012	Cidades	16 A	Urbanização e sociedade 34	Zelo pede Passagem – “Pichação por toda parte”
18/12/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização e sociedade	Dólar, Libra, Lira, Florim e Yen – Moedas que Carlota nunca viu”
21/12/2012	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 35	Ilhas Verdes – “Bonito um coentro, aroeira e cipós”
23/12/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	?	Urbanização e sociedade	Albita, Dolomita, Hematita, Magnetita – “Desde 1979, pedras e minerais identificam o Copharadio”
31/12/2012	Cidades – Especial Nossas Ruas	10 A	Urbanização e sociedade	Avenida Calógeras – “Uns esperneiam, outros resistem”

APÊNDICE 3

**Quadro 3 – Reportagens publicadas de janeiro a setembro de 2013
no Jornal Correio do Estado
(Os títulos foram grafados como o original)**

QUADRO DE INCIDÊNCIA 2013	QUANTIDADE
Reportagens com temática socioambiental	13
Entrevistas	03
Reportagens com temática variada	06
Reportagens especiais com temática variada	20
Reportagem em Suplemento	01
Total	43

Data	Editoria	Página	Tema	Chapéu/Título
16/01/2013	Cidades – Especial	12 A	Poluição 1	Mau Cheiro – “Poluição ameaça polo de orgânicos”
18/01/2013	Cidades – Especial	12 A	Poluição 2	O que fazer? – “Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h”
19/01/2013	Cidades – Especial	12 A	Educação	Superdotados – “Estado tem 340 alunos com altas habilidades”
23/01/2013	Cidades - Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Cafés – “Apenas um pé e muita saudade”
24/01/2013	Cidades - Especial	12 A	Sociedade e economia	Dia Nacional – “Pensionistas e aposentados marcam data com protesto”
27/01/2013	Cidades – Especial	12 A	História	Guerra do Paraguai- “Destemida Senhorinha”
28/01/2013	Cidades	16 A	Carnaval	Carnaval 2013 – “Messias é bi e reina de novo, agora com Helena Patrícia”
29/01/2013	Cidades – Especial	12 A	Urbanização 3	Sem usuários – “Na ciclovia, só falta bicicleta”
31/01/2013	Cidades – Especial	12 A	Educação	Superdotados – “Alunos com altas habilidades lutam por transporte gratuito”
01/02/2013	Cidades - Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Ruas das Rosas, Ipês, Palmas... – “Encantos da Jockey Clube”
02/02/2013	Cidades – Especial	12 A	Institucional	Exército Por Dentro – “Suprimento militar atende 35 quartéis em 1,3 milhão de km2”
07/02/2013	Cidades – Especial	12 A	Imprensa e história	Aniversário – “Correio, no rumo dos 60”
12/02/2013	Brasil+Mundo	11 A	Religião	Campo Grande – “Arcebispo pede orações para a transição papal”
13/02/2013	Cidades	16 A	Poluição 4	Mau Cheiro – “Um polo sob o crivo da lei”
16/02/2013	Cidades – Especial	12 A	Patrimônio Público	Patrimônio Histórico (1) – “Imponentes sobrados centrais”
17/02/2013	Cidades – Especial	12 A	Patrimônio Público	Patrimônio Histórico (2) – “Eles sobrevivem ao tempo”
17/02/2013	Caderno C / Paraguai	4C	Sociedade	Tacuru e Campo Grande – “A língua da resistência”
23/02/2013	Correio +	9 A	Meio ambiente 5	Pantanal Agredido – “PF e IBAMA investigam crime contra desova de peixes na Baía do Caronal”
24/02/2013	Cidades	14A	Patrimônio Público	Abandono Total – “Mato, drogas e espeluncas enfeiam entorno de escola”
24/02/2013	Cidades - Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Souto Maior – “Região Sul começa a ter vida própria”
26/02/2013	Cidades -	12 A	Urbanização	Paz – “Poder valoriza a Região Central”

	Especial Nossas Ruas			
02/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Sociedade – imigração	Novos horizontes – “Campo Grande abraça haitianos”
03/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Sociedade – migração	Sempre há um lugar – “Portas da esperança”
08/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Comportamento – idosos	Criatividade – “Ninho de artistas”
10/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Comportamento – idosos	Ativíssimos – “Setentões e oitentões labutam de sol a sol e pouco reclamam”
10/03/2013	Entrevista – José Roberto Campos de Souza	5 A	Sociedade e comportamento	“O consumo de álcool é grave e a sociedade fecha os olhos”
17/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Saúde e meio ambiente 6	Combate à dengue – “A força do cravo da vitória”
17/03/2013	Entrevista – Mônica Maria de Salvo Fontoura	5 A	Justiça e sociedade	“Cada defensor público atende a 11 mil cidadãos carentes”
20/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Urbanização e políticas públicas 7	Região da Lagoa – “Um só desabafo: ‘Ouçam a gente’”
22/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente – água 8	Dia Mundial da Água – “Salve um córrego e ganhe o céu”
24/03/2013	Cidades – Especial	12 A	Saúde pública	Vigilância Sanitária – “Ninguém merece!”
02/04/2013	Cidades – Especial	12 A	Reforma agrária	Terras do Sul – “Um nó a desatar em Itaquiraí”
09/04/2013	Cidades – Especial	12 A	Lixo e poluição 9	Consórcios – “Com o lixo, é pegar ou largar”
26/04/2013	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente e Comunicação 10	5 Preciosos Minutos – “O rádio unindo pantaneiros”
28/04/2013	Entrevista	5 A	Sociedade e Segurança pública	“Polícia precisa evoluir tanto quanto os malfeitores”
05/05/2013	Cidades – Especial	12 A	Meio ambiente 11	Sidrolândia – “Uma rica floresta em pé”
14/05/2013	Correio +	9 A	História e sociedade	Guerra do Paraguai – “Bela Vista lembra o centenário de morte de Senhorinha Lopes”
24/06/2013	Cidades – Especial	12 A	Imigração	Pra onde vou? – “Em busca de um porto seguro”
01/07/2013	Cidades - Especial Nossas Ruas	12 A	Urbanização	Sete de Setembro – “Um lugar onde pintavam o sete”
27/07/2013	Cidades Especial	12 A	Coleta seletiva – lixo 12	Resíduos Sólidos - “Nada se perde, tudo se transforma”
02/08/2013	Correio +	9 A	Lixo – reciclagem 13	Lixo Reciclável – “Fale com ela, Bernal”
26/08/2013	Suplemento Especial 114 anos de CG	23 C	Urbanização	“Espaço rural agoniza rapidamente”
01/09/2013	Correio +	9 A	História de vida -	Caminhoneiro Ilustre – “Zé Brasileiro morre sem rever a cidade, após 55 anos de

			comportame nto	estradas”
--	--	--	-------------------	-----------

APÊNDICE 4

Abaixo estão as fontes e os verbos mais usados nas reportagens de Montezuma Cruz que tratam da temática socioambiental, apontados na tentativa de descobrir os objetivos discursivos do enunciador direto (o sujeito-jornalista) e dos personagens (fontes), ou enunciadores indiretos, nos textos do repórter. Segundo Sousa (2004, p. 64), “quem enuncia num discurso tem determinados objetivos”, compreendê-los significa perceber o alcance dos discursos.

2011			
CHAPÉU/TÍTULO	AÇÕES DO JORNALISTA	FONTES	AÇÕES DAS FONTES
“Porque a Capital sofre tanto com as chuvas”	Ouvir	Engenheiro civil presidente do CREA/MS; pesquisador do Núcleo de Estudos da População da Unicamp; pesquisador da Embrapa Gado de Corte.	Pede respeito; acredita; observa; sugere; analisa; compara; afirma; propõe.
Pantanal - “Produtor teme prejuízo com retirada do gado”	Informar	Pecuaristas do Nabileque; tropeiros; Polícia Militar Ambiental; empregados da Fazenda Cristo Fidens; motoristas; Defesa Civil; prefeito de Miranda.	Reivindicam; cobram; temem; alertam; reclamam; assinalam; informa; retiram; esperavam; auxilia; decreta; socorre.
Meio ambiente – “‘Xarope natural’ salva árvores históricas”	Informa; entrevista	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano de Campo Grande; engenheiro florestal pantaneiro; secretário do meio ambiente.	Aplica; recomenda; ordena; constata; lamenta; planeja.
Meio Ambiente – “Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal”	Informar	Coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa); presidente da Câmara de Sonora; secretário estadual de Meio Ambiente, Planejamento da Ciência e Tecnologia; piloto de lancha; ribeirinho.	Adverte; assinala; exige; garante; promete; reconhece; considera; empurra; comenta; arrisca; prevê.
“Assoreado, Rio Taquari aguarda por três pequenas usinas”	Informar	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; especialista em recuperação de áreas degradadas; pesquisadora da Ong Ecoa; bióloga	Revelam; explica; disse; avaliou; comemoram; comentou; afirmou; adverte; queixa-se.

		colaboradora da Rede Pantanal de Ongs; deputado estadual Paulo Duarte; Coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa).	
“Vida útil de usinas do Pantanal é 10% menor”	Informar	Coordenador do Núcleo de Licenciamento do Ibama no Estado; Coordenador técnico do Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa); chefe da Embapa Pantanal.	Lamentou; disse; quer mudar; recomenda; observou; alerta; analisa; explica.
“Javali, praga das lavouras de Dourados”	Informar	Agricultores; irmãos Vincensi; Sindicato Rural de Rio Brilhante; veterinários e fornecedores; comerciante e agricultor proprietário da Abro Bonser em Dourados; vice-presidente do Sindicato Rural de Rio Brilhante; empregado da fazenda Anita; agricultor; Ibama; proprietário do Abatedouro Figueira; José Cherer; empregados da LDC Bioenergia (Usina Dreyfus).	Capturar; comunicar; fazer abate; frear; assustam; informa; disse; apóiam; relata; defende; acrescenta; conta; aponta; contabiliza; cobra; perceberam; confirmou; comenta; observa; mostra.
Pesquisa – “Expedição vivencia solidariedade pantaneira”	Informar, relatar	Pesquisadores da expedição SOS Pantanal; peões; fazendeiro; coordenadora do grupo de pesquisadores; tratorista Jesus; Instituto SOS Pantanal; gerente da Fazenda Rio Negro.	Chegavam; embarcavam; relatou; têm contato; elogia; foi recebida; reiterou; estudará; sistematizar; conhecem; espera; administra; supervisiona; explica;
De volta ao passado – “Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros”	Informa; observou;	Professor de História; o Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa); chacareiro; piloto de barco; coordenador do Cointa; bispo Dom Antonio Migliore; presidente da Colônia de Pescadores Z2 de Coxim; vereador	Lembrará; zela; varrem; afirma; participou; andou; acredita; alerta; questiona; rejeita; reitera; desconfiam;

		(PSDB); Diocese; Arquivo Público; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.	
Encanto - “Homens são os maiores cultivadores de orquídeas”	Informa	Chefe do Orquidário; engenheiro civil mineiro; Chefe do Orquidário Nacional do Ibama; engenheiro agrônomo; casal Cícero e a mulher; japonês; administrador e orquidófilo; presidente da Associação Campo-Grandense de Orquidofilia e Ambientalismo (Acoa); jornalista e empresário.	Afirma; trouxe; confirma; opina; acompanham; levou; cultiva; relata; exemplificou; lembra; explica; distingue; compara; diz.
Pedras Preciosas – “Alcinópolis conserva arte milenar rupestre”	Informa	Professor doutor arqueólogo da UFMS; técnicos do Iphan; secretário municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente; diretor da empresa PaiaguáExpeditions de Coxim.	Explica; alertam; estima-se; observou; comentou; alinha outro fator; defende; descreve; se queixa; espera dar continuidade;
“Capital pode levar cerca de 30 anos para chegar a 1 milhão de habitantes”	Informa	Professor de Geografia Humana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; diretora-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano; prefeito; IBGE.	Projeta; explica; concorda; revelam; lembra;
Especial – “Recuperação do Anhanduí demora 10 anos”	Informa	Demeter Engenharia Ltda; empresa Águas Guarirobas; Instituto Planeta Pantanal; secretário municipal de meio ambiente; Federação das Indústrias de MS; Universidade Católica Dom Bosco; engenheiro sanitário; chefe da divisão de licenciamento ambiental; engenheiro civil.	Apresentou estudo; prestigiou o evento; enviaram representantes; resumiu; informou; revelou; afirmou;
Parque Nacional da Serra da Bodoquena – “Um longo caminho para sair do papel”	Informa	Fazendeiros; equipe mista do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); chefe do Parque Serra da Bodoquena e agrônomo; secretário municipal de	Reivindicam; estimou; assinala; se compromete; diz; constatou; comenta; explica; lamentou; sugere; garante;

		Meio Ambiente de Bonito; presidente do Sindicato Rural de Bonito;	
Mapa da Miséria – “Parque chora entre a vida e o abandono”	Informa e denuncia	Unicef; coordenadora da Pastoral da Criança no Parque do Sol; Elisângela Cristina Ferreira Nunes, 30 anos, mãe de dois filhos; comerciante e pastor evangélico e sua mulher; menina de 13 anos; Leandro Carlos Xavier, 17 anos; Ministério da Saúde; Acácia Regina Milhomem Santos; Padres Agenor e o pároco Sérgio da Igreja Nossa Senhora da Guia.	Dependem; Se depara; orienta; recebe; cuidar; leva; manifesta gratidão; conta; pergunta; afirma; apela; presenciaram; lamenta; caminha; conta; conversa; não quer ser fotografado; explica;
Voluntariado – “Desbravadores redescobrem o Betaville”	Informar	Clube de Desbravadores Leão de Judá; Felipe Lucero, um dos diretores do Clube; dona de casa; instrutor; zelador da piscina; proprietários do Mercado Mister Anchieta; diretora associada dos Desbravadores.	Resgata; recolherem; limpam; planejavam; aponta; comenta; indaga e responde; providenciou-lhes; forneceram; opina; acrescenta; formar; auxiliou;

2012			
CHAPÉU/TÍTULO	AÇÕES DO JORNALISTA	FONTES	AÇÕES DAS FONTES
Cooperação para a Sustentabilidade – “Prática pantaneira garante sobrevivência”	Informa;	Bióloga e coordenadora executiva da Expedição Pantanal, responsável pelo planejamento e ações em campo; Instituto SOS Pantanal; Instituto Acaia Pantanal; Presidente do Sindicato Rural de Poconé; responsável pela documentação de imagens da expedição; Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio); chefe do Parque Nacional do Pantanal Matogrossense; Instituto do Homem Pantaneiro; empresa OGX; índia guató Catarina Ramos da Silva; Ecoa; Fundação de Apoio à Vida nos Trópico (Ecotrópica); administrador da Reserva Acurizal.	visitou; percorre; comentou; publicará; percebeu; afirmou; notou; prevê; lembra; pretendem oferecer; garante; adverte; conseguiu adquirir; apóia; disse;
Difícil Retorno – “Projetos de Moon mofam no Pantanal”	Informa	Engenheiro mecânico e pedagogo; vigilante da fazenda e caseiro e Marinês sua mulher; prefeito de Porto Murtinho; diretor do Projeto Jardim.	Comenta; desabafa; lamenta; diz.
Pantanal Excluído – “Preservação ambiental impede extração de óleo”	Informa, ouve	Agência Nacional de Petróleo (ANP); assessoria de imprensa da ANP; Petrobras; assessoria de imprensa da estatal; ex-deputado federal Rubem Figueiró; presidente do Sindicato dos Geólogos de Mato Grosso; escritor Monteiro Lobato; marechal Cândido Rondon; governador André Puccinelli.	Frustra; afirmou; explicou; lamenta; previa; quer; respeita;
Roça na Cidade (meio ambiente) – “O rural dentro do urbano”	Informa	Família Minoru; comerciante, proprietário de um mini-mercado e mercearia; um dos capinadores do Departamento de Limpeza Pública; Diário Oficial do Município; José Goes, 86 anos.	Disse; comenta; publicado; relata;
O lado feio do Centro –	Informa	Prefeitura de Campo	Explica;

“Abandono sem limites”		Grande; Policiais da 3ª Companhia do 1º Batalhão da PM; proprietários do Restaurante Tempero e Sabor; vizinho do ex-Cine Acapulco; comerciantes de um Pet Shop e de uma loja de roupas; secretário de Finanças e Controle (do município).	comentou; lamenta;
Nossa Cidade – “Moradores sofrem com abandono do Serraville”	Informa	Açougueiro Antônio Carlos Vieira, 43 anos; carpinteiro Eduardo Rodrigues, 30; Maria do Socorro do Nascimento, 62.	Comentou; solidariza-se; declarou-se inconformada; reclama;
Santa Felicidade – “Matagal e esgoto a céu aberto causam transtornos”	Informa	Dona Judite Borges de Araújo, 65 anos, mulher do horticultor Durvalino Marques de Araújo, 68; Rosilene Siqueira Cardoso; Herculano de Paula, 34; Taimara de Souza Rodrigues, 19; Judite Borges de Araújo.	Menciona; comenta; justifica; lamenta; queixa-se; alegra-se; explica; corrige; alerta; brinca; conversa;
Patrimônio em Risco – “Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras”	Informa	Comerciante Edson da Silva, 33 anos; comerciante Francisco Ferreira, 33 anos; aposentado José Oliveira de Assis, 61 anos, o Zé Caiano; Maria das Graças Duarte de Assis, 58; moradores.	Conta; responde; reivindicam;
Bairro Nossa Senhora Aparecida – “Moradores reclamam da falta de estrutura de bairro”	Informa	Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Nossa Senhora Aparecida, Maria de Santana, 54 anos; morador Agenor de Paula; senhor Walter de Oliveira; IBGE.	Relata; se queixa; afirma; contou; garante; ri; comenta, feliz;
Isto é Capital – “Próximo dos Poderes, distante dos recursos”	Informa	Apo sentado Pedro Francisco Marques, 79 anos; Maria Regina dos Santos, 49; Pedro Marques, sergipano de Itaporanga; agente do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), Cristiane Rodrigues Ortizoga; cabeleireira Anaíris Monteiro Diógenes, 43; Damiana Vieira Rodrigues, 60, moradora; ex-taxista, Wilson Guilherme de Souza, 42 anos; Janaína, 20, esposa de Guilherme; pequeno Dêlcio; Taiane Ferreira de Souza, 17; casais Berenice	Não se conforma; reclama; diz; comenta; lamenta; descreve; garante; desabafa; queixa-se;

		e Antonio, Lucas e Cíntia; Defensoria Pública.	
Cobrança Inadiável – “Rochedinho rejeita isolamento, pedindo ambulância e asfalto”		Moradora Florípes Menezes, 22 anos; Militão Costa Sandim, 62, morador e comerciante; a vó, Lurdes Moreira Macedo, 71 nos, o neto, Mateus Higa Macedo, 13; o pai, Alcides Macedo, 45 anos.	Explica; lembra
Aqui é Capital – “Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza”	Informa	Pedreiro Anderson Salomão Gonçalves, 34 anos; irmã dele, Miriam Cristina Gonçalves, 33 anos; cunhado Ideam Silva Brito, 31; sobrinha, Amanda Raquel, 12; Daniel da Silva, 64; Marleide Aureliana da Silva, 47, mulher de <i>Zé do Bucho</i> , ou Valdomiro Ramos de Souza, 52; Edna Domingos Reis, 34, moradora; seu esposo, Celso Reis, 42.	Garante; persevera; garante; acrescenta; elogia; queixa-se; denuncia;
Aqui é Capital – “Sarandi é apenas um sonho nos confins de Indubrasil”	Informa	Comerciante Elis Regina, 40 anos; Celina Gomes dos Santos, mãe de três filhos; líder comunitária Elza Lopes Gomes, 67, voluntária da Pastoral da Criança; construtor Roberto Silveira, 43; ajudante de pedreiro José Humberto, 38; presidente da Associação dos Moradores do Sarandi, Maria Aparecida Gomes da Silva, 58.	Queixa-se; comenta, feliz; conta; explica;
Pobreza – “Moradores da favela Portelinha vivem em condições subumanas”	Informar	Wilson Lima dos Santos, 37 anos; Paulo Rogério, o cunhado dele; Arlindo Nardini, 39, voluntário; Rosa Mônica Duarte, 58, moradora; moradoras e mães, Juraci de Arruda Vicente, 67 anos; Joana D’Arc Lopes de Oliveira, 43; Juscelina Vilamaior, 36.	Informa; diz; sintetiza; conta; observa.
Risco Ambiental – “MPE quer remover os ranchos às margens do Rio Miranda”	Informa	Ministério Público Estadual; segundo titular da 2ª Promotoria de Justiça em Miranda; prefeito Neder Vedovato (PSB); moradora, Michele Rodrigues da Silva, 29 anos; vizinha Sandra Aparecida Duarte, 39 anos	Alerta; relata; pretende; projeta; informou; aponta; recorda; fala; diz; observou; critica; promete; acrescenta.

		e seu marido, Luiz Carlos Cardoso, 48.	
Serra da Bodoquena – “Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque”	Informa	Assessora jurídica da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagri); vereador de Bodoquena (PMDB); vereadora de Bonito (PR); secretário municipal de turismo de Bodoquena; Sindicato Rural de Bonito; diretor do Projeto Jardim, da Associação das Famílias Para Unificação e Paz Mundial.	Informa; lamenta; cobra; assinala; reforça; garante.
Insuportável – “Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo”	Informa	Promotor de Justiça em Miranda; prefeito de Bodoquena (PMDB); prefeito de Miranda (PSB); o catador José Bernardo dos Santos, 53 anos; chefe do Núcleo do Meio Ambiente, engenheira sanitária Daniela Nantes.	Advertiu; disse; informa; justificou.
Agressão Ambiental – “Outro golpe contra o Segredo, agora desviado e entulhado”	Informa	Zelador da chácara do Lar Mãe Mariana, José do Couto; Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur).	Relata; promete; lamenta.
Eldorado 2 – “Tanto bate até que fura”	Informa	O assentado Denivaldo Rodrigues, 49 anos; o auxiliar, Genivaldo Ruiz, 22 anos; ex-vigilante, Agrinaldo Barcelos Rodrigues, 51; o vizinho, Ademair Andrade do Carmo, 48; Joana, esposa da Agrinaldo.	Comenta; conta; lembra; explica; incentiva-o; relata.
Preservação da Arara Azul – “Minha caixa, minha vida”	Informa	Bióloga da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (Uniderp/Anhanguera) e responsável pelo Projeto Arara Azul; parceira do projeto, Fundação Toyota do Brasil; diretor-presidente da Fundação Toyota; biólogas Daphne Delgado Nardi Assis e Kefany Rodrigues de Andrade Ramalho; o assistente de pesquisa Carlos César Correia.	Comenta; explica; reafirmou; elogia; ordena; comenta.
Tesouro Pantaneiro – “Bichos	Informa	Bióloga Neiva Guedes;	Disse; explica;

encontram um refúgio”		biólogo Helder Brandão de Oliveira; Rosalina Franco.	sorri; brinca;
Ilhas Verdes – “Bonito une coentro, aroeira e cipós”	Informa	Liliane Lacerda, bióloga do Instituto Águas da Serra da Bodoquena (IASB) e coordenadora do Projeto Ilhas Verdes; gestora do projeto, Adriana Oliveira; assistente geral e educadora ambiental Nadiani dos Santos Pereira; Coordenação do Projeto Ilhas Verdes.	Explica; assinala; lembra; divulga;

2013			
CHAPÉU/TÍTULO	AÇÕES JORNALISTA	FONTES	AÇÕES FONTES
Mau Cheiro – “Poluição ameaça polo de orgânicos”	Informa; denuncia	Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde; líder da cooperativa Organocoop; Dona Maria, mulher de um produtor; Vanderlei Fernandes; Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur); Atitude Ambiental (empresa); Oxinal (empresa).	Explica; desabafou; relata; teme; reivindica; informa; não explica.
O que fazer? – “Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h”	Informa	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur); diretor da Atitude; agricultores vizinhos; sócios da Organocoop; engenheira sanitária e ambiental da Atitude Ambiental; Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).	Ainda não se manifestou; diz; queixaram-se; explica.
Sem usuários – “Na ciclovia, só falta bicicleta”	Informa	Devair Ferreira Lima, pintor; Loester Toni Antunes do Nascimento, militar no 3º BavEx; Maria Clarice de Lima, proprietária da Ciclo Reis; secretário de Infraestrutura, Transporte e Habitação, engenheiro civil Semy Ferraz.	Diz.
Combate à dengue – “A força do cravo da vitória”	Informa	Gestor ambiental Miguel Salum; médico e pesquisador baiano Radjalma Cabral de Lima.	Conta; diz; recomenda; comenta; acrescenta; desabafa;
Região da Lagoa – “Um só desabafo: ‘Ouçam a gente’”	Informa	Presidente do Conselho da Região Urbana da Lagoa, Alexandre Moura; pastor evangélico Mariano Nunes Pereira; representante da Coordenadoria de Apoio aos Órgãos Colegiados, João Tomás; representante do Instituto de Planejamento Urbano (PLANURB), Ana Maria Benitez; presidente da Associação dos Moradores do Coophavila I, Terezinha Benites Veiga; conselheiro Antonio Alves Pereira, representante da Associação esportiva do	Invocou; desabafou; apoiaram; disse; respondem; denuncia; lembrou; sugeriu; propôs; pediu; queixou-se; alerta; apelou; reclamou; revelou;

		Bairro São Jorge da Lagoa; Luciene de Oliveira (Coophavila II); Eunice Gonçalves (Portal Caiobá); representante do Conselho Comunitário de Segurança, Aléssio Manoel Faria; Anselmo Aquino Chamorro; conselheiro Francisco Rodrigues; presidente da Associação dos Moradores do Jardim Ouro Verde, Damião João de Almeida; primeiro secretário do Conselho, Widson Coqueiro Ferro; Maria Helena Duarte, conselheira representante do Parcelamento Ouro Verde; conselheiro João Homero; presidente da Associação dos Moradores do Tijuca I, Tércio Gomes; conselheiro Julio César Vera Gonçalves.	
Dia Mundial da Água – “Salve um córrego e ganhe o céu”	Informa	Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR); Águas Guariroba; LukGnacadjá, secretário executivo das Nações Unidas para a Redução de Desastres.	Ensina um documento da secretaria.
Consórcios – “Com o lixo, é pegar ou largar”	Informa	Prefeito de Jardim (PDT); prefeito de Bonito (PtdoB); deputado federal, Reinaldo Azambuja (PSDB-MS); senador, Waldemir Moka (MDB-MS); presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul); prefeita de Eldorado (PT); deputado federal Vander Loubet (PT-MS); superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em Mato Grosso do Sul.	opinou; advertiu; disse; emendou;
5 Preciosos Minutos – “O rádio unindo pantaneiros”	Informa (divulga)	Diretora executiva do Instituto SOS Pantanal; Coordenador do programa Prosa Pantaneira.	Conta; diz; explica; sugere; assinala.
Sidrolândia – “Uma rica floresta em pé”	Informa	Gestor ambiental, Miguel Salum; ambientalista paraense de Santarém, Joaquim Vieira; Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico (Ong Novo Encanto); sócios do Centro	Lembra; conta; admite; diz;

		Espírita Beneficente da União do Vegetal (UDV); Darla Luana e Andrea.	
Resíduos Sólidos - “Nada se perde, tudo se transforma”	Informa	Engenheiro sanitarista e ambiental Pedro Paulo Ayala Gonçalves; secretária do Instituto dos Engenheiros de Mato Grosso do Sul (Iems); engenheiro mecânico Marco Aurélio Candia Braga; segundo diretor financeiro do Iems; diretor da Metap; Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea).	Sintetizou; anotou; lembrou; destacou; explicou; recomendou; comentou; emendou;

ANEXOS A
(REPORTAGENS DE 2011)

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 13 de março de 2011

14a

Porque a Capital sofre tanto com as chuvas

A impermeabilidade dos terrenos, as agressões ambientais e o adensamento desordenado causado por construções em áreas de risco são os principais ingredientes da calamidade vivida por Campo Grande durante o atual período de chuvas. Seus drásticos efeitos foram notados pelo altíssimo índice pluviométrico, que até o final da semana ultrapassava 943 milímetros, somando-se aos volumes registrados nos meses de janeiro e fevereiro e em apenas uma semana de março. Nesses 7 dias, foram 315 mm de precipitação, 153 mm acima da média histórica, de 162 mm. E recorde em 50 anos, informam os serviços meteorológicos. O Correio do Estado ouviu sugestões do cientista da Unicamp, Ricardo Ojima, mais nove engenheiros — Domingos Sahib Neto, Edson Shimabukuro, Elizabet Spengler Cox de Moura Leite, Felipe Augusto Dias, Jânio Fagundes Borges, Jary de Carvalho e Castro, Jorge Gonda, José Carlos Ribas, Neimar Alves dos Santos — e a arquiteta Milena Adri — todos de Campo Grande.



A prefeitura de Campo Grande tem que tentar amenizar a situação com obras de contenção de enchentes e de canalização, porém, essas soluções têm se mostrado cada vez menos eficientes diante das chuvas.

NOTÍCIAS

Por que tanto sofre a 14ª maior área urbana do País, o "motor" da atividade econômica e social do Estado de Mato Grosso do Sul? Falta conscientização ambiental, que é o primeiro e mais urgente dos problemas. Ou falta de planejamento urbano, que é o segundo. Ou falta de recursos para a melhoria das condições ambientais, que é o terceiro.

Respeitem a permeabilidade e o verde: amanhã pode ser você o próximo a ser arrastado ou ter o carro arrastado pelas águas.

Campo Grande, 797,2 mil habitantes (2010), é considerada a cidade brasileira com maior impermeabilidade mais um período de chuvas com mais complexidade e risco à vida humana como consequência por esse fenômeno. Sobram crises à instabilidade da natureza, mas ela segue sucessivamente agredida.

Até a semana passada, o índice pluviométrico de 2011 alcançou 628 mm, somando-se apenas os meses de janeiro e fevereiro. Em apenas uma semana chegou 315 milímetros de chuvas, 153 mm acima da média histórica, que é de 162 mm. É o maior volume de chuvas em 50 anos, informam os serviços meteorológicos.

A situação muda dependendo da soma da participação popular e empresarial contra furores, enchentes, despejo de lixo em locais inadequados, desmatamento ilegal e

assoreamento. Difícil, mas não impossível. Quem é culpado pelas enchentes? Não é uma pessoa ou governo ou instituições. Das resultam do crescimento da cidade: muitas vezes sem planejamento. É um erro histórico não apenas nosso, considera Jary Castro, fundador do Instituto de Planejamento Urbano de Campo Grande, em março de 2000, na qual recomendava um conjunto de ações emergenciais.

Respeitem a permeabilidade e o verde: amanhã pode ser você o próximo a ser arrastado ou ter o carro arrastado pelas águas.

Para obras de contenção e redistribuição de tanques e tubulações.

Falta com planejamento de causa, pois passou a infância tomando banho numa queda d'água que havia no final da Rua XV de Novembro, esquina com a Rua Ceará. Em 1949 ele brincava tranquilamente na escuridão da Rua Maracá com o amigo Augusto, filho do então prefeito Leon Dervizant Corte, Jary formou-se engenheiro, no Rio de Janeiro, em 1951, quando o desastre ambiental ainda engatinhava no País. É uma concepção nova que exige atenção plena. Quanto às enchentes, sempre existiram, mas não eram prejudiciais como são hoje, comenta Ricardo. Ter apresentado algumas, na Rua

26 de agosto e na Avenida Fernando Correia da Costa. "Campo Grande possui uma característica de cidade com córrego e é também um problema que os únicos, agora a população precisa ser educada, começando pelo lixo que é depositado nas ruas", diz ele.

Ampliando-se a área verde, aumenta a permeabilidade da água, adotando-se novas tecnologias, entre as quais essa propalada captação da água das chuvas, e reutilização pode ser feita para fins não-potáveis: a lavagem do carro, o lixo com o jardim e com o quintal.

E precisa que o município esteja preparado para evitar o mais grave, o que geralmente acontece: quando não existem planos de contingência e emergência elaborados pela Defesa Civil", sugere o pesquisador do Núcleo de Estudos da População da Universidade de Campinas (Unicamp), Ricardo Ojima, 35, em conversa com o Correio do Estado.

Segundo Ojima, enchentes e enchentes são fenômenos sul-americanos que ocorrem com frequência, entretanto, não se devem apenas a excessos cometidos na urbanização das cidades. "Tão tem algum impacto na orientação dos ventos e na formação das nuvens, e a microclima por isso", diz ele. Já mais perto da cidade.

Ojima coordena um subprograma do Projeto de Urbanização em Megacidades, contemplando atualmente São Paulo e Rio de Janeiro, mas também faz pesquisas em outros municípios brasileiros.

Ações emergenciais

Nove engenheiros civis e uma arquiteta, integrantes de comitês organizados do CREA-MS, são os responsáveis por principais ações (dez de ações emergenciais) à prefeitura. Desde o ano passado, eles também são responsáveis pelo programa "Cidade Verde" do CREA-MS, criado em 2006 para promover "um trabalho de base com a população, com reuniões, sugestões, algumas das quais se vão validam com reuniões de grupos e fóruns nas áreas de habitação e desenvolvimento urbano".



Pesquisador crê no apelo ambiental e sugere incentivo fiscal

São chuvas com infiltração em um dia inteiro, mesmo com terra e água infiltradas por metros quadrados. Computando-se 260 mm em um hectare (10 mil m²) no período de 19 a 26 de março, 2,6 milhões de litros encheram o solo, quando não encontram condições de infiltração. Consequência do solo? Análise, o desastre natural mesmo. Com experiência de 34 anos em conservação e manejo do solo, a Engenheira Geóloga de Campo Grande, e pesquisadora Marcella Maciel, 40, está impressionada em analisar o comportamento das cidades, em sua maioria modernas na capital. Para tanto, ela analisa o Programa ABC (Agropecuária, Criação e Floresta) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Mato Grosso do Sul, com incentivo direto à recuperação de pastagens, ao plantio de floresta, ao plantio direto e à recuperação de áreas degradadas e pastagens florestais.

"Os agricultores produzem de 100 a 120 toneladas de milho por hectare, mas os resultados não aparecem de imediato, então há a pressão para a produção", comenta. "Então, tem que ter um planejamento, mas

ainda temos coberturas de 100% em muitas áreas construídas dentro de Campo Grande", lamenta.

Macedo sugere ao poder público municipal a concessão de incentivos fiscais, via IPTU, para que moradores possam aumentar a área verde, captem água das chuvas e façam drenagem em suas terras.

O relato prosseguirá a 17 milhões de hectares de pastagens que ocupam os áreas com lençóis. As pastagens possuem uma alta capacidade de infiltração e retêm a água da chuva. Macedo analisa essa importância. Na exploração permanente das pastagens existe uma infiltração de um para cinco na parte aérea e raízes. Uma tonelada de matéria orgânica adicionada ao solo significa um volume de 100 a 200 toneladas de água, 100, 600 mil de profundidade. Quando as pastagens são irrigadas, é muito mais que isso.

Sócio só a vegetação de Cerrado podem absorver cerca de 100 a 200 mm de água por hora, mas isso varia bastante. Macedo comenta: "Tudo se trata de bem tanto. Então, que melhor não tem? É a paisagem. Se o centro de Campo Grande fosse todo

coberto por Cerrado, o solo teria uma capacidade de infiltração de 150 a 180 mm de chuva por hora". Considera que áreas mais altas e mais secas, tendo um pouco de infiltração de 12 mm são boas infiltrações de água, desde que também não seja utilizada a vegetação.

Concluiu, no tempo, se as pastagens forem bem conduzidas e manejadas com curvas de nível, a água da chuva vai diretamente para os lençóis, não infiltrando-se no solo. Sem feno, a contaminação do solo e pastagens tem coberto, existem invasões, daí o valor do apelo ambiental. As enchentes causam a perda de nutrientes, enriquecimento da água das chuvas, prejudica a saúde humana e a vida animal. As enchentes causam a perda de nutrientes, enriquecimento da água das chuvas, prejudica a saúde humana e a vida animal.

Análise do tempo: "Quando mais área coberta pela vegetação, melhor. Com pastagens bem conduzidas, os vegetais naturais, com cobertura de solo com feno e plantas direto sobre pastagens, é que dá mais poder", diz ele.

Ele que se pode deduzir para a cidade um plano mais de gestão, dentro do planejamento, com antigamente (M.C.).

- Verificação da Carta Verde para estabelecer critérios de manejo ambiental e de gestão de recursos hídricos.
- Promover a infiltração de água no solo, através de técnicas de manejo do solo, como o plantio direto e a cobertura do solo.
- Implementar sistemas de drenagem, para reduzir o risco de enchentes.
- Criar um sistema de alerta, para avisar a população sobre o risco de enchentes.
- Realizar campanhas de conscientização, para educar a população sobre o risco de enchentes.
- Promover a infiltração de água no solo, através de técnicas de manejo do solo, como o plantio direto e a cobertura do solo.
- Implementar sistemas de drenagem, para reduzir o risco de enchentes.
- Criar um sistema de alerta, para avisar a população sobre o risco de enchentes.
- Realizar campanhas de conscientização, para educar a população sobre o risco de enchentes.

15a **Correio do Estado**
Domingo, 10 de abril de 2011

ESPECIAL



Entre as reivindicações dos produtores rurais está o reativamento das aterras com as pontes da região do Nabileque, acima, pedras que fazem o transporte do gado acobrem "invasões" as rodovias com as combivas.



PANTANAL

Pecuaristas do Nabileque querem que as autoridades governamentais apresentem prognósticos mais 'confiáveis' sobre o clima para evitar perda de dinheiro

Produtor teme prejuízo com retirada do gado

MONTZUMA CRUZ (PANTANAL)

Confiabilidade. É o pedido mais forte dos pecuaristas do Pantanal do Nabileque no momento em que o Rio Paraguai recebe águas de rios brasileiros e bolivianos. Sem descreditar nas inundações iminentes previstas para o período entre o final deste mês e maio próximo, eles se reúnem esta semana em Anastácio, município localizado a 340 quilômetros a oeste de Campo Grande, para cobrar "mais precisão" dos órgãos federais.

Entre 2006 e 2007 pesquisadores estimavam que a cheia fosse uma das maiores do século e isso não ocorreu. Fim de uma grande promessa. Foi o caso de 1995, lembra o pecuarista Nildo Alves. "Nessa tivemos que retirar todo o rebanho, no ano seguinte não. De 1997 para cá não houve necessidade de retirada e tomamos o maior prejuízo, porque não havia lugar onde pôr o gado".

Aterros

Atualmente são os aterros de três metros de altura, em média, que motivam dúvidas entre os pecuaristas. Ao **Correio do Estado**, Alves disse que o mais adequado seria aumentar alguns trechos em três metros nivelando-os à altura das pontes. Isso evitaria que as águas cobrissem toda a área, complicando o trânsito do gado. Para Alves, embora a altura das pontes esteja correta, "é inadmissível que as águas inunde as propriedades antes da retirada dos rebanhos", reclama.

A ilha de Nabileque tem 1 milhão de hectares e apro-

ximadamente trezentas mil cabeças de gado, aponta a Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagrov). Duas pontes de madeira sobre o Rio Nabileque ligam a ilha à parte alta. Distantes cinco quilômetros, uma mede cem metros de comprimento e fica na Fazenda Istobá; outra, a mais antiga, situa-se na Fazenda Tarumã. No ano passado, a Secretaria de Estado de Obras Públicas e Transporte colocou cascalho no trecho entre a Fundação Bradesco e a ponte do Rio Tarumã, agora recupera pontes.

Em 2010, Alves já alertava a respeito de outros perigos. "As águas descem dos rios Negro, Miranda e Aquidauana, como as do Rio Paraguai, passando por Corumbá e Ladário. Deveria haver ali uma estação de medição para se obter melhores previsões da cheia".

Outra régua importante, porém inativa, está no Porto São Francisco, em Corumbá, onde as águas do Rio Cuaiabá vão parar no Rio Paraguai.

"Pasmem! Numa época de terramito, ainda temos dúvidas", reclama. Com anotações feitas à mão nos anos 1980 ele mostra o monitoramento dos rios, intrigado. "Hoje (dia 6 de abril) as águas estão na marca de 4,55 metros em Ladário e o nível em que começam a prejudicar é a partir de 5,50 metros. Abaixo do Forte Coimbra o volume d'água se apresenta maior, quando o Rio Paraguai recebe as águas de rios bolivianos. De onde se conclui que uma previsão exata depende de várias reguas", analisa.

Tropeiros saem em busca de pastagens

No quinta-feira (7), à tarde, tropeiros seguem de uma fazenda para outra, em busca de pastagem, uma raridade nesse período de vazante. Não chove mais, no entanto, rios e vazantes unem suas águas num espetáculo bonito e ao mesmo tempo preocupante.

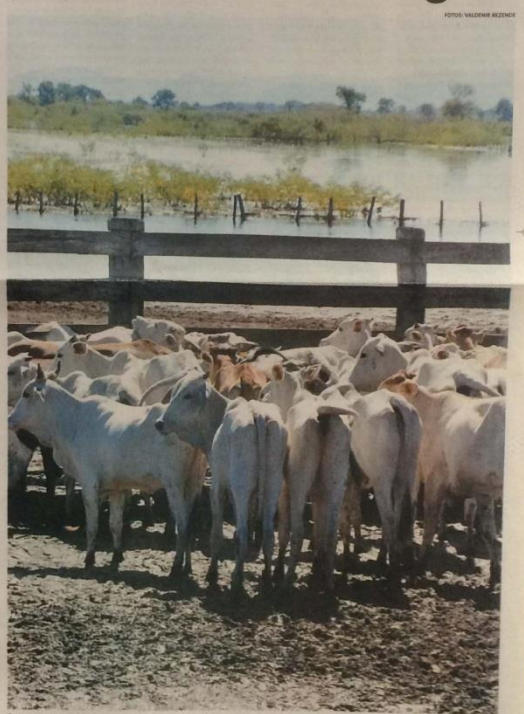
Condições entram no apuro para deixar o território ainda ilhado nas fazendas de Passo do Lencó, onde as águas da vazante ainda cobrem as bases das torres de energia elétrica, cercas e alguns currais.

O Rio Paraguai vem subindo em média dois a três centímetros por dia. A altura de Cáceres, na quarta-feira (6), subiu nove centímetros, informou a PMA no posto do Barco da Paranaíba. Em 6/6 da rodovia BR-268.

No município de Corumbá, localizado a 417 quilômetros a oeste de Campo Grande, empregados da Fazenda Cristo Fidei usaram barcos e tratores para retirar o gado. Os "pedes" aguardavam ontem caminhões que levariam um carregamento de bezerros.

Com a quinta ponte arrancada há mais de um mês pela correnteza na Estação Parque Pantanal Sul, essa rodovia é o caminho mais utilizado por pecuaristas. O êxodo viável.

Pacientemente, os motoristas esperavam a boiada passar, numa velocidade que não chegava nem a um quilômetro por hora. Canoados, o rebanho e as tropas de cavalos e burros pastaram o tempo todo (MC) - De Passo do Lencó.



Gado preso no canal da Fazenda Cristo em Corumbá, pedes tiveram de usar barcos e tratores para fazer a retirada do rebanho da local.

Defesa Civil presta assistência a ribeirinhos

Pelo menos a Comissão de Defesa Civil Estadual auxilia os ribeirinhos atingidos pela cheia há mais de um mês. Com centas famílias chegaram ontem à assistência social do município e foram distribuídas ontem pela Polícia Militar Ambiental (PMA).

A parte alta do Rio Miranda e o represamento de águas do Rio Paraguai, que se esperavam desde a região Oeste de Mato Grosso do Sul, influem diretamente no ciclo da cheia sobre esse município. Na quinta-feira (7), o nível do Rio Miranda bateu 1,50 metro.

Desde as inundações, o prefeito de Miranda Nider Antônio da Costa Veloso (PSB), decretou imediatamente o estado de emergência, embora não tenha recebido até o momento nenhuma ordem de ajuda do Governo Federal. Ele utilizou recursos próprios para socorrer os famílias - aproximadamente 150 pessoas, alojando-as durante um mês no ginásio de esportes e no estádio local.

Outros cem famílias foram também socorridas pela PMA para 17 famílias de ribeirinhos de Passo do Lencó. Lá também estiveram um médico e

um dentista. Além do desconforto humano, Miranda enfrenta perdas rurais: as inundações atingiram seis pontes de madeira e cerca de 200 quilômetros de estradas municipais e estaduais que atendem esmeraldas, aldeias indígenas e escolas. Segundo o prefeito, a Agrol recuperou os trechos críticos e segue na recuperação do restante.

Passou um período: o governo do Estado enviou auxílio na época da seca, não no período das águas. E nesse período os prejuízos são bem superiores (MC) - De Miranda e Passo do Lencó.

ESPECIAL

Correio do Estado
Terça-feira, 7 de junho de 2011

12a

EXPEDIÇÃO: REGIÃO NORTE

MEIO AMBIENTE

Unidade instalada no Rio Correntes já provoca assoreamentos na região norte; legislação permite instalação de usinas sem estudo de impacto ambiental

Hidrelétrica começa a matar rios do Pantanal

MONTESUMA (MT) | COXIM E SONORA (MS)

Sete anos depois do início do funcionamento da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra - que gera 174 megawatts - a unidade já está provocando sérios danos ambientais no Rio Correntes. A situação inquieta ribeirinhos, pescadores, políticos e desafia especialistas.

O assoreamento em vários pontos do rio é grave, podendo alcançar o Rio Piquiri, um dos mais importantes tributários do Pantanal. Além da Ponte de Pedra, movimentada artificialmente as águas do Rio Correntes, as PCHs são uma incógnita.

O *Correio do Estado* percorreu o Rio Correntes até o seu encontro com o Rio Piquiri. Na região, Ponte de Pedra é uma parte, a maior talvez, dos problemas hidrodinâmicos. Estradas mal planejadas provocam a erosão do solo. A aplicação de agrotóxicos em lavouras agrícolas piora a situação, adverte o coordenador-técnico do Consórcio Intermunicipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cimta), Nilo Pechanha Coelho Filho. Ele é engenheiro civil, biólogo, historiador e gestor ambiental.

O Pantanal, cuja origem resulta da separação do oceano há milhões de anos, vive agora o risco do excessivo aproveitamento energético. Tem projetadas seis PCHs e duas, 17 de serem construídas ao norte da região. Algumas já foram erguidas em São Gabriel, nos rios Ingaçu, Ingaçu, Sepotuba (quatro usinas) e São Lourenço.

A legislação permite a multiplicação de PCHs sem estudos de impacto ambiental. A montante do Rio Correntes surgem as PCHs de Água Bonita, Santa Gabriela e Taboca. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, as usinas já em funcionamento usam 70% do potencial energético da Bacia do Rio Paraguai.

Sera que são realmente necessários os 10% restantes? questiona Pechanha. "Estamos a juízo, qualquer acidente numa dessas usinas, a montante, levará consequências a Coxim", ele avisa.

A pedido do vereador Cleber Fernandes de Moura (PT), novas audiências públicas debaterão brevemente o funcionamento hidroecológico dos rios da região.

Para o presidente da Câmara de Sonora, Laudir Abreu da Rosa, até aqui houve mais consideração a respeito da criação de empregos. "Por isso as audiências são importantes", assinala. Ponte de Pedra, por exemplo, empregou 15 mil pessoas no pico das obras. O secretário estadual de Meio Ambiente, Planejamento da Ciência e Tecnologia, Carlos Alberto Negreiros Saldá, reconhece que "qualquer projeto de aproveitamento energético é rigorosamente analisado para receber a licença ambiental". Ele exige "medidas mitigadoras e compensatórias cabíveis para que sejam asseguradas as condições ecológicas e a renovação dos estoques pesqueiros".

Não é bem o que ocorre em São Gabriel do Oeste, onde uma PCH tem sequer recuperado a mata ciliar.

Menezes reconhece que o potencial hidrelétrico do MS constitui uma das fontes "mais limpas de energia disponíveis na natureza". Menezes promete uma exploração "serena e correta". Isso, conforme ele explica, pressupõe a compensação dos impactos ambientais. Segundo o secretário, o governo sul-mato-grossense entende que as PCHs causam perdas de áreas extensas para a formação dos reservatórios. No entanto, ele não cede que, ao fim d'água, esses reservatórios interferem no regime hídrico. "São baixos impactos", considera.

(*) Colaborou Bruno Luchner



Vista aérea da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, no Rio Correntes; são 116 projetos de pequenas usinas a serem instaladas no Pantanal; 17 delas na região norte



A reportagem "sentiu na pele" a dificuldade de navegação em alguns trechos da na por conta dos bancos de areia; ribeirinhos afirmam que problema vai piorar



Bancos de areia tomam conta de vários trechos do Correntes

A lancha voadeira com motor de 25HP segue rumo ao Rio Piquiri, interior do município de Cuiabá, a 30 km dali. Auxiliado por Ivo, o piloto Odil Pinto de Matos, 44 anos, o Didi, nascido e criado em Coxim, empurra a embarcação com os braços. O assoreamento exibe a sua força bruta bem próximo à mata ciliar. Cinco minutos depois estamos na curva da paulista.

Iniciamos às 9h30 a viagem de reconhecimento na divisa entre Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. A série de curvas do Rio Correntes expõe a tragédia ambiental silenciosa, visível e progressiva que leva grande risco à maior fonte de alimento para as 174 espécies de mamíferos terrestres e aquáticos, duas mil plantas, 360 de peixes, 135 de répteis e anfíbios e 837 de aves.

O ribeirinho Jeremias Vitor, 44, comenta que a fatura de peixes de antigamente agora se reduz a um

ou outro exemplar de tucunaré. "Arrombou para cá, o rio passava ali, ô", aponta o piloto para um enorme areião.

Olhamos para o fundo do rio, ou mais precisamente, para o raso mesmo, onde se vê muita areia branca. Em 15 minutos, manobrando por baixo de galhos, Didi explica novamente: "Aqui é o mesmo rio" - e desvia a lancha. Entramos em outro trecho fora do leito, algo com beirais na Amazônia por "furo".

A partir daí nos deparamos com galhos e troncos dentro d'água ou se desprendendo dos barrancos onde desmontam muitos palmeiras. Adiante notaremos ainda dezenas de bancos de areia. Com jeito, Didi desvia o quanto pode, reduz a marcha para não dar chance ao entrosco da hélice do motor. As 11 observamos as capivaras ao sol, as sibiás, ariranhas e jacaré. Três minutos depois alcançamos a barra do Piquiri e a reserva ambiental (MC).

Ribeirinhos reclamam do 'fim da fartura'

Lambaris pulam, garupês e angolas cantam, gamox, patos e marrecos andam para lá e para cá no imenso quintal da propriedade, avaras-canindé voam sobre as árvores do Cerrado. As 11h30 estamos na Posse da Tucunaré, no município de Sonora, a 351 quilômetros ao norte de Campo Grande.

A frente do pesquisador uma grande extensão de areia está prestes a sufocar as águas do sofrido Rio Correntes. Não é de hoje que Nivalir Batista de Oliveira, 46 anos, o Ivo, amanece e anoitece vindo essa paisagem degradante. Sempre que consultado, tem que dar explicações a visitantes: "Antes, da barragem, aqui passava chulana, o nível normal da água era aí no barranco", aponta.

Casando 48 anos, pai de duas filhas, Ivo conta que saiu ainda menino de Patos, sua terra natal, passando a morar em Casilândia, de onde se mudou para o lugar que chegou para viver, há sete anos. Trabalho duro, desde os primeiros raios de sol, guia as férias por ali mesmo, indo somente a Sonora e a Coxim, conforme a necessidade. "Vai ser só uma vez para a minha terra", diz.

O nível d'água no rio não ultrapassa a 30 cm no que pode ser considerado um lençol extenso apenas na área da posse.

"Sei sevar mais", Ivo arrisca prever. Caminha com metros à esquerda da rede da posse para mostrar o antigo leito do rio, que atualmente não passa de um lamaçal com vegetação rasteira. Daí do de vez (MC).

ESPECIAL

Correio do Estado
Quarta-feira, 6 de junho de 2011

12a

EXPEDIÇÃO: REGIÃO NORTE

MEIO AMBIENTE

MPF e MPE recomendaram suspensão dos licenciamentos ambientais de usinas na região; União e governos de MS e MT têm 45 dias para cumprir a medida

MPF quer barrar hidrelétricas no Pantanal

MARCIA MATHIAS

O Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual recomendaram a suspensão dos licenciamentos ambientais para usinas e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) na Bacia do Alto Paraguai, até que seja realizada Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) para verificar o impacto ambiental no planalto e na planície pantaneira. O Ministério do Meio Ambiente, o Ibama e os órgãos ambientais de Mato Grosso do Sul (Imasul) e Mato Grosso (Sema) têm 45 dias para informar o cumprimento da recomendação. Caso contrário, o órgão irá ingressar com uma série de ações judiciais para interromper os processos de licenciamentos dos empreendimentos hidrelétricos na região. Com base em estudos preliminares, o MPF alerta: o ciclo de cheias no Pantanal pode ser alterado se todos os projetos de usinas e PCHs forem de fato implantados.

Segundo laudo do MPF, existem 44 usinas ou pequenas centrais hidrelétricas já instaladas na Bacia do Alto Paraguai e 47 em fase de análise ou em obras. Outras 24 estão sendo inventariadas, no caso, são locais onde o potencial hidrelétrico pode ser explorado. Além disso, existem ainda 23 estudos em andamento para verificar a possibilidade de instalação de novas usinas.

"É indiscutível a possibilidade de alteração do ciclo de cheias se todos esses projetos de usinas e PCHs forem instalados", alertou o procurador da República, Wilson Rocha Assis, de Curitiba. "Atualmente, hoje nada impede a instalação de todos esses empreendimentos. Não há qualquer limite e o que queremos é exatamente isso: estabelecer limites".

Para o MPF, a Avaliação Ambiental Estratégica poderá mensurar os danos causados pelos empreendimentos já existentes e somá-los aos que estão em andamento ou em fase de estudos. "Os estudos que são feitos hoje analisam o impacto de cada empreendimento. A nossa preocupação

maior é o impacto cumulativo de todos os empreendimentos", comentou o procurador.

Ele explicou que, apesar de as usinas não estarem localizadas no Pantanal, mas no planalto, a região recebe o impacto cumulativo das hidrelétricas. "Há alteração da qualidade ecológica das águas, como o fluxo de nutrientes e um problema grave que afeta diretamente a população ribeirinha e o setor de pesca, que é a questão dos peixes migratórios". Ele lembrou que, no Rio Correntes, por exemplo, existem três empreendimentos ao longo de 70 quilômetros.

Ainda segundo o MPF, a capacidade de geração de energia elétrica instalada na Bacia do Alto Paraguai aumentou 120% entre os anos de 2003 e 2009, passou de 499 MW para aproximadamente 1.100 MW. A Bacia Hidrográfica do Paraná, da qual faz parte a Sub-bacia do Alto Paraguai, usa 73% do potencial inventariado, segundo dados do Sistema de Informação do Potencial Hidrelétrico Brasileiro e é a mais explorada do País para geração de energia.



Techo assoreado do Rio Taquari; ambientalistas alertam para consequências com a instalação de pequenas usinas hidrelétricas na região

Assoreado, Rio Taquari aguarda por três pequenas usinas

MONTICAMA CRUZ/COMIN

Vista do alto, a serpentina formada pelo Rio Taquari deixa bem visível um ponto de interseção cujo pinga pinga numa ilhota. Sua bacia é formada por 48% de solos frágeis. A um passo da planície pantaneira, assoreado há mais de 30 anos e às vésperas de comportar três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em sua bacia, o rio vive uma antiga situação que une o natural à perda da biodiversidade por intervenção humana em lavours e na pecuária.

Que consequências trarão as usinas e a ação de pecaristas que desmatam no entorno do leito do rio? — questiona-se. A 243 quilômetros ao norte de Campo Grande, o Taquari se estreita, mudando o leito em diferentes regiões.

Segundo estudos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, esse rio tem uma área de drenagem de 12,8 mil km², transportando no ano cerca de 1,4 milhão de toneladas de sedimentos.

O uso inadequado de ambientes vulneráveis pode intensificar a erosão que

evolui na forma de vocorocas, aumentando o volume de materiais transportados e depositados nas calhas dos rios, o que altera os sistemas hidrológicos", adverte Maria Aparecida de Souza, especialista em recuperação de áreas degradadas, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Três Lagoas.

No entanto, ela explica que os sedimentos transportados pelo Taquari e seu macroléque aluvial não são de sua única responsabilidade, devido à sua litologia. "Os maiores responsáveis pela erosão hídrica são

os rios Coxim e Jauru, seus tributários". Com um total de 13,6 mil km² de drenagem, esses rios carreiam 4,3 milhões de toneladas por ano, o que altera o sistema hidrológico, adverte Maria Aparecida de Souza, especialista em recuperação de áreas degradadas, pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul em Três Lagoas.

No entanto, ela explica que os sedimentos transportados pelo Taquari e seu macroléque aluvial não são de sua única responsabilidade, devido à sua litologia. "Os maiores responsáveis pela erosão hídrica são



Mais da metade do volume do rio é proveniente de águas subterrâneas



Segundo Nilo Pequeno, a falta de planejamento antecipou a situação

Entidades ambientais de MS comemoram medida

Organizações Não Governamentais e ambientalistas comemoraram a medida do MPF e MPE. Segundo a pesquisadora da Ong Ecua, Silvia Santana, não existem dados concretos, por exemplo, sobre a diminuição da quantidade de peixes ou sobre a extinção de espécies nas regiões das usinas. "A Avaliação Ambiental Estratégica mostrará justamente esses detalhamentos. Temos uma noção geral do impacto no Pantanal, isso pode mobilizar órgãos para prevenir desastres ambientais", disse.

Segundo a bióloga Debora Calviotto, colaboradora da Rede Pantanal de Ongs, a produção pesqueira de qualquer rio que tenha barragem cai. "O problema é ainda maior por-

que temos várias barragens e projetos de empreendimentos hidrelétricos no mesmo rio", avaliou. Ela observou, por exemplo, que no Rio Taquari estão previstas 77 pequenas e uma grande usina. "Os pescadores estão preocupados com a questão", comentou.

Requerimento

Pois o deputado Paulo Duarte é necessária uma medida mais ostensiva. "Vou protocolar amanhã [hoje] uma representação no MPF pedindo que ingresse com ação para interromper licenciamentos ambientais para novos empreendimentos", afirmou. "Vende-se uma ilhota de que hidrelétrica é energia limpa. Mas trata-se de uma poluição silenciosa", afirmou.

Drenagem do leito do rio afeta águas subterrâneas

Quanto mais se escava na parte alta da bacia, mais se inverte a drenagem: os sedimentos afloram nas águas subterrâneas. A maior parte da área é depositada na região do Médio Taquari, numa faixa de 10 km, abaixo de Coxim. Estudos do IPI revelam que 65% do volume d'água do rio são provenientes de águas subterrâneas. As consequências da Bacia do Pantanal-Paraguai incluem os rios Correntes, Securi, Apore, Verde e Pardo (próximos a Camapuã).

Em Coxim o Rio Taquari

Proprietários rurais deram início a processo de erosão

Desde o ano de 1997, o Conselho Inter municipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Consi) estuda o desmatamento ocorrido entre a década de 1980 e meados da década de 90 na Bacia do Taquari, quando a lavoura extensiva, a pecuária e as estradas mal planejadas anteciparam a situação que é hoje e agravada com a instalação das usinas hidrelétricas na região.

"É impossível conceber que cada proprietário decida abrir uma estrada, suprimir

do-se a áreas nascentes e a provocar erosão", questiona o coordenador técnico do Consi, Nilo Pequeno Coelho Filho.

"As camadas de areia da região são ricas em água e acima da terra das turfa, há a formação do Aquifero Botumaru, onde existem áreas de cargas e descargas", ele explica, fundamentando em estudos do Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

11a Correiio do Estado
Quarta-feira, 9 de junho de 2011

ESPECIAL

DESASTRE AMBIENTAL

Para o Conselho Nacional do Meio Ambiente, prescreveu o prazo para a Hidrelétrica Ponte de Pedra ser multada em R\$ 10 milhões por mortandade ocorrida em 2004

Conama perdoa multa a Usina acusada de causar morte de peixes

MARIA MATHIAS

O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) suspendeu a multa de R\$ 10 milhões aplicada pelo Ibama à Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, em Sonora, acusada de causar a morte de milhares de peixes ao longo de 10 quilômetros do Rio Correntes na época da formação do lago, em 2004. No dia 8 de julho, completará um ano a sentença que arquivou o processo contra a hidrelétrica apontada como uma das responsáveis pelo assoreamento do Rio Correntes.

O Ibama multou a hidrelétrica com base na Lei 9.605/98, porque constatou

que, ao represar o rio para formar o lago artificial, a usina reduziu a vazão de água a 12 metros cúbicos por segundo (m³/s), no dia 1º de abril de 2004. Até o dia 5 de abril daquele ano, a vazão ficou bem abaixo do mínimo permitido pelo Ibama, de 30 m³/s. O normal é 75 m³/s. O problema foi ainda mais grave porque choveu na véspera do fechamento das comportas da hidrelétrica para a formação do lago e, por isso, a vazão estava ainda maior que o normal, em 84,5 m³/s.

O leito do rio baixou e as águas, onde vivem cardumes, secaram. Milhares de peixes morreram, especialmente tucunarés, devido à redução

drástica na vazão d'água da hidrelétrica. A usina teria causado o desastre ambiental para acelerar a formação do lago, cujo enchimento deveria ser feito num período mais longo.

Na época, o então diretor da usina, Ivan Flausino Cunha, disse ao Correio do Estado que o impacto já era previsto. Ele e Esteban Miguel Maresca, então presidente da Ponte de Pedra Energética S.A., são réus em uma ação penal movida pelo Ministério Público Federal contra a hidrelétrica. A usina era dirigida pela empresa Empregio SpA, italiana, e pela sueca Skanska Rot. Atualmente, é controlada pela Tractebel



Milhares de peixes morreram em 2004, quando leito do rio baixou e águas secaram durante a formação do lago

Energia, um grupo franco-belga dirigido por Manoel Zaroni.

Em votação no dia 8 de julho do ano passado, o Conama decidiu, por maioria, suspender a multa de R\$ 10 milhões por entender que prescreveu o prazo de dois anos para aplicação da penalidade.

Ação penal

O Ministério Público Federal ingressou com ação penal contra a Usina Ponte de Pedra em outubro de 2007, por crime contra o meio ambiente, com base na Lei 9.605/1998.

A denúncia foi acolhida pela Justiça Federal em novembro de 2008, no entanto,

a ação está parada. A Justiça Federal de Coxim julgou apenas a defesa preliminar dos réus. A última movimentação do processo ocorreu em julho do ano passado - até então, Ivan e Esteban nem sequer haviam sido citados, porque não foram encontrados.

Vida útil de usinas do Pantanal é 10% menor



Hidrelétrica Ponte de Pedra também é prejudicada pelo assoreamento do Rio Correntes, uma vez que pode ter de ser desativada antes do prazo previsto

MONTENEGRO

A vida útil de qualquer usina ou pequena central hidrelétrica construída no Pantanal sul-mato-grossense é atualmente 10% menor, devido ao assoreamento e a erosões. Se esses fenômenos avançarem, o percentual aumenta.

Essa situação constatada pelo Ibama desafia principalmente a Usina Ponte de Pedra (PCH negaativa), do grupo Tractebel, no Rio Correntes, entre os municípios de Jiquiri (MT) e Sonora (MS), distantes cerca de 50 km.

Omar, o coordenador do Núcleo de Licenciamento do Ibama no Estado, Reginaldo Yamamoto, lamentou a lacuna de entendimentos entre os governos daqui e de Mato Grosso para a análise dos impactos dos novos e dos futuros empreendimentos, sejam grandes ou pequenos. "Representantes do Governo de Mato Grosso do Sul falam

a reuniões importantíssimas", disse.

O Ibama-MS quer mudar o licenciamento para essa parte do Rio Correntes, estabelecendo uma avaliação ambiental integrada. O Ministério Público Federal recomenda que empreendimentos semelhantes numa mesma região tenham esse estudo.

Projetos no Rio Correntes abrangem áreas dos dois estados. Também no Rio Taquari, na divisa entre Alcântara e Alto Araguaia (MT), obras no setor impactam os dois estados.

Problemas ambientais

Abaixo da Ponte de Pedra funcionam a PCH Aquedra (Grupo Sonora) e acima, a Santa Gabriela (Desvan Energia, de Pernambuco). Perdo, a PCH Cachoeira impede a subida de peixes da reserva ecológica local, sem espécies nativas.

Uma única experiência feita pela Prefeitura de Jiquiri

buscou amenizar a situação: transportaram exemplares de dorado e pintado do rio de lá para o Rio Correntes.

Em 1992, ao pericar uma área em Sonora para o Governo de MS, a pedido do Ministério Público Estadual, Yamamoto notou erosões enormes, urbanas e rurais. No Piquiri, hoje lotada, ele observou a passagem de sedimentos pelo sumidouro da usina Ponte de Pedra, ramo do Pantanal. "Identificamos os trechos assoreados", disse.

O lago da usina, com 1,45 mil hectares, recebe os 14 m³ de água que, por sua vez, se dirige, o Paraguai, à esquerda, e o rio Taquari, à direita. Além do solo arenoso, esse rio sofre com a exploração da pecuária. Licenciada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso, a PCH Alto Taquari é a única nesse rio. A 2ª e a PCH Taquari, que produzem água para dois anos, sem falta.

Comitê

O Taquari forma 60% do Pantanal sul-mato-grossense à direita, o Paraguai, à esquerda, e o rio Taquari, à direita.

"Empresários dos setores hidrelétrico, turístico e alcooleiro e pecuários precisam se unir para criar o Comitê da Bacia do Rio Correntes", sugere Yamamoto, fundamador da Revolução 1975, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que disciplina a criação de bacias hidrográficas em dois níveis.

Rio Piquiri está assoreado em diversos pontos

Diferentes pontos do Rio Piquiri estão assoreados, entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

As margens desse rio são ricas em pedra-canga (usada na compactação de pistas de aeroportos), entretanto, exibem um retrato do desastre causado pela formação de bancos de areia.

Rios pantaneiros para os quais estão previstas dezenas pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) têm formação "jovem", ou seja, surgiram há 12 mil anos.

O Planalto circundante,

nos lados norte, leste e sudoeste do Pantanal, é constituído por terrenos de altitude entre 500 e 700 metros, estendendo-se a oeste até os contrafortes da Cordilheira dos Andes. Prolonga-se até o sul pelas planícies pampeanas centrais. "Os rios levam terra para o chamado fundo do prato, em maior ou menor quantidade, conforme o tipo de solo", explica a chefe da Embrapa Pantanal, bióloga Emiko Kawakami de Resende.

Um desses "jovens" rios é o Correntes, que contorna a Serra de São Jerônimo (MS).



Bancos de areia podem ser vistos em diferentes pontos do Rio Piquiri

Pantanal também sofre efeitos de tremores

Desde a década de 1960, ocorrem tremores na região de Coxim e eles afetam o Pantanal. O derradeiro foi em junho de 2004, perto do porto de Santa Luzia. "O Pantanal segue afundando, recebendo os efeitos da região andina, cujas placas se levantam. A cada movimento há existe um desmoronamento", alerta o coordenador técnico do Comitê Inter municipal de Defesa Sustentável da Bacia do Rio Taquari (Cointa), Nilo Picanha.

"São pequenos tremores, porém, causadores de rachaduras", ele analisa. Em 1964 os ribeirinhos notaram rachaduras de Coxim tiveram marcas de rachaduras nas paredes, registra o Cointa. "Em 2004, alertamos as autoridades para os registros de distorções e inestabilidade dos tremores devidamente anotados por especialistas em institutos de universidades (MCT).

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 26 de junho de 2011

10a

Javali, praga das lavouras de Dourados

Os javalis (*Sus scrofa*) atacam em bando e deixam vários clarões no meio da lavoura. Os ataques vêm ocorrendo há três anos. Mas em 2008 a situação se agravou. O problema começou porque javalis de criatórios clandestinos foram soltos na região e encontraram um ambiente perfeito na zona rural, onde há água farta e alimento – os cultivos. Como não há predadores, como onças, eles viraram praga. Resolução do Imasul/Secretaria de Produção e de Justiça tenta frear o crescimento dessa população, e já estabeleceu, em outubro de 2010,

medidas emergenciais de controle ambiental do javali, como, por exemplo, o abate dos animais considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública. Porém, os produtores rurais precisam, antes, capturar o animal e comunicar a ocorrência em agências da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul (Iagro), ou Polícia Militar Ambiental, Polícia Militar ou escritório do Ibama. Mediante licença de qualquer um desses órgãos, poderá, então, fazer abate "assistido".

MONTAGEM: CRUZ/DO BRASILEIRO E DOURADOS

O porco comum está sujeito a febre e peste. Imagine-se então o vasto território dos javalis, onde ele passa a exigir cuidados redobrados da Vigilância Sanitária Animal pela proximidade com granjas de porco comum. Enquanto as porteiras não são totalmente fechadas, agricultores assustam os bichos com o espocar de fogueiras e se valem da cerca elétrica.

Essa é a situação dos irmãos Alceu Luiz e Davi Vinícius, que cultivam 970 hectares de milho híbrido dentro dos 1,6 mil ha da Fazenda Boa Esperança (Distrito de Prudência Thomas), parte deles já "visitados" pelos javalis. O temor é que esses animais transmitam doenças ao rebanho de nove mil cabeças foi manifestado por eles à prefeitura e ao Sindicato Rural de Rio Brilhante, que por sua vez espera providências do governo estadual e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A estimativa geral na região é a seguinte: em cada mil hectares perambulam pelo menos cem javalis, que destroem uma faixa de 20 ha do milho, acarretando um prejuízo de três a quatro mil sacos do produto. "Isso representa para nós uma cifra entre R\$ 60 mil e R\$ 80 mil a menos no negócio", diz.

Gaúchos de Panambi, os irmãos Vinícius chegaram em 1978 em Rio Brilhante. Em sociedade, atualmente eles mantêm 520 hectares da grifeira da Agroceres na granja da Fazenda Mata Azul, no Distrito de Cruzalina, município de Dourados. São as espécies Landrace, Large White e Camorough.

O cruzamento de fêmeas Camorough 35 com machos AGFic resultam em filhotes F1. Esses suínos acumulam menos gordura e mais carne aprovada pelos consumidores nacionais e no mercado de exportação, cujos abates abrangem porcos de 100 a 120 quilos.

Impróprio

Esse bicho selvagem é impróprio para ser criado normalmente: não há meio, e eu até penso no que pode resultar um ataque dele às pessoas", diz Alceu Luiz ao Correio do Estado.

Defensor da caça e do abate controlados de javalis, catetos, queixadas e javapercos, a exemplo da direção do Sindicato Rural de Rio Brilhante, ele informa ter adotado cuidados gerais no embargo dos suínos caseiros. Veterinários e fornecedores apoiam o trabalho sanitário na granja.

Pela rusticidade, o javali e seus semelhantes demoram dois anos para se desenvolver, enquanto o porco criado em granja consegue 120 quilos de cinco a seis meses. No entanto, a gestação de porcos é semelhante: ocorre em três meses, três semanas e três dias. Daí, a falta de reprodução.

"Porco tem o instinto de aproximação e a nossa criação vive esse perigo: os javalis invadem até os cochos do gado para comer o sal", relata Luiz Vinícius. "Fiquei perto, se aproximou demais, a doença pula rapidinho", ele comenta.

O mesmo raciocínio é manifestado pelo comerciante e agricultor José Bonatti, proprietário da Abro Bonser em Dourados. Ele também defende a liberação da caça. "O retrago está feio, porque o porco caseiro escapou e cruzou com o javali. Certo e estúpido autorizar a caça, porque é complicada a captura do bicho".

Dos 40 ha de milho híbrido cultivados, Bonatti perdeu 22 ha, correspondentes a 840 sacos de milho que somam prejuízos de R\$ 36,8 mil. "Se a gente produzir bem, tem até para eles, os javalis e os beldões de milho, desce também nos queixados, mas nos limitamos aos B0s na delegacia", ele diz. Confrontado, ele acrescenta: "Do jeito que está, mantendo a terra já está de bom tamanho".

Animais agora avançam sobre plantações de cana da região

O bicho que devora massas lavouras de milho safrinha, agora habita canaviais, como adubo e ataca silos de soja. Sem predador natural, ele devora e destrói sem ser importunado: agricultores associados ao Sindicato Rural de Rio Brilhante estimam prejuízos superiores a R\$ 1,5 milhão, um pouco mais do que no ano anterior, e uma quebra de pelo menos 5% na safra de milho.

Cada produtor leva sua quinta à sede do sindicato, repetindo uma ladainha de cinco anos para cá, conta o vice-presidente da entidade, Leonardo Mendonça Thomas. Alameda é pouco para descrever a situação das dezenas de fazendas com lavouras de milho nesse município da região de Dourados, a 160 quilômetros de Campo Grande. Cinquenta mil, 70 mil? Qual é a população desse bicho hoje? Não há estatística correta. Certo é que ele é visto por toda parte. Entre outras fazendas, Betas Artes, Campana, Capovari, Gramado, Jurema, Luanda, Nebima, Santa Inês, Sepé, Suzi e Pontal da Vacaria estão praticamente tomadas por esta espécie que já cruzou com o porco moinho e o porco comum e está presente em quase 30 municípios da região de Dourados e na Bacia Hidrográfica do Ivaí.

"Nascem dez a doze filhotes por cria, alguns morrem, os que vivem dão esta trabalhadeira aí", aponta o gaúcho Elmar Volman, empregado da Fazenda Anta, nascido em Santa Rita, com passagens pelo Alto Paraná (Paraguai). A extensa cerca elétrica ao redor de uma parte do moinho não produziu efeito sobre os animais, eles passaram por baixo das duas primeiras linhas de arame.

Nas fase adulta, javalis chegam a um metro de altura e dois de comprimento, os machos pesam de 150 a 280 quilos (os machos) e duram até 20 anos. A gestação de 120 dias é um dos fatores a justificar essa multiplicação tão problemática do animal.

O agricultor Alceu Ribeiro Fernandes contabiliza

os prejuízos da safra anterior: cerca de dez mil sacos de milho em 170 hectares. Além da Fazenda Araci, ele também planta milho na Fazenda Guarani, a 26 km da primeira e também rodeada por esses animais.

O excesso de javalis se transformou num dos maiores imbróglios ambientais no estado. Traçados há décadas para a Patagônia Argentina, onde foram introduzidos para servir à caça esportiva, os javalis passaram também a ser criados em cativeiro no Uruguai e, depois, no Brasil. No entanto, escaparam ao controle, rompem as cercas e se espalham.

Se a sua carne é saborosa e tem baixo teor de colesterol, poucas pessoas comprovam isso nas cidades onde ele prolifera. O hábito alimentício aqui ainda é a carne bovina, a de ave, ou a suína tradicional. Não há criatório autorizado.

Em 2010, por meio de resolução conjunta de três secretarias o governo estadual autorizou o controle ambiental especial do javali como forma de evitar sucessivos danos às propriedades. A medida foi depois revogada, enquanto os danos continuam.

Captura e sacrifício dos javalis são previstos na Lei 6.605, de 12 de fevereiro de 1998, e na Instrução Normativa do Ibama 141, de 2006. Projeto de lei de autoria do deputado estadual Paulo Corral (PP) foi apresentado na Assembleia Legislativa, proibindo criadouros de exemplares de javali e a utilização da espécie para reprodução.

Esta nas mãos do Ibama e autorização para sacrificar o animal, depois de exames técnicos, biológicos, fazendeiros e outros envolvidos com o problema. Até há pouco tempo, no Rio Grande do Sul, o Ibama permitia a caçada, depois revogou a portaria que a autorizava. A caça não se mostrou uma alternativa eficaz no controle dos javalis naquele estado.



Os javalis são considerados uma praga agrícola pelos produtores rurais



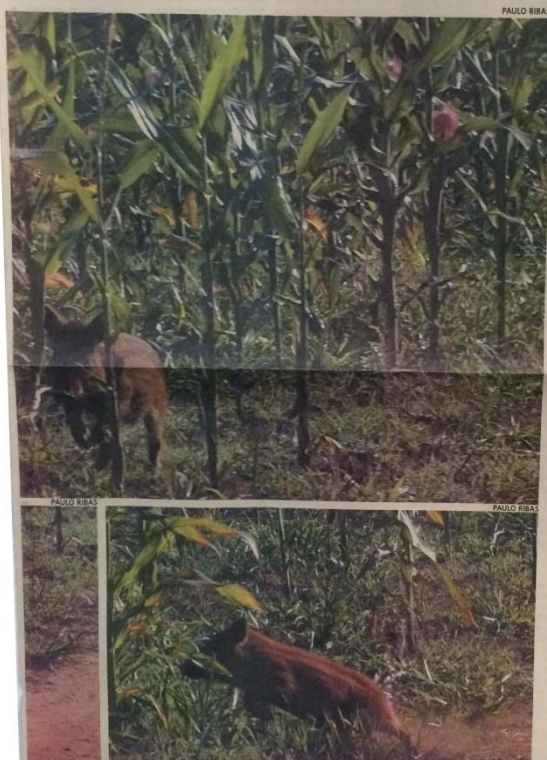
DIVULGAÇÃO

■ Os meios de defesa do macho adulto são temíveis. Exibe presas aceradas e cortantes, o que faz com que os golpes de seu focinho sejam extremamente perigosos, por vezes, mesmo mortais.

■ O período do cio começa no final de novembro e dura de 4 a 6 semanas. Em geral, as fêmeas só têm uma parição por ano. Assinalam-se casos de fêmeas com 2 parições por ano, fato que é explicado pelo abastardamento, na cruz com porcos-domésticos que voltam ao estado selvagem.

■ O javali é onívoro, isto é, alimenta-se praticamente de qualquer vegetal e também da carne de pequenos animais. Essa característica, aliada à sua grande adaptabilidade climática, por certo, muito o ajudou nas suas migrações voluntárias.

■ Com 18 ou 19 meses de idade o javali está apto a reproduzir-se e, com 5 ou 6 anos, atinge seu completo desenvolvimento. Pode viver de 15 a 20 anos, indo muito excepcionalmente até os 30 anos.



De Dourados que tiveram suas propriedades atacadas, destruindo plantações de milho e cana-de-açúcar

De hábito noturno, animal é pouco avistado

Quase quinhentos a pé pelos matozinhos, pela mata ciliar e pela vegetação de cerrado na Fazenda Anari podem ser fâchibis para os pesquisadores José Chere, vindo há 20 anos de São João, no Estado do Paraná. Para os repórteres do Correio do Estado foi uma experiência e tanto.

Aí, então, era possível notar que nas agulhas selvagens por que-que, marimbato, nambú, e nos anos de terra combede onde perambulam algumas raras e facilmente encontradas javalis. Era ex- to a surpresa de que apresentavam dispo- cinco horas de vista a propriedade. De bilionários, um século estavam bem próximos de nós, encostados, irritados.

No segundo dia de nossa permanência na região é que o repórter Paulo Ribas conseguiu flagrar os primeiros cartões numa entrada com lavagens de milho próximo à fazenda de 2,7 mil hectares.

O animal costuma andar quatro a 15 km por dia. Alguns os cartões se transformam em refúgio natural para a procriação, conforme percebem os empregados da LDC Bioenergia (Linha Decifra), ao encontrarem diversos grupos que só mudam de lugar quando começa a colheita.

Chere confirmou o que narra em relação de especialistas a capacidade de adaptação desse animal às diversas

regiões para onde migrou. "É ele faria bem; quando aparece à tardinha é por- que já percebeu o cheiro do ambiente por onde vai passar", comenta. "Quando vem muito, ele caminha menos", ob- serva Chere. Ou seja, o faz muito aguçado e capaz de perceber cheiros de fumo, de outros animais e de seres humanos que podem incomodar seu descanso à beira das águas. Só a Fa- zenda Anari tem 11.

Ainda segundo Chere, o animal prefere comer o milho verde, disposto de espigas duras. No final da tarde ele mostra trechos da cerca elétrica por onde os animais transistem regularmente (MC)

PERIGO

Doença ameaça criações de porcos

PAULO RIBAS



A ocorrência do Mal de Aujeszky na região ainda não leva temor, mas deixa com a "orelha em pé" representantes da suinocultura comercial. Criações que não tiveram suficientes cuidados sanitários correm o risco de ver suas animas contaminadas por contágio.

Aujeszky está amplamente disseminada nos países de suinocultura industrial. O ponto é o reservatório natural da doença. Na forma da doença sub-clínica o vírus elimina continuamente o vírus.

Pequenos a quebra ambiental e, ao mesmo tempo, a sobrevivência das pla- teias suínas, porque estão sujeitas a con- trair essa doença", comenta o empresário rural Alex Luiz Vicens. Ele cobra me- didas estritas do governo. "Se elas não vierem, um dia a gente vai ver o caso", opina.

Com experiência de 25 anos no setor, Alcides Figueiredo Filho, proprietário do Abadeu Figueiredo, em Dourados, di- vide com Vicens a preocupação, entre- tanto, garante que não compra animais sem procedência. A empresa abate entre 30 e 50 animais/dia.

Figueiredo chegou a criar animais du- rante um período, mas desistiu quando os animais pularam a cerca e começaram a dar trabalho. "O pessoal da Zoonose me desacomodou a sair fora, porque ele é muito mais e pode trazer a doença para dentro da quinta, bem perto dos suínos comuns", diz.

Em 2000 o lagro abateu na Fazenda Nazaré, em Dourados, um lote de 65 su- ãos, mesmo não apresentando sintomas de Aujeszky. Ninguém deu início a alguma ex- ploração que Aujeszky é uma doença con- tágiosa, que afeta a ma- ioria dos mamíferos e aves, porém os su- ãos e javalis são os maiores hospedeiros naturais do vírus, e nas demais espécies os animais a doença é fatal. (MC)

ESPECIAL

Correio do Estado
Terça-feira, 16 de agosto de 2011

12a

DE VOLTA AO PASSADO

Inscrições deixadas nas pedras do Rio Coxim durante o período das Monções devem desaparecer com a instalação de pequenas centrais hidrelétricas na região

Usinas vão apagar marcas dos monçoeiros

MONTEZUMA CAVAL DE COXIM

registro de quase três séculos de história das Monções está com os dias contados. Ele fica na Pedra do Letreiro, no interior do município de Coxim. Do conjunto de 12 pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) previstas para os rios da região, duas bem próximas formam o lago que cobrirá trechos encachoeirados do Rio Coxim. Rochas nas margens desse rio, bem próximas à desembocadura no Taquari tinham inscrições datadas 30 anos antes da Expedição Langsdorff (Georg Heinrich von, médico alemão naturalizado russo), iniciada em 1824.

O minucioso registro de figuras esculpidas nas pedras da região demandava tempo para ser feito, lembrará em sua tese de doutorado o professor de História Marcos Lourenço de Amorim. Segundo Trunay, isso permite supor a permanência muito longa de alguns monçoeiros nesse posto. Mapa do Contestado de Mato Grosso e de São Paulo, de autor anônimo e datado de 1914, inclui o porto de Aratigagua e os pontos dos rios Tietê, Paraná, Paranaíba, Camapuã, Coxim, Taquari, Paraguai, Ivaí, Itaipu, Paraná, Pôrto de São Paulo e Curitiba.

O Conselho Intermunicipal para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Taquari

reconstrói as inscrições próximas à Cachoeira do Belagão, nas margens do Rio Coxim, a cerca de 200 m da ponte sobre o Rio Taquari. Nas pedras da Cachoeira Quatro Rês, que serão cobertas por águas represadas por futuras usinas, o *Correio do Estado* observou inscrições de nomes de supostos chefes das expedições.

As inscrições mostram das expedições: 1804, 1806, 1814, 1815 e 1820. Ele e Belarmino lembram do garimpeiro de Diamantes Zelle, que teria morrido pobre. "Ele chegou a desviar o rio", o chateiro

Antonio Rodrigues e o piloto Antonio Belarmino Filho sabem pelas pedras, saíram o letreiro com água quando há visitas e em seguida cobrem tudo novamente com folhas e areia. Rodrigues participou da medição da área de uma das futuras barragens. Andou 30 dias no mato. Acredita que as PCHs reduziram os jatos, punidos e destruídos na área. "Vai ficar difícil, não podemos pescar nas corredeiras e cachoeiras".

O minucioso registro de figuras esculpidas nas pedras da região demandava tempo para ser feito

Impacto O bispo de Coxim afirma, religioso. "Estamos diante de um grande problema social". Segundo ele, os responsáveis

pelos projetos das PCHs apresentaram dados insuficientes para compor a efetiva mitigação e compensação dos impactos negativos nos campos ambiental, cultural, social e econômico que marcarão a vida da região. A Diocese reivindica a elaboração de um estudo integrado dos impactos dessas usinas na Bacia do Taquari.

Para o coordenador do Comitê, Nilo Pecanha, é preciso criar um comitê de defesa e monitoramento da bacia, com o compromisso de integrar setores e poderes públicos, ele diz.

Trecho entre Camapuã e Coxim era o mais perigoso

An deixar a Fazenda Camapuã até chegar à barra do Coxim os monçoeiros do século XVIII enfrentavam uma das partes mais perigosas da navegação de Aratigagua até Curitiba. Gervásio Leite Rebelo relata o sofrimento da expedição de Rodrigo César de Menezes no Camapuã mirim em 1726: "Um pau passava por baixo d'água e outros por cima das canoas, tendo os monçoeiros que se abasteceram rapidamente de ar e água para não serem pegados para não receberem pena de morte".

As pilas do rio faziam um resquecimento da Cachoeira Belagão. Alguns até Canabá. "Deviam descer de Canabá, gritavam para não e cantavam, mas não se podia", relatou o desenhista Hélio de Moraes. Menezes saiu de Camapuã em 30 de setembro de 1726. Entre

a navegação desse ribeirão e a descida do encachoeirado Coxim demorou 11 dias, alcançando a barra do Taquari em 10 de outubro.

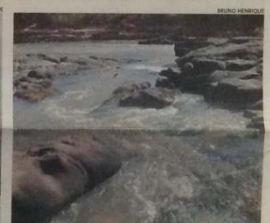
"Eram poucos os que passavam por baixo dessas rochas", em algum sinal, por causa da ligereza com que as canoas corriam por baixo delas. Ao deixar o Rio Taquari, os monçoeiros entravam no Rio Coxim, onde enfrentavam 22 cachoeiras. Em cinco precisavam descer, regar as canoas e passar com elas por terra, ou passá-las em canoas de lei com enorme sacrifício. Quando as canoas chegavam nos ramos dos pauis na barra do rio, as canoas eram lançadas por terra e bicharias riscadas de vergas grandes, machucando, matando a todos desapercebidos", relata Raimundo de Moraes. (MC)



Antonio Rodrigues e Antonio Belarmino na pedra com inscrições que mostram datas das expedições monçoeiras: 1804, 1806, 1814, 1815 e 1820



"Sociedade precisa ser ouvida", afirma o bispo Dom Antonio Migliore



Trecho do Rio Coxim: há previsão de instalação de 10 usinas na região

Bispo é contrário à instalação de PCHs na região

"A sociedade e as comunidades diretamente atingidas precisam ser ouvidas", alerta Dom Antonio Migliore. O mesmo discurso é feito pelo presidente da Comissão de Pescadores Zia de Coxim, Armando Batista. "A navegabilidade é essencial para a sobrevivência de 600 famílias de pescadores cadastradas. E os aspectos biológico, turístico e cultural" - questiona o vereador Miron Coelho Vilela (PDT).

Ele rejita a tese de que a usina "a fio d'água" produziria impacto apenas no preenchimento do lago. "Ca-

da lago evapora conforme a sua extensão e a qualidade da água modifica a vida da ictiofauna, causando-lhe um desequilíbrio; algumas espécies seriam extintas".

Em um percurso de 200 quilômetros de rio entre Alto

Garcia, Ivaí e Guiratinga, estão previstas uma usina a cada 20 km, espanta-se o vereador Vilela. "Se uma usina produz efeitos danosos, imagine a somatória dos 12 (dos 17 na Bacia do Taquari) empreendimentos no Rio Coxim e mais dois mais de 100 modificando a biodiversidade do Pantanal".

Uma das concessionárias levou quatro vereadores para São Paulo, a fim de demonstrar "a suportabilidade dos projetos". A exemplo de Itaipu, a empresa acionista com a possibilidade de construir escadarias para a subida dos peixes. Os colônias espécies da parte baixa da represa.

Avaliação ambiental

A Diocese apóia o Conselho Nacional de Recursos Hídricos na aprovação de uma avaliação ambiental estratégica e reitera a sua posição contrária a todos os licenciamentos ambientais para

PCHs e usinas hidrelétricas. Justifica que aproximadamente 70% do potencial hídrico da bacia do Taquari já foram utilizados. Ambientalistas e procuradores da República ainda examinam o problema. Para Vilela, o governo estadual afrouxa as regras, ao simplificar licenciamentos.

Coxim não receberá royalties (compensação por área explorada). Se o Congresso Nacional modificar a lei, ampliando o limite de 30 megawatts para 50, aí é que o município não verá mesmo a cor do dinheiro. (MC)

Navegantes também sofriam com ataque dos paiaçuá

O pouso existente na confluência dos rios Coxim e Taquari ficou conhecido como o lugar onde os monçoeiros enfrentavam "a maior resistência indígena", principalmente dos Paiaçuá. Foi nessa área que Domingos Gomes Belagão fundou seu arraial, onde a travessia da cachoeira mais famosa precisava ser iniciada pela manhã, estendendo-se até o anoitecer.

Essas terras devolutas, logo ele requereu ao papa. Em 1727 Belagão chegou numa permissão ter "fabricado um altar" na barra do Corrego do Casal. Três anos depois requereu o cargo de Mestre de Campo das Ordenanças da Minas, por meio de carta assinada por Gonzalo Galvão de Lacerda e enviada ao governador da Capitania de São Paulo. A sede desse Campo ficava em Curitiba. Em 1730, no entanto, o Arquivo Público e a

Universidade Federal de Mato Grosso desentendam que o rio de Belagão foi o mesmo. E que os monçoeiros só se referiam a ele para relatar penurias ou as bebedeiras para festejar a passagem pelo periclitado.

Os pontos mais prestigiados da Capitania eram ocupados por fazendeiros e comerciantes, alguns de eles envolvidos nos negócios das minas, como ocorreu com a família do poderoso Pedro Taquari de Almeida - que foi capitão da fortaleza de Vera Cruz em Itapetina, provedor e comandante da Fazenda Real da Capitania de São Paulo, exitor da Coroa e administrador geral das aldeias do rio, incluindo o "Cerro Verde". (MC)

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 27 de agosto de 2011 12a

ENCANTO

Chefe do Orquidário Nacional afirma que mais de 80% dos que se dedicam às orquídeas são do sexo masculino

Homens são os maiores cultivadores de orquídeas

MONTAGEM DE

Palavra do engenheiro civil mineiro Pedro Renato Nunes, 63 anos, que trouxe os primeiros exemplares de Utricularia para o Brasil há pouco mais de 20 anos: "Luluzinhas não entravam no Clube do Bolinha, agora elas estão chegando".

Além do cultivo, Pedro Nunes se dedica à filatelia, colecionando selos do mundo todo com desenhos ou imagens de orquídeas.

A bióloga chefe do Orquidário Nacional (quatro mil espécies do Brasil, Lou Menezes confirma essa situação: "Mais de 80% dos que se dedicam a essa flor herma-

frodita com variadas dimensões e cores e que floresce apenas uma vez por ano são homens".

"Orquídeas exigem cuidados, conhecimento e paciência", opina o engenheiro agrônomo Hélio Tadeu Oshiro, 66. "Comprar uma flor é caro, mas não é caro se você não sabe cuidar", comenta Cicero Rosa Vilela, 46. Ele e a mulher Márcia Gomes Vilela, 42, acompanham "com muito gosto" todas as fases da planta.

O País tem dez mil colecionadores ativos, dos quais, apenas 10% em Campo Grande. A propagação das espécies do Cerrado une Mato Grosso do Sul ao Ipaço, ob-

serva o japonês Kenji Sugimoto, 67, que levou para lá a espécie mais comum, Cattleya nobilior, vistosa e bem adaptável a coleções mistas de orquídeas.

Nascido em Ishikawa, imigrou para São Paulo, onde viveu cinco anos, morou dois em Ponta Grossa (PR), onde plantou 100, e atualmente cultiva orquídeas em Siderópolis.

Por que a predominância masculina? Lou Menezes enumera quatro fatores influentes: 1) a coleta atende mais a complexidade física do homem; 2) o homem enxerga a mulher no órgão receptivo feminino, onde são depositadas as pólenas distantes a

polinização; 3) a flor é tão bela que leva à conquista da amada; 4) comonistas raros levaram orquídeas para o espaço.

Lou cruzou a maior orquídea do mundo, Osmunda spectabilis (2,5m de altura e 39 hastes florais que alcançam até 3m), nativa da Malásia, com a Cattleya bandianensis, do Cerrado brasileiro.

Orquídeas se reproduzem na natureza, principalmente pela dispersão das sementes, mas em cultivo pela divisão de touceiras, semeadura "in-vitro" (prevalece do ponto de vista comercial e ecológica, porém, um pouco complicada; por esse meio há plantas



Exposição Nacional de Orquídeas mineiras em um jardim.

que demoram até sete anos para a primeira floração, ou por meristemagem (clonagem), método descoberto pelo cientista francês Georges

Morel. Através da gema de um único broto conseguem-se em um ano milhares de plantas idênticas à planta-mãe.

Agrônomo lembra sua trajetória à orquidofilia



Oshiro apresenta longa trajetória de cultivo, iniciada em 1990.

Nascido e criado na Fazenda Lagoinha, em Campo Grande, o agrônomo Oshiro lembra que o pai dele, Genário Oshiro, e agricultores vizinhos desbravaram a mata para cultivar arroz durante três anos, depois, formaram pastagens.

Perceber logo caminho até alcançar as "orquídeas de fundo de quintal" no Bairro São Jorge da Lagoa. Estudos medicinais de manutenção no Brasil, ingresso no Exército onde ficou entre 1965 e 2004. Foi sargento. Ao concluir o curso de especialização em técnicas de combate, foi aperfeiçoamento para sargento na Escola de Material Bélico do Rio de Janeiro. Fatores na reserva como subtenente do quadro técnico, trabalhando em Cáceres (MT).

"Voltei para cá no mo-

mento em que a Associação Campo Campo-Grande de Orquidófilos e Ambientalistas estava começando; passei no vestibular de biologia, mas optei por agronomia, o melhor que me aconteceu". Da turma de 59 alunos, 22 se formaram.

"Comprei minha primeira planta de Alvaro Pereira, quando ele e Sérgio Oshiro faziam palestras no Horto Florestal". Lembra de uma espécie do Exército muito perseguida que nasce no Cerrado e em áreas alagadas. "Hoje, a maior parte das plantas dessa variedade é sagrada e é usada por polinizadores (insetos) durante o dia ou à noite". Exemplifica algumas Zygopetalum (do Cerrado, que requer luz, drenagem e muita sombra, MC).

Período da manhã é o melhor para regar e adubar

"Ela não são como animais, que se alimentam a qualquer hora do dia ou da noite, têm o seu período para fazer a fotossíntese, quando o estômago se abre para a troca gasosa, a nutrição", observa o agrônomo Hélio Oshiro.

Segundo ele, a espécie que planta faz uso também durante o dia, ele explica: "O Cattleya, a maioria dos Oncidium e outras plantas, das Cattleyas, a única nesse aspecto é a giga".

Regação e adubação são recomendadas no período da manhã. As Laelias e Cattleyas fazem a fotossíntese no escuro, devido à ocorrência de solos ácidos ou regas que enfrentam seca e umidade muito baixa durante o dia em um período do ano. "O

Brasil tem mais de 35 mil espécies de orquídeas, além das formas híbridas produzidas por cruzamento de for-

mas espontâneas e cultivadas. No Brasil estima-se a existência de três mil espécies da família Orchidaceae. Ela é uma das mais ricas nas florestas tropicais, o que pressupõe o controle do excesso de extrativismo e os desmatamentos.

A floração de uma orquídea ocorre de três a seis meses, variando de acordo com cada espécie. Existem no Brasil mais de 35 mil espécies de orquídeas, além das formas híbridas produzidas por cruzamento de for-

mas espontâneas e cultivadas. No Brasil estima-se a existência de três mil espécies da família Orchidaceae. Ela é uma das mais ricas nas florestas tropicais, o que pressupõe o controle do excesso de extrativismo e os desmatamentos.

Fungos, bactérias e formigas ameaçam a planta

Fungos e bactérias em grande escala de variedades atacam orquídeas. A simbiose entre formigas e colônias é outra ameaça, relata Hélio Oshiro.

Formigas carregam colônias para o ataque à planta que, em defesa, libera gotas adocicadas, das quais as formigas se alimentam. A bióloga chefe do Orquidário Nacional do Itama, Lou Menezes, lembra que a simbiose é a predadora natural da colônias.

O desenvolvimento dessa planta é lento, se atacada e não cuidada, ela morre. Atualmente, o óleo de nim orgânico é o produto mais usado contra insetos e fungos, mas a esponja com água e sabão são imprescindíveis na aplicação manual quando se cultiva até dez plantas.

Na 10ª Exposição Nacional de Orquídeas, 31ª Expo Nacional da Cattleya nobilior e 3ª Expo Estadual, a empresa Mundo NPK (São José do Rio Preto) oferece fertilizantes, inseticidas e fungicidas orgânicos. (MC)



Lou Menezes lembra que a simbiose é a predadora natural da colônias.

Mudas raras podem chegar a R\$ 250

Os mais empolgados pagam R\$ 200 a R\$ 250 por uma muda. São pessoas que buscam altíssimo nível, "uma raridade", descreve o administrador e orquidófilo Sérgio Oshiro.

Ele explica as tendências locais e mundiais desse mercado: "A hobbyterapia avançou na medida em que temos mais de 225 mil variedades de plantas e técnicas que se espalham a cada dia".

Para Oshiro, os mais antigos têm mais chances, por que detêm a maioria das mudas. O dono de o exco Raul São Paulo comemora grandes

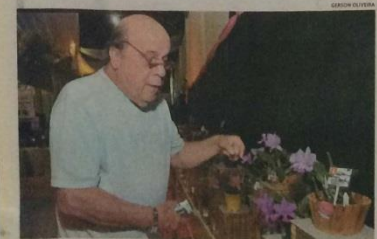
consumidores distantes outras regiões. "A novidade, é desatada, e o Orquidário Campo Grande, que tudo faz para ser o grande abastecedor do Centro-Oeste Brasileiro".

Oshiro distingue a participação dos orquidófilos nesse amplo mercado que conta com os segmentos de flores e mudas. "Colecionadores compram unidades a partir de R\$ 5 até R\$ 10, enquanto os valores comerciais variam de R\$ 120 a R\$ 140, mas o híbrido alcança R\$ 250".

Oshiro compra as mudas orquidófilas ao longo do ano, mas o custo é alto em julho em

nos casques de futebol. "Outro dia em colecionador encontrou em Guaiçara (MT) uma espécie de Raulzinho Gaião das orquídeas, uma nobilior vendida por R\$ 18 mil, que teria sido revendida a um europeu por pouco mais superior".

Creve o interesse por orquídeas na Capital, diz o presidente da Associação Campo-Grande de Orquidófilos e Ambientalistas (Aso), Vitorino de Oliveira, 42. "Temos uma exposição por ano e promovemos um encontro mensal na casa de cada associado". (MC)



Orquidário Nacional de Orquídeas mineiras em um jardim.

ESPECIAL

Correio do Estado
Terça-feira, 4 de outubro de 2011

12a

PEDRAS PRECIOSAS

Inscrições e pinturas vistas em pedras com mais de três mil anos foram feitas por caçadores-coletores pré-históricos, explica professor arqueólogo da UFMS

Alcinópolis conserva arte milenar rupestre



Profissionais de arqueologia estudam aspectos geológicos sob as colunas do Parque Templo dos Pilares, que já foi visitado por índios, técnicas de lithon artium para crimes contra a cultura e patrimônio histórico

MONTAGEM: CARLOS DE ALMEIDA

O voo e o grito forte das araras, o caminhar da serpente e a fuga do tatu que evita involuntariamente o atropelamento são as impressões iniciais. Pela magnitude e dimensão, o entorno do Parque Templo dos Pilares e seus vestígios de antigos habitantes proporcionam muito mais.

A 50 quilômetros da cidade de Alcinópolis (norte de Mato Grosso do Sul, a 364 km de Campo Grande), esse parque guarda pinturas, ruínas e mantém formações curiosas.

Segundo o doutor em arqueologia, professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Gilson Rodolfo Martins, existem entre três e cinco mil anos a idade desses sítios. Pinturas e inscrições foram feitas por caçadores-coletores pré-históricos, ele explica.

Valões, vegetação virgem, cactos que nascem no meio de pedras, paredões, ninhos e insetos compõem o cenário ao redor de pedras com arte rupestre em cores, ins-

crições e talhações. "Os sítios têm alta relevância científica e retratam as representações simbólicas da realidade na ótica dos habitantes pré-históricos", observa o professor Martins.

Passarelas de madeira construídas pela prefeitura facilitam o acesso a esse patrimônio histórico e cultural diferente do encontrado em Corumbá, onde o grafismo se apresenta em saliências nas pedras. As atrações de Alcinópolis estão nas pedras, enquanto os petroglifos daquele município pantaneiro - coletados em pesquisas recentes - estão no chão.

O Templo dos Pilares contém pinturas e gravuras rupestres. Suas colunas constituem uma curiosidade geológica. A Gruta do Pico tem pinturas coloridas e a travessia do "túnel do tempo", no Barro Branco, além das pinturas, destacam-se algumas aves e répteis muito raras, e um bonito jardim suspenso com cactáceas, bromélias e orquídeas no topo.

A erosão laminar está presente, caracterizando-se pelo corrimento da água uniformemente pela superfície como um todo, transportando as partículas sem formar canais definidos.

Dois saltos compõem também a magnífica paisagem deste rincão do Centro-Oeste brasileiro. Salto do Limeira.

Passarelas de madeira construídas pela Prefeitura de Alcinópolis facilitam o acesso ao patrimônio histórico

50 km

É a distância que os visitantes precisam percorrer da cidade até o Parque Templo dos Pilares.

1,4 mil ha.

É a área aproximada sob a administração do município, mesmo antes do Decreto nº 53/2003.

"Os sítios têm alta relevância científica e retratam as representações simbólicas da realidade na ótica dos habitantes pré-históricos".

Gilson Rodolfo Martins,
Doutor em Arqueologia



Morces cercados por árvores da Lemnada constituem a paisagem majestosa do Centro-Oeste brasileiro

Fazendeiros evitam depredação

"Graças ao Parque Templo dos Pilares, Alcinópolis criou a 1ª Brigada de Combate a Incêndios Florestais, com pessoal especializado, equipado com radiocomputadores e aparelhos de GPS", comemora o secretário municipal de Desenvolvimento Agrário, Turismo e Meio Ambiente, Eliseu Rorato.

Pinturas no local, aguçadas pelo Corpo de Bombeiros e pelo Programa Favela, essa brigada já arrou algumas

vezes, combatendo incêndios com abafadores, bombas portáteis e tratores agrícolas. Recente alinhamento positivo: dois proprietários rurais herdeiros do fazendeiro José Carlos Neto, de São João da Boa Vista (SP), cederam ao município a conservação da parte da Fazenda Bom Jardim, onde existem ruínas rupestres. Consideram que assim "nada invadirá a propriedade, pois está em boas mãos".

"Mesmo antes do decreto de reserva legal (nº 53/2003), o município de Alcinópolis cuida de uma área de aproximadamente 1.400 hectares", lembra o secretário. Na contramão, a Fazenda São Bento detém cerca de 900 ha. Rezende defende zelo na contemplação. "Contratamos depredação com carvão" já a captura de insetos para o controle da raia e feta por equipes da prefeitura e do Igaro.

Acesso ao Parque ainda é ruim

As inscrições dos sítios arqueológicos da Gruta do Pico, Serra do Barro Branco, Arco da Pedra e Pata da Onça oferecem perspectivas para o turismo ecológico na cidade mais invadida do Brasil. Alcinópolis é considerada a Capital Estadual da Arte Rupestre e demonstra isso nas paredes da Secretaria municipal de Desenvolvimento, Agricultura, Turismo e Meio Ambiente, e até de piladas. Ilustra-

dos com as atrações locais. Vários grupos brasileiros e alguns estrangeiros já foram levados a reger pela empresa Paisagem Expedições de Contim. "As pessoas amam a vista", descreve o diretor da empresa, Ariel Albrecht. No entanto, ele se queixa de transtornos causados a excursionistas em consequência da precariedade da estrada de acesso.

Segundo Albrecht, o primeiro caminho de se des-

caracterizar, eliminando-se a chance do bom escurtamento. Dois anos depois desses problemas, contando com "muitas ventos na política", o empresário espera dar continuidade ao seu projeto de visitas com o apoio do turismo científico e de política partidária e linguagens pessoais.

O Correio do Estado visitou os sítios. Não pavimentadas, as estradas ainda necessitam de reparos.

ESPECIAL

Correio de Estado
Sexta-feira, 4 de novembro de 2011

12a



Capital pode levar cerca de 30 anos para chegar a 1 milhão de habitantes

Se o mundo chegou a sete bilhões de pessoas, a Capital de Mato Grosso do Sul não tem motivos para afogar-se: só alcançará o seu primeiro milhão perto de 2039, conforme projeções feitas pelo geógrafo Sérgio Ricardo de Oliveira Martins, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. "Salvo algum forte evento migratório ou boom industrial, a cidade chegará perto disso só em 2039", ele analisa.

O prefeito Nelson Trad Filho (PMDB) antecipa-se: "Do jeito que estamos, provando até 800 mil habitantes, é possível haver um controle, ter as rédeas da situação".

Inquirido com o fenômeno migratório oposto: "Ultrapassada essa cifra, não se inclui nem se freiam problemas nas áreas de saúde, educação e segurança", O professor diz que se baseia em informações da Organização das Nações Unidas (ONU).

O professor de Geografia Humana, Sérgio Ricardo de Oliveira Martins, do Centro de Ciências Exatas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul,

entende que, pela taxa de crescimento anual de 0,7%, o Brasil chegara em 2039 com mais de 304 milhões de habitantes. "Contudo, a projeção feita pelo IBGE indica que nesse ano o País deverá contar com pouco mais de 283 milhões de habitantes, passando a experimentar um crescimento negativo a partir de 2040, chegando em 2050 com 265,2 milhões", analisa.

Apesar de a mesma projeção para a Capital, em 2039 a Capital contará com pouco mais de 965 mil habitantes e, em 2050, com aproximadamente 887 mil. "É difícil precisar quando Campo Grande terá 1 milhão de habitantes. É razoável su-

por que isso não ocorrerá pelo menos nos próximos 20 ou 25 anos", assinala.

Embora o cálculo de Martins seja feito sobre uma população de 782,2 mil habitantes, o IBGE informou ao Tribunal de Contas do Estado uma estimativa de 796,2 mil habitantes.

Conforme o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000, realizado no 5.º ano, a taxa anual de crescimento do Estado foi de 0,69%. Em 2009, a taxa anual de crescimento do Estado foi de 0,72%.

Área urbana de Campo Grande ocupa 5% do total

Com projeção populacional para 2050, Campo Grande (809 mil km²) seria em média 129 moradores por quilômetro quadrado.

O vasto urbano na cidade totaliza 204 mil terrenos. Segundo a prefeitura, já somou 120 mil, entretanto, 32 mil foram usados por incorporadoras.

A área urbana de Campo Grande ocupa apenas 5% da área do município e a tendência maior de crescimento é em direção ao norte e sul, informa a diretora-presidente do Instituto Municipal de Planejamento Urbano, Marta Martins.

Nas regiões leste e oeste existem as Áreas de Proteção Ambiental (APA), que têm restrições de ocupação, a exemplo da Lagoada, Cereia e Guaratubá, ela explica.



De acordo com a diretora-presidente, o Plano Diretor de Campo Grande (Lei Complementar nº 94/2004) tem

vários instrumentos que já são usados para combater os vazios demográficos. O plano recomenda que as ma-

Município cresceu 1,72% ao ano na última década

A taxa de crescimento de Campo Grande no período 2000 a 2010 foi de 1,72% ao ano, em média. Conforme a coordenadora de divulgação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Isabel de Paula Costa, não existe projeção futura do IBGE específica para a Capital.

Se a taxa de crescimento em 2010, de 1,66%, fosse mantida nos próximos anos, apenas em 2020 Campo Grande alcançaria um milhão de habitantes. Mas o professor Sérgio Martins destaca que isso só ocorreria na hipótese de não se fazer em termos de políticas públicas relacionadas ao comportamento reprodutivo da população brasileira, ou seja, nenhum tipo de intervenção sobre a fecundidade.

Para o professor Sérgio Martins, a preocupação do prefeito Nelson Trad, que disse não ser possível frear problemas nas áreas de saúde, educação e segurança se a Capital ultrapassar a marca de 800 mil habitantes, pode ser solucionada com planejamento.

"Com um milhão de habitantes, um acréscimo de 25% na população total atual, é claro que a preocupação com o provimento de infraestrutura, moradia, empregos e serviços públicos - para citar as demandas mais importantes - é absolutamente procedente", concorda Martins. "Mas a insuficiência desses recursos depende de uma série de fatores já conhecidos, entre os quais, investimentos e planejamento", lembra.

Apenas 13 cidades do País ultrapassam a marca

Dados do IBGE revelam: 13 cidades brasileiras contêm com mais de 1 milhão de habitantes. Dessas, três não possuem São Paulo, Guarulhos e Campinas.

Em 2010, durante a contagem populacional anterior, dez cidades tem além dessa marca: Guarulhos com 971 mil habitantes e Campinas, 869 mil pessoas.

Com 90,1 milhões de habitantes, o município de São Paulo é o mais populoso do

País. Em seguida vêm a cidade do Rio de Janeiro (8,1 milhões), Salvador (2,9 milhões), Fortaleza (2,4 milhões) e Belo Horizonte (2,4 milhões).

Superaram o primeiro milhão de habitantes, entretanto, não chegaram ao segundo: Curitiba (1,6 milhões), Recife (1,5 milhões), Porto Alegre (1,4 milhões), Belo Horizonte (1,4 milhões), Goiânia (1,4 milhões), Guarulhos (971 mil habitantes) e Campinas (869 mil habitantes). O Distrito Federal tem 2,8 milhões de habitantes.

Taxa de natalidade

Em quatro hospitais de Campo Grande nascem em média 59 crianças por dia

SETE POR DIA

Em média, a partir de 2011 nasceram 1,2 mil bebês no maternidade da Santa Casa de Misericórdia - 1205 em partos cesáreos (52% do total) e 560 em partos normais, numa média de 7 por dia.

11 POR DIA

Em média, nasceram 232 bebês, em março, 257 bebês uma redução para 204 nascimentos em agosto.

QUATRO POR DIA

Em média, nasceram 11 bebês por dia no Maternidade Lúcio Martins, de janeiro a setembro, quando nasceram 1.073 bebês.

QUATRO POR DIA

Em média, nasceram 11 bebês por dia no Hospital Regional Rito Pedreira compostos de janeiro a setembro, 1.082 nascimentos, com média de quatro por dia.

MORTALIDADE

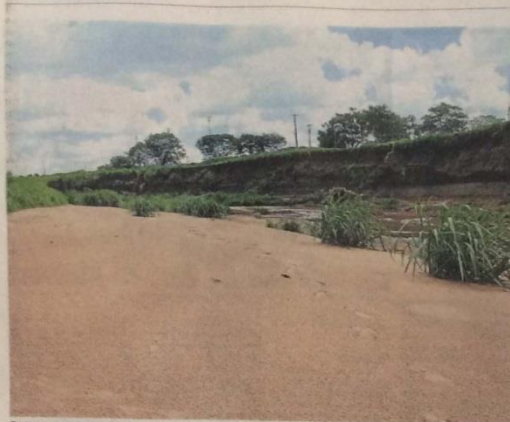
Em 2010, nasceram 11 bebês por dia em Campo Grande e de 5,8 mil, composta a média de 10 por dia. O índice de mortalidade infantil é de 14,4 por mil nascidos vivos.

Dados fornecidos por maternidades e pela Secretaria de Ação Social do Município de Campo Grande.

ESPECIAL

Correio do Estado
Sexta-feira, 11 de novembro de 2011

12a



Techo alagado do Rio Anhanduí e "todão" de vida no região do Anhanduízinho, na manhã de ontem: reunião que iria debater o futuro de uma das principais bacias hidrográficas da Capital acabou estocada



ESPECIAL

Ação só será possível com o permanente controle da qualidade da água e a manutenção das áreas de preservação entre os córregos Imbirussu e Três Barras

Recuperação do Anhanduí demora 10 anos

A recuperação plena da Bacia do Rio Anhanduí - localizada em Campo Grande e que possui 3,06 mil quilômetros quadrados - só deve ocorrer no prazo de uma década, isso se o controle da qualidade da água e a manutenção das áreas de preservação permanentes entre a confluência com os córregos Imbirussu e Três Barras forem levados a cabo. A informação foi dada ontem durante reunião que debateu o enquadramento do Rio Anhanduí, durante a qual foi apresentado estudo elaborado pela Demeter Engenharia Ltda. para a empresa Águas Guaratuba.

No entanto, a ausência de autoridades que deverão decidir a respeito do assunto, frustrou os organizadores. Nem deputados, nem promotores de justiça apareceram no local. Apenas uma organização não governamental (Instituto Planeta Pantanal) prestigiou a reunião, no Centro de Educação Ambiental Leonor Fagnato Santini. Também houve o vazio de membros titulares do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, que poderiam dirimir em primeira instância eventuais conflitos relativos ao uso da água, que atualmente é uma preocupação mundial.

Dos 22 membros titulares do conselho, entre os quais o secretário estadual de meio ambiente, Carlos Negretti Medeiros, a Federação das Indústrias de Mato Grosso do Sul e a Universidade Católica Dom Bosco enviaram representantes. Com a reunião "evazada", inviabilizaram-se possíveis dúvidas quanto ao encaminhamento de 36 propostas de ações e a efetivação do enquadramento da Bacia do Anhanduí. O secretário municipal do meio

ambiente, Marcos Cristóvão, reuniu "a busca de uma gestão eficiente para as bacias", destacando o Programa "Córrego Limpo".

"Não foram identificados todos os empreendimentos poluidores, porque muitos são antigos"

ambiente, Marcos Cristóvão, reuniu "a busca de uma gestão eficiente para as bacias", destacando o Programa "Córrego Limpo".

Drenagem

Campo Grande tem baixa densidade de drenagem e alta permeabilidade de solo, informou o engenheiro sanitário

Lucas Meneguetti Carmona, ao expor o diagnóstico que aponta 93 habitantes por quilômetro quadrado ao longo da bacia que é sujeita a interferência de bovinos, galos, frangos, pintos, soja, milho, sorgo e pastagem nativa. "Não foram identificados todos os empreendimentos poluidores, porque muitos são antigos e se desconhecem a sua produção", revelou Carmona.

Em termos de uso e ocupação do solo, 70% da bacia estão preservados, 20% com portos e a atividade pecuária e 8,8% o antropismo - atividades humanas e poluidoras. "Culpados? Todos somos, a sociedade é culpada", admitiu. O chefe de divisão de licenciamento ambiental, Ivan Pedro Martins, disse que os conselheiros não precisam perceber do que consideram "oficina técnica". "Hoje haverá mais uma."

Rio sem poluição 'custa dinheiro', diz engenheiro

"O rio se recupera, mas a classificação de classe especial (doze zero de poluição) custa dinheiro", afirmou o engenheiro civil Enio Artero Shimizu, um dos elaboradores do estudo, sem mencionar cifras. Segundo Enio, a coleta para detectar e quantificar cargas poluidoras agrícolas, animais e de lançamentos industriais foi feita em 13 pontos do município.

Campo Grande tem atualmente cinco unidades

de preservação, mas suas águas subterrâneas não foram ainda dimensionadas, embora após a captação da água consumida na Capital sejam tratadas no "filtro" de 2010, indicava uma vazão de 5,9 mil metros cúbicos por hora. Mais de 65% das ligações de esgoto, perfazendo 85% da demanda humana, vão para o leito dos córregos que desagüam no Rio Anhanduí.

SOS Prosa

A Campo Grande saudável do Terceiro Milênio exige pressa. De imediato o diagnóstico recomenda a secretaria municipal de meio ambiente a preter-

ir o limite da UC e o Parque Urbano, paralelamente à preservação aquática, pretendendo-se também a harmonia paisagística, com rigorosa fiscalização dos lançamentos clandestinos. (MC)

ir o limite da UC e o Parque Urbano, paralelamente à preservação aquática, pretendendo-se também a harmonia paisagística, com rigorosa fiscalização dos lançamentos clandestinos. (MC)

Estudo sugere educação ambiental

A irrigação de hortifrutis, desidentificação animal e recepção de águas fluviais no limite da Unidade de Conservação (UC) Matas do Segredo até a confluência com o Córrego Prosa é um grave problema. Tanto quanto os esgotos clandestinos. Ambos devem ser solucionados no máximo em cinco anos. Para tanto, o estudo sugere a educação ambiental e o apoio à formação do Comitê do Anhanduí.

A recepção e transporte de águas servidas clandestinas, efluentes industriais e drenagem de água das chuvas na confluência entre os córregos Prosa e Segredo até a ETE Los Angeles também devem ser solucionados nesse prazo, lá os esgotos domésticos tratados de Campo Grande e as águas pluviais não têm capacidade de diluição. O prazo de solução dobra para dez anos.

O espaço entre a Avenida Rita de Andrade e a foz do

Córrego Bandeira, incluindo afluentes, requer atenção. Mesmo cortando uma área de preservação permanente até o Rádio Clube Campo e atravessando área desmatada, o córrego é vítima dos lançamentos clandestinos de esgotos. Para essa área o diagnóstico aponta a urgente ampliação da coleta e do tratamento e, ao mesmo tempo, a fiscalização e o monitoramento da qualidade da água. (MC)

Prefeitura acelera obras para evitar furtos de fiação

LUCIA MOREI E FABRICE LOPES

Quatorze quilômetros de fios de cobre foram furtados de duas obras da Prefeitura de Campo Grande que ainda não foram inauguradas: o Imbirussu-Cerradinho e o Lago. Segundo a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Transporte e Habitação (Semtrah), somente no Complexo Imbirussu-Cerradinho foram furtados 10 quilômetros de

fiação, contabilizando prejuízo de R\$ 125 mil - R\$ 100 mil com material e R\$ 25 mil com mão de obra.

Na manhã de ontem o **Comitê do Bando** foi ao Complexo Imbirussu-Cerradinho para verificar o andamento dos trabalhos poucos dias antes da inauguração, que acontece no feriado do dia 15 de novembro. A surpresa foi ver que os tubos que deviam conter os fios de cobre para

a ligação da rede elétrica não estavam lá. Em vários trechos do caminho da Avenida José Barbosa Rodrigues, a grama havia sido removida para a retirada dos fios.

O secretário de obras João Antônio De Marco explicou que "em um dia não fazemos os reparos e recuperamos os fios, no outro já são furtados de novo". Para tentar solucionar o problema, a prefeitura tem acelerado as obras para

que a ligação de energia elétrica possa ser feita. "Se a iluminação está desligada é mais fácil de roubar", disse.

Segundo a prefeitura, o último boletim de ocorrência foi registrado no fim do mês de setembro, envolvendo o furto da fiação da Avenida José Barbosa Rodrigues, do Imbirussu-Cerradinho. Até o momento, a polícia não encontrou os fios de cobre nem os autores dos furtos.



Parte do trecho da Avenida José Barbosa Rodrigues já foi furtado

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 27 de novembro de 2011

12a

PARQUE NACIONAL DA SERRA BODOQUENA

Um longo
caminho para
sair do papel

O parque, cujo
território se estende
entre os municípios de
Miranda e Porto Murinho,
localiza-se perto do Campo
dos Índios - a reserva
indígena kadéülü

MONTESINA CRUZ

Depois de dois meses percorrendo matas, grutas, cavernas e rios para um trabalho de georreferenciamento, a equipe mista do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estimou na semana passada que registrará ainda em novembro os limites de pelo menos uma das três áreas adjacentes pelo Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Uma parte da reserva

Sol de Maio (9.965 ha), que já tinha certificação, ficando apenas o desmembramento.

"A certificação é indispensável para o Parque obter a matrícula no Cartório de Registro de Imóveis", ressalta o chefe da unidade, Fernando Villela.

Criado por decreto federal em 21 de setembro de 2000, o parque de 772 mil hectares localiza-se no município de Bonito, a 265 quilômetros de Campo Grande, permanece no papel, 11 anos depois.

O georreferenciamento foi feito nas fazendas Boqueirão, em Bonito, Rancho Branco e Sol de Maio ambas em Bodoquena. São as áreas mais conhecidas, embora existam as menos acessíveis e outras pouco visitadas.

"São objetivos difíceis de se cumprir", diz Villela, que conta com apenas dois servidores. "Buscamos avançar, valorizando o Conselho Consultivo do parque, aplicando melhor o mapeamento e consolidando pesquisas já feitas para o uso público", ele se compromete.

Segundo Villela, na Fazenda Boqueirão (55 mil ha), os trabalhos foram feitos ao longo do Rio Perdido e do Córrego Tapuara, com linhas oeste e leste.

Na Fazenda Rancho Branco (1,1 mil ha), os acessos foram por terra, mas com alguns cursos d'água nos limites das áreas (Rio Salto e Córrego Salobrinha). A parte da Fazenda Sol de Maio, adquirida mais recentemente, era praticamente desconhecida.

O ICMBio mantém a reserva de madeira em algumas áreas percorridas e, ao mesmo tempo, criação de gado bovino. Outras, intocadas, em sua maioria guardam rochas "deite de cilo".

"São rochas calcárias desgastadas pela água das chuvas que se transformam em extensas áreas de um chão de pedras, entremeadas por valetas e abismos", explica o agrônomo.

Apresentam uma variedade pequena de plantas pelo pouco substrato para seu desenvolvimento, mas podem-se encontrar bonitas orquídeas nos troncos das poucas árvores existentes.

Nas áreas visitadas, as únicas benfitorias existentes são pastagens naturais, o que na situação do parque é algo indesejável. "Precisaremos fazer pesquisas de controle, recuperação e de cercas que não podem ser aproveitadas para a utilização e proteger alguns limites da unidade de conservação", afirma.

Para 2012, o chefe do Parque planeja reunir o conselho a cada três meses, combater incêndios florestais por meio de uma brigada que voltará a atuar em junho, atender a demanda por pesquisas a partir de janeiro, e reconhecer as áreas adquiridas, mediante um trabalho de fiscalização.

Ao mesmo tempo, Villela quer atender a expectativas distintas de quem está na época seca, e do plantio de transplantes.

Fazendeiros
reivindicam preço
justo pela terra

"Nossa torcida, bem mais que expectativa, é que as questões fundiárias sejam solucionadas com menos burocracia sobre a cadeia dominial", comenta o secretário municipal de Meio Ambiente de Bonito, Edmundo Diniz. "É isso, o que importa o parque", adverte.

Essa negociação deve ser igual a uma relação comercial, que varia conforme a qualidade de cada área", ele explica. Diniz espera que a reserva legal constante no novo Código Florestal signifique "um bom caminho" para o parque funcionar. "O proprietário em falta com o verde poderá negociar diretamente com o vizinho que está lá dentro do parque, obtendo boa indenização para ceder uma parte", analisa. Para o presidente do Sindicato Rural de Bonito, Marcelo Bertoni, a indenização "ainda é um entrave".

"Em ocasiões anteriores ela não correspondia ao preço real".

Lamentou a suspensão de planos de manejo impostos aos proprietários Antonio Couto, José Carlos Bolzan, Leo de Brito, e aos donos das fazendas Formosa e Nossa Senhora Aparecida. Alguns criavam gado rebovo ou engordavam bezerros. Bertoni sugere ao ICMBio convidar corretores de imóveis rurais em Campo Grande por considerá-los "capazes de avaliar corretamente as propriedades, considerando o seu real aproveitamento e valor".

Segundo o chefe do parque, Fernando Villela, a introdução de pastagens poderá resultar inclusive, na apreensão do gado, caso os pecuaristas não evitem a situação.

Ainda conforme Villela, um dos proprietários cujas terras já foram adquiridas, pretende negociar com o ICMBio uma área bem preservada, não abrangida pelo parque.

Código Florestal freia negociações

O Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio) dispõe de apenas R\$ 687 mil provenientes de compensação ambiental para adquirir terras. Alguns proprietários preferem não vender diretamente a área ao instituto, esperando conseguir melhores preços em vendas para desconexão de reserva legal.

Para o chefe do Parque, Fernando Villela, na venda à autarquia a avaliação é feita com base em normas técnicas. Na venda para desconexão de reserva legal a negociação é feita diretamente entre o proprietário da área do parque ainda não adquirida pelo ICMBio e o proprietário que não tem área de reserva legal suficiente.

"Com essa área no parque, após di-

gão para o ICMBio, esse proprietário fica desonerado da reserva legal deficitária", garante Villela.

No entanto, ele reconhece que, mesmo havendo alguns processos de desconexão de reserva legal com áreas abrangidas pelo parque, tanto os encaminhamentos como as negociações de novas áreas com essa finalidade estão praticamente paradas à espera de uma definição sobre a revisão do Código Florestal.

Normalmente, ele é feito posteriormente à aquisição das áreas. No caso das três já negociadas ele ocorreu depois da aquisição por causa de alguns erros na documentação e exigências maiores surgidas depois. "Para que o registro saísse de lá, outros passos

posteriores precisam ser dados, para algumas áreas mais, para outras menos", comenta o agrônomo.

Com essa área, no parque,
após doação para o ICMBio, esse
proprietário fica desonerado da
reserva legal deficitária

O plano de manejo da unidade de conservação é o documento que orienta essas ações. Embora pronto, precisa ser publicado para ser mais força e implementado para ser efetividade.

12

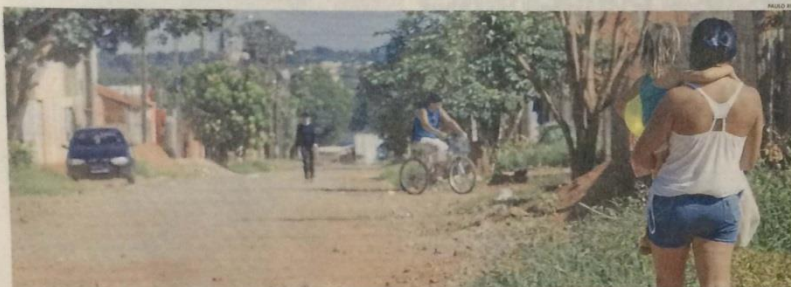
Correio do Estado
Segunda-feira, 5 de dezembro de 2011

ESPECIAL

MAPA DA MISÉRIA

Comunidades pobres da Capital ainda dependem do voluntariado para se redimir dos partos prematuros, vícios, abandono e o desconforto da falta de saúde

Parque chora entre a vida e o abandono



Com bebês no colo, mães carentes cruzam o rio no Bairro Parque do Sol, na divisa com o Bairro Colônia; aumentou para 4,8% o percentual de recém-nascidos abaixo do peso normal em Campo Grande.

MONTAGEM: DIOZ

Partos prematuros, crianças abaixo do peso ideal, mulheres e companheiros usuários de álcool, drogas e cigarro: jovens mães de até 22 anos de idade, com o corpo malformado e que já embalam bebês, mesmo desconhecendo noções de higiene corporal.

É o choro entre a vida e o abandono num cenário de oito comunidades pobres dos bairros Colônia, Dom Antônio Barbosa, João Neumann, Lagrado e Parque do Sol.

A situação ali constatada está inserida no relatório amanejado quarta-feira pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), segundo o qual piorou o indicador entre brasileiros de 12 a 17 anos. De 2004 a 2009, o percentual de adolescentes vivendo em famílias com bebês cresceu de 18,3% para 27,6%, o que representa 10 milhões de pessoas.

A coordenadora da Pastoral da Criança no Parque do Sol, Eunice Alves de Alencar, 56 anos, depista com essa realidade. Técnica em enfermagem, ela vai além das reuniões aos sábados, recebendo regularmente mães angustiadas dia e noite, em busca de socorro para os filhos febrís, com vômito, dor de cabeça ou diarreia. Muitas vezes são, elas próprias, desnutridas, sofredoras, querendo melhorar.

Como o ambiente sereno, o olhar de resignação, voz calma e, sobretudo, gestos de amor com famílias que ajudam a construir, ela diz: "Faço o possível". No momento, a Pastoral atende ensaios de bebês, que estão sempre em falta.

A Rua Sete de Setembro, onde mora dona Eunice, é talvez a mais conhecida do Parque do Sol. Há 20 anos ela tembeira casa por casa dos bairros desse cinturão, compartilhando suas agruras e também as alegrias.

Em que vivem naturais adversidades, a Paróquia Nossa Senhora da Guia está entre as contempladas pela dor do sublime, usado e persistente trabalho dessas decenas Pastoral.

"Sinto-me gratificada, mas precisamos formar novos líderes", afirma Eunice. Três horas depois de retornar de uma consulta médica, ela volta a cuidar da saúde dos pequenos. Quantas vezes fez isso desde 2003, quando começou a cuidar de mães desde a gestação?

Mais que a distribuição do soro caseiro, da presença de crianças e da distribuição da multivitaminada altamente calórica fornecida pela Arquidiocese de Campo Grande, a vida ocupa o primeiro lugar entre os valores citados pela Pastoral. Nas reuniões mensais, a instituição orienta a todos e incentiva reflexões. Esperando encontrar e formar novas lideranças, 11 paróquias ministraram para eles cursos com duração total de 40h. Sempre há lugar para mais uma mãezinha.

O que é a multivitaminada

A multivitaminada distribuída às mães é um composto com 70% de ferro da arca (na verdade glúten), 10% de pó de leite de mamadeira e 10% de pó de semente de girassol. Outras folhas verde-escuras, sementes de abóbora e melancia, e cascas de alho também podem ser acrescentadas ao complemento alimentar.

A multivitaminada virada pela pediatra Clara Takaki Brandão atende atualmente 271 crianças no Bairro Parque do Sol e cerca de 4 mil em Campo Grande.

A gestante que usa a multivitaminada tem o parto mais tranquilo: a criança nasce bem nutrida e o leite materno decorre mais fácil, indicada também para a eliminação da cálcio menstrual, equilíbrio hormonal e redução da incidência de má formação congênita do feto, se ingerida nos 4 meses que antecedem a gravidez.



Eunice (à) recebe a família de Elisângela Nunes (filha adotada), apoiada pela Pastoral da Criança.

Para Elisângela, gratidão é tudo

Além da fé e da perseverança, o reconhecimento move a Pastoral da Criança. Elisângela Cristina Ferreira Nunes, 30 anos, mãe de dois filhos, manifesta gratidão "pelo apoio e por tudo o que recebi de bom". Mãe de Vinícius, 2 anos e 8 meses, ela foi pesá-lo no final da semana: 12 quilos.

Levou também o solitário Paulinho, três anos e oito meses, 13,5 kg, nascido prematuro aos oito meses. "Ele vem aqui desde bebêzinho, está ótimo, está que só", conta. Os dois bebês amamentam com outras crianças durante a presença.

No carrinho de lenha, um bebê

De quem é essa criança? - pergunta o comerciante e pastor evangélico Josias Batista, 52 anos. A menina, de 13, responde: "É minha".

Mãe aos 22, a menina foi vender um carrinho de lenha na Mercadão Iluminado e no meio da carga, quinquilharia, mirandinho, estava o bebêzinho de apenas um ano.

Surpresa, Josias e a mulher dele, Neide, aprenderam a conviver com situações semelhantes. Há 26 anos abrem e fecham o estabelecimento, visualizando o tráfico de drogas à luz do dia na área verde em frente. "Aqui, os assaltos acontecem de dia mesmo, e o ponto policial fica ali no Colônia", afirma. E após, precisamos urgentemente de um distrito aqui", afirma Batista.

Já presenciaram manifestações de agentes federais à procura de traficantes na área. "Eles encontraram os moços com motos e armas pesadas, e foram embora".

As três, o ônibus nº 339 faz mais uma de suas viagens de viagens diárias no asfalto na Rua Evênia Seligowski. As demais ruas aguardam obras de esgoto. Quase coberta, poeira e engano são prometidos há quatro anos. O tempo falta cobrir 84,8% pelo serviço e poucos podem pagar. "Este bairro está esquecido", ele lamenta.

Elisângela trabalha em casa, criando os filhos, enquanto o marido André, 29, trabalha como cabeleireiro. A tradição da Pastoral da Criança reúne exemplos de esperança, conquistas, superação de dificuldades e transformação social.

Desde a gestação, as mães recebem uma pequena cartilha com orientações, denominada "Lacos de amor". Até há pouco tempo elas participavam de um curso em parceria com a vereadora Thaís Helena (PT). Aprenderam a produzir bordados em chifres, máscaras de geladeiras e outros adornos. (MC)

Abaixo da média

O percentual de bebês com baixo peso entre mães pobres em Campo Grande aumentou de 4% para 4,8%, comparando-se o 1º trimestre de 2010 com o mesmo ano, revela o relatório da Pastoral da Criança.

Segundo o Ministério da Saúde, em 2010 o índice de bebês nascidos com menos de 2,5 kg no País foi de 8,4%. Há dez anos era de 7,9% - o ideal para a Organização Mundial de Saúde.

Entre as dificuldades, sobressaem alguns dados positivos: passou de 89,4 para 92,5% o total de gestantes com bebês em casa, e de 66,3% para 67,6% o de crianças amamentadas no peito.

Ações da Pastoral melhoraram a Comunidade Santos Apóstolos Pedro e Paulo, morou Acácia Regina Milhomem Santos em estudo feito para o Centro de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão da Universidade Católica Dom Bosco. "Mulheres atualmente líderes antes foram mães atendidas pelos voluntários, depois, apoiaram nos dias de celebração da vida, participaram da capacitação oferecida pela paróquia e ganharam em crescimento humano", ela explica.

Outra, domingo, foi dia de confraternização na Rua Dirio Anhanha, no Lagado: as crianças brincaram, almoçaram com os pais e assistiram a missa celebrada pelo padre Sérgio. Estão ansiosas pela festa natalina, cujo êxito depende de colaboradores.

O padre Agenor, responsável pela Pastoral na região, e o padre Sérgio, pároco da Igreja Nossa Senhora da Guia, aguardam manifestações de apoio. (MC)



O pastor Josias e sua esposa Neide convivem diariamente com o tráfico de drogas no região.

Sonho de um pedreiro

Cajula de sete irmãos (filhos do casal) José Carlos e Neusa Xavier, Leandro Carlos Xavier, 17 anos, caminha com as trincheiras por uma rua na confusão dos bairros Dom Antônio e Cidade de Deus.

Quase em frente ao Exato, ele recebe a notícia de que um terço dos quase seis milhões de jovens pobres ou muito pobres vivem nos dez maiores regiões metropolitanas do País, incluindo o Distrito Federal. Continua, mas não quer ser fotografado de

frente. Como que já trabalha como servente de pedreiro, recebendo R\$ 40 por dia.

Segundo a Unicef, na população em geral o percentual de extrema pobreza - renda per capita (por cabeça) inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 128,70) - diminuiu de 12,4% para 11,9% no mesmo período.

Leandro vive em 0000 de Itaipava de Bona (RJ), onde nasceu. O pai não conseguiu verba para a aquisição e vendê-la também no centro de Campo Grande, a mãe cuida da casa.

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 11 de dezembro de 2011 12a

VOLUNTARIADO

Clube que reúne adolescentes resgata o civismo, doa-se em benefício de causas nobres e ganha o apoio de um bairro próximo à Rodoviária de Campo Grande

Desbravadores redescobrem o Betaville



As poucas elas se inserem no grande leque do voluntariado. Desbravadores limpam uma área no Betaville e se preparam para novas missões semelhantes em outros bairros carentes de Campo Grande.

MONTAGEM CRUZ

Nem bem adotaram uma área verde próxima à Estação Rodoviária da Capital, 40 adolescentes da Comunidade Betaville encontraram mais lixo a ser coletado. É um velho problema, porque lixo não tem fim.

Três semanas depois de recolherem sete toneladas de lixo – plástico, sofás velhos, restos de madeira, tijolos quebrados, peças e outros objetos – e de capturar uma área de 1,5 hectare situada a 12 quilômetros do centro de Campo Grande, eles redescobriram o local. São associados ao Clube de Desbravadores Lelo de Jêda, marido por lições da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

O nome desse bairro residencial que mistura o Beta (de origem germânica) com o site (cidade em francês) já inspira similitudes nacionais e internacionais. Ficou no Betaville um dos novos Centros de Educação Infantil (Ceis), cuja obra está enguiada próxima à área verde.

Na manhã de sábado, uniformizados e cumprendo o ritual da ordem unida, os Desbravadores planejavam as próximas ações, cada qual começando os lotes de especialidades.

"Clube ali, ainda tem serviço", aponta Felipe Lucas, um dos diretores do clube. Nos arredores da área verde, alguns jovens se curvaram carregados com entulhos de construção à espera da coleta.

As famílias das redondezas perceberam que o esforço dos jovens deu certo.

Maria Genoveva Ferreira, 47 anos, dona de casa, comenta: "Quanto mais limpo, melhor, né? É igual ao coração da pessoa, tem que ser assim."

O instrutor Luis Carlos Held indaga e ele mesmo responde: "Quem diz que adventista não trabalha aos sábados? Nós trabalhamos e a mandamento, estamos com a família e nosso trabalho comunitário nesse dia é voltado para Deus".

Bem dispostos ao assumirem o compromisso de limpar e conservar o terreno, os Desbravadores logo receberam o apoio de moradores que abasteceram com mão de obra, lanches e ferramentas.

O zelador de piscinas Paulo César providenciou lixeiras, rastelos, aparador de grama, carrinhos de mão, enxada e sacos de cal. Proprietários do Mercado Mister Anchieta forneceram sacos de lixo, plásticos e refrigerantes.

Em maio o grupo auxiliou membros do Projeto Esperança a distribuir 1,2 mil peças de roupas para diversas famílias do Bairro Cidade de Deus. Agora pretende visitar a nascente d'água do Bairro Maria Aparecida Pedrossian. Os Desbravadores são estudiosos de arbustos, cactos, árvores e plantas medicinais, entre as quais a samambaia.

Também conhecem o ciclo reprodutivo de diversas espécies, estudam flores, insetos e animais domésticos. São ecologistas, dos quais a cidade não pode prescindir.

Formando cidadãos com ética e valorizando a vida



A sociedade está violenta e os jovens, mal preparados para a vida, opina o instrutor do clube, Luis Carlos Held. "Aqui temos a oportunidade de formar cidadãos com ética, a Igreja tem a frente disso", diz. Paralelamente à limpeza de terrenos e conservação do verde, o grupo também faz doação do material arrecadado. Foi assim, por exemplo, que atendeu a 130 famílias carentes, distribuindo entre elas peças de cama e banho doadas pelo Hotel Ibis, da rede Accor Hotels.

A entrega festiva ocorreu no dia 30, depois da inesquecível apresentação dos contos da Igreja Universitária e da Social e dos violonistas do Grupo Choro da Vir.

"De jeito que as coisas andam, poderiam até sofrer a redução das drogas, cigarro e álcool, mas aqui eles prestam serviços, salvos do pecado", comenta seriamente a diretora associada dos Desbravadores Ellen Costa.

A arrecadação de roupas prossegue, ela informa. Paralelamente, os jovens arrecadaram contribuições diversas para poderem participar em 2012 do 2º Campori (encontro anual dos desbravadores) da União Centro-Oeste Brasileira, em Brasília. Em 2009, o Campori em Wisconsin (EUA) mobilizou 35 mil jovens. O 1º acampamento de jovens ocorreu na Austrália, em 1985.

"Aqui temos a oportunidade de formar cidadãos com ética, a Igreja toma a frente disso."

Na Divisão Sul-Americana, o 1º Campori de Divisão aconteceu em Foz de Iguaçu (PR), nos últimos dias de 1984, nos primeiros dias de 1984. O 2º foi promovido em Ponta Grossa (PR), no início do ano de 1984, e o 3º em janeiro de 2005 em Santa Helena (PR).

2 milhões no mundo

Quem ainda não os conhece pode confundir com outros. Mas eles são bem diferentes.

O movimento é um movimento nascido em 1977 na Inglaterra, quando o então Coronel Robert Ingham, um jovem inglês, nasceu em

grupo de 30 rapazes de várias origens, entre as idades de 11 a 16 anos, levando-os para um acampamento de uma semana na ilha de Brownsea, no Canal da Mancha.

O Clube de Desbravadores promove regularmente em Campo Grande atividades para crianças entre 10 e 15 anos, de diferentes classes so-

ciais, cor ou religião, sob a liderança espiritual do pastor Evanildo Pereira. Faz parte de uma organização mundial com cerca de dois milhões de jovens patrocinada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Entre 1980 e 1990 em 90 mil sedes instaladas em 180 países.

Rediretem-se uma vez por semana para aprender a desenvolver seus talentos, habilidades, percepções e o gosto pela natureza.

"Além da habilidade com nós, cordões, Linguagem Resiliente de Sinais, eles procuram conhecer o ambiente em que vivem, compreendendo limites e evitando obstáculos", explica o instrutor do Clube Lelo de Jêda, Luis Carlos Held.

Acrescenta: "Todos aqui apreciam atividades ao ar livre, acampamentos, contribuições, esportes, exploração nos montes e cavernas".

Os desbravadores se inserem plenamente no mundo moderno, sendo livres e felizes por eles ajudados podem se dedicar a outros talentos. É que a maioria aprende a trabalhar ao ar livre. E fazem fogo sem fósforos.

Missão é superior

Atualmente milhões de jovens devem se dedicar à missão. Um dos principais motivos para isso é o espírito da liderança e equipe. Agilidade para facilitar a vida, promover a mudança, melhorar a qualidade de vida, melhorar a saúde, melhorar a educação, melhorar a cultura, melhorar a economia, melhorar a política, melhorar a sociedade, melhorar a humanidade, melhorar a vida.

ANEXOS B
(REPORTAGENS DE 2012)

ESPECIAL

Correio do Estado
Domingo, 8 de janeiro de 2012

12a

COOPERAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Expedição visitou a região durante 150 dias conhecendo experiências de pecuaristas, peões e indígenas. Guia publicará sugestões para conservar o bioma.

Prática pantaneira garante sobrevivência

EXPEDIÇÃO PANTANEIRA, POR FAVOR, NÃO SE DESVIE



A equipe percorre o Pantanal entre os estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, onde constatou que já é possível a proteção de diversas áreas com a somatória de recursos técnicos, financeiros e logísticos.

MONTAGEM CRUZ

Ciência e meio ambiente conquistaram mais uma vitória no Centro-Oeste Brasileiro. Novas rotas, 11 pantaneiros visitados, 14,5 mil quilômetros rodados, 1,3 mil litros de óleo diesel consumidos, 150 pessoas entrevistadas e 77 iniciativas de sustentabilidade identificadas e sistematizadas.

Este é o resultado da Expedição Pantanal, que mapeou iniciativas úteis para a região da Bacia do Alto Paraguai. Conclusão: o pantaneiro já contribui para a sustentabilidade da maior planície inundável do mundo (60 mil km² entre o Brasil, Bolívia e Paraguai).

Muita coisa boa está sendo feita. Temos referências que podem ser amplificadas para que o Pantanal seja consolidado como área que alia inteligência, renda, justiça social e uso sustentável dos recursos naturais, conservando esse bioma tão único, comentou ontem a bióloga Luciana Egito, coordenadora executiva da Expedição e responsável pelo planejamento e ações em campo.

Com iniciativa do Instituto SOS Pantanal, a expedição começou em 30 de julho de 2011 e foi concluída cinco meses depois. Promoverá duas grandes exposições, em Campo Grande, na Semana do Dia do Meio Ambiente, e em Cuiabá, na Semana da Árvore.

Nos espaços interativos as pessoas revisitarão os locais por onde passou a expedição pesquisando materiais de construção, alimentos, pro-

dução, cooperação, parcerias, capacitação, intercâmbio entre propriedades, inovações, gestão de recursos naturais, resíduos sólidos, vegetação, fauna, desenvolvimento local, sociocultural, de saúde e de educação.

O Instituto publicará um guia de boas práticas, evidenciando como podem ser aplicadas e que aspectos da sustentabilidade atendem. Antes disso, porém, os itens serão debatidos. Afinal, os atores das experiências são os pantaneiros e eles serão ouvidos novamente para legitimar os estudos.

Avanço na conservação a equipe se reuniu com membros da Rede de Proteção e Conservação da Serra do Amolar, uma parceria entre organizações proprietárias de terras ao longo do eixo do rio Paraguai em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

Percebeu que prosperam ações de gestão integrada de conservação e contribuição para a proteção de áreas que criam um grande mosaico no qual se usam recursos técnicos, financeiros e logísticos.

Dureza na educação: constatando as dificuldades de acesso às margens do Rio Paraguai, o Instituto Acaia Pantanal não esperou o poder público cumprir seu papel, ofereceu ensino de qualidade a cerca de 50 crianças que frequentam atualmente o Ensino Fundamental na Escola Jatobazinho, onde antigamente existia uma pousada para pescadores.

Em regime de internato, a escola proporciona aos pais a participação na vida escolar de seus filhos. Eles recebem até quotas de combustível para que participem de reuniões periódicas com a direção da escola.

Pecuarista 'não mata'

"É importante tirar a imagem de que o pecuarista 'mata' o Pantanal, vejo muitos amigos e parceiros fazendo algo sustentável e buscando a competitividade", afirmou o presidente do Sindicato Rural de Poconé, Caio Pio Silva Conde.

Instintivamente os pantaneiros têm noções de biologia, porque conhecem os animais e seus hábitos. Acompanham o ritmo das estações de cheia e seca pelo vaim de várias espécies,

entretanto, quando os animais se mudam para espaços urbanos essa conexão é quebrada, notou a bióloga Luciana Egito.

"Reconhecer cantos, cores, plumagens e ninhos passou a ser um novo interesse dos pantaneiros, daí a chance de resgatar o hábito observador, uma característica evidente deles", comentou Fábio Pellegrini, responsável pela documentação de imagens da expedição.



Trabalho de campo envolvendo pesquisadores e trabalhadores rurais.



Alimentação e moradia: pantaneiros revelam seu modo de vida.



Cantoria e conversa: a marca do encontro entre parentes e amigos.



Criança mostra o jeito bom da convivência com o avô.

Parque será aberto a turistas durante Copa

Conforme previsão do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), até a Copa do Mundo de 2014 pesquisadores e turistas poderão conhecer o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense no município de Poconé (sudeste de Mato Grosso), cuja área é de 135 mil hectares. Criado em 1981, ele já está regularizado.

É ali, na faixa de fronteira com a Bolívia, que os pantaneiros se esforçam para conservar a biodiversidade do cerrado habitado por diversos tipos de animais e insetos. Um sítio arqueológico e um berçário de estoques pesqueiros também compõem o cenário.

O Pantanal tem no Morro Cara-Cara petróglifos e pinturas rupestres com datas estimadas em três mil anos. Segundo o chefe do Parque, José Augusto, a localização privilegiada facilita a pesquisa ao montante da confluência dos dois principais rios da Bacia do Alto Paraguai, Cuiabá (ou São

Artesanato dos Guatá redescoberto

A expedição encontrou-se com a índia guatá Catarina Ramos da Silva, remanescente dos exímios canoeiros do Pantanal. Ela se utiliza da sabedoria secular de seu povo para sobreviver do artesanato de aguapé (ou camailete), planta macrófita abundante na região.

Até há pouco tempo os guatás produziam esteras e abanicos. Capacitados pelo Sebrae e pela Fundação de Cultura de Mato Grosso do Sul, agora fazem cestaria e outros produtos.

A Ecol (Ecologia e Ação) apoiou a Expedição e viu destacado o seu trabalho voltado para a criação da primeira reserva extrativista no Pantanal, na região da Serra do Amolar, onde há populações tradicionais.

Contrária às barragens de hidrelétricas, a Ecol alerta que elas ocasionam a diminuição do fluxo hidrológico da planície. Posição semelhante a de especialistas em hidrologia na Embrapa Pantanal.

Fazendas dão origem a reservas

A Fundação de Apoio à Vida nos Trópicos (Ecotropia), com base em Cuiabá (MT), conseguiu ao longo de 20 anos adquirir as Fazendas Acutrial, Preha, Doroché e Rumo ao Oeste, transformando-as em Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Juntas, elas somam 60 mil hectares, formando um complexo de áreas protegidas, tendo como ponto central o Parque Nacional do Pantanal Mato-grossense.

O administrador da Reserva Acutrial, Wolf Dieter Eberhard, apóia projetos científicos ali desenvolvidos desde os anos 1990. "Atualmente, a fauna e a flora haviam sido extintas da região, devido à produção humana, mas depois que as áreas se tornaram protegidas tudo voltou ao normal", ele disse.

Pesquisadores usam atualmente equipamentos de monitoramento visual de fauna - armadilhas-fotográficas. A flora se recupera e já é frequente o avistamento de tatu-casana, onças-pardas e pintadas, caracóis e quicadas, entre outros outros animais silvestres.

ESPECIAL

Correio do Estado
Segunda-feira, 16 de janeiro de 2012 12a

DIFÍCIL RETORNO

Fragilizados pelas exigências do Ministério Público e do Imasul, seguidores da Igreja da Unificação querem salvar parte dos investimentos de US\$ 50 milhões

Projetos de Moon mofam no Pantanal

MONTIZONA OLIVEIRA DE MEDEIRA

A varanda está suja com fezes de animais, marimbondos invadem os cantos do telhado, e o vento sopra sobre as estufas das telas protetoras. Além do Reverendo Sun Mang Moon e de sua esposa Hak la Han, que ali estiveram no final do século passado, ninguém mais hospedou-se na aprazível casa de alvenaria no alto da colina da Fazenda Salobra em Miranda, no Pantanal sul-mato-grossense.

Treze anos depois de haver autorizado a compra de 56 fazendas por aproximadamente US\$ 50 milhões, onde foram construídos grandes armazéns, hotéis, restaurantes, entre outras benfeitorias, os investimentos de Moon entraram numa via-sacra e por pouco não chegam ao calvário em consequência de disputas pela terra. São 80 mil hectares nos municípios de Bela Vista, Rodão, Bonito, Corumbá, Guia Lopes da Laguna, Miranda, Nioaque e Porto Murtinho. Se esse patrimônio for bem administrado, terá salvação.

"Isso aqui é o mini dentro do macro problema originado também pelas fazendas Rom Petre, Cipião dos Ipiras, Jacutinga e Rodão, somando oito mil hectares", comenta o engenheiro nascenico e pedagogo César Zaduski. Dessa área, o Ministério Público e o Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul exigem mais de dois mil hectares de reserva legal. Já visitada pelo Instituto do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), a propriedade aguarda uma reedificação.

Uma fotografia emoldurada ornamenta a sala onde também há uma estante e um pequeno piquete de madeira seminares, covinizados. A associação aguarda a convocação do MP para complementar o termo de ajuste de conduta firmado em seis de agosto de 2010.

Na casa em Salobra despachava ex-presidente da associação, Kim Yoon Sang, o mais qualificado representante da igreja de Moon na América do Sul. Ele voltou para Seul depois de constatar a expertise de alguns advogados e serviço da Associação das Famílias Para a Unificação e Paz Mundial (Universal Peace Federation). Eles teriam sido "menos leais e mais gananciosos", perdendo até mesmo prazos de recursos judiciais. A UPT é presidida mundialmente por Hyun Jis Moon, filho do reverendo. Na manhã de terça-feira uma cobra jararaca nadava na piscina poluída do hotel, empinando o pescoço e arrastando o bote quando perçeba os visitantes. Morcegos frugívoros saíam em revoada do barbeiro do restaurante, em cujo entorno há coqueiros, mangueiras, seringueiras e gabaieiras. Pinturas em quadros mofam nas paredes, móveis estão empilhados. Alguns apartamentos foram destruídos parcialmente no vendaval mais recente. Antigos chales, uma antena parabólica, um orifício telefônico e caixas d'água cilíndricas completam o patrimônio deteriorado.

Como reagiria Moon se retornasse a Miranda às vésperas de completar 93 anos que serão comemorados no próximo dia 21 em Seul, capital da Coreia do Sul? Ele nunca se sentiu inimigo de ninguém, mas incomodou autoridades ao se estabelecer controversamente na fronteira brasileira com o Paraguai em 1994.

Amante da pesca e do futebol seria inimaginável vê-lo fragilizado com mesquinhez ou vingança, entretanto, esse império sofrera os rigores de leis obviamente mais aplicadas a investidores estrangeiros que ao capital nacional ao qual muitas vezes se fecham os olhos para algumas irregularidades.

Desde o início dos anos 2000 Moon ordena, aos dirigentes da UPT – presente em 184 países – a organização de "festivais globais da paz", em Assisíon e Brasília. Outro evento, a Copa da Paz em Madrid, uniu árabes e judeus em 2009, num êxito retumbante. De Moon se ouve sempre: "Respeitem a tradição de outras religiões e se esforcem para impedir os conflitos e as guerras religiosas. As entidades religiosas devem colaborar umas com as outras e servir o mundo".

Talvez por isso o coração do reverendo seja um poço de sofrimento.



Monte e prédio (alto) onde ficava o laboratório científico, Sidnei (abaixo) quer cuidar de bois em Jardim, sua especialidade



Cerrado, rios e estradas vistos do alto da torre

Com altura de um prédio de seis andares, a torre de cimento e ferro condenada pelo Ministério Público "por desviar do Pantanal" foi vista por muita gente ao longo do seu curto período de utilidade. De picadores que ali deixaram suas marcas a bombeiros, todos se admiraram da sua imponência diante do Cerrado, dos rios, da Rodovia BR-262 e das estradas vicinais. Ao pé da torre, uma caixa d'água pode armazenar 12 mil litros. Incêndios em mata fechada facilitam a queima de postes e provocam a interrupção no fornecimento de energia. A água irriga plantas. Com binóculos, bombeiros localizariam ao longe qualquer começo de fogo; melhor, montariam a estratégia de operação para controlá-lo antes que faça estragos", comenta César Zaduski, descrepionado. "Essa torre em nada mudou a exuberância pantaneira, não afastou animais, não desmatou, e se o ferro não pode ser usado aqui lembro que ele foi usado há décadas em ferrovias e pontes na região". A construção da ferrovia da extinta Rede Ferroviária Federal data do início do século passado, a exploração do ferro e do manganês em Urucum começou nos anos de 1960.

No rastro do saque

"Eu quis comprar mudas nativas e alguns equipamentos, mas não foi bem sucedido", queixa-se o prefeito de Porto Murtinho, Nelson Cíntia Ribeiro (PSDB). A ex-prefeita de Miranda, Beth Almeida (PT) distribuiu mudas por meio do programa "Ação mais Humana". Outras mudas foram entregues à polícia e ao Exército em Miranda. O ex-governador José Orcino (PT) adquiriu alguns beibeches e lanchas.

Moon pretendia instalar um laboratório científico para estudos de animais e microrganismos do Pantanal. A inspeção veio-lhe quando observou insetos percorrendo folhas do aguapé Pintado, pau, doucadas e piranha em espécies capturadas às dezenas no seco, quando o aquíde encorou. O reverendo também sonhava fabricar farinha de peixe para alimentar países pobres do Continente Africano.

"Na verdade, até hoje nem nós sabemos quais seriam as demais iniciativas da inteligência e da bondade do reverendo Moon", diz o diretor do Projeto Jardim, Journal Mazzucato.

Amanhã: disputa, disputa e prédio de prédio. A atual situação do império de Moon em MS.

Um viveiro que não viveu

Vigilante da fazenda reconhecido por seu trabalho, o caseiro Sidnei Conceição, 32 anos, o Bisto, quer voltar para Jardim. Pai de seis filhos, ele já conversou muito com Marinês, sua mulher, combinando o encerramento da missão em Salobra. "Meu negócio é bom, vim para ficar um mês e já estou aqui há quatro anos", desabafa. Usou um pequeno trator para capinar o mato alto ao redor dos chales, em meio a aranhas e répteis. Bisto, um homem gordo, também cuidou da transferência de 140 cabeças de gado cruzado para a Fazenda Aruanã, em Guia Lopes. No entanto, nada pode fazer contra os posseiros,

um deles, Jofre Moerri, que ampliou seus cinco hectares para mais de 30 ao perceber a fragilidade da Associação das Famílias diante do golpe sofrido.

O viveiro foi avaliado em mais de R\$ 6 milhões. "É uma perda para a riqueza se perder", lamenta Bisto. Latas e restos de tubetes equalizaram-se nos canteiros. A lavanderia e a fábrica de gelo estão em pé, entretanto, a maior parte dos 14 motores pôra foi saqueada.

A estufa com 850 mil mudas de 30 espécies de plantas ornamentais e frutíferas viveu muito. Abaixo, mudas de goiaba, manga, acerola, seringueira.

12 CORREIO DO ESTADO
SÁBADO, 11 DE FEVEREIRO DE 2012

Especial > PANTANAL EXCLUÍDO

Preservação ambiental impede extração de óleo

ANP descarta exploração petrolífera na Bacia Pantaneira, entretanto autoriza concessões para 14 mil Km² em municípios da região norte de Mato Grosso

MONTEZUMA CRUZ

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) frustra qualquer expectativa em relação à exploração da Bacia do Pantanal. "Ela não reúne condições geológicas favoráveis para a acumulação de petróleo, principalmente pela pouca espessura sedimentar (600 m) e pela idade de deposição de sedimentos". Além disso, grande parte da bacia é caracterizada por áreas de proteção ambiental, afirma o engenheiro ambiental da ANP, jogando um balde de água fria em possíveis pretensões.

O Ministério de Minas e Energia permite há décadas a exploração de jazidas de terra: mangueira, calcário e mármore nessa bacia, mas com o petróleo, o tom da conversa é outro. Nesse aspecto, devem ser avaliadas as bacias sedimentares sob as condições geológicas para acumulação e elas são diferentes daquelas necessárias para a formação de depósitos minerais. Ouvida pelo *Correio do Estado* a Petrobras, segunda maior petrolífera do mundo, também se esquiva, pois a promulgação da Lei do Petróleo (6/8/1997) passou as companhias à condição de concessionárias. "Podem apenas exercer suas atividades em áreas adquiridas da ANP em licitação", explica a assessoria de imprensa da estatal.

Independente das descobertas na área do pré-sal, atualmente a ANP estimula

>> Crono

No final do século 19 estudos pioneiros apontam Bofete (SP) como um possível local de extração de petróleo, sem êxito.

Em 1930, multinacionais começam a explorar o produto no Brasil. Em 1934, o presidente Getúlio Vargas cria o Departamento Nacional de Produção Mineral; o escritor Monteiro Lobato pede a nacionalização dos bens do subsolo.

Em 1953 nasce a Petrobras. Com duas refinarias (Niterói-RJ e Mangueira-RJ).

Albacora, o 1º campo gigante em águas profundas, é descoberto em 1984.

Descobre-se uma reserva de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo e gás em um poço na área de Tupi, na Bacia de Santos. É a 1ª reserva abastecida de camada de sal. Atualmente, ela soma 13 bilhões de barris.

novos investimentos no setor. Desde 2007, ela destinou R\$ 500 milhões para estudos geológicos. Se o Pantanal está riscado do mapa das perfurações, as bacias do Acre, do Amazonas e da Bacia do Par-

naíba abrangendo Maranhão e Piauí) estão dentro, e nelas são feitos levantamentos sísmicos. O Ceará ganhou um levantamento geológico marítimo; um levantamento terrestre contempla as bacias do São Francisco (interior da Bahia) e Tacutu (RR); levantamentos magnetotérmicos atendem as bacias do Amazonas, Parará e Parecis.

Mato Grosso, interior do Piauí, interior do Maranhão, Acre e Pará são consideradas áreas remotas. Das 38 bacias sedimentares brasileiras, algumas não apresentam características para a geração e acumulação de petróleo, por isso são retiradas do Plano Plurianual de Estudos de Geologia e Geofísica. "Pensa que a Paulípetro tenha sido estufa", lamenta o ex-deputado federal Rubem Figueiredo. No final dos anos 1970, a fracassada Paulípetro buscou óleo e gás no Ponto do Paranaquapema, interior paulista, durante o governo Paulo Maluf.

PARECIS PESQUISA

Para o presidente do Sindicato dos Geólogos do Mato Grosso, Júlio César de Figueiredo Arrais, o momento é bom: "Na Bacia dos Parecis, em aproximadamente 14 mil km² áreas dos municípios de Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Nova União, Paranatinga, Rosário Oeste, Sorriso e Santa Rita do Trivelato existe uma formação sedimentar que pode ser explorada para gás e petróleo." Mais de 90% das áreas ainda não são conhecidas.

"Por mais petróleo que hou-

“

Essas descobertas geraram um movimento a favor de uma pesquisa mais sistemática no Pantanal, o que levou a Petrobras a proceder novas perfurações"

Geógrafo Aziz Ab'Saber

vesse em Alagoas, no Amazonas, no Pará ou em Santa Catarina, não passava de café pequeno diante do formidável lago de petróleo em que se assenta Mato Grosso." Esse era o discurso entusiasmado do escritor Monteiro Lobato em meados dos anos 1930. Ele

lamentava o "zero brasileiro" diante das perspectivas de exploração encontradas pela Bolívia, Venezuela, Colômbia, Equador e Argentina. Antes de Lobato, o engenheiro italiano Barzanti conseguiu contratos de terra e propagou que o Pantanal seria explorado. Foi assassinado em Campo Grande - "um tiro mortal e de bons efeitos práticos, ninguém mais falou no petróleo mato-grossense", lamentava Lobato.

"A região espantará o mundo com uma expansão econômica proporcional ao seu imenso território", previa o escritor. Ele sonhava com a substituição da Standard Oil e da Royal Dutch no fornecimento de toda gasolina, óleo lubrificante, óleo combustível e querosene consumidos no Brasil. Já o marechal Cândido Rondon, em telegrama enviado ao governo federal, deu o vislumbre "inconcebível e grande futuro" que pessoalmente verificaria ao palmarizar a região.

Governador quer, mas respeita condições

O governador André Puccinelli é cauteloso: "Tenho esperança. Levando a sério os indícios da existência de petróleo na Bacia Sedimentar do Pantanal, apontada desde o início do século anterior, espero que outras pesquisas confirmem o que afirmam os pioneiros."

Por razões desconhecidas, econômicas ou estratégicas, o

assunto foi relevado a segundo plano", diz. Essa situação pode se reverter, ele crê: "Quando isso acontecer, é tomara que não demore, se for confirmada a viabilidade da exploração o desafio será redobrar os esforços que agregam todo esforço na exploração dos recursos naturais, as preocupações com a preservação do Pantanal."

Luta por nacionalização dá cadeia a Lobato

José Bento Renato Monteiro Lobato morreu em 1948, aos 66 anos, depois de muito inventar o "tripé" para o progresso brasileiro: o ferro, o petróleo e as estradas para escoar os produtos.

Apos instalar a Companhia Petróleo do Brasil, e graças à grande facilidade com que subscreveram suas ações, Lobato fundou várias empresas para fazer perfuração de poços de petróleo, entre as quais a Companhia Petróleo Nacional, a Companhia Petrolífera Brasileira e a Companhia de

Petróleo Cruzeiro do Sul, e a maior de todas, a Companhia Mato-grossense de Petróleo (julho de 1938), que visava perfurar próximo da fronteira com a Bolívia.

Empobrecido e desgostoso, insistia em "dar ao povo um padrão de vida à altura de suas necessidades". Não logrou êxito na organização de uma companhia petrolífera mediante subscrições populares. Escreveu uma carta ao ministro de agricultura, que resultou na abertura de um inquérito sobre o petróleo.



Lobato, um visionário

Recebeu convite do presidente Getúlio Vargas para dirigir um ministério de propaganda, porém, recusou. Em outra carta ao presidente, criticou severamente a política brasileira de minérios. "Subversivo

e desrespeitoso" - acusaram-no. Foi detido pelo Estado Novo sob acusação de tentar desmoralizar o Conselho Nacional do Petróleo.

O presidente do CNP, general Horta Barbosa, mandou Lobato para o Presídio Tiradentes e depois, por ironia do destino, tornou-se um dos maiores líderes da campanha do petróleo. O falecido poeta Cassiano Nunes disse: "Lobato foi o único homem no Brasil que ganhou dinheiro com literatura e o perdeu com petróleo."



12 CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 26 DE FEVEREIRO DE 2012

Especial > ROÇA NA CIDADE



Terra produtiva. Uma próspera lavoura de milho pertencente à família Minoru contrasta com novos edifícios e outros em construção, mantendo os moradores com um pé no passado de três décadas

O rural dentro do urbano

Uma lavoura de milho no Centro de Campo Grande livra proprietários do pagamento de multa a partir de R\$ 1,5 mil, aplicada aos donos de terrenos baldios, com lixo ou entulhos de construção

MONTESUMA CRUZ

Uma paisagem rural penetra rapidamente nas entranhas urbanas de Campo Grande, ao lado de terrenos baldios cheios de carapicho, pés de mamona, mato e insetos. Nas proximidades de três grandes edifícios, entre a Rua Sete de Setembro e Avenida Ricardo Brandão (prolongamento da Avenida Fernando Corrêa da Costa) um milharal bem verde viceja na terra vermelha, com plantas medindo até dois metros de altura. Não há quem não olhe para o terreno, lembrando com alguma saudade o período em que isso era comum na cidade em crescimento.

"O guarda do terreno aconselhou minha mãe a plantar para ocupar o terreno e não deixar mato", diz o comerciante Márcio Minoru, proprietário de um minimercado e mercearia na Rua Sete de

Setembro, no Centro.

Em se plantando, até na laje dá - diz um ditado popular. É verdade: a colheita está começando nessa roça de 60 metros por 20m, cercada de arame farpado, ao lado desse estabelecimento comercial. Pertence à família de Márcio Minoru.

Terrenos com pequenas lavouras existem às dezenas, há três décadas. Atualmente, faz turismo quem se dispõe a trazer para o imaginário uma Campo Grande rural. Estâncias, pousadas rurais com equinos, suínos e bovinos, pesque-pagues, trilhas ecológicas e cachoeiras estão nos arredores do município.

O vigilante da família Minoru só chega ao terreno da Rua Sete de Setembro à noite, explica Márcio, não se incomodando em ser indagado a respeito do assunto; ao contrário, ele não responde se as espigas de milho serão vendi-

Saiba
Oportunidade

As inscrições para o trabalho recrutado pela Funsat devem ser feitas na Avenida Eduardo Elias Zahran, nº 1.581 Vila TV Morena, no horário das 7h30min às 17h30min.

das ali mesmo, nas gôndolas de hortifrutis. Vez ou outra, algum freguês pergunta-lhe a respeito da imensa roça.

LIMPEZA E MULTA

Quando notifica os proprietários particulares de terrenos baldios, a Prefeitura estipula multa a partir de R\$ 1,57 mil por terreno baldio ou com lixo. No entanto, essa multa pode alcançar R\$ 6,17 mil quando ocorre reincidência da

infração. E de 15 dias o prazo dado ao proprietário para limpar um terreno com lixo. No ano passado a prefeitura notificou 21,7 mil donos de terrenos abandonados, ou mal cuidados, com lixo e entulhos.

Na manhã de quinta-feira, capatazes do Departamento de Limpeza Pública trabalhavam no barranco de um terreno a cem metros da roça. "Enquanto chover, o mato cresce, isso aqui não tem jeito", comenta José Henk, um dos trabalhadores.

Ao cultivar o milharal o vigilante do terreno da família Minoru demonstra zelo pelo espaço público - as calçadas das duas vias -, evitando que ele propicie um criatório de animais peçonhentos, insetos ou se transforme em campo livre para o entulho de material de construção jogado aos montes, diariamente, em diferentes pontos da cidade.

com limite para 1,3 mil vagas, a prefeitura convoca pessoas desempregadas que tenham mais de 18 anos e não estejam recebendo o seguro-desemprego, para suas novas frentes de trabalho visando à conservação de vias públicas e logradouros, via Programa de Inclusão Profissional (Preinc) da Fundação Social do Trabalho (Funsat).

Conforme edital publicado no Diário Oficial do Município pela presidente da Funsat, Luiza Ribeiro Gonçalves, limpeza, varrição, roçado e remoção de entulhos em terrenos baldios, obras de canalização pluvial e/ou cloacal, com sistema de tubulação e pavimentação, agora abrem frentes de trabalho na cidade. Esse trabalho terá caráter voluntário e eventual, pois atende aos serviços emergenciais de interesse de diversos órgãos da administração pública. Os beneficiados re-

1,04

MIL TONELADAS foi o volume de milho comercializado na Ceasa em 2011.

R\$ 1

é o preço médio do quilo de milho. A caixa de 25 quilos varia entre R\$ 12 e R\$ 18.

ceberão uma bolsa-auxílio mensal no valor de um salário mínimo, uma cesta básica por mês e meio de transporte para o local de trabalho, quando necessário.

José Goes cuida de animais de vizinhos

GILSON PEREIRA

Aos 86 anos, José Goes só não tira leite de vaca, mas dedica-se diariamente a fazer o que um dia já foi normal na antiga Mata do Jacinto e da qual só resta um terreno triangular medido meio alqueire: cuidar de animais pertencentes aos seus vizinhos.

"Aqui era tudo mato, não tinha nenhuma casa, comprei uma chácara que já está lá (aponta a Via Parque), ele relata. Na cabeça desse terreno, Goes ocupa há 41 anos o último reduto com uma sinuca lembrança daquele notável bairro rural. Casado em Rio Verde com dona Antonia Goes, criou três filhos e tem cinco netos.

Vacas, bezerros e cavalos vistos na chácara não são propriedade de sua Goes. Ele não por eles a pedido de vizinhos. Os animais pastam capim bra-



Pasto urbano. Bezerros engordam no terreno de um morador que zela desses animais "por amizade"

cobra pela "hospedagem". "Arranjei isso pela amizade", explica.

Nascida há 51 anos com área de 260 hectares, a Colônia Agrícola Municipal da Mata do Jacinto visava "fixar o homem ao campo, melhorar as suas condições de vida e os seus métodos de trabalho".

Do cerrado nativo à "selva de pedra", em 30 anos esse bairro com 9,5 mil habitantes deixou de ser um dos mais antigos espaços da zona rural. Atualmente é cortado por avenidas asfaltadas, bem movimentadas. Segundo policiais militares da Vila Mogará, a região seria tranquila se não fosse a sucessão de furtos de bicicletas e motos, principalmente na área da Ceasa.

O bairro tem pet shop, casa de carne, supermercado, lanchonete, posto de saúde 24h, unidade básica de saúde, escolas, sorria de telefonia celular e academia de ginástica. Os parcelamentos urbanos passaram

Zelador

JOSÉ GOES
86 anos

cuida do último reduto da velha Mata do Jacinto, hoje repleta de residências e prédios.

a se denominar Conjunto Mata do Jacinto (pioneiro), Carandá Bosque (parte), Laranjeiras Abaeté, Sítio, Municipal Ceasa e Nasser.

12 | CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 23 DE MARÇO DE 2012

Especial > **OLADO FEIO DO CENTRO**



Depósito de entulhos. Ex-albergue foi parcialmente demolido pela prefeitura, não teve a destinação prometida e virou moradia para sem-teto, incomodando comerciantes e moradores da região

Abandono sem limites

Imóveis no Centro de Campo Grande acumulam lixo e entulho, servindo de abrigo para moradores de rua e dependentes químicos. Causam transtornos a vizinhos, com malandragem, e risco à saúde.

MONTEZUMA CRUZ

Imóveis abandonados no Centro da Capital denotam pendências judiciais, abandono e relax. A Prefeitura não tem controle total da situação. Policiais da 3ª Companhia do 1º Batalhão da PM repetem diariamente as rondas, localizando dependentes químicos, alcoólatras e moradores de rua. "Precisamos para evitarmos entrar nesses locais imundos, mas eles comem, bebem e dormem lá dentro", explica um deles.

O Restaurante Tempero e Sabor foi algumas vezes invadido pelos fundos, na Rua 14 de Julho. Seus proprietários colocaram uma grade para evitar mais problemas motivados pela demora na venda da casa situada ao lado, cujo dono não se satisfaz com as propostas recebidas desde o ano passado.

Na Rua 26 de Agosto, o ex-Cine Acapulco está horrível: o forte cheiro de urina misturado com o empoeirado salão cheio de tambores, caixa d'água, cadeiras velhas, tijolos quebrados e peças de ferro. O mau cheiro atrai roedores e insetos. Segundo um vizinho, o proprietário rejeitou a proposta financeira de uma concessionária de motos situada na Avenida Fernando Correia da Costa, cujo maior interesse é ampliar a sua loja daquele endereço até a Rua 26 de Agosto.

"Tôru difícil invadir, depois que colocaram a cerca de zinco", comentou um policial de plantão na 3ª Companhia da PM, referindo-se ao edifício inacabado na Rua 26 de Agosto, próximo ao Colégio Oswaldo Cruz. Exações honrosas: o futuro Grande Hotel Plaza, que possui fin a obra inacabada por uma década do Hotel Rindler, que começou a ser construído para ser o primeiro cinco estrelas da Capital, mas acabou virando fôco da dengue.

Em Edifício Olinda, prédio nº 1.841 da Praça Ari Góes, na confluência da Avenida Alon-



Avenida Mato Grosso, esquina com 13 de Maio



Rua 26 de Agosto: um esqueleto e nada mais



Lastimável: o ex-velho cinema tem mato e bichos



Lixo ao relento faz aniversário na Avenida Calógeras



Árvore invade pela 2ª vez a casa 469 da Rua 14 de Julho

so Pena com a Rua 14 de Julho. Depois de amargar os transtornos que tomou conta de diversos outros prédios, seus quatro andares foram recuperados, pintados e todos foram outra vez alugados para funcionar novamente nos próximos três meses.

"CASA DA ÁRVORE"
Pela segunda vez uma árvore enraizou na parede frontal do imóvel nº 469, na esquina das ruas Calógeras e 14 de Julho, onde continua viva. Tijolos sem reboco substituem as portas e gofres pichou na lateral. "Mais um buraco, mais um remendo. Cidade Morena, atualmente planejada para pessoas que vivem aqui 50 anos atrás." A mensagem é assinada pelo site de grafiteiros campo-grandenses www.mundobolado.com. Penhorado pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco

do Brasil e pelo Supermercado Atacadão, o imóvel deverá ser leilado. Na Avenida Calógeras, o supermercado Conve-niências Salvador utiliza para estacionamento de clientes o terreno do casarão nº 1.813, permanentemente frequentado por moradores de rua. Duas portas arrombadas dão acesso aos imóveis onde funcionavam uma livraria, uma sorveteria e uma loja na confluência da Rua 13 de Maio e Avenida Mato Grosso. As três foram destruídas por um grande incêndio no final do ano passado, seus proprietários ainda não recuperaram o prejuízo e estão desestimulados em fechar novamente o local.

Hoje sobrando no "quinto" do nº 1.006, da Avenida Calógeras, onde funcionava um restaurante. Do outro lado, na Avenida das Bandeiras nº 194, existe um estaciona-

mento vazio. À sua frente, o ex-posto de combustíveis Bitt está cercado por faixas plásticas.

EX-ALBERGUE
Tábuas com pregos enfiados, virados para cima, entre janelas de vidro quebradas, tapume quebrado, roupas, tênis usados, ma-deira e plásticos compõem o cenário do ex-albergue de campo Grande, na esquina da Rua Visconde de Tau-nay com a Avenida Afonso Pena, no Bairro Amambai. Ao ser desativado, em 2011, anunciou-se que ali seria construído o Hospital do Homem.

Segundo comerciantes de um pet shop e de uma loja de roupas, os ocupantes já os chamam de vizinhos e amanhacem detidos ali. "Tem cliente que não entra nem", lamenta uma funcionária.

Saiba

Denuncie

Incômodos causados por casas, quintais ou prédios abandonados. Ligue para o Centro de Controle de Zoonoses: 3314-5000 ou 3314-5001.

R\$ 100

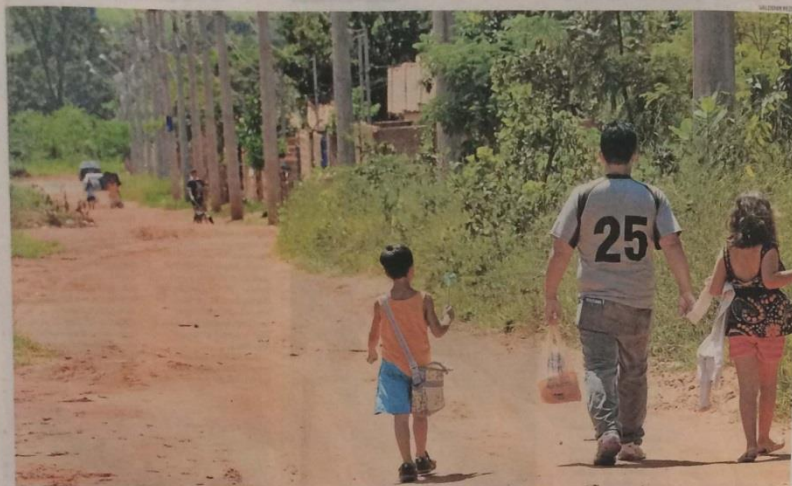
É A MULTA MÍNIMA a quem infringir o Código Sanitário Municipal (Lei 148, de 2009). O valor pode chegar a R\$ 15 mil, conforme a gravidade, reincidência e focos.

Donos de terrenos são notificados

Em 2011 a prefeitura notificou 21,7 mil proprietários de terrenos baldios, mas não conseguiu localizar todos os donos de imóveis abandonados. Isso dificulta a ação dos agentes de saúde e de endemias, especialmente no combate à dengue, animais peçonhentos, aranhas, escorpions, morcegos e roedores. A Lei que prevê imposto maior para terrenos não utilizados será cobrada a partir deste mês, com alíquota de até 15% do valor venal do imóvel, caso ele fique cinco anos vazio ou subutilizado, lembra o secretário de Finanças e Controle, Paulo Nóbis.

12 CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2012

Especial > NOSSA CIDADE



Os esquecidos. Crianças caminham em sua sem pavimentação e sem cascalheamento no conjunto. "Aqui era mato fechado, melhorou um pouco, mas o principal ainda não foi feito", diz Antônio Vieira

Moradores sofrem com abandono do Serraville

Conjunto residencial localizado na saída para Três Lagoas conta com várias ruas esburacadas, tomadas pelo lixo, terrenos baldios cheios de mato e água da chuva empoçada e podre

MONTEZUMA CRUZ

Água empoçada e lixo jogado no mato são poucos considerativos para quem sai da Rua Odílio Coelho Neto - asfaltada e por onde passam ônibus - a fim de conhecer o Bairro Serraville, situado numa das extremidades do Jardim Noroeste, na saída de Campo Grande para Três Lagoas. A poeira resultante da escurada e das chuvas acumuladas se em buracos abertos na rua onde foram instalados os postes de energia elétrica com alta tensão, paralela aos terrenos particulares de empresas imobiliárias em cujas cercas se lê nas placas indicativas: "Não entre".

"Aqui era mato fechado, melhorou um pouco, mas o principal ainda não foi feito", comentou, na semana passada, o açougueiro Antônio Carlos Vieira, 43 anos, separado da mulher. Ele trabalha num estabelecimento da Avenida Eduardo Zuhren e diariamente deteta o serviço por volta de 10h30min para ir buscar a pé os filhos João Vítor, 7 anos, e Kallane, 9, que estudam na Escola Professora Irene Catarina Gianotti Igodino, na Rua Dais Irmãos, do Jardim Noroeste. Ele também tem mais dois filhos, Carlos Vitorino, 13, e Cauane Rangel, 12, "todos com saúde, graças a Deus". Antônio Carlos é que está pensando, pois é hipertenso e na terça-feira passada visitou a Unidade de Saúde da Família, única da região, para marcar uma consulta que só

773,49

HECTARES
este é o tamanho total do Jardim Noroeste, na saída para Três Lagoas.

1,5 mil

PESSOAS
residem nas casas populares do Conjunto Serraville, encravado no Jardim Noroeste, próximo à BR-262

poderá ser feita no próximo dia 15 de maio.

Rocando um pequeno lote onde será erguido o templo da Igreja Assembleia de Deus Missões, o carpinteiro Eduardo Rodrigues, 30, pai de uma filha, solidariza-se com o açougueiro: "É isso mesmo, não enfrentamos casos de dengue por aqui e a maioria das pessoas às vezes não tem o próprio dinheiro para pagar a passagem de ônibus até o posto do Bairro Tiradentes." Por que isso? Segundo ele, situações de emergência em fim de semana só se resolvem lá pelo fato de a unidade do Jardim Noroeste funcionar regularmente apenas no período de segunda a sexta-feira. Na ponta da rua do ônibus, Maria do Socorro do Nas-



Descaso. Buraco toma conta de rua de acesso ao conjunto Serraville



Futuro. Rodrigues limpa lote onde será construída uma igreja



Relaxados. Sofá jogado por morador ajuda a proliferar mosquitos

cimento, 62, quatro filhos e cinco netos, declarou-se incomodada, depois de quatro anos vivendo no bairro: pagou R\$ 200 pelo IPTU anual e mensalmente, cerca de R\$ 70 pela conta de energia elétrica.

"IPTU, aqui nesta rua, só eu pago", reclama. O asfalto terminou antes da frente da casa dela, de número 687. "Onde ali? As crianças aqui não têm uma praticinha para brincar e até cobra viva eu já peguei nesse mato", reclama, mostrando um mamão rente à cerca de outro terreno cercado. Dois homens trabalhavam na semana passada nesse local, a fim de construir um pe-

queno canal de escoamento da água da chuva. Por causa do terreno inclinado, ela desce rapidamente, inundando as casas da área mais baixa, entre as quais a de dona Maria do Socorro.

12 | MUNDO | CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 1 DE ABRIL DE 2012

Especial > SANTA FELICIDADE

Matagal e esgoto a céu aberto causam transtorno

Além de atrair cobras e escorpiões, moradores reclamam da insegurança de viver ao lado de área que acumula mato e lixo. Criminosos furtam as casas humildes para trocar objetos por drogas

MONTEZUMA CRUZ

A paz e a tranquilidade mencionadas por dona Judite Borges de Araújo, 65 anos, mulher do horticultor e Durvalino Marques de Araújo, 68, não estão em toda a parte, pelo menos ao lado do enorme matagal na divisa do Jardim Santa Felicidade com a Vila Brasil, a menos de trezentos metros da casa deles. É uma área de cerrado, com suas árvores características, e reúne alguns espécimes animais, entre os quais, cobras jararacas, lagartos teiús e escorpiões.

"Aqui é igual a uma chácara ou sítio", comenta dona Judite, paulista de Fernandópolis, quatro filhas, sete netos. Antes de Campo Grande ela morou em Santa Fé, Uruguai, Monte Castelo — cidades do interior paulista —, e na Serra da Bodoquena. Lá, na frente, esticando sopas no varal. Rosilene Siqueira Cardoso, mãe de dois filhos, justifica seu temor de continuar morando ao lado do mato: o marido é areeiro — trabalha numa draga retirando areia — passando três dias fora, enquanto ela cuida do motor-bomba da Água Guaribó e das crianças: "já vi um moço aí se escondendo nesse mato, e sempre com coisa ruim".

Assaltaram três vezes a casa de Rosilene, que mora ali há sete anos: na primeira, levaram um ventilador, um liquidificador e brinquedos; na segunda, um porta CD e um aparelho DVD; e na terceira, a bicicleta do marido Luiz Antonio, que havia pago a última prestação no dia seis, ficando sem o veículo no dia oito, 48 horas depois. "Eu sei que eles moram perto; a gente se esforça tanto para conseguir ter alguma coisa em casa e de repente esses ladrões aparecem, levando tudo", lamenta.

Até agora o asfaltamento da rua por onde circulam os ônibus foi o único grande presente da prefeitura para os moradores desse bairro próximo às Moreninhas, onde o caminhar da limpeza pública vai deixando para trás todo lixo não acondicionado em recipientes próprios, principalmente entulhos de construção. A coleta é feita às segundas, quartas e sextas-feiras.

Água encanada tem, porém o esgoto ainda corre a céu aberto, pedras pontiagudas cobrem o chão baldio, e ladrões furtam coisas humildes para trocar objetos de valor por drogas. "Nem precisamos ter assalto, essa rua aí (Antônio Moreno) está rebalsada, mas um calçamento bem cuidado uma vez por ano já serve", contesta-se o horticultor Durvalino. "O duro é esperar providências, demoram muito para nos atender", queixa-se. Desde 1989 ele mora numa casa em frente à horta, com a qual abastece estabelecimentos comerciais



Inalubre. Esgoto corre a céu aberto na Rua Argirita, local por onde Taimara precisa passar diariamente. Até de bicicleta é complicado atravessar a imundície, devido às pedras



Insegurança. Rosilene cuida do motor-bomba da Água Guaribó e mora no bairro há 7 anos; a casa dela já foi assaltada três vezes

nas vilas Moreninhas. "As primeiras couves passaram de um metro de altura", alega-se, mostrando a irrigação por gotejamento. O lixo acumulado na beira do mato às vezes dá origem a monturos queimados. "Não é preguiça, é porque não tem pra onde levar", explica Herculano de Paula, 34. Esse lugar do bairro é quase um território de ninguém, daí a sujeira. "Tem dono sim", cortiga Rosilene Cardoso. Ela ouviu diversas vezes outras pessoas comentarem tratar-se de um espólio ainda não

14

QUILÔMETROS é a distância entre a Rua Palmácea, no Jardim Santa Felicidade, e a Rua Dom Aquino, no Centro de Campo Grande — informa a Agetran.

6

COBRAS JARARACAS é o total de bichos abatidos a pauladas e a golpes de facão de 2010 até o final de 2011, segundo contam os moradores.

Minas Gerais. Amigos dela atravessam a imundície de bicicleta, devagarinho, para não estourar os pneus ou quebrar os raios nas pedras. Contrastando com a sujeira arrastada pelo esgoto, correntes surgem flores amarelas entre os arbustos espalhados nos dois lados dessa rua. No muro de uma casa, um cartaz oferece números de contato telefônico para interessadas em participar de comarlas para os samurais de Aparecida do Norte (SP) e do Divino Pai Eterno de Trindade (GO).

Diabéticos querem exames de volta



Perfeita. Moradores sofrem no dia a dia com dificuldades do bairro

Mães saem de casa empurrando carrinhos de bebê, cães e gatos atravessam as ruas pedregosas. Santa Felicidade tem semelhanças com o Parque do Sol e outros cantos periféricos da Capital nos quais o vaivém das pessoas é comum quando buscam resposta rápida à sua dor. Reunida com suas vizinhas, Judite Borges de Araújo conversa a respeito de assuntos religiosos, pessoais e se lembra um pouco da problemática da saúde. Hipertensão e diabetes, ela lamenta que anteriormente eram mais frequentes nos pontos de saúde os exames para medir a glicose. "Eu quero controlar, mas já sinto falta; esse exame muito procurado pelas mulheres aqui do bairro, infelizmente

parou". A população do Jardim Santa Felicidade é atendida na Unidade 24h da Moreninhas III ou no posto da Cidade Moreira. Com Rosilene Siqueira Cardoso, o corre-corre da semana passada ainda não lhe escalou. Ela levou um filho febril para a Unidade 24h onde lhe receberam Paracetamol. "Não passou, aí eu procurei entrar (guilarteira) o Guakurua (Unidade de Pronto Atendimento) e deram uma dipirona, mas quando o efeito passou a febre voltou". Parte do pânico de Rosilene, entre uma e outra unidade de saúde se deve à falta de pediatra durante o dia, nos locais em que procurou atendimento. (MC)

12 CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2012

Especial > PATRIMÔNIO EM RISCO

Lixo e fogo ameaçam reserva vizinha ao Jardim Cerejeiras

No cerrado dessa antiga zona rural campo-grandense funciona a Base de Pesquisa Científica da Missão Salesiana, onde grandes mangueiras, bambus e eucaliptos compõem uma paisagem agora agredida

MONTEZUMA CRUZ

O fogo no lixo avança para a cerca da Base de Pesquisa Científica da Fazenda São José, da Missão Salesiana, vizinha do por brasileiros e estrangeiros. Um cão morto enrolado numa lona plástica atrai moscas varejeiras. De escombros de construção, plásticos, madeira, computadores velhos, tudo é jogado nessa estreita estrada vicinal do Jardim Cerejeiras, onde a árvore com esse nome é esquecida pela própria história, restando-lhe comentar-se com gigantescas mangueiras, bumbuns e eucaliptos.

O cenário visto sexta-feira repete-se todos os dias, até agora sem qualquer reação dos prejudicados contra a imundície, na ação policial ambiental para combater o despejo ilícito. Além da área de pesquisas, uma instituição que trata crianças com aids (Instituto de Apoio à Criança) e o "Belo da Capital, em outro extremo do bairro, apesar do barro, as águas limpiças do Córrego Segredo correm vivas, graças à generosa mata ciliar. Pelo menos ali não correm esgoto, nem produtos químicos são despejados no leito.

Nos fundos das terras da Universidade Católica Dom Bosco, hortas irrigadas de irrigantes completam a paisagem do bairro rural finalmente incluído no Código de Endereçamento Postal dos Correios, cerca de mil moradores do Conjunto Residencial Arnaldino da Silva (180 casas), por exemplo, já recebem correspondência com o CEP 78014-220, conta o comerciante Edson da Silva, 31 anos, que há 17 anos saiu de Foz do Iguaçu

180

FAMÍLIAS do total de 524 remanejadas de áreas de risco às margens do Córrego Segredo moram atualmente no Conjunto Residencial Arnaldino da Silva, no Jardim das Cerejeiras.

(PRI), para buscar a sorte em Campo Grande.

É o último da vila? - perguntamos ao comerciante Francisco Ferreira, 33 anos, casado, pai de um filho. "Depende, pode ser também o primeiro", ele responde ao lado do Mercado da Ferreira, na Avenida Manoel José Lopes. Nascido em Iapi (RN), veio daquele estado com seus irmãos, que inicialmente trabalharam em destilarias de álcool. Francisco veio em Campo Grande desde 1994.

A duzentos metros do estabelecimento, um tratorzinho Valmet enferrujado, cercado por plantas maria-dormideira. As crianças do Jardim Cerejeiras estudam em escolas dos bairros Campo Novo e Estrela do Sul, e a clientela da saúde pública locomove-se até as unidades do Estrela e Coronel Antonio.

O itinerário do ônibus da rota Campo Novo é a queta mais frequente na Rua Nelson Abilio Lemos. O ônibus chega só até a Rua João Batista Neto e quem mora duas quadras acima desfruta de melhor atendimento. Moradores reivindicam a empresa que o ônibus circule também pela Rua Hugo Maier, ligando-os ao Bairro Cerejeiras II.



Ardenido, lixo em terraço causado ao meio ambiente exige medidas imediatas e punitivas da prefeitura para salvar a reserva



Inaugurado há dois anos, O Conjunto Arnaldino da Silva deu novos ares ao bairro que até então vivia à sombra do vizinho Campo Novo

Quintais com jeito de chácara

Os quintais do Jardim Cerejeira são verdadeiras jardins, mercedados com pequenas hortas e plantações de bananeiras, coqueiros e frutíferas. Visitamos um deles, no final da Rua Kwei Tamamaka, cascalhada e em declive.

Ali encontramos o aposentado José Oliveira de Assis, 61 anos, o Zé Luanito, que desembarcou em Campo Grande com apenas oito anos de idade, vindo de Camapuã. É um personagem símbolo do bairro, pois se dedica a animar festas de aniversário ou em comunidades campo-grandenses, a corteio de amigos.

O apelido foi herdado do avô, José Campesino, um gineiro que cultivava cana colada.

"Desde pequeno os meus filhos João e Salvador Machado me inspiraram: eles formavam a dupla Iokozinho e Salvador, gravavam com Dênis e Delinha e com eles aprendi sobre a vida".

Casado com Maria das Graças Duarte de Assis, 58, tem dois filhos formados. Ela in-



Não vende e não empresta. Zé Casado gosta do Fusca 72, tanto quanto do seu jardim e das bananeiras

terrompe o croché para sua sexta colmeia. Depois, mostra suas zebrinhas, beijos, samambaias em latas e cactos, entre outras plantas.

No quintal de aproximadamente 200 m², ao lado de bananeiras, pés de urucum, pin-

ta, feijão carioca e de um pouco de manga, o relutante Fusca 72 em cores verde e branca tornou-se uma reliquia. "Já me fizeram três propostas, mas eu não vendo, nem empresto", diz.

Ex-engenheiro em Camapuã, ele também trabalhou numa

fazenda em São Gabriel do Oeste, depois de morar em Campo Grande, para onde retornou novamente. "Lá eu fui de tudo, cuidava do gado, colava e mendiço, das lavadeiras de arroz, feijão e milho." (MCC)



Pilha de informática, louças, plásticos, borracha, lata, ferro e madeira



Ferreira. Voto em 1994 com a criança, que se entregaram em votos

CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2012

Especial > BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA



Abandonado. População defende a pavimentação de trecho de menos de 500 metros da Rua Geraldo Coelho Leite, "esquecida" pela Prefeitura quando asfaltou as principais vias do Bairro Nossa Senhora Aparecida

Moradores reclamam da falta de estrutura de bairro

Bairro da Capital não tem policiamento preventivo, nem saneamento básico, soluções reivindicadas pelos moradores, além de dois quebra-molas para forçar a redução de velocidade

MONTEZUMA CRUZ

Lâmpadas queimadas demoram a ser substituídas, embora sejam constantes as reclamações. Os postes de madeira não lavrada, desses de pau mesmo, ainda enferrujam as ruas do lugar. Sem policiamento preventivo, os moradores veem aumentar a onda de furtos. Esses problemas caracterizam o momento vivido pelo pequeno Bairro Nossa Senhora Aparecida, espremido entre as vilas Nasser e Mari e de onde se avistam, bem distantes, os prédios centrais de Campo Grande.

É pouco? O relato feito pela presidente da Associação dos Moradores, Maria de Santana, 54 anos, dos quais 32 ali, expressa o sentimento das famílias carentes: todos querem que a Secretaria Municipal de Saúde dê um jeito de melhorar o atendimento. "Nós dependemos do posto da Vila Nasser e ali é precário", ela se queixa.

Maria de Santana, diabética, mãe de três filhos, cuida de quatro dos oito netos, enfrentando algumas adversidades. Embora ainda se avistem algumas poças d'água e queima de entulhos na área, a coleta de lixo é razoável e não há queixas na educação as crianças frequentam o Ensino Fundamental nas Escolas Fausto Garcia Bueno e Licurgo de Oliveira Bastos. É pela segurança deles e dos demais moradores que a associação pede à Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agtrans) a instalação de dois quebra-molas, nas ruas Divinópolis e Geraldo Coelho Leite.

Sentada num banquinho de madeira em frente à sua casa - e também sede da associação - no número 11 da Rua Divinópolis, ela conta nos dedos as dificuldades. "Não são muitas, mas têm solução", afirma, do alto de sua experiência de líder co-

“Quem bagunça e faz coisa errada (quem furta as residências e promove algazarra nas ruas) vem de fora; eu lhe digo que não são pessoas de nossa comunidade.”

Maria de Santana, presidente da Associação dos Moradores

munitária. Está no cargo há 18 anos e faz 38 que veio do Rio de Janeiro, onde também teve dois mandatos na Associação dos Moradores do Morro do Juramento. Reconhece quando a prefeitura "enxerxa" a necessidade de áreas adjacentes a médios bairros, mas reclama soluções de saneamento básico.

RUA ESQUECIDA

A Prefeitura asfaltou as principais ruas, entre as quais a Mirabela, o acesso principal ao bairro. No entanto, deixou de cobrir um trecho onde moram, semilavadas, diversas famílias carentes: a Rua Geraldo Coelho Leite, na qual notamos alguma inquietude. Seus moradores concordam que esse trecho seja pequeno - menos de quinhentos metros -, entretanto defendem a sua pavimentação para que "o conforto das famílias se iguale ao concedido às famílias de cima".

Quando chove, a enxurrada entra nas casas, quase todas de "meta ripado" ou baracos. O prejuízo é imediato. "Nas derradeiras chuvas fortes teve gente que perdeu



móveis, roupas e até mantimento", contou o morador Agostinho de Paula.

Diversas famílias foram remanejadas pela Secretaria Municipal de Habitação para a Vila Fernanda, no Parque Caiobá I. Isso "solucionou" metade do problema, mas ainda há muita gente carente à espera de opções; ou ter apoio para melhorar suas casas, ou também se mudar ali. Todas as famílias estão cadastradas, informa a Associação dos Moradores.

Ah! Quanto à necessidade de um posto policial, dona Maria de Santana garante, com olhar firme. Ela garante que os responsáveis pelos furtos que tiram a tranquilidade dos moradores não residem no Bairro Nossa Senhora Aparecida.

Centro Cultural

Os interessados em contribuir com o Centro Cultural doando alimentos, roupas, material escolar e brinquedos podem entrar em contato pelos telefones 9232 2541 ou 9234 2928.

“Quem dá aos pobres, empresta a Deus”

O que for doado será bem vindo: roupas, material escolar e brinquedos usados. Segundo Maria de Santana, a diretoria da Associação está preparando um banho de pedrinhas para melhorar as condições do Centro Educacional Cultural Mãe Maria Catarina, que atende a criançada do bairro desde 1996. Ali tem salas de reforço escolar, grupo de esportes bandeirantes, evangelização e recreação.

“Quem dá aos pobres, empresta a Deus, não é assim?” O centro funciona numa pequena casa de alvenaria, mas o espaço é inadequado para reunir 114 crianças. Assim, a Associação de Moradores sorri, planeja e apela aos órgãos públicos, visando à construção de uma sala maior. “Ainda bem que eles não chegam todos ao mesmo tempo”, ri dona Maria.

As sextas-feiras, pais e mães



Solidariedade. Walter usa a carrocinha para recolher doações

deusas crianças pobres são contempladas com pacotes de verduras e frutas fornecidas por dois supermercados. Com uma carrocinha puxada por seu velho automóvel Santana, seu Walter de Oliveira busca esses produtos estatutariamente, às segundas e sextas-feiras. Ele comenta, feliz: “A gente pode liberar, porca e gasolina nesse caminho para poder fazer a bem no nosso povo.” (BO)

2 MIL

PESSOAS habitam o Bairro Nossa Senhora Aparecida, circunscrito à Vila Nasser, que tem 25,6 mil habitantes e uma área de 968 hectares, segundo o IBGE (2010) e o Sistema Municipal de Indicadores

144

CRIANÇAS Estudam no Centro Cultural Mãe Maria Catarina

12 CIDADES

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 13 DE ABRIL DE 2012

Especial > ISTO É CAPITAL

Próximo dos poderes,
distante dos recursos

Encostada no Parque dos Poderes, região onde ficam as sedes do Executivo, Legislativo e Judiciário estadual, a Vila Danúbio Azul sofre os efeitos da periferia, sem investimentos e ruas sem asfalto

MONTEZUMA CRUZ

Tão perto do poder, mas ainda distante dos benefícios. Assim é a Vila Danúbio Azul. Rua Álvaro Penteado, Quadra 16, lote 11: a menos de um quilômetro da sede do Governo do Estado, da Assembleia Legislativa e dos Tribunais de Contas e de Justiça, o aposentado Pedro Francisco Marques, 79 anos, sete filhos e nove netos, não se conforma: "Sabe como é? Nós somos pobres, mas podemos melhorar se a prefeitura não burocratiza medonha", reclama. A maior parte das ruas da Vila Danúbio Azul são cascalhadas e a única asfaltada é a Avenida Panamericana. Justifica-se: ela faz parte dos quase 100% de vias por onde circulam ônibus e que deverão ser pavimentadas até o final deste ano.

"Tem casas boas aqui", diz Maria Regina dos Santos, 49, apontando uma delas, com antena parabólica no quintal. Desde 1999 morando no terreno, ela tem e trata da escola das duas casas de gêmeos, seus netos. Leve-se a iluminação pública: há postes a cada dez metros. Condeno-se o mato e o lixo. Entretanto, apesar de os terrenos estão valorizados: um 10 x 20 que valia R\$ 3 mil, seis anos atrás, hoje custa R\$ 30 mil, apreciação de 900%.

Pedro Marques, sergipano de Ingarangi chegou ao vilão Mato Grosso aos 11 anos de idade, aos 18 serviu a arma de infantaria do Exército em Cáceres e atualmente vende secos e molhados num pequeno bolicão ao lado de sua casa. "Aqui ninguém dorme com tanto pernilongo", comenta. Em segreda, confessa-se: "Pier é ali embaixo, com o povo da Rua São Luís de Cáceres, na favela do Talita". Realmente, as condições dessa rua são piores.

Bastou ele mencionar o inseto, aparecer debaixo da escada a agente do Centro de Controle de Zoonoses (CCZ), Cristiane Rodrigues Ortega, visitadora de domicílios na rua andaraí, das 7h às 11h e das 13h às 17h. Ela já participou de um grande mutirão com soldados do Exército e agora está escalada para completar um trecho com pelo menos dez ruas.

A cabeleireira Anaíla Mon-



Cascalho difícil. Moradora caminha entre pedras, lixo e mato de rua na vila, que começou a surgir nos anos 90, mas não recebeu atenção do poder público até hoje

“Morei na Mata do Jacinto, no Nova Bahia e vi o Jardim dos Estados quando ainda era mato; se for todo asfaltado, o Danúbio pode melhorar sim”

Arnaldo Freitas de Lima, 57, pedreiro, quatro filhos e dez netos.

teiro Diógenes, 43, rondanense de Guajará-Mirim, "registrado pelo padrasto em Pacaranduba (SP), casada, separada e amasiada", lamenta as condições da Rua Camila, onde tem um pequeno salão: "Desse jeito minhas clientes não vêm e quem gosta é



Piquetes. Criança caminha em rua sem cascalho e asfalto. Falta de infraestrutura faz até cabeleireira perder clientes para bairros vizinhos.

a concorrência lá do Estrela Dalva (bairro ao lado)". Ela aguarda desde setembro a chance de fazer um ultrassom do espinho (formação óssea reativa, na face plantar do cal-

câneo - uso do pé) para não mais reclamar do inchaço. Moradora na Rua Anitália desde 2000, Damiana Vieira Rodrigues, 68, viúva de Moacir Luiz da Silva - falecido

aos 56, em setembro de 2011 saiu do campanheiro "lá tinha cinco filhos quando conheceu outros quatro, de Moacir, e eles agora querem partilhar o dinheiro da possível venda do imóvel.

Três famílias moram em ex-crinche

Ex-taxista, Wilson Guilherme de Souza, 42 anos, viveu na condição de "mendigo da rua", conforme ele próprio descreve. "Sofri, fui e ainda sou discriminado, mas quero ser um vencedor", ele garante. Depois de ser preso e condenado por tráfico de drogas, conheceu Janaina, 29, com quem teve os filhos Delcila, 1, e Adriele, 2. Wilson registrou-se e com ela sobzeve hoje da venda do refresco-chupa-chupa, distribuído em toda a região.

Tomando amoxicilina, o pequeno Delcila já teve acumulado num inchaço que afeta o seu olho direito. A mãe perdeu o horário da consulta e só irá examiná-lo dentro de 30 dias.

Rua West Point, 602, terça-feira, 13h. Wilson desce da moto, cujas prestações ainda paga, e combina a revenda do refresco com Talane Ferreira de Souza, 17. Por 50 centavos a criança escolhe os sabores: morango, manga, abacaxi e uva.

Wilson e Janaina dividem com os casais Benedito e Antonia, Lucas e Cinia os sete cômodos da casa da ex-crinche Maria Constância, cujas atividades encerraram-se após a inauguração do Centro de Educação Infantil Carlos Nel Silva, há quatro anos.

Antonio capina terrenos, Lucas é motorista. Uniram-se a Wilson pelos mesmos motivos: as três famílias, totalizando oito pessoas, ocuparam o imóvel que começou a ser depredado por vândalos. "Fui

notificado duas vezes para sair, mas não desapelei: só faço isso com ordem judicial", desabafa. A Defensoria Pública obteve da prefeitura a cessão do imóvel, mas não pretende desalojá-los sem que tenham nova moradia.

"Eu me inscrevi na Emba (Agência Municipal de Habitação) e até hoje não consegui minha casa definitiva", queixa-se. Grande parte dos imóveis ainda está em fase de legalização no Bairro Estrela Dalva, Jardim Talma, Arco-Íris e Bosque da Esperança, incluídos na ocupação das terras do antigo Venezo (MC).



Temporária. Mas com dignidade, ex-crinche vive nova "moradia".

Mutirão. Mulheres limpam a única praça, onde lá aninharam cobras e lanços. No final do mês, a Prefeitura quer ouvir sugestões dos moradores para a consignação de recursos no Orçamento de 2011.

Nos anos 1930, baianos, alagoanos e pernambucanos exploravam diamantes em garimpos da região. Reconhecido nos anos 1950, distrito exige mais atenção da Prefeitura de Campo Grande

MONTEZUMA CRUZ

A placa indicando a sede do distrito está coberta pelo mato. Contra a vontade de todos, a poeira e o barro ainda deixam marcas nas viagens entre Rochedinho e Campo Grande. Dos 32 quilômetros entre a parada de ônibus da Transmec à Avenida Mato Grosso, 15 quilômetros são de chão: uma dureza para quem quer manter o carro em condições de uso. Dali saem leite de vacas mestiças para os moradores e para um laticínio.

No passado, entre as suas terras e as de Rochedo, garimpeiros faziam diamantes. Chegavam migrantes balaios, alagoanos e pernambucanos. Hoje, nos quintais, moradores mantêm hortas caseiras, limitando-se a vender hortifrutis apenas no seu entorno. Rochedinho já teve dois mil moradores, reduzindo-se hoje à metade. Cerca de trezentas pessoas moram na área urbana.

O único lazer do lugar é um clube com a pintura da parede frontal descascada, ao lado da Escola Municipal Barão do Rio Branco (100 alunos), onde funciona um telecentro. As igrejas Nossa Senhora Aparecida (Católica), Deus é Amor e Assembleia de Deus - Missões costumam promover festas durante o ano.

"Ninguém limpa, então a gente resolveu trazer as vassouras e nós mesmas cuidamos desse lugar", comenta Floripes Menezes, 22 anos, auxiliada por vizinhas na única pracinha de árvores frondosas, mas ainda sem bancos, à margem da estrada que segue até o Distrito de Furnas do Boqueirão.

Aparecem cobras no chão da praça. "É um perigo deixar os pequenos perto desse mato crescendo", explica Floripes. Crianças dispõem de um parquinho, também cuidado pelas moças. Um clínico geral atende no posto de saúde, de segunda a sexta-feira, cuidando

do especialmente dos casos de diabetes; o dentista bate conta todo dia.

Em 3/8/1954, a Lei 372 criou a subprefeitura do distrito. O primeiro subprefeito foi Wilson Fadul, que em 1950 fora eleito vereador pelo PTB em Campo Grande, e em 51 presidia a Câmara Municipal.

Ele foi prefeito de Campo Grande em 1953, deputado federal entre 1954 e 1962 e ministro da Saúde no governo João Goulart, de 17 de junho de 1963 a 4 de abril de 1964. Morreu no ano passado.

A única padaria abastece a região, especialmente Borçim e Furnas, pertencentes ao município de Jaraguá. O ônibus circular sai de manhã para Campo Grande e volta ao entardecer, fazendo ponto em frente ao bar e lanchonete de Militão Costa Sandim, 62 anos, nascido em Jatobá, neto do antigo e falecido fazendeiro Francisco Gomes Sandim. Militão mora no distrito há 32 anos, onde também se dedica

Pai de dois filhos e avô de uma neta, ele diz sem pestanejar: "O nosso maior problema é essa estrada sofrida; se asfaltarem vai ser um grande presente, porque só vamos demorar meia hora até o centro de Campo Grande." De ônibus, a viagem dura uma hora, se não houver chuva forte e atoleiro.

As ruas do Loteamento Social Organizado, com 30 casas, inaugurado em 12 de agosto do ano passado, também necessitam de limpeza.

Solo vermelho e faixas de terra preta o valorizam, tanto que uma imobiliária está vendendo por R\$ 1,8 milhão uma fazenda de 140 ha com aroeira, cumaru, capim braquiária, casa-sede, e um riacho nos

No próximo dia 29 a Coordenação Geral do Sistema Municipal de Planejamento ouvirá as principais reivindicações do distrito para incluí-las no Orçamento de 2013.

Mateus tr

Ao lado da avó, Lurdes Moreira Macedo, 71 anos, o neto Mateus Higa Macedo, 13, relembra fatos que para sempre ficarão em sua memória: ele e o pai, Alcides Macedo, 45, saíram do Japão às pressas, com a roupa do corpo, por causa de um terremoto na cidade de Kujukuri, na Província de Saitama. "Não deu tempo para nada", ele comenta. Mateus nasceu lá. Até abril de 2011 Alcides trabalhava numa fábrica de peças de automóveis e com a fabricação de componentes eletrônicos.

Mesmo assim, dois filhos dele, André, 24, e Felipe, 20, decidiram ficar, enfrentando o perigo e reconstruindo a vida. Imigrantes brasileiros começaram a chegar em 1989 àquela região e em Olizumi, por meio do Conselho de Estabilidade de Emprego do Distrito de Tomo, órgão criado por pequenas e médias empresas de eletrônicos acesse da Província de Gunma. Trabalham em serviços co-

o antigo distrito que paga imposto

oca o Japão

“
O nosso
problema maior
é essa estrada
sofrida”.

**Militão Costa
Sandim**, 62 anos,
morador no distrito
há 32 anos.

siderados "sujeitos, perigosos e pesados", pelos próprios japoneses. No final dos anos 1980, empresas japonesas queriam evitar a grande quantidade de paquistaneses, que entravam no país ilegalmente.

Aluno da 8ª série na Escola Barão do Rio Branco, é tataraneto de Mateus Azeiteiro e pai e mãe, são sarisei Carmen Higa Macedo no atendimento do pequeno armazém da família. Ou-

OCHEDIN

o pelo sosse



Expectativa. Mateus, com a avó

Ele e os colegas apreciaram futebol aos finais de semana. De vez em quando faziam trilhas de motos e de bicicleta por ali. "Outro dia tivemos um show do grupo Ecos do Pantanal, o senhor conhece. Por enquanto, apenas isso. O grupo sertanejo campo grandeiro apresenta-se com

MIL

PESSOAS
é o total de morado-
res nas áreas urbana
e rural. A região tem
cinco cachoeiras.

32

QUILÔMETROS
é a distância entre
Campo Grande e o
Distrito, que culti-
vava muito café, até
que a geada de 1975
destruir tudo.



Lurdies Macedo: "Só Futebol"

sucesso na capital e em pequenas comunidades interioranas.

Dona Lurdes tem seis filhos e 22 netos. Concorda com a maior reivindicação dos demais moradores: além do asfalto, eles querem a instalação de um posto policial e uma ambulância para o transporte de doentes em situação grave. (Colaborou: Milena Crestani)



CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 2012

Especial > AQUI É CAPITAL



Peneiras vazias. Um pouco de arroz, um pouco de feijão e nada mais na hora do almoço da família Gonçalves Brito. O maranhense Ideam Brito (à esquerda) espera nova chance de trabalho no próprio bairro

Um Rancho Alegre que ainda espanta a tristeza

Casas de chão batido e paredes sem reboco caracterizam as moradias simples desse loteamento onde faltam esgotos e drenagem. Novos conjuntos habitacionais utilizam mão de obra sazonal

MONTIZUMA CRUZ

As 11h30min da manhã de terça-feira o fogão tem apenas uma panela de arroz e um caldeirão quase pela metade com feijão. Enquanto as crianças brincam, uma família inteira conversa na pequena varanda e se surpreende com a chegada dos reporteres.

Naquele momento, o pedreiro Anderson Salomão Gonçalves, 34 anos, está a le-
má dele, Miriam Cristina Gonçalves, 33, moradora nessa casa sem reboco da Rua Guaviral, do Loteamento Rancho Alegre II.

Esse bairro cresce rapidamente no território situado nos fundos do Jardim Santa Inês, limitado ao Portal do Calóbia I.

Anderson divide com Mi-
riam a solidiedade pelo de-
semprego temporário dele e

do cunhado Ideam Silva Brito, 31, maranhense nascido em João Lisboa, a 12 quilômetros de Imperatriz e a 650 km de São Luís. Ex-bola-fita em Ponta Preta, de onde saiu para Campo Grande em 1984, Anderson acumulou uma experiência de dez anos de mecânica. "Conserto de ônibus a cambinho Mercedes", garante.

Ideam concluiu seu trabalho numa obra e aguarda nova oportunidade aqui mesmo. Sabe que seus conterrâneos empregaram-se mais no Distrito Industrial de Três Lagoas.

Com Miriam ele tem quatro filhos. A sobrinha Amanda

Raquel, 12, mora perto e se encarga de levá-los todos os dias à Escola Antonio Lopes Lima. Miriam estudou só até a 5ª série do ensino fundamental.

A conversa parece espantar a fome, mas o casal e o cunhado

não querem deixar mais uma semana sem a oportunidade de trabalhar para o sustento. Vão à luta novamente, em busca do sustento.

Vende-se esta área: 6,26 mil metros quadrados, anuncia a placa de lante no meio do terreno próximo ao Centro de Educação Infantil Sandra Maria Góes. Oportunidade de vigilância. Ele mudou-se há três meses do Bairro São Conrado, onde ficou vivo há cinco anos. Está numa casa sem piso e sem reboco, mas persevera: "Tudo tem seu tempo".

Apesentado por invalidez, por causa de surdez e de problema de coluna, conseguiu novamente um trabalho, entretanto, sem carteira assinada. Trabalha em dias alternados. "Posso sobreviver assim", garante, inspirado no falecido pai. "Quando eu era

Mesmo com energia elétrica nos postes e com hidrômetros nos quintais, as famílias de trabalhadores do Rancho Alegre II demoram para concluir suas casas, em sua maioria ainda no reboco. No lote 1, da quadra 10, da empreitada, Rua Guaviral, Daniel da Silva, 64, quatro filhos e cinco netos, descança do turno de trabalho numa empresa de vigilância. Ele mudou-se há três meses do Bairro São Conrado, onde ficou vivo há cinco anos. Está numa casa sem piso e sem reboco, mas persevera: "Tudo tem seu tempo".

Apesentado por invalidez, por causa de surdez e de problema de coluna, conseguiu novamente um trabalho, entretanto, sem carteira assinada. Trabalha em dias alternados. "Posso sobreviver assim", garante, inspirado no falecido pai. "Quando eu era

mesmo criado em Anastácio, ele foi o meu maior exemplo: trabalhava na antiga CR-3 do Exército, transportando óleo diesel num caminhão Fennel", acrescenta.

Fechada com grade na Rua Jurubeba, a Mercaria do Zé do Bicho está prestes a mudar de nome, conta Marleide Aureliana da Silva, 47, mulher dele. Vieram da Vila Piratininga, Zé do Bicho, cujo nome é Valdomiro Ramos de Souza, 52, arranjou serviço na construção, por isso fica fora o dia todo.

Com a neta ladra ao colo, Marleide criou quatro filhos, cuida de dois netos e só abre o estabelecimento quando tem freguês. Diga: "Meio Deus sempre manda, tem lá um japonês que é muito paciente com as pessoas", referindo-se a um médico do posto de saúde do Parque Calóbia I. Moraes

66

Aparecem uns homens aí que atiram nessa placa com revólver, sem dó, até ao meio-dia"

Edna Domingos Reis, moradora

dores pedem anonimato, mas denunciam a existência de um desmame de veículos na área. Um bom motivo para a abertura de mais uma das dezenas de investigações feitas pela polícia civil quando mapeia áreas onde ocorre esse tipo de crime em Campo Grande.

"Minha Casa, Minha Vida" abriga ex-favelados

"Já difícil, né?", pergunta-se de outro lado, na Rua Flora, Edna Domingos Reis, 34, nascida no Distrito de Cuiabá (Paraná do Sul). Segundo relata, sua hipotensão ainda não foi devidamente avaliada.

O marido, Celso Reis, 42, é pedreiro e a maior parte do tempo ela permanece em casa, ao lado do filho Mateus, 8, aluno da Escola Maria Teresa Rodrigues no Jardim Tardes.

O casal paga uma prestação mensal de R\$ 130 pelo terreno da casa construída com dificuldades, porém, na expectativa de boas condições.

Diversos moradores simples, sem posses, adquiriram pequenos terrenos pagando prestações entre R\$ 120 e R\$ 130. E eles constroem dentro de suas poucas possibilidades.



Na casa do filho, Carlos Silva, viúvo e apesentado, agora é vigilante

o que tem resultado em casas inacabadas e vulneráveis. Já as famílias contempladas com casas no Conjunto Residencial Ronaldo Tenuta alcançam renda de até R\$ 1.395 mensais.

A margem desse critério e

um tanto alheia às informações a respeito dos programas habitacionais do governo, Edna lamenta a insegurança causada por uma enorme falta de certeza ali em frente: "Aparecem uns homens aí que atiram nessa placa com revólver, sem dó, até ao meio-dia", denuncia.

ROUBO E DROGAS
Atualmente, a família experimen-
ta o tenível ciclo vicioso que infesta esse e outros bairros: jovens trocam por drogas o produto dos seus braços. "Nós fomos roubados duas vezes: entraram a porta da cozinha à uma hora da tarde e levaram carne da geladeira, botijão de gás e sabonete, na outra vez levaram o rádio do carro velho (um Corcel)."

Para Edna, seria bom "sempre

rassem pelo menos a beirada do muro". A placa mencionada diz: "Proibido tirar terra preta. Propriedade particular. Cabelos as penalidades da lei."

De tão importante para a Região do Lagoa (Zona Oeste de Campo Grande), o nome do residencial se destacou sobre a própria placa indicativa da Rua Mangaba.

Por conta do sistema do aquecimento solar que economiza energia elétrica, casas de 34 m² cobertas com telhas de barro ostentam a qualificação desejada para o Programa Minha Casa Minha Vida, que ocupou uma área de 31,08 mil metros quadrados. O conjunto beneficia famílias reunidas de áreas faveladas na Vila Borden e no Bairro Nossa Senhora Aparecida. (M2)

3,54

MILHÕES DE REAIS totalizam os investimentos no residencial entregue em agosto de 2011. As escrituras das casas estão em nome das mulheres.

430

É O TOTAL DE CASAS do Conjunto Ronaldo Tenuta, construído pela Agência Estadual de Habitação, Secretaria Estadual de Habitação, CCR e Caixa Econômica Federal. O total prevê 860 moradores.

12 CORREIO DO ESTADO
SABADO, 5 DE MAIO DE 2012

Especial > AQUI É CAPITAL

Sarandi é apenas um sonho nos confins de Indubrasil

Encravada entre o próspero Núcleo Industrial de Campo Grande e o Bairro Cerradinho, vila clama por recursos municipais e vive como pode: não tem saúde, ruas pavimentadas nem abastecimento de água

MONTEZUMA CRUZ

Ser um bairro de verdade ainda é um sonho na sofrida extensão do Jardim Inápolis. Vila Sarandi vive completamente carente de saúde e saneamento básico. No verão é poeirenta, no período de chuvas se transforma num barreira. Originalmente, chama-se Loteamento Social Sarandi.

De um lado prospera o Núcleo Industrial campograndense, a 16 quilômetros do centro da Capital, de outro se veem casas inacabadas, de gente pobre, sem abastecimento d'água. Ao longo de duas décadas, os moradores perfuraram poços a 30 ou 50 metros, sujeitando-se ao risco de contaminação devido à proximidade das fossas sépticas abertas nos próprios quintais ou na lateral das ruas encascalhadas e enlameadas. Pelo menos sociologicamente, sob o aspecto antropológico, a identificação das ruas do Jardim Inápolis usa motivações indígenas (Ajuana, Araguacú, Arapoema, Botuverá, Mandioré) a nomes que homenageiam. Aterras (capital grega), Criciúma (cidade catariense), Paraíba (cidade paulista), Moscovita (natural de Moscou, Rússia), Salesópolis (cidade paulista), Reino Unido (formado pela Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales) e Texas (segundo maior estado americano), entre outros. Deram até o nome de Coletânea a uma rua. Coletânea de quê?

"Não estamos fora da mapá", queixa-se a comerciante Elia Regina, 40 anos, proprietária da Mercadoria Sarandi. Apesar de ter código de endereçamento postal, a situação da vila resulta no desabalo da moradia.

Adiante do Residencial Tulani (sem casas), milha-
ras, árvores do cerrado, pe-
quenos coqueiros, terrenos
com restos de tubulação de
zincos, aparelhos telefônicos
e anteninos ofertando banda



Unanimidade. Hoje as casas do Loteamento Sarandi são abastecidas por água de poço; associações comunitárias praticam a solidariedade, ao socorrer crianças e adultos

5 MIL

PESSOAS moram
na Vila Sarandi

300

PESSOAS ganham sopa
na associação dos
moradores do Inápolis

larga de internet compõem o cenário. Num pequeno terreno, o templo da Igreja Evangélica "Nos Braços do Pai" aguarda mão de obra e recursos para ser concluído.

O perigo das fossas ao lado de poços deveria ter sido

combatido pela administração municipal, antes mesmo da visita de agentes da Agência Guarirôba, empresa interessada numa breve conquista de novos clientes. Partindo do Jardim Inápolis conta com rede domiciliar. Uma das fossas está entulhada na quadra R, lote 40 da Rua Calm. Casas da Rua Maria Agda de Jesus vivem semelhante dilema.

Fresco antes das 10h, Celina Gomes dos Santos, mãe de três filhos, está no ponto de ônibus. Trabalha no Pátio Central, de segunda a sábado, até 21h. "Isso aqui precisa melhorar, não tem proteção alguma, o outro ponto, então, é mais feio ainda, fica lá no meio do mato." Mato e lixo tem sobrando. A Associação dos Moradores do Jardim Inápolis ensua o local. Prefeita em janeiro, pedindo socorro. Ainda não foi atendida.



Roberto quebrou a coluna ao se chocar com cavalo. Mãe-coragem, Elia Lopes atende 30 famílias

Grávidas vão de ônibus à maternidade

Totalmente dependentes da Unidade Básica de Saúde Manoel Secco Thomé, no Indubrasil, os moradores passam por dificuldades. Segundo a líder comunitária Elza Lopes Gomes, 67, voluntária da Pastoral da Criança, as gestantes da Vila Sarandi viajam de ônibus para fazer o exame pré-natal na Maternidade Cláudio Mariano, no centro de Campo Grande. A deficiência no atendimento ocorre por falta de médico ginecologista na unidade.

Mãe de oito filhos, Elza cria
mais oito adotivos e tem nove
netos. Sua casa parece uma
hospedaria. O trabalho da
pastoral começou há 16 anos
na vila e não parou mais. "A

pesagem das crianças era ali,
debaixo do pé de ingá." Atualmente, 30 famílias recebem a
mullifartida, peças de em-
balagem infantil, cestas
básicas e presentes diversos.

"Tem meninas aí que, até
completarem dez anos de
idade, tinham muito peso,
depois cresceram bem, che-
gando aos 15 e 16 anos, outras
que eu já estão casadas",
comenta, feliz.

"Houve um tempo em que
quase fechamos, por falta de
recursos e de voluntários",
conta. Agora conta com o
casal Priscila e Márcio, mo-
radores na cidade e muito
ativos na Pastoral da Criança.
Outra colaboradora, conlu-
chila como dona Lola, atende

famílias do Indubrasil até o
Bairro Cerradinho.

A Pastoral também apoia a
banda do construtor Roberto
Silveira, 43, que necessita ir
dez vezes por mês ao Fisior
(Centro de Reabilitação Física
e Psicológica). Há três anos ele
dirige seu Fiat Uno, foi se des-
viar de um cavalo e bateu no
animal, que cruzava a BR-302.
Quebrou a coluna, acomoda-
se numa cadeira plástica e
usa andador, "encostado" pelo
INSS. Precisa urgentemente de
cadeira de rodas. Outro tri-
dante de pedreiro José Hum-
berto, 38, pai de três filhos, e
Nero, morador na Rua Calm,
Veio de Belém (PA).

Na porta do caseiro, ao lado
de um tanque cheio d'água,

ele explica: "Essa aqui usa-
mos para banhar e fazer co-
mida, pra beber é a do filtro
de barro." Desempregado,
acerta trabalhar na primeira
oportunidade.
Aos domingos, às 9h, a
presidente da Associação
dos Moradores do Jardim
Inápolis, Maria José da Cos-
ta, serve sopa para os curen-
tes. No Dia das Mães, Dia
das Crianças e Natal, essa
entidade recebe o apoio do
poder público e de volun-
tários. Para a presidente da
Associação dos Moradores
do Sarandi, Maria Apare-
cida Gomes da Silva, 58,
"água, saúde pública e des-
tinação do lixo" exigem so-
luções imediatas. (RSC)



Grave. Fossa entulhada e próxima a poço d'água ameaça a saúde

12 CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 13 DE MAIO DE 2012

Especial POBREZA

Moradores da favela Portelinha vivem em condições subumanas

Sem água potável, nem esgoto, favela existe há pelo menos seis anos e abriga 200 pessoas em casebres sem nenhuma estrutura. A maioria sonha conquistar a casa própria

MONTEZUMA CRUZ

De mãos estendidas e sob a inércia do poder público, a Favela Portelinha do Segredo vive dia difícil. Subumana, sedenta de água potável, sem esgoto, expõe seus duzentos moradores às mais deprimentes situações físicas e psicológicas. Há pelo menos seis anos, vive a mesma situação. Quem mora ali não habita dignamente. É como se estivesse no mais desqualificado albergue.

A paisagem é toda formada por casebres erguidos com troncos de árvore caibros, tábuas velhas ou madeirites, cobertos por zinco, lona preta ou pelo condensado fibrocimento com amianto. E ainda tem gente chegando: perto do córrego assanado e barrento, há dois anos o pedreiro desempregado Wilson Lima dos Santos, 37 anos, busca desatir sua vida entre as oportunidades oferecidas pela construção civil. Nascido no povoado Quente e seco de Itamarati, em Itapiranga (sul da Bahia), ele trouxe mulher e quatro filhos.

O mais recente inferno foi trabalhar oito meses sem carteira assinada. Paulo Rogério, o cambado dele, havia chegado antes e mandou lhe dizer que aqui não fazia serviço. Wilson já supera a dor financeira, a fome e as más surpresas do lugar. Trouxe mais parentes: dois sobrinhos e a cunhada, que viajaram quatro dias de ônibus. "Limpo terreno para sustentar minha gente", informa. Convida para conhecermos a sua casa sem piso, cuja frente corre esgoto e se ajeita pelo lugar, aconselhando os filhos a virem para não jogar lixo no quintal. "Eles me escutam", diz.

A maior parte dos moradores cadastrados pela



Miséria. Moradores vivem em casebres erguidos com troncos de árvore caibros, tábuas velhas ou madeirites, cobertas por zinco, lona preta ou fibrocimento com amianto

“

Quem sai do campo e vem para a cidade fica doente”

Arturdo Nardini, voluntário

prefeitura espera obter casa própria há anos, entretanto, até chegar esse momento a favela já se sujeita ao cerco do tráfico de drogas. A reação a esse flagelo chega pela solidiedade de poucas pessoas, sobressaindo-se este ano a atuação do grupo jovem da Igreja Presbiteriana

da Vila Nasser, que dialoga com crianças todas as quintas-feiras, às 19h, orientando-as contra esse perigo. Além de orações e conversas, eles os incorporam ao cântico no coral. “Eu celi o nosso espaço para eles”, diz Rosa Mônica Duarte, 58. No seu pequeno quintal, as reuniões incluem alegria e esperança para meninos e meninas. Seis anos depois de iniciar a favela, com apenas 21 famílias, algo sinaliza que pelo menos nesse aspecto há mudanças à vista. Uma das primeiras a chegar ali, Rosa Duarte recorda a primeira visita dos cadastradores da Agência Municipal de Habitação e de polícia: “Eles destruíram tudo e, numa

segunda, transferiram daqui as famílias contempladas; infelizmente, algumas venderam suas casas.” Voluntário, atualmente liderando a arrecadação de agasalhos para os moradores, Arturdo Nardini, 39, sintetiza a migração das pessoas da zona rural de municípios vizinhos e do Pantanal, em direção à Portelinha: “Quem sai do campo e vem para a cidade fica doente.”

Fala isso com a experiência de 12 anos de trabalho na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagr) em Mato Grosso do Sul. Ele também trabalhou na Superintendência Estadual do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.



Desempregado, Wilson dos Santos vive na Portelinha há dois anos

Dia da Mães é celebrado com esperança

Idades diferentes, dramas semelhantes. Em comum, Jucileia de Almeida Vicente, 67 anos, Joana D'Arcy Lopes de Oliveira, 43, e Jucileia Vilamaior, 36, celebram o Dia das Mães com expectativa e esperança. Jucileia tem 12 filhos — quatro homens e oito mulheres — e perdeu três desde quando se mudou do município de sua terra natal, Aquidauana, vivida do oleiro Melquiades Dias, que morreu aos 37 anos. Moravam e trabalhavam na Fazenda Tupacati, onde todos nasceram e viveram uma infância feliz. Enchentes, soldos, fúria, fome, carne à venda: “Fiz muito bom lá, tinha fartura de tudo”, ela conta.

Jucileia veio para Campo Grande, mora no barraco de madeira pertencente ao filho Otacílio, 37, e cria três netos com idades de 2,5 anos, 2,6, e 3,8. “No tempo da doleira de álcool o vento arrancou telhado, portas e janelas, e si-

levamos todos para a casa da Jucileia” (filha, de 27 anos). Observa com olhar triste a criança descalça brincar sobre o esgoto a céu aberto. Começou a receber a pensão previdenciária do ex-marido, de apenas um salário por mês. Samuel, um ano e dois meses, presta atenção na conversa. “Socorro”, murmura vira-lata, espreita-se entre as pernas do repórter. “A noite ela é a nossa guardiã”, comenta Jucileia. “O que espero desse dia? Que Deus nos abençoe e melhore a nossa vida”, diz. Ela participou de um mutirão no Parque Tarsila do Amaral, onde espera montar seu futuro lar.

Joana D'Arcy Lopes de Oliveira cursou só a 3ª série, teve cinco filhos, dos quais dois moram com a mãe dela, que tem 99 anos, em Paranaíba. Com cinco filhos choros de água, ela leva roupa da família, tarefa diária nesse barraco



Tristeza. Jucileia lembra o tempo em que destruiu sua casa em abril

com paredes de compensado, pilares de madeira e telhas de fibrocimento, condenadas pela saúde pública, porém muito comuns na Portelinha. Lava, estende para secar e cuida das crianças, enquanto o marido saqueiro faz entregas de cachaço em Chapadão do Sul. “Eu começo bem cedo, e quando a água dá uma trela-

na penso tudo no tanque. A água corre fina por um cano pequeno e como insuficiência as mulheres da favela descom- até a beira do córrego.”

Vendo dos R\$ 134 da Bolsa Família e outros R\$ 150 do Vale Renda do governo estadual, com o que adquire roupa, calçados, gás e comida, Joana revela uma alegria. “Mi-

nhu filha Valdinei (17) estuda na Escola Estadual Maestro Correia da Costa, e a Fabiane (15) frequenta o curso do Cras (Centro de Referência de Assistência Social) do posto da Graça e vai consertar o computador.”

A curumebana Jucileia Vilamaior chegou à Portelinha antes mesmo da construção do Bairro Morada Verde, separado de duas vezes, e que



Sonho. Jucileia sonha ter casa

trou carreira profissional. Cursou o Ensino Fundamental completo, mas parou. Há 5 filhos com idades de 13, 17, 20 anos e duas de 14 (gêmeas). Antes de ganhar as gêmeas, perdeu um filho. As filhas Bruna, 17, e Bianca, 20, procuram trabalho. “Meu sonho é ter uma casa em Jaculinha, Itamarati ou nas Moreninhas”, ela diz. (RMC)

CORREIO DO ESTADO
SABADO, 9 DE JUNHO DE 2012

Especial > RISCO AMBIENTAL



Quase dentro. Algumas casas construídas nas barrancas do Rio Miranda avançaram o limite legal e ficam a menos de 5 metros das águas. Com isso, o rio está sujeito à contaminação por lixo e dejetos

MPE quer remover os ranchos às margens do Rio Miranda

Foram identificados 60 ranchos construídos na área de proteção ambiental. Promotor adverte para impactos ambientais negativos, entre os quais o despejo de lixo, o assoreamento e as enchentes

MONTEZUMA CRUZ
DE MIRANDA

Embora recolham Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), proprietários de ranchos na Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Miranda, no distrito de Salobra, a 190 quilômetros de Campo Grande, terão que deixar o local. São 43 propriedades e algumas casas em nome de terceiros. Ao todo, o Ministério Público constata 60 ranchos. Segundo o titular da 2ª Promotoria de Justiça em Miranda, Daniel do Nascimento Brito, o distrito é atualmente área urbana consolidada, tem energia elétrica e há algum tempo edge obras de esgoto sanitário e coleta regular de lixo.

A 11 quilômetros do centro de Miranda e a um quilômetro da rodovia BR-262, vistos ranchos de alvenaria e de madeira, pintados, cobertos de telha e fechados a cadeado, batizados com nomes populares – entre os quais Ponta Fina, Vida Dura e Boca de Bague – têm antenas parabólicas no quintal, lotes e lanchas vendidas guardadas na garagem, contrastando com velhas casas habitadas por pescadores e ribeirinhos. “Ditosos desses imóveis e ribeirinhos devem respeitar a lei”, alerta o promotor, glicho de Trasse Pando e transferido de Glória de Dourados para Miranda em 2010. Em regra, as edificações devem ter cem metros de recuo das margens do rio, entre-las, se encontram a menos de 15m, tem de 5m até a 4,5 m. Os dados são iguais ali em linha de serena e felizes, ele continua. “Alguns moram em São Paulo e os conseqüentes identificados quando cheivamos o apoio da Polícia Militar Ambiental”, relata.

Para garantir a remoção das 50 famílias, o prefeito Nader Vedovato (PSB) pretende obter recursos financeiros na Secretaria Estadual de Habitação. Ele ainda não calculou quanto será necessário.

Vedovato já projeta o reassentamento dessas famílias, das quais, 22 foram contempladas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, que começa a construir um pequeno conjunto. “Atendemos os mais carentes, respeitando o critério de prioridade para idosos, grávidas e mães solteiras”, ele informa.

O cadastramento feito pelas Secretarias Municipais de Assistência Social e de Meio Ambiente e Recursos Hídricos identificou outras 15 famílias em Salobra. Elas terão a oportunidade de escolher terrenos próximos às casas antigas.

CHEIAS

“A água subiu até naquela divore ali”, aponta Michele Rodrigues da Silva, 28 anos, em frente ao terreno onde mora desde os dois anos de idade.

Além da falta de esgotamento sanitário e das precárias condições higiénicas, o ataque de insetos, principalmente, de pernilongos, atormenta os ribeirinhos. Por volta de 11h, nuvens de pernilongos tiravam o sossego de estudantes que caminhavam sobre os trilhos da ponte de ferro da antiga Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e dos moradores próximos à estrada de acesso à fazenda da Associação das Famílias para Unificação e Paz Mundial.

Nascida em Miranda numa família de pescadores, mãe de dois filhos, Michele convivia a vizinha Sandra Aparecida Duarte, 39, três filhas, para recordar a cheia de 2011. “A gente andava de canoa aqui na frente”, fala Sandra. A primeira mora à beira-rio desde 1983, a segunda desde 1996.

Sandra faz mais, além de pescar vende algodão doce, pipoca e aluga cama elástica para aniversários e outras festas. O marido, Luiz Carlos Cardoso, 48, só trabalha a situação se for remanejado para longe do rio: “Pescar peixe e o meu peixe não, preciso ter minha base aqui”, diz.



Antevêvera da mudança. Família de Michele Silva (d) trocará a beira do rio por uma casa de conjunto

Diagnóstico deu origem ao inquérito civil

Em 2008 o Ministério Público Estadual contratou uma empresa para elaborar o diagnóstico ambiental do Rio Miranda desde a sua nascente, no município de Ponta Porã. A partir daí foram identificadas as irregularidades, mas os donos dos imóveis nem se mexem para deixar a área.

Desmembrados, os 45 inquéritos abertos contra os proprietários resultaram em um só, no qual constam diversos agravantes cometidos pelos ocupantes dos terrenos à beira-rio.

A exemplo de outros rios, a preservação das margens do Miranda são fundamentais para as épocas de chuvas. Cobertas de vegetação, elas podem evitar o total transbordamento das águas. A construção de ranchos já alterou a fisionomia dessas margens, sujeitando-as ao assoreamento e ao despejo de lixo e às enchentes.

Notificados e ouvidos amavelmente pelo promotor, os proprietários dos ranchos



Agindo. O prefeito Nader Vedovato remanejará famílias; o promotor Daniel Brito quer o rigor da lei

foram alertados a respeito da possibilidade de causarem impactos ambientais negativos ao rio, cujos danos, conforme Brito, “só medidas mitigadoras não funcionam”. Contudo, o promotor acredita que a maioria deles poderá aguar a apreensão do Código Florestal no Senado Federal e a própria decisão judicial. “Os que ocuparam terrenos anteriormente a 2008

querem ser anistiados das multas”, observou. Segundo Brito, se tivesse exercido desde o início a fiscalização sobre a área, a prefeitura teria controlado tudo. “Deixaram o problema crescer, agora temos que aplicar o rigor da lei, mesmo reconhecendo direitos de ribeirinhos em condições sociais dependentes de ações e da intervenção do Poder Executivo”.

O promotor critica o “flagrante retrocesso da atual legislação” e promove ações enérgicas do grupo ambiental do Ministério Público. “As recentes catástrofes ambientais no País são indícios de que a tutela ambiental é insuficiente, precisando ser ampliada e não reduzida para garantir a vida das futuras gerações”, ele acrescenta. (MJC)

50

MIL REAIS é o valor da multa por hectare danificado. MPE determina que punidos imprimam folders educativos.

60

RANCHOS e 50 casas de ribeirinhos e pescadores ocupam as margens do Rio Miranda em Salobra e na cidade.

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 12 DE JUNHO DE 2012

Especial > SERRA DA BODOQUENA

Pequenos e grandes se unem para receber indenização no Parque

Dos 76,4 mil hectares declarados de utilidade pública para criação da área de preservação, apenas 11,8% foram indenizados pelo Governo federal, 12 anos após a instituição da reserva



Bodoquena. Dos 76,4 mil hectares transformados em área de utilidade pública, 80,2% não foram indenizados e seguem fechados para a ciência e aos visitantes porque não são áreas públicas

BRUNO HENRIQUE
DE BONITO E BODOQUENA

Nunca, na história dos parques nacionais, pequenos e grandes proprietários de terras demoraram tanto para receber a devida indenização pela desapropriação de áreas destinadas às unidades de conservação. Dos 76,4 mil hectares transformados em área de utilidade pública, apenas 11,8% foram pagos aos fazendeiros que apresentaram espontaneamente a documentação requerida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e, em seguida, o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio).

Um grupo de 34 pequenos proprietários rurais de áreas que formam o conhecido Dente de Cão, no Assentamento Canaã, em Bodoquena, entregou sua causa à Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul (Fetagr). Segundo a assessora jurídica da entidade, Maria dos Santos Almeida Pereira Lima, o ICMBio prometeu solucionar o pagamento, mas pela qual não se ingressou na Justiça com ação desapropriatória direta. Outra ação é se unir aos grandes, representados pela Federação de Agricultores de Mato Grosso do Sul (Famatsul). As duas entidades pretendem agir em conjunto para garantir o pagamento das indenizações. "A regulamentação é inviável, não há como ignorar o papel daqueles que já estavam ali antes da criação do parque em 2000", lamenta em Bodoquena o vereador Lourenço Caspary Penzão, o Turcão (PMDB). Em Bonito, a vereadora Laila Lima (PP) também cobra o governo federal. "O Parque Nacional interessa a todos, mas os proprietários rurais devem ter seus direitos".

O parque foi criado por decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Durante o governo de José



Vereador cobra valores justos

Ocirio Miranda dos Santos (PT). Por esse motivo, um grupo de pequenos agricultores formalizou parceria para cobrar novamente o ICMBio em Brasília. As respectivas assessorias jurídicas começaram a dialogar com a presidência do órgão, a fim de solucionar o impasse até o segundo semestre do ano. Inicialmente falaram com o ex-presidente Rômulo José Fernandes Mello, e agora esperam o posicionamento do sucessor dele, Roberto Vicentin, que assumiu o cargo em março.

Maria Lima expôs à presidência do ICMBio a parte social nessa fase de instalação do parque. "As pessoas cujos interesses defendemos não dispõem de recursos, elas tiram dos lotes o sustento", assinala. Até o atual período de indenizações do governo federal, elas cultivavam mandioca, milho, hortas, abóbora e feijão, em áreas ricas acima das rochas, onde o calcário predomina. A advogada adverte: "Esses sítios não podem ficar nada de suas parcelas, pois todas as áreas delimitadas por decreto federal, no exterior e no interior do parque, destinam-se à preservação permanente".

"Além de fazer parte do parque, podemos preservar o ambiente, viabilizar o crescimento da atividade turística e transformarmos Bodoquena em polo de pesquisa para o Geoparque Bodoquena Pantanal", defende a secretária municipal de turismo desse município, Jussara Silva Sousa.



Pequenas cachoeiras. No meio da Mata Atlântica do sudoeste do Estado, existem águas que ainda não foram estudadas pelo ICMBio

30

HECTARES
É o máximo de área negociada pelos pequenos proprietários dentro do plano de indenização estipulado pelo Governo para fins de desapropriação na região.

R\$ 600

É O VALOR máximo do hectare de terra estipulado pelo governo federal para área desapropriada no entorno e no interior do Parque Nacional.

Valor do hectare gera polêmica

Para o Sindicato Rural de Bonito, o valor de um hectare na região do parque alcança R\$ 2 mil, subindo para R\$ 5 mil nas proximidades de rios. Mas o governo federal só quer pagar até R\$ 600. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) concede o hectare variando de R\$ 5 mil a R\$ 35 mil. Assim, grandes e pequenos têm motivos para aborrecer o impasse.

Antecipando-se ao debate eleitoral deste ano, o Conselho Consultivo do Parque Nacional reuniu-se uma vez mais, em Maracaju, mas pouco avançou em relação ao uso legal e definitivo das reservas naturais. Não fosse esse impasse, que amarrava pela burocracia estatal todos os projetos de biólogos,



Manoel. "Temos que zelar" agrônomos, organizações não governamentais, insuscul e demais especialistas, o parque já deveria estar aberto à ciência, à biotecnologia e ao ecoturismo.

Entre as propriedades com 60% a 70% de áreas dentro do Parque, os Fomadas Maracaju e Quatzenana somam 5,5 mil ha a serem negociados, informa Manoel Maracaju, diretor do Projeto Jardim, da Associação das Famílias Para Unificação e Paz Mundial.

"Temos que zelar pela natureza, porque os matos impedem outro uso da área", ele diz. Manoel garante que não há interesse econômico e que a associação está disposta a facilitar o trabalho dentro dos limites geográficos do parque e seu entorno. "Precisamos construir as cercas de limite, e até agora tivemos que carregar pedras de madeira nas costas, porque ali não entra carro, nem cavalo ou trator". (MC)

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2012

Especial > INSUPOORTÁVEL



Vive disso. Arrastando um sacolão de lixo, José Bernardo atravessa o lixão de Bodoquena várias vezes ao dia. Sustenta a família, não quer se aposentar, e espera se filiar à futura associação de catadores

Bodoquena e Miranda projetam aterro único para depositar lixo

As duas cidades se antecipam ao Consórcio Intermunicipal que atenderá a Bacia do Rio Miranda. A Justiça estadual determinou a desativação do lixão até setembro deste ano

MONTEZUMA CRUZ
DE BODOQUENA E MIRANDA

Quatro anos depois de uma série de tratativas entre a prefeitura e o Ministério Público Estadual (MPE), o velho aterro sanitário de Bodoquena saturo e seu fechamento é inadiável. Por determinação judicial, terá que acabar dentro do prazo de 180 dias contados desde 30 de março passado (30 de setembro). Ele fica dentro de uma área de preservação permanente (APP), a três quilômetros do centro da cidade.

Morros, nascentes e rios ainda dificultam a localização ideal para o novo aterro, mas Bodoquena alia-se à vizinha Miranda e, juntas, formam um consórcio para solucionar o despejo de resíduos sólidos.

O turismo cênico da região não condiz com essa realidade.

“45% do lixo da nossa região pode ser reciclado”

Daniel Nascimento Brito, promotor de Justiça em Miranda

de e carece de infraestrutura para o atendimento aos visitantes”, advertiu o promotor de Justiça em Miranda, Daniel Nascimento Brito. Ambientalistas, Bodoquena responde à 2ª Promotoria de Justiça em Miranda.

Com a Lei 12.305, buscou-se um termo de ajuste de conduta (TAC), inicialmente rejeitado pelo prefeito Jun I Hada

(PMDB). Ele preferia a situação anterior, prometendo se adequar e regularizar a coleta e a utilização do lixo. Hada e seu colega Neder Vedovato (PSB) teriam de apresentar o projeto para a organização dos catadores, que ainda não são reconhecidos.

Com recursos de muitas ambientais, o MPE antecipou-se à campanha educativa da população. Editores já distribuíram panfletos explicando a importância da conservação ambiental para diminuir a poluição do solo, do ar e da água.

Finalmente, Hada assinou o compromisso para regularizar a situação. Com recursos federais, ele investirá R\$ 1,2 milhão na coleta seletiva e no condôcio. O Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do

Sul (Imasul) analisará a localização e a instalação do novo aterro para, em seguida, conceder-lhe a licença ambiental. Caberá às prefeituras recuperar as áreas antigas.

Em Miranda, o aterro situa-se no Distrito de Duque Estrada. Segundo Neder Vedovato, um acordo com a Prefeitura de Bodoquena possibilitará a parceria para a construção do aterro único, em local ainda a ser definido e licenciado. O uso de máquinas também será acertado entre as duas administrações.

O juiz da comarca havia determinado, em ação civil pública, para a construção do aterro, porém, o município recorreu, preferindo o sistema de valas. Isso resultou em multas. “Na execução, explicamos ao prefeito que a exigibilidade da multa poderia ser suspensa, desde que ele cons-

truísse o aterro”, disse Brito. Geralmente o dinheiro das multas é convertido para um fundo estadual e os recursos nem sempre são empregados na região. “Propenho a aplicação aqui mesmo, onde as autoridades podem acompanhar os benefícios à população”, justificou.

VIDA DE CATADOR

Ex-empregado de construtora e de empresa mineradora, pai de seis filhos casados e com 16 netos, José Bernardo dos Santos, 53 anos, revira o lixão de Bodoquena: coleta plásticos e papéis, pisca sobre osso bovino, latas de alumínio, preservativos, tubos PVC, material de construção, pedaços de madeira, e não se incomoda com moscas varejeiras, nem com o forte odor. Às 17h de segunda-feira, sozinho, ele conversa pouco, não diz

quanto ganha, mas garante que sustenta a família. Vai trabalhar de bicicleta.

“Aposentado? Que isso? E as minhas três mulheres? Quando a gente tem garras, trabalha mesmo”, é a frase mais longa de José Bernardo. Chafurdando no meio do chorume e do barro, não interrompe a cação, impressionado pelo desempenho físico. O repórter insiste, pergunta da saúde dele, obtendo mais uma breve declaração: “Eu ainda jogo bola e tô bekeza, carregro um monte inteiro cada vez, e não endureço as costas”.

O lugar está com os dias contados. Os catadores não perderão, garante José Bernardo. Segundo ele, todos se reunirão numa associação, tal qual a de Jardim. Sabem que sempre sobrá lá no lixão.



Estímulo. Escola premia autores dos melhores trabalhos ambientais

Com até 90 t por dia Jardim constrói aterro

O aterro em construção no município de Jardim, a 192 quilômetros da Capital, foi adequado, impermeabilizado e já tem drenos de concreto para evaporação. A cidade recebe de 80 a 90 toneladas de lixo por dia, informa a chefe do Núcleo do Meio Ambiente, engenheira sanitária Daniela Nunes.

Desde 2011, o Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Integrado das Bacias dos Rios Apa e Miranda busca aplicar a Lei 11.107 (de consórcios públicos) nos

municípios de Bela Vista, Bonito, Guia Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque.

Licenciado, mas ainda não fiscalizado, o projeto do consórcio recebeu apoio financeiro de R\$ 1,5 milhão da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), com R\$ 20 mil de contrapartida para cada prefeitura. A Bacia do Rio Miranda tem 26 municípios.

Segundo Daniela, só após a conclusão das obras concluídas será definido o gerenciamento. Prefeitos acataram o preço pago por tonelada de

lixo reciclável. Escolas municipais ensinam a coleta seletiva, enquanto a prefeitura começa a organizar os catadores. Com pretensão de R\$ 300, R\$ 200 e R\$ 100, o concurso de maquetes na Semana do Meio Ambiente reuniu 13 escolas de Jardim.

PLÁSTICO

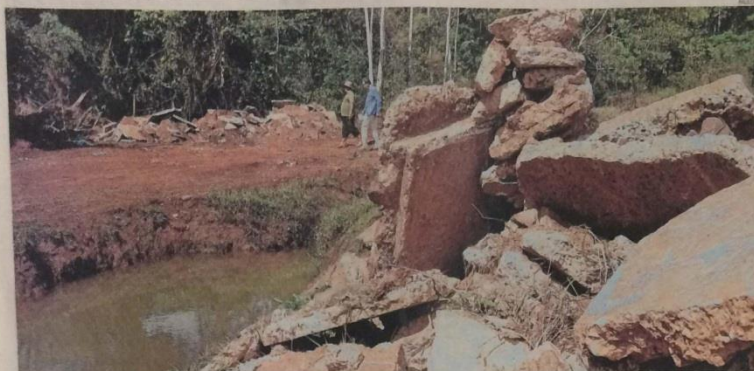
Estima-se que depois da compactação o volume de resíduos alcance 185 metros cúbicos por dia. O plástico de Jardim é todo vendido à empresa de Campo Grande.

A composição gravimétrica estudada em 2005 aponta 30,17% de matéria orgânica, 31,58% de plásticos, 13,20% de metais, 11,85% de rejeitos, 10,66% de papel e papelão, 2,29% de vidros.

Aprovado antes do primeiro, o segundo convênio liberou R\$ 1 milhão em 2007 - R\$ R\$ 950 mil da Funasa, mais R\$ 50 mil da prefeitura. Entretanto, esses recursos foram liberados somente dois anos depois. O primeiro convênio, no valor de R\$ 500 mil, segue pendente. (MCE)

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2012

Especial AGRRESSÃO AMBIENTAL



De fazer dó. Despejo de entulhos e desvio do leito, sem licença ambiental, causam transtornos a pequenos proprietários e a uma escola situada a menos de 1 km do prolongamento da Avenida Norte-Sul

Outro golpe contra o Segredo, agora desviado e entulhado

Área de Preservação Ambiental situa-se ao lado do conjunto de obras do PAC, destinadas à preservação dos fundos de vale, desfavelização e urbanização das adjacências da Avenida Prefeito Heráclito Figueiredo

MONTEZUMA CRUZ

Bambos, embaiobas e guapituvus de um dos mais privilegiados trechos da Mata do Segredo perderam esta semana o seu principal aliado: o Córrego Segredo, cujo curso foi desviado sem autorização do poder público.

O leito foi totalmente alterado com entulhos de construção no Bairro Estrela do Sul (zona norte de Campo Grande). "A gente só percebeu o movimento quando o caminhão já tinha descarregado tudo e entupido o rio", relatou José do Couto, zelador da chácara do Lar Mãe Mariana, mantido pelo Centro Espírita Camilhões de Jesus.

Aé, onzen, diretoria e conselho da instituição aprovaram a autoria do ato que se caracteriza crime ambiental.

Também não quiseram impuzir id: a "propriedade" vizinha mais próxima, o Autódromo Délio Barbosa, separado por uma cerca de arame.

Surpreendendo-se com o resultado das modificações feitas por um grupo de pessoas desconhecidas da instituição, a direção preferiu aguardar a identificação e o objetivo dos autores para iniciar um diálogo que resulte no restabelecimento do leito. Se isso ocorrer, demandará estudo técnico e total desobstrução da área entulhada, circundada por árvores altas, arbustos e cipós.

A Mata do Segredo é citada em trabalhos escolares, programas do governo federal, pela administração municipal e até na Wikipédia. Na Secretaria Municipal de

Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur) não consta licença para obras particulares na região. O órgão promete investigação até a próxima semana.

Atírica previsão de mudanças na fisionomia dos bairros adjacentes à Avenida Prefeito Heráclito Figueiredo ocorrerá quando essa via for estendida. Nada tirava o sossego dos moradores, nem mesmo as obras de galerias de captação de águas pluviais no perímetro do Parque Linear Presidencial Ilho Quadros, que tem 6,3 hectares de preservação das avenidas marginais e prevê também 6,5 quilômetros de ciclovias.

Recentemente, a Prefeitura recuperou a estrada de acesso à chácara, reconstruindo uma pequena ponte sobre o córrego. Agora, a estagiagem mostra

efeitos drásticos, em consequência do desvio do rio, cujas águas passaram a banhar a área limítrofe no lado perpendicular ao autódromo.

"Nessa seca brava, não temos mais água suficiente", lamenta o casreiro José do Couto. "Eu fico triste, porque aqui nós temos o cuidado de evitar agressão à natureza tão boa: não tiramos nem um pé de pau e até evitamos varrer o chão pra não arrancar raízes de plantas menores".

Couto veio de Bonito com a família há sete anos. Está espantado com o cenário diferente daquele ao qual acostumou-se na mais famosa cidade turística do estado, onde constatou que a Prefeitura mutila uma vizinha porque insistiu em construir um tanque d'água no próprio quintal. "Eu escuto no rádio e na te-

levisão que todo projeto esteja licenciado, então, isso aí não é projeto coisa nenhuma, porque não aparece nenhum fiscal ou autoridade para consultar a diretoria e pedir autorização para mexer na mata e no rio".

Em consequência disso, morreram preás e gambás e árvores arceutas foram queimadas. O clima seco naquela ocasião facilitou a propagação do fogo, que foi controlado pelos próprios moradores.

Saiba

Bairro começou no Governo de Pedrossian

O Bairro Estrela do Sul surgiu de um conjunto residencial construído durante o governo Pedro Pedrossian. Em 2011, durante inauguração do Parque Linear do Complexo Segredo, o prefeito Nelson Trad informou que o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), investiu R\$ 35 milhões em obras situadas entre o Estrela do Sul e o Bairro Otávio Pécora.



ATERRO DESTRÓI VEGETAÇÃO E MATA PEIXES

Lambaris, piaparas e muçuns sumiram. Com o aterramento do leito original do córrego desapareceu também a vegetação aquática que Peixes alimentavam. Entre vizinhos da área de preservação permanente ainda há esperança na reconstrução do lugar, vizinho a uma escola periférica e ao autódromo. Córrego e floresta são essenciais à conservação de uma das mais valiosas reservas verdes da Capital. (MCC)



HORTA DO LAR MÃE MARIANA, A 1ª VÍTIMA

Em pleno período de estagiagem, o cultivo de almeirão, alface, cebolinha, couve, espinafre, rúcula, salada, tomate-cereja e outras hortaliças sofre o primeiro revés causado pela mudança no curso do córrego. O zelador do Lar Mãe Mariana, José do Couto, aproveitava águas do Segredo para regar a horta que abastece e induz o custo diário das refeições de 120 crianças matriculadas na escola da instituição. (MCC)

CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 2 DE SETEMBRO DE 2012

Especial \ ELDORADO 2

Tanto bate até que fura

Sonda improvisada por assentado perfura o primeiro poço d'água no interior de Capão Seco, em Sidrolândia, onde pequenos inventos antecipam soluções do Incra para 720 famílias

MONTEZUMA CRUZ
DE CAPÃO SECO, SIDROLÂNDIA

Denivaldo Rodrigues, 49 anos, liga o motorzinho de dois cavalos, estica o mangueiro e põe a cruz de madeira no buraco para evitar desbarrancamento da terra-rua e o consequente entupimento.

Até o começo da tarde de quarta-feira, ele havia perfurado 14 metros na terra-rua do seu lote no Assentamento Eldorado 2, a 70 km de Campo Grande, no interior de Sidrolândia. Continuará o serviço até alcançar a marca dos 22 metros, onde esperava obter água.

Essa é a sina dele e do único auxiliar, Genivaldo Ruiz, 22, de segunda-feira a domingo, no uso de uma sonda improvisada que vai garantir o abastecimento deles e dos vizinhos de lote em Capão Seco, ex-acampamento onde hoje se encontram 720 famílias contempladas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Alguns vizinhos já se interessaram pelo invento. A maioria das famílias usa água de poço e a descoberta do assentado é um alento, pois tem acesso a um serviço mais barato, caso queiram vencer a sede e filtrar água de qualidade.

"Mais um CV (cavalo) e meio e esse bracelete desce melhor", comenta Denivaldo, casado, pai de três filhos, vindo de Ipiranga, perto de Jales (SP) para o antigo Mato Grosso, em 1978. O segundo motorzinho acionará a manivela que faz descer a sonda até o lençol freático. Essa máquina perfuradora nasceu a partir do bracelete, do diferencial de um automóvel Chevrolet e de dois cavalos — sem de madeira, mas não suportaram exigindo também a estrutura de ferro.

A história da sonda, cuja ponta tem pedra granito diamantada começou quando o compunham dele, Agrimado Barcelos Rodrigues, 51, ex-vigilante, veio de Campo Grande, onde adquiriu peças de ferro para construir a armadura da torre que instalara no lado de sua casa d'água.

"O tempo todo ele rodou aqui em casa, namorou esses ferros, até que eu vendi", conta Agrimado, nascido em Camapuã. Um saco de feijão e R\$ 150 pagaram o material, rapidamente transferido para o lote do amigo.

Não havia solda, muito menos soldador. "Justamos as ideias até que apareceu o irmão dele, um soldador profissional", lembra Agrimado.

Denivaldo diz ter gasto R\$ 8 mil na "engenharia", usando recursos da venda de abacaxis, mandioca e milho. "Aqui a gente já achou poço com 9m de profundidade, mas tem gente aí que furou poço com 20m e ele não deu água", explica Denivaldo.

Em abril, o Incra notificará os assentados, aplicando-lhes um questionário para saber como vivem. O instituto moveu mais de 150 ações de despejo na Justiça Federal para conter a venda de lotes, um dos mais graves problemas em diversos estados.



Dureza, de sol a sol. Com sonda de ferro improvisada, Denivaldo Barcelos trabalha na perfuração de um poço d'água em seu lote

Agrimado inventa triturador de ração

Quatro latas velhas de óleo vegetal, a carcaça de um fogão a gás e madeira de canteiro viram o mínimo de comodidade ao assentado Agrimado Rodrigues, que depois de seis anos ali convive agora com uma bérnia, está na fila da cirurgia no Hospital São João, em Campo Grande, e não pode arcar com os custos.

"Em 2013 eu não terei mais milho nas mãos", comenta. O vizinho Ademair Andrade do Carmo, 45, dois filhos, viúvo de Paracatã, incentiva o novo invento: "É só ele acionar a madeira boa ajunta a colera que melhora de vez". O triturador é acionado com energia elétrica. (MCC)



Aqui, nada se perde. Fogão velho adapta rapidamente para milho

↑
ÁGUA E IBIS

Ibiquatins pousam diariamente nos tocos no meio da grande lagoa do Assentamento Eldorado 2, onde também aparecem garças brancas e rosas. Esses pássaros são comuns na região, encantando os visitantes nos fins de semana. Em alguns pontos a profundidade alcança 15 metros. Tilápia, piaia, corimbá e carpa são alguns peixes fregados nessas águas, nos fins de semana.

Diversificação é a saída para independência de assentados

O querer de cada um resulta na diversificação agrícola. Assim, o assentado no lote 448, Agrimado Rodrigues mantém roças com banana, mandioca, manga, abacaxi, pera, tangerina, jabuticaba e urucum. Há três anos, ele também plantou 2,7 mil pés de eucalipto e vai cortá-los em 2013.

Próximo aos eucaliptos está o plantio de acácia, com o qual ele espera atrair abelhas melíferas aos brotos. "Já coloquei uma caixa e tô esperando", ri.

"Sempre aparecem amigos orientando e apoiando", ele diz. É manifeste também "a todos os que participaram do mutirão para regar sua nova metacida, de tijolo". O pessoal — irmãos da Igreja Congregação Cristã no Brasil — também entrou firme na capina do terreno.

Agrimado ainda mora numa casa de madeira, mas não reclama. Obteve do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) um financiamento de R\$ 20 mil, a juros baixos, para investir nas suas atividades.

Agrimado e Joana adotaram um casal de filhos, mas atualmente trabalham só, cuidando das roças, da criação de porcos e das duas vacas leiteiras. Os mais de 70 litros diários são vendidos para congelados e também servem para a fabricação de três quilos em média por dia. Pesando 1,2 kg a 1,3 kg, a unidade é vendida a R\$ 10. As sementes de urucum custam R\$ 3,50.

Quando se trata na rede na varanda, Agrimado pensa, e nesse nicho produz e colhe de água e torce para que as abelhas da região deem tráfego em suas colônias. (MCC)

Saiba

Terra-roxa dá de tudo um pouco

Dois roças brancas se destacam entre as hortaliças. O pé de mamão e o alho cultivados por Joana Albino de Oliveira, mulher de Agrimado. Ela ganhou-as de uma amiga e replantou-as num canteiro de terra-roxa, solo vermelho muito fértil, resultado de milhões de anos de decomposição de rochas basálticas.

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2012

Especial > PRESERVAÇÃO DA ARARA AZUL

Minha caixa,
minha vida

Um dos mais bem sucedidos programas conservacionistas diminui risco para essa ave no Pantanal, formado pela Nhecolândia, Nabileque, Abobral, Rio Negro, Miranda e Aquidauana

MONTEZUMA CRUZ
DE MIRANDA

Dois ovos brancos em média são colocados, e depois de 28 ou 30 dias somente um filhote sobrevive. Mesmo assim, o milagre da vida está cada vez mais presente entre as araras azuis (*Anodorhynchus hyacinthinus*). De uns tempos para cá, elas estão nascendo mais em pequenas caixas de madeira macia do que em ocos naturais das árvores manduvi, no Pantanal sul-mato-grossense. "Isso é gratificante. Sem as caixas, metade delas não sobrevivia aqui", comenta a bióloga da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e Região do Pantanal (Uniderp) Ani Neiva Guedes, responsável pelo Projeto Arara Azul.

De julho a outubro deste ano, em 40 ninhos ativos nasceram 31 filhotes dessa espécie que pode alcançar um metro de comprimento e 1,3 kg de peso. Desses, 14 são de dez ninhos artificiais e 17 de naturais. Em 2011, 15 filhotes nasceram em 15 ninhos artificiais e 17 em 14 naturais.

Mais de 250 caixas forradas com serragem foram instaladas desde 1998. "Ninho artificial é igual à casa de alguém: quando uma arara sai, sempre chega outra", explica Neiva Guedes. Uma das parceiras do projeto, a Fundação Toyota do Brasil levou esta semana um grupo de jornalistas para conhecer o cotidiano dessas aves, nos capões de mata do Refúgio Ecológico Calman, em Miranda, a 240 quilômetros de Campo Grande. Eles apelidaram os ninhos artificiais de "minha caixa, minha vida". Arara azul, ararazão ou ararapreta, a maior espécie do gênero pitacidae do mundo, está praticamente livre da extinção, depois de 455 escaladas de monitoramento em 364 ninhos no interior de 57 fazendas dos municípios de Aquidauana, Bonito, Jardim e Miranda.

O manejo e a conservação das araras-azuis em seu habitat tem 23 anos, aumentando de 1,5 mil no final da década de 1980 para mais de cinco mil atualmente. O diretor-presidente da Fundação Toyota, Ricardo Bastos, ressaltou o apoio institucional ao projeto, que considera "sério, respeitoso e plenamente comprometido com o meio ambiente e a comunidade". Em 2011 será inaugurado o Centro de Sustentabilidade do Instituto Arara Azul, para atender a estudantes e cientistas em estágio ou treinamentos. A equipe do projeto já encontrou até 84 araras vivendo juntas e, em dormitório, podem se reunir centenas delas.



1 - Rotina. A bióloga Daphne Nardi Azul recebe um filhote para cuidados sanitários.

2 - Assistido. recém-nascida e bem alimentada, a ararazão ainda não tem plumagem.

3 - Zelo. A bióloga Kefany Ramalho presta cuidados com a vida animal.

4 - Êxito. Na sequência de um trabalho de 23 anos, a bióloga Neiva Guedes aprofunda estudos que revelam os pitacidae.

5 - Tesouro pantaneiro. Nos galhos do manduvi, os joia que elas gostam. Soberanas, porém, sensíveis.



Filhote sai do ninho só após seis meses

As biólogas Neiva Guedes, Daphne Delgado Nardi Azul e Kefany Rodrigues de Andrade Ramalho, e o assistente de pesquisa Carlos César Correia se dividem as 70, concluído o trabalho no meio-dia, depois de dez a 12 acompanhamentos e exames sanitários.

A sexagem genética é feita em laboratório na Universidade de São Paulo. Araras começam a formar família e se reproduzem depois de oito ou nove anos. Na fase de reprodução, a fêmea passa a maior parte do tempo no ninho, recebendo comida trazida pelo macho. Formam casais para toda vida e só se separam na morte de um dos indivíduos.

A maioria fica com os filhotes por um ano e meio e a re-

produção se dá somente a cada dois anos", explica Neiva. A comunicação entre pais e filhotes é notável. Cada um percebe o barulho emitido pelo outro e não se enganam. Ela elogia a sociabilidade: "Vivem em bandos".

"As tarefas de alimentação e os cuidados com os filhotes são divididos durante os três meses em que eles permanecem dentro do ninho. São varados com 107 a 120 dias de idade, por isso, são totalmente dependentes dos pais para alimentá-los até seis meses de idade".

Em Calman as aves já dispõem de algumas facilidades alimentares: um ração típica da região pitacidae primário. Em seguida, elas comem,

Saiba

Acuri e bocaiuva, cardápio tradicional

Não há ocorrência de arara azul sem palmeiras de alimentação. Castanhas de coco de duas espécies fazem a dieta dessa ave: acuri (*Scheelea phalerata*) e bocaiuva (*Acroia aculeata*), ambos energéticos. A bocaiuva tem pico de frutificação de setembro a janeiro. É comum ver araras no chão, degustando os frutos já descascados, postados em postes, ou pendurados nos cachos.

(Ao lado: sem cachos de acuri).

Convivência
perigosa com
morcegos

Segunda-feira, 16h30min. Debaixo de chuva leve, a bióloga Daphne Nardi Azul, mineira de Belo Horizonte, sobe no rapel até o alto do manduvi (*Sterculia apetala*).

Essa planta-chave para mais de 20 espécies de aves da região é também conhecida por manduvi e amendoim de bugre e nela se concentram 90% dos ninhos. O restante habita ximbuvas, angicos brancos, aboboreiras, ou buracos e falhas em paredes rochosas no entorno pantaneiro. Daphne alcança o ninho onde convive com arara-azul e morcego-vampiro e o Tucano. Devese no lado uma ararinha com 28 dias, com cabeça e calda começando a emplumar. Em 2008, durante quatro horas, as biólogas observaram um morcego chupando sangue de filhotes de tucano.

As aumentaram cavidades para se reproduzir, as araras compartilham seus ninhos com outras espécies. Apesar do bico, grande e curvo, elas são frágeis por natureza.

Em 28 de novembro de 2011, acompanhadas de pesquisadores norte-americanos, as biólogas encontraram uma ararinha com o papo cheio. Notaram o sangue escorrendo da casinha até o chão e até hoje investigam a situação.

Demora um pouco mesmo, pois existem cerca de cem espécies de morcegos catalogadas no Ministério da Agricultura e cada qual tem suas características.

A 13m de altura, a bióloga Kefany, mato-grossense de Rondonópolis, constata inundação em outro ninho e fotografa um filhotezinho medindo uns 15cm e com peso avaliado em 20g. "Tem filhote? Deixa quieto" - ordena a bióloga Neiva Guedes.

No terceiro manduvi, situada num antigo pasto, o filhote com 57 dias de vida grama fortemente. Entre setembro e outubro do ano passado, um grilo-acuri ocupou um ninho artificial. Um ano antes da reprodução, as araras arrumam a casinha e algumas, antes de serem recuperadas, aguardam-se à inundação. Desde 19 de outubro de 2011, quando um galho de árvore atingiu sua asa, uma jovem arara berrou e foi conduzida para ser resgatada e curada.

Ela será encaminhada este mês para um criador científico em Assis (SP). "Aqui ela não precisa ficar dos predaadores, lá ela deverá se adaptar à alimentação de criatório", comenta Neiva.

Especial > TESOURO PANTANEIRO

Bichos encontram um refúgio

Além da criação de bois, propriedade rural e turística no Pantanal vira habitat de paz e sossego para cinco mil araras-azuis e outros animais, bípedes e quadrúpedes, mamíferos ou não

MONTEZUMA CRUZ
DE MIRANDA

Um dia a bióloga Neiva Guedes disse ao empresário Roberto Klabin: "Hoje o senhor não é mais fazendeiro só de bois, é de araras também". Referia-se ao colossal aumento da reprodução dessa espécie no Pantanal sul-matogrossense, especialmente no interior do Refúgio Ecológico Caiman, onde são criadas 34 mil bois da raça nelore.

Atualmente, a população de araras-azuis alcança cerca de cinco mil aves, graças ao trabalho do projeto apoiado pela Fundação Toyota do Brasil.

Seis e meia da manhã do dia seis de novembro: saímos num caminhão com o biólogo Helder Brandão de Oliveira para um passeio nas trilhas desse território ecológico a 240 km de Campo Grande.

Antes dos capões e das matas de cordilheira, ele nos mostra curicacas na cerca da casa dos peões. "As fêmeas expulsam os machos, sabem".

Helder veio de São Paulo, mora aqui há sete anos e parece renovar suas emoções a cada passeio. "Dou o máximo de informações a respeito de cada bicho".

Raízes confundem-se com o caule na figura mata-pau. A pitua (ipe-ipe) ornamenta o entorno do antigo cemitério. Rosalino Franco, o "Feirpa", adquiriu a propriedade ali há 11 anos, especialista em pecuária, é o motorista do caminhão.

"Olhe a mãe-da-lua!", aponta Helder para o alto. E o mesmo pássaro urutu, cujas penas acinzentadas têm a mesma cor dos galhos. O mistério permite que ele contemple o ambiente o tempo que quiser, sem ser incomodado. Parece, mas não é uma coruja gigante.

Disperso, o barulhento aracuaí voa em dueto. "Macho e fêmea não se separam, são iguais às araras", explica Helder. Quinze minutos depois de iniciada a incursão à mata do Caiman, Rosalino parou a estrada cuidadosamente, um de cada vez, em perfeita combinação.

Cada a onça jaguatirica? Helder sorri: "Ela é solitária, e se não aparecer hoje, não desistam". Em 2011 Caiman perdeu 244 bois (0,67% do plantel) para o apetite desses felinos.

O repórter conta-lhe ter visto quatro numa focagem noturna numa noite de lua cheia na sexta-feira da Páscoa deste ano, na Fazenda São Francisco.

O refúgio abriga e abriga os Projetos Arara-Azul e Papagaio Verdadeiro. Com 5,6 mil ha, a Reserva Particular do Patrimônio Natural Dona Anacy é cercada e isolada do gado.

Desponta o caraguatá (ou gravatá), bromélias avermelhadas usadas para cerca viva e muito bem devoradas pelos bichos. Na Cordilheira vivem-se bichos e tempo todo. Do outro lado aparece-se a várzea, seca ou alagada conforme a estação.



Dentro d'água. Capivaras alimentam-se na Balazinha, cuja sede tem a forma de pássaro e foi construída sobre palafitas

Um mundo maravilhoso, Pantanal adentro



Mãe-da-lua invisível. A cor do urutu é a mesma da árvore



Cor da Bandeira. Periquito barulhento voa sempre em bando



Chefão. Jacaré com tamanho de crocodilo é o maior na área



Gralha do Pantanal. Exuberância de cores na Reserva Natural



Na época. Borboletas amarelas 'pousam' estrada pantaneira



Manso. Pose do cervo-pantaneiro atende à lente do turista

Jacarés, socós quatis, juritis e borboletas

O sol forte vem depois do período nublado da manhã. Ilhas de capões entre 30 centímetros e um metro, acurú e bocaiúvas (comida de arara azul), socó-boi, garças e capivaras aparecem na segunda parte de nossa trajetória no refúgio de 53 mil hectares.

Revirando o solo, quatis empinam o rabo. Helder conta que eles comem insetos, frutas, lagartos, frutas, batráquios e lagartos. "Dito é", brinca.

7h30min - Revoada de maritacas à vista, lucanos na copa das árvores. O camilheiro faz a curva, entramos numa inundada. Camilheiros um trecho a pé. "Temos algumas pombas diferentes aqui", diz Helder, imitando o canto triste da juriti.

Mandacarus com seis metros de altura trazem para cá um pedaço do Nordeste brasileiro. "Pode chover que que não se apalhe, ele cresce mesmo", comenta o biólogo.

Voltemos a falar de onças. O Projeto Onçafari completa a colocação de 17 colares para acompanhar, por telemetria, a sua perambulação.

Com o apoio do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, uma equipe da fazenda pretende habitá-las à presença de túbitos.

No retorno à pousada-sede ouvimos um autêntico coral de araras-azuis. Numa grande lagoa com águas borbulhadas indicam o mergulho do jacaré. Vários deles dominam esse paraíso aquático. A coloração verde indica baixo nível de oxigênio na água, explica Rosalino Franco. "Eles sobrevivem bem ao período da seca, porque armazenam água", ele nota.

A trilha dentro da trilha é a "estradinha" com um palmo de largura, feita por formigas, da espécie saia, que à noite carregam folhas.

Chegamos ao ninho de arara-azul, no alto do manduvi. Ela também habita a sabinheira (conhecida por orella-de-macaco). Segundo Rosalino, essa árvore foi muito predada por fazendeiros, porque, tempos atrás, via-se e beerrros comiam suas folhas e morriam. 8h50min - O macaco bugio é visto no alto. "Escondido" sob o canto das cigarras. O macho adulto é preto.

Aparecem mais saraçutas, enquanto o guia descreve os letos do tamanduá-mirim, de joão-de-barro, e a quebra do capim. Três minutos depois, o veado castanhoito, camufla-se na mata nativa. O veado maito e o cervo pantaneiro também habitam a reserva. Fim de jornada. Conhecemos a curicaca de pescocão amarelo, a borboleta azul mofo e alguns peixes de água selvagem.

No chão, a sorte contrapõe não sei de quantos. Vem-se muitos insetos. Afinal, Caiman é o remédio de tatupeba e gatinho. (M.C.)

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2012

Especial > ILHAS VERDES



Capina. Não é necessária muita mão de obra no projeto. O trabalho maior é abrir ilhas, pisando sobre o capim e retirando infestações sem o uso de ferramentas

Sementes e mudas em círculos

O primeiro passo para as Ilhas Verdes consiste em um círculo delimitado dentro de um terreno degradado, onde a área interna inicialmente é limpa. As ilhas surgem em raios de um a dois metros de largura, distanciadas entre cinco e sete metros uma da outra. Em cada raio são abertas de cinco a dez covas para plantio das mudas de árvores e arbustos. Depois, mudas e sementes de diferentes espécies arbóreas nativas são dispostas na companhia de mudas e sementes de plantas herbáceas e arbustivas. Elas crescem rapidamente para sombrear a ilha e tornar o ambiente propício ao desenvolvimento de mudas e sementes germinadas. (MC)

Bonito une coentro, aroeira e cipós

Recuperação florestal evita a influência do capim braquiária. Sementes nativas germinam em sete propriedades rurais. Projeto do IASB em escolas forma agentes ambientais mirins.

MONTEZUMA CRUZ

Simples hortaliça, o coentro já é querido por muitos moradores onde viceja o jatobá, canafistula, aroeira, cumburu e amendoim-bravo, nas terras beneficiadas pelo Projeto Ilhas Verdes em Bonito, no sudoeste de Mato Grosso do Sul e a 320 quilômetros de Campo Grande.

O apoio da população move esse projeto, que fecha 2012 com 2,3 mil mudas de espécies nativas plantadas nas propriedades, sob incentivo e orientações do Instituto Águas da Serra da Bonificação (IASB).

Em sete propriedades rurais, seis hectares estão em recuperação no projeto demonstrativo, mediante o uso de oitocentas mudas germinadas de sementes plantadas. A maioria das mudas teve crescimento de pelo menos 20 centímetros. A primeira manutenção nas ilhas verdes ocorreu após cinco meses de plantio.

Patrocinado pelo Programa Petróleo Ambiental, o Ilhas Verdes reduz a necessidade da manutenção do capim braquiária nas áreas plantadas, explica sua coordenadora, Liliane Lacerda.

Segundo ela, o coentro adaptou-se muito bem às condições de solo e clima das áreas de plantio. "Além de colaborar com a cobertura do solo, o coentro propiciou condições de sombra e umidade para sementes e mudas. Serviu de alimento e abriu possibilidade para o produtor conseguir renda, enquanto se recupera a mata ciliar", ela afirma.

Entre as espécies arbóreas plantadas em dois anos destacam-se: aroeira, amendoim do campo, amendoim bravo, aguará, barbatimão, caroba, cumburu, embauha, ipê-branco, ipê-exco, ingá, jatobá-mirim, jupiaçu, leiteira, maria-preta pitanga, e pororoca.

Por falta de estudos específicos, não foi possível identificar espécies arbustivas e herbáceas utilizadas. Destacaram-se o agulheiro, anemô, peixe, guanchuma, capicoba, carrapichinho, cipó-aramé, caraguatá, cipó-mil homem, língua de vaca, macelina, unha-de-gato e outras de nomes desconhecidos. Unha-de-gato, antidiarrético natural, tem grandes ocorrências em estados amazônicos.

“

Distribuímos 30 quilos de sementes, utilizamos ervas, cipós, plantas arbustivas e arbóreas. Mobilizamos 7,4 mil pessoas em dois anos de trabalho”

Liliane Lacerda, bióloga do IASB e coordenadora do projeto

“Pequenas áreas verdes nas propriedades rurais e até mesmo a arborização de ruas e quintais colaboram para diminuir o desconforto do calor nas cidades; árvores de grande porte retêm os raios solares”, lembra a gestora do projeto, Adriana Oliveira.

A sombra das árvores reflete na melhoria do valor nutritivo do pasto, contribui na suplementação natural e no enriquecimento do solo, lembra Adriana. Outras vantagens: frutos, moído de cerca, casca, cabo de ferramentas, remédios, sementes, proteção de vermes, material para artesanato, controle de pragas e insetos.

Segundo a assistente geral e educadora ambiental Nadiani dos Santos Pereira, a oficina “Jovens do Futuro”, em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Bonito, capacitou durante cinco meses 30 participantes dos programas sociais Guarda Municipal Ambiental Mirim e Guarda Municipal Mirim para práticas educativas e ambientais.



Nativas. Lançamento entre ilhas enriquece banco de sementes. Se chover bem, elas germinam em apenas duas semanas



900 mudas e 200 quilinhos de sementes. Crianças participam ativamente

Prática. Agricultores aprendem metodologia do projeto na Gruta Funda

Saiba mais

- Conforme estudos recentes, cada hectare de floresta em desenvolvimento pode absorver de 150 a 200 toneladas de carbono, em média.
- Comparada ao método tradicional de plantio, essa metodologia proporciona o plantio de uma variedade de espécies, mantendo o solo coberto. Isso evita capins competitivos próximos às matas nativas.
- Rio Mimoso, Córrego Restinga e Córrego Barranco formam as três microbacias pioneiras. Seus moradores receberam cartilhas e participaram da aplicação da metodologia para a formação de duzentas ilhas verdes.
- São parceiros: o Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Brazil Bonito, Agraer, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, RPN Cabeceira do Prata, Estância Mimosa Ecoturismo, Lobo Guarã Bike Adventure, Conselho Municipal de Meio Ambiente e Recanto Ecológico Rio Prata.
- Outros números divulgados pela Coordenação do Projeto Ilhas Verdes: 14 palestras para técnicos e produtores rurais; oficinas, entre as quais, “Educação para o Futuro”, em parceria com a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Edições da Feira Ambiental e Social de Bonito: “Conhecer para preservar”.

ANEXOS C
(REPORTAGENS DE 2013)

12 CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 16 DE JANEIRO DE 2013

Especial > MAU CHEIRO



Fumaça preta no ar. Chaminé mais baixa que as de cimento e cerâmicas despeja substâncias tóxicas sobre o Polo de Orgânico e adjacências: empresas incineradoras de lixo ficaram muito próximas

Poluição ameaça polo de orgânico

Restos de animais, fumaça e mau cheiro de incineradoras de lixo hospitalar prejudicam vizinhos no Distrito Indus

MONTEZUMA CRUZ

O caminhão estaciona no pátio e despeja cães mortos. O recolhimento nem sempre é imediato, quando se movem os animais são levados atualmente para o Orlinal e Alinda Ambiental, duas empresas incineradoras com sede na Avenida Engenheiro Annes Salim Saad, cuja fumaça atinge diretamente o Polo de Orgânicos, o Quadrilátero Campo Grande e a AD Transportes.

O mau cheiro expulso no período do Natal e do Ano Novo foi sentido fortemente no Jardim Carioca, cortado pelo Córrego Imbituba e até nas proximidades da torre da TIM, a cerca de um quilômetro, no Bairro Nova Campo Grande.

A Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde explica que recebe queixas nesse sentido. É comum as pessoas enterrarem seus animais

mortos, entretanto, parte deles é detida em clínicas veterinárias e outra vai parar no aberto sanitário ou em terrenos abandonados.

Agricultores correm o risco de contaminação por insetos e bactérias: o fumacêto das incineradoras também é formado por partículas de restos humanos. Em termos de saúde pública, essas empresas começam a solucionar o velho problema da coleta do lixo hospitalar em Campo Grande, entretanto, o mau cheiro exalado desde os seus pátios de operação e a queima de cadáveres de animais inquietam moradores da área, especialmente pequenos produtores de hortifrúti orgânicos.

"Somos pequenos, a corda arrebenta no lado mais fraco, mas o problema existe e chateia a gente", desabafou o líder da cooperativa que recebe queixas nesse sentido. É comum as pessoas enterrarem seus animais

anos para receber certificação do Instituto Biológico e agora se sujeitam a fôdenta impregnada até nas roupas penduradas nas varais.

"Ontem (2ª feira) foi um horror, tivemos casos de vômito aqui", relata Maria, mulher de um produtor próximo às empresas onde são incineradas mais de 2,5 toneladas de lixo hospitalar por dia.

A filha dela intoxicou-se com o efeito da densa fumaça preta levada rapidamente pelo vento. Ela tem a irritação de insetos e micróbios oriundos das lonas que cobrem resíduos de lixo a 50 metros das instalações, e, ainda, a contaminação do lençol freático: a família se abastece com água de poço, amado nesse pequena distância.

"A chaminé poderia ser mais alta", reivindica Vanderlei Fernandes. Na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (Semadur), informa-se que o novo titular, Odimar Luiz

Marcon, ainda não tem conhecimento "de todas as pendências no setor".

Apoiada pela Prefeitura de Campo Grande, a Orlinal Ambiental se propõe a incinerar, em alta combustão, 90% desse tipo de lixo, enquanto reutiliza os restantes 2% para a composição de lama aditiva". A Alinda tem sede em Dois Vinhos (PR).

Segundo a Orlinal, no ano passado, fiscais da prefeitura visitaram o local, percebendo proximidade entre fornos, casas, hortas e roças. Nada fizeram.

A Alinda informa que os trabalhadores da coleta utilizam equipamentos de proteção individual: uniforme, luvas, botes, gorro, máscara com filtro, óculos e avental, "visando o cuidado com a saúde e sua integridade física". Contudo, não explica a demora no descarte dos restos de animais, denunciado por seus vizinhos, e nem a fumaça que também incomoda.

NA RUA E NA ESTRADA

Desde o ano passado, um trecho da Avenida Engenheiro Amílrio Carvalho Reis, no Bairro José Pereira, acumula muito plástico, mas, galhos de árvores, sofás, monitor de computador, geladeira, lona e outros materiais. Crianças do bairro empurram pipas entre os monturos, na manhã de ontem.

Denunciado no Correio do Estado o depósito de lixo nas margens da estrada vicinal ao lado da Fazenda Científica da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) também ocorre há um ano. Proprietários de terras em frente à fazenda colocaram placas indicando a proibição do despejo de lixo, conforme determina o artigo 94 da Lei nº 9.865.

Em 2012, plásticos, pneus, móveis e peças de informática acumulavam-se na estrada, agora, em menor escala, há galhos de árvores, papéis, plástico e muitos vidros.

“

A gente já viu aí no pátio uma cobra sucri, morta e cachorros em decomposição. Minha filha tem bronquite asmática, vomitou e suporta a mancha

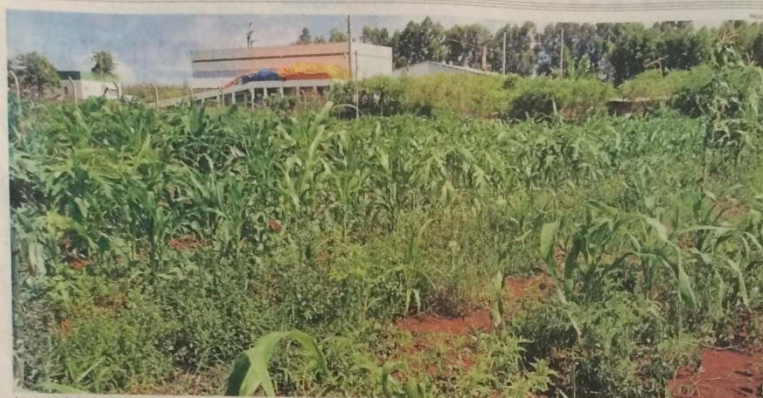
Dona T de um animal morto.



Do mesmo jeito. Orlinal e acumulação de lixo na estrada rural ao lado da Fazenda da UCDB e na Avenida Engenheiro Amílrio Carvalho Reis, no Bairro José Pereira, situação insustentável para a maioria dos moradores

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 2013

Especial > O QUE FAZER?



Impasse agrícola e industrial. Tomate e milho plantados por agricultores orgânicos estão impactados por incineradoras de lixo hospitalar que tributam restos humanos e de animais

Fornos de incineradoras produzem mau cheiro 24h

Lixo hospitalar, carcaças de quadrúpedes e répteis são queimados ao lado da produção de hortaliças

MONTEZUMA CRUZ

Mesmo sob controle interno das empresas Orinal e Atride Ambiental, a saúde de seus vizinhos corre risco, no Polo de Orgânicos e num trecho do Distrito Industrial de Campo Grande, em consequência da fumaça de gases expelidos pelas chaminés dos fornos incineradores.

O impasse rumo a uma possível solução requer a instalação de filtros, com a elevação das chaminés - estendendo-as não mudem dez metros. Nuvens de fumaça malcheirosa são expulsadas dia e noite sobre o entorno dessas empresas.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano ainda não se manifestou a respeito e as empresas minimizam o problema. Elas se instalaram na área industrial com autorização do poder público e foram fiscalizadas por órgãos ambientais, em 2012.

O volume autorizado resulta na queima de 4,5 toneladas de lixo hospitalar e restos cadavéricos de animais por dia, somente na Atride Ambiental. An todos são incineradas mais de seis mil toneladas.

"Ninguém nos impede de funcionar por causa dos plantadores de produtos orgânicos. Vimos para área a industrial da cidade da mesma maneira que outros também aqui chegaram. O que eu posso fazer?", diz o diretor da Atride, Herberto Spielmann.

Agricultores vizinhos, sôcio do Organoparc, queixaram-se da Orinal, por causa de carcaças deixadas sob lonas durante mais de 24 horas. Segundo eles, mesmo com essa prática, insetos e bactérias "escapam e chegam às suas casas trazendo pelo vento".

Restos de animais sacrificados pelo Centro de Controle de Zoonoses (CCZ) e transportados até as incineradoras nem contribuem de sobra para as empresas com até dois dias de recolhimento e em de compostagem.

66

Não tem como trabalhar sem evitar esse cheiro, e nós chegamos aqui primeiro que os outros".

Herberto Spielmann, diretor da empresa Atride Ambiental

"O senhor vê aqui, se a gente tombar a bombona, não há chance de vazamento, porque a vedação é forte", diz Spielmann, exibindo o material. Terça e quarta-feira, funcionários da vizinha Orinal movimentaram cargas de lixo hospitalar e carcaças, retirando-as da plataforma de espera, estágio anterior à queima.

Bombona é o nome de um tambor de plástico, padronizado, com capacidade de 200 litros, no qual são transportados restos de animais mortos em Campo Grande.

A fumaça aparenta ser pior do que a exposição temporária das carcaças. Atendendo à exigência da Resolução 312 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em julho de 2012 a Atride encomendou a Hissag Laboratórios, em São Paulo, análise da emissão atmosférica de gases (dióxido e puratos). "Trabalhamos dentro das normas do Conama", explica a engenheira sanitária e ambiental da Atride Ambiental, Ana Diborah.

Ela não vê perigo de contaminação do lençol freático adjacente. "Fizemos análise de solo, de tratamento e recuo da água em circuito fechado", diz. O Corrego Imbuena passa nos fundos do Polo de Orgânicos.



Fumaça ininterrupta. Terça-feira, 10h40min: sob lonas plásticas, Orinal armazena excesso de lixo hospitalar e animais mortos

Só na terça-feira, 1,25 tonelada de carcaças

A cada três minutos, fumaça negra é expelida com duração de 30 segundos, na chaminé da incineradora. A operação é intermitente, pois não para de chegar lixo ao local. Logo o ar poluído respitado pela vizinhança das duas empresas alcança limites insuportáveis, mesmo para quem a ele já se habituou. Desde 2012.

A Atride ocupa um prédio de 500 m². Seu objetivo: incinerar peças anatômicas e restos de animais que representam risco à saúde pública. Com variação de temperatura entre 800 e mil graus centígrados, o forno a gás da empresa incinera, terça-feira, 1,25 tonelada de restos de animais, principalmente cães mortos em ruas, avenidas, entradas e quintais de Campo Grande.

O forno funciona com duas câmaras: primária e secundária, incinerando 200 quilos de resíduos por hora, capacidade máxima autorizada pela Prefeitura, desde a assinatura dos contratos de prestação de serviços pelas duas empresas.

A fumaça passa pela câmara secundária e, em seguida, pelo lavador de gases, explica a engenheira sanitária e ambiental Ana Diborah. "Em seguida, o que chega é fumaça branca, liberando luz, restos os gases, recheio partículas sólidas", ela diz.

A maior parte do descarte de resíduos e líquidos, químicos segue para a empresa Essentec, em Curitiba, onde o material é neutralizado ou encapsulado. Ela é especializada em tratamento de resíduos industriais. (MJC)

Saiba Conama autoriza cremação

Segundo a Resolução nº 358, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), os resíduos de serviços de saúde do grupo A2 devem ser submetidos a tratamento para a redução de carga microbiana compatível com nível III de inativação e ser encaminhados para: 1 - aterro sanitário licenciado ou local devidamente licenciado para disposição final de resíduos dos serviços de saúde, ou 2 - sepultamento em cemitério de animais.

Artigo 17 - Resíduos do Grupo A3, quando não houver requisição pelo paciente ou familiares e/ou não tenham mais valor científico ou legal, devem ser encaminhados para: 1 - sepultamento em cemitério, desde que haja autorização do órgão competente do Município, do Estado ou do Distrito Federal; ou 2 - tratamento térmico por incineração ou cremação, em equipamento devidamente licenciado para esse fim.

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 29 DE JANEIRO DE 2013

Especial > SEM USUÁRIOS

Na ciclovia, só falta bicicleta

Praticamente subutilizada no trecho central da Avenida Afonso Pena, obra do PAC recebeu investimentos de R\$ 200 mil. Seus usuários são pedestres e cães em passeios



9h30min - O vazio não oculta a realidade: ciclistas não transitam pela recém-inaugurada ciclovia campo-grandense. Obra, ainda pouco conhecida, desvalorizou o canteiro central na Avenida Afonso Pena



19h50min - Situação inalterada: repórteres do Correio do Estado permanecem 20 minutos no mesmo ponto da foto feita no período matutino e não encontram nenhum ciclista no privilegiado espaço verde



19h41min - Em vez de usar a ciclovia, a ciclista (à esquerda) passa pela calçada lateral da Avenida Afonso Pena, que serve de estacionamento dominical. Obra custou R\$ 147 mil do PAC Mobilidade Urbana

MONTZUMA CRUZ

O ex-prefeito Nelson Trad foi a Londres (Inglaterra), encantou-se com tantas ciclistas nas ruas, visitou Bogotá (Colômbia) e conheceu suas ciclovias. Retornou inspirado a Campo Grande e investiu R\$ 200 mil do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade Urbana na primeira ciclovia da Capital. A obra pública instalou os canteiros centrais da Avenida Afonso Pena, apesar de integrar o pacote de revitalização da região central.

Sem fôlego, 18 minutos rumaram por cima da via de um ciclista e abrem caminho para elevar-se. Meia hora depois, uma mulher passeia com um cãozinho, pelo mesmo local.

A Ciclovia Afonso Pena fica à Praça Nelson Cavalcante no Parque das Nações Indígenas. Cada o movimento previsto para essa pista? No lugar de ciclistas, alguns pedestres ocupam para caminhada, indiferentes à sua destinação específica.

Nem a iluminação com cones nos trechos dos 1,3 km da ci-

dade criou a sua suspensão durante 15 dias, por ordem do juiz da Vara de Direitos Difusos. Coletivos e indivíduos Homageados, Amartya da Silva Kullski.

Depois da inauguração, esperava-se que o público ciclista usufruísse mais do espaço. Atualmente, salvo aficionados ciclistas, contam-se nos dedos os usuários da pista.

De sua parte, o comércio oferece uma variedade de modelos de bicicletas. Na Avenida Calcegas, a Ciclo Beta, por exemplo, vende as tradicionais, a partir de R\$ 220, elétricas por R\$ 2,9 mil, e as 29, com disco hidráulico, a mais cara, por R\$ 3,5 mil. Tantas foram as vendas no final de 2012 que a loja ganhou filial, na Avenida das Bandeiras.

Mutadores na periferia com emprego no Centro encontram alguma facilidade de locomoção, entretanto, reclamam da falta de locais apropriados para atravessar vias movimentadas - a Avenida Evandro Góes, por exemplo. Eles são obrigados a sair

Saiba

Percurso tem 7,9 quilômetros

A ciclovia de 7,9 quilômetros de extensão, foi inaugurada no final do ano passado pelo ex-prefeito Nelson Trad (PMDB). Ganhou o nome de Ciclovia Francisco Leal Júnior, dono da primeira bicicletaria de Campo Grande, em 1929 (ano do crack da Bolsa de Nova York), e precursor das competições ciclistas.

do traçado da pista para seguir normalmente o trajeto.

Quando inaugurou a ciclovia, o ex-prefeito proclamou: "Seremos a cidade com o maior número de ciclistas do Brasil". Segundo ele, a obra teria condições de ser um complemento a mais na qualidade de vida do campo-grandense.

"Obra será mantida", diz Semy Ferraz

"Ela tem características de lazer, sem atender aos trabalhadores", comentou o secretário de Infraestrutura, Transporte e Habitação, en-

gineiro civil Semy Ferraz. Lembrou, por exemplo, que "ninguém sai pela Avenida Gury Marques de bicicleta, para trabalhar no Parque

dos Povos". No entanto, assegurou que a obra será mantida: "já foi feita e recebe investimentos, não há porque retroceder".

Enquete

Valeu o investimento em ciclovia no centro?



SIM. Gostei. É a segunda vez que uso, mas percebo que ela ainda não é conhecida, sendo muito mais gente. Vim do Jardim Aeronáutico pela Avenida das Bandeiras e trabalho na (rua) Cândido Mariano.



NÃO. Moro na (vila) Santa Carmela e não vejo necessidade de andar por aqui. É complicado. Quando eu sair de bicicleta, vou preferir o lado do aeroporto, que é bem mais calmo.



SIM. Ainda não vi ela funcionar de verdade, mas tem utilidade. Faltou divulgação para melhorar. O movimento maior é no trecho da Via Mariana. É preciso mais incentivo para as pessoas passarem. Meia Chave de Lima, proprietária do Ciclo Rápido.

CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 15 DE MARÇO 2013

Especial > COMBATE À DENGUE

A força do cravo da vitória

Planta simples e poderosa pode ser usada com eficácia no tratamento das vítimas do *Aedes aegypti*

MONTEZUMA CRUZ

A guerra contra a dengue tem um grande aliado nas bancas de floriculturas, praças, quintais, cemitérios, canteiros de avenidas e jardins: o cravo da vitória.

Quase desconhecido, diante da máquina da indústria farmacêutica, essa planta tem um cheiro repentinamente ao *Aedes aegypti* (mosquito da dengue).

Há séculos, o seu nome é cravo do defunto, mas transformou-se em cravo da vitória - palavra acrescentada pelas equipes de Saúde da Família em Rio Branco (AC).

Na forma de chá, sem cheiro, de duas a três horas, o cravo tira a febre do doente, elimina as dores no corpo, a ansiedade e outros incômodos. Melhor ainda: seu princípio ativo trata o grande inimigo da dengue, o vírus da dengue, e não o transmite para outras pessoas.

Em 2010 a dengue deixou o petitor ambiental Miguel Salum dez dias acamado. "Sofri um bocado", conta. Foi quando o médico homeopata José Roberto Campos de Souza, amigo dele, recomendou-lhe a chá do cravo da vitória, feito daerva dos ramos dessa planta.

Salum plantou-o em sua casa, na Vila Neocate, e passou a divulgar seus efeitos benéficos.

O cravo tem sido estudado nos Estados Unidos para a obtenção da substância hirsutina e seus efeitos na medicina. Pesquisas indicam que ele também serve para combater outras doenças, entre as quais, angina, tosse, espasmos, reumatismo e cólicas uterinas.

A relação de Salum com as plantas medicinais supera o mero consumo. "Além das propriedades específicas, acredito que elas tenham energia própria", ele diz. Lembrando: "Antes de tudo, é preciso ter respeito e cuidado, pois a diferença entre o remédio e o veneno é justamente a dose".

Nessa relação diferenciada, para que seu efeito seja mais eficaz, é importante cultivá-las em ambiente mais próximo possível ao nativo, recomenda Salum. "Planta saudável tem condições de nos oferecer mais saúde".

No ano passado, durante o Dia do Bem no Jardim Noroeste, moradores receberam de ambientalistas e permacultores informações e respeito do potencial do cravo da vitória e de diversas plantas medicinais estudadas e difundidas pela Casa da União e Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, considerada pelo governo federal - a quem presta contas de suas atividades - a maior ONG (organização civil de interesse público) do País.

Além da recomendação às pessoas, recomenda o chá no Facebook e quando relatos de pessoas que usaram e se sentiram bem", comenta Salum.

Em minha família (e em outras) ninguém teve dengue depois de conhecer e beber o chá do cravo da vitória", ele acrescenta.



Eficácia comprovada. Em seu quintal, Miguel Salum maneja o cravo da vitória e outras plantas que diminuem dores e curam doenças.

Beba o chá morno várias vezes ao dia

Miguel Salum planta seus cravos no chá. Ele ensina como fazer o chá: ferva até nove ramos inteiros em um litro de água, até reduzi-lo a meio litro. Depois amassar e beber a maior quantidade possível, aproveitando seus princípios ativos.

No preparo podem ser usados pilão ou liquidificador na função pulsar. A poeira pode beber o chá mais de uma vez por dia, sucessivamente, enquanto durar ou ressurgir os sintomas. Segundo Salum, não é necessário outro medicamento enquanto a pessoa usar o chá. O cravo também tem um bom efeito de inseto.

Ele também cultiva alho, cebola, amargão, menta, coentro de macaê, capim cidreira, camomila e espalho-de-santa-salva medicinal.



Comum, depois da fama, Rio Branco, AC: venda do cravo aumentou, quando foi considerado remédio.



ESPÉCIES E NOMES

Há tempos denominado cravo de defunto, ele é mais conhecido nas espécies *Tagetes erecta*, *T. patula* e *T. lucida*. É nomeado popularmente por outros nomes como cravo (português), tagete (francês e italiano), margold (inglês), clavel de índia (espanhol). É usado desde o período dos Astecas, na América Central, e nasce em qualquer lugar do Brasil.

Médico baiano trabalhou pelo reconhecimento

Até o reconhecimento do cravo para fins terapêuticos pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o médico e pesquisador baiano Radjalma Cabral de Lima penou muito. "Cheguei a ser chamado de charlatão", desabafo. Depois de trabalhar no Centro de Saúde do Bairro Tucumã, em Rio Branco (AC), ele usou o cravo da vitória para atenuar surtos de dengue na Bahia, em Alagoas e Pernambuco. Antes da descoberta da penicilina e da aspirina - a primeira extraída de um fungo (cogumelo) e a segunda, do salgueiro (árvore conhecida por chorão) -, as pessoas sempre se tratavam e sobreviveram usando ervas e outros produtos naturais. Infelizmente, esse conhecimento tradicional foi desprezado porque não tinha base científica - lembra Lima.

A fama pós-Acre chegou, e a partir daí o médico recebeu sucessivos convites de secretarias estaduais de saúde para fazer palestras. "Meu trabalho é auxiliar a enfrentar a doença, apenas com o uso desse chá de uma erva comum. Não promete cura, deixa bem claro. Deixo claro que a prevenção é importante e, sobretudo, possível. Não implica gastos, nem tem contraindicações".

Pós-graduado em Fitoterapia, Lima especializou-se em plantas medicinais e homeopatia. Depois, montou consultório no município de Córrego de Maria (BA), perto de Feira de Santana.

Pelo trabalho desenvolvido no Acre, Lima participou da premiação "Vigília Ativa" no Sistema Único de Saúde e no 3º Mostra Nacional de Proteção e Saúde da Família, em 2008, evento paralelo ao 4º Seminário Internacional de Atenção Primária à Saúde da Família do Ministério da Saúde. Finalmente, a Capital do Frio reconheceu os seus feitos. (MCC)

12 CORREIO DO ESTADO
QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 2013

Especial > REGIÃO DO LAGOA



Barreiro, Rua Ilha de Marajó, no Portal Caiobá, bairro que também integra a região da Lagoa, sofre a consequência da enchurrada. Crianças e idosos têm dificuldades em transitá-la e sempre que chove precisam vencer o lamaçal

Um só desabafo: "Ouçam a gente"

Com atuação semelhante à da Câmara Municipal, Conselho Regional expõe drama de 20 bairros e parcelamentos

MONTEZUMA CRUZ

Deus foi invocado duas vezes na abertura da assembleia, pelo presidente do Conselho da Região Urbana do Lagoa, Alexandre Moura, e logo em seguida, pelo pastor evangélico Mariano Nunes Pereira. Enérgico e enfático, o pastor desabafou 20 minutos depois: "Eu sofro muito em dizer isso, mas o São Corrado está se acabando". Quis-se do mat, dos buracos e considerou "falta de respeito" a demora em obter informações da Prefeitura.

Às 19h15 de segunda-feira, numa sala de aula da Escola Municipal Nagem Nagib Jorge, o **Correio do Estado** presenciou o encontro mensal da entidade representativa de 20 bairros. Eles não receberam salários, tampouco jetons.

Houve frustração, porque o secretário de infraestrutura do município, Semi Ferraz, convidado, determinou a ida do adjunto, Sérgio Leal. Ele também não compareceu.

Os representantes da Coordenação de Apoio aos Or-

gãos Colegiados, João Tomás, e do Instituto de Planejamento Urbano (Planurb), Ana Maria Benitez, apertaram a reunião, na qual foi aprovado um voto de descontentamento com a administração municipal. Lagoa é sede de um dos sete conselhos regionais da Capital. Os demais são: Anhanduizinho, Bandeira, Distrito de Anhandu, Imbuassu, Prosa e Segredo, que também se reúnem a cada mês.

Em pé, a presidente da Associação dos Moradores do Coophavila I, Terezinha Benites Veiga, disse que há 12 anos reivindica melhorias para a praça do bairro. Quer revitalizá-la com a instalação de academia de ginástica ao ar livre e a construção de pista de caminhada. "A praça vai sair, a gente vai coquear", respondeu em coro três conselheiros.

Para o conselheiro Antônio Alves Pereira, representante da Associação Esportiva do Bairro São Jorge do Lagoa, "a unidade del". Entidades indicam titulares e suplentes para o Conselho: a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil



Com Deus. Pastor Mariano Nunes (lt) ora e pouco depois desabafa: "O São Corrado está se acabando"

tem vaga, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura também, mas infelizmente não somam com a gente", ele denuncia. Pereira lembrou a terceirização de serviços de limpeza pelo município desde o ano passado, lamentou "a falta de incentivo aos médicos" e fez um

meu-culpa: "Nossa reflexão deve ser honesta, precisamos repensar nossos procedimentos, porque também somos culpados pela situação".

Luciene de Oliveira (Coophavila II) sugeriu debater obras que já estão convigiadas em orçamento, incluindo as do Programa de Aceleração

Podemos intervir mais no processo social. Precisamos também recompor o Conselho, evitar politicagem e avançar"

Antônio Alves Pereira, conselheiro regional

bairro". "Temos que dar um voto de confiança ao prefeito", propôs o representante do Conselho Comunitário de Segurança, Alesio Manoel Faria.

"É cedo para agradecer", ponderou Anselmo Aquino Chamorro, também daquele bairro. Ele teve negado um pedido de patroleamento. E não gostou.

Drogas, buracos, mato, falta de médicos. Sofrimento

Saneamento básico, pavimentação e saúde lideram as reivindicações dos conselheiros regionais do Lagoa. No entanto, a criação de dependentes químicos e traficantes nos bairros preocupa mais ainda. O conselheiro Francisco Rodrigues pediu reforço ao comandante da Guarda Municipal, coronel Jovany Lopes Cabreira, para vigiar principalmente drogas na circulação de escolas. "Cada o sacerdote?" - indagou o presidente da Associação dos Moradores do Jardim Ouro Verde, Damião João de Almeida. "Não estamos aqui para dirigir palestras ao vento", quis-se o primeiro secretário do Conselho, Wilson Coqueiro Faria.

Maria Helena Lourenço, consel-

heira representante do Parcelamento Ouro Verde, alertou a Secretaria Municipal de Saúde para a necessidade de nomear mais clínicos gerais para a Unidade da Coophavila II. A prefeitura já dispõe dos serviços de 50 médicos contratados. O conselheiro João Honório manifestou gratidão pelas conquistas até então obtidas, especialmente a Unidade de Saúde do Jardim Batistão. "Valorizem o Conselho", apelou. O presidente da Associação dos Moradores do Tijuca I, Tércio Gomes, reclamou da situação da Rua Ilha de Marajó, no Parque Caiobá I, e pediu o asfaltamento do acesso à unidade de saúde e à escola. Entre suas sugestões anteriores estão: asfalto, semáforo na

confluência das ruas Conde de Boa Vista e Santo Moisés, policiamento e lazer. Em nome da Associação dos Moradores dos Jardins Antártica e Rancho Alegre, o conselheiro João Honório reivindicou operação tapa-buracos nas ruas Tupi e Soares Cardoso e redutores de velocidade.

O conselheiro Anselmo Aquino Chamorro propôs o patroleamento de ruas esburacadas no Portal Caiobá I. Outro pedido: a limpeza de buracos depois das chuvas, na esquina das ruas Pedro Gomes e Alvilândia. E o conselheiro João Honório Vera Gonçalves revelou ter solicitado ao vereador Odílio Trind (Pdt) poda do mato, retirada de entulhos e cascalhamento de ruas.



Sobrem problemas, mas há soluções. Conselheiros criticam a "falta de encaminhamento" sobre obras

12 CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 2013

Especial > DIA MUNDIAL DA ÁGUA



Ideal seria sempre o verde. Placa colocada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente na Avenida Fernando Corrêa indica a qualidade da água do Prosa

Compensação prevista para maio próximo

Esta previsto para maio próximo o pagamento da primeira parcela da compensação instituída pela Agência Nacional de Águas, via Fundo Municipal de Meio Ambiente, destinada a sítios que firmaram termos de ajustamento de conduta, salvando nascentes ou córregos. O pagamento desse aporte – R\$ 1 milhão de recursos oriundos do Banco do Brasil, via WWF, mais a contrapartida de R\$ 700 mil do Ministério Público Estadual – beneficiará sítios que até hoje vivem apenas da criação do gado bovino. WWF (World Wildlife Fund) é a sigla do Fundo Mundial da Natureza.

Salve um córrego e ganhe o céu

Mananciais urbanos e rurais conservados depois de um século de agressões exigem atenção de todos, do estudante ao industrial. Despoluição é imprescindível para Campo Grande garantir a água do futuro

MONTEZUMA CRUZ

Qualidade e quantidade de água estão na ordem do dia. Salve seja força de expressão, mas se você fizer a sua parte para salvar um simples veio d'água ou leito de um córrego asseado, ganha passaporte para o céu.

Esse lugar compreende noções do bem viver, educação ambiental, e cultura de água. Isso proporcionará às próximas gerações o maior legado de uma cidade que conhece há mais de um século a degradação natural de seus mananciais.

Campo Grande nasceu e cresceu rural. A antiga vegetação dos seus arredores desapareceu em consequência da formação e ampliação de pastagens para o gado bovino. O gado invade os córregos para beber água e também o polui com suas fezes.

Tré áreas de preservação ambiental (APAs) põem Campo Grande entre as maiores do País: Cerrada, Lagado e Guaratuba.

Na APA Lagado, 13 mil hectares são objeto de estudo e cuidados conservacionistas. Coincidentemente, são 13 os seus atores – pequenos proprietários. APA Guaratuba, com 38 mil ha, é 30 vezes maior que o projeto do sul de Minas Gerais.

As águas do Lagado contam há muitos anos com o Bairro Maria Aparecida Pedreira. O fenômeno rural veio ao encontro da modernidade introduzida na administração anterior, do prefeito Nelson Trad Filho (PMDB), quando a Agência Nacional de Águas (ANA) incorporou Campo Grande no Projeto Prudente de Águas. O projeto local alterou o para Mananciais Vivos, sem modificações nos objetivos.

Antes de deixar o cargo, o ex-secretário de meio ambiente e desenvolvimento urbano, Marcos Cribado, classificou Campo Grande entre as sete melhores experiências nacionais no setor, ao lado de Paraná e Minas Gerais. Seu sucessor, Odmar Luis Mar-

“

Mais de 11 milhões de pessoas morreram e outros 2 bilhões foram afetados por secas desde 1900. Quase a metade da população mundial viverá em áreas com grande escassez de água até 2030”.

Luz Gracinda, secretária-executiva das Nações Unidas para a Redução de Riscos

con, recebeu dos técnicos da secretaria diagnósticos de recuperação das áreas rurais impactadas, em sua maioria formadas por pequenos produtores. Marcon ocupa também o cargo de presidente do Conselho Gestor de Recursos Hídricos do Município.

A empresa Águas Quatro-ba, cujo plano de concessão estende-se até 2030, financiou um plano de manejo, entregando-o à secretaria em 2010. Nele consta a regulamentação do que pode e o que não pode ser feito em áreas com nascentes vivas ou leitos agredidos.

Na zona urbana, os córregos Prosa e Segredo seguem agredidos por efluentes, embora tenham chance de recuperação, previram em 2012 executores do Programa Córrego Limpo.

“Córregos fazem parte da estrutura urbana e pertencem a sub-bacias que são integradas a unidades maiores, conhecidas como bacias hidrográficas”, afirma um documento da secretaria. Não precisa dizer isso, pois o povo sabe, embora ainda pouco. É mais difícil a tarefa com gente esclarecida – industrial, por exemplo,



Mata ciliar tardia. Mamonal cresce vispo nas margens do Córrego Segredo, trágico a cada dia pelo assoreamento anualizado

Plantio de árvores e inauguração de ETA

Córrego Limpo foi o primeiro programa lançado pela Secretaria em 2009. Tendo em um prêmio do Ministério do Meio Ambiente, em 2012, como reconhecimento do trabalho de preservação e boas práticas ambientais. A Prefeitura de Campo Grande destacou-se entre diversas cidades concorrentes, obtendo o reconhecimento nacional na temática “Manejo das águas no Contexto Urbano”.

Foi um notável empenho para o atual estágio de monitoramento, mas ainda há muito o que fazer. Nesta sexta-feira, a empresa Águas Quatro-ba inaugurou a Estação de Tratamento de Esgoto Imbituba, incluindo, conforme sua assessoria, tecnologia inovadora no País.

A estação terá capacidade para tratar 120 litros de esgoto por segundo, beneficiando cerca de 42 mil pessoas. A obra faz parte do Programa Saneat, Manaus 2, que investe R\$ 57 milhões na ampliação do serviço de esgoto nessa região.

Na área do Córrego Lagado, um dos mananciais que abastece Campo Grande, serão plantadas quinhentas árvores nativas.

Alunos do Projeto “Bom de Bola, Bom na Escola” participaram do início do plantio.

a partir das 13h30min, na Captação Lagado, Anel Rodoviário, saída para São Paulo.

No mesmo horário, na Associação de Moradores do Bairro Maria Aparecida Pedreira, um grupo da “Melhor Idade”, portadores de deficiência física e mental, ministrados pela equipe do Banco das Águas.

Infelizmente é assim

● Sujéira acumulada provoca mau cheiro, transmite doenças, atrai ratos e baratas. Todo ano, a partir de agosto-setembro, as águas diminuem nos leitos, e as pessoas sentem forte odor exalado dos córregos Prosa, Segredo e do Rio Anhandui.

● Campo Grande tem 11 microbacias e algumas delas são poluídas. Jogar lixo na rua e na beira de córregos e rios afeta diretamente o meio ambiente e a saúde da população em todo o município. Isso ainda acontece.

● Cursos d'água ficam repletos de matéria orgânica, daí a necessidade de oxigênio para manter as bactérias e outros micro-organismos que se alimentam desses resíduos. A medição da contaminação pelo índice Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) nem sempre agrada. Alto nível de DBO revela forte poluição.

Mas pode melhorar

● Estudantes, universitários de engenharia, biologia, esportes e população em geral, acompanham o monitoramento de 16 pontos onde é feita a análise do IQA (Índice de Qualidade de Água) na cidade e na zona rural campo-grandense.

● Mesmo com o plantio e o replantio da mata ciliar, e de investimentos em despoluição, a salvação do Rio Anhandui deve demorar entre cinco e oito anos, conforme estudos de especialistas. Faça sua parte.

CORREIO DO ESTADO
TERÇA-FEIRA, 9 ABRIL DE 2013Especial **CONSÓRCIOS**

No limite. Na foto do topo de Mato Grosso do Sul, o lixo de Bodoquena fica na zona rural. A exemplo de outros, oferece matéria-prima para reciclagem: papéis, pneus, plásticos, vidros e madeira

Com o lixo, é pegar ou largar

Parcerias inadiáveis, prazos improrrogáveis. Governo cortará verbas para município que não adotar plano ambiental

MONTIZUMA CRUZ

Fontes de dinheiro para o gerenciamento do lixo e dos recursos hídricos em Mato Grosso do Sul estão disponíveis em Brasília, garantiram outros parlamentares federais durante o 1º Encontro de Gestores Municipais Consorciados, em Campo Grande.

O fim dos índices foi decretado pela Lei nº 12.305 e deveria ter ocorrido até o dia 2 de agosto de 2012, entretanto, foi prorrogado até 2014. Até lá, os municípios deverão elaborar o Plano de Gestão dos Resíduos Sólidos, habilitando-se a receber recursos financeiros do governo federal para a construção de aterros sanitários ou Unidades Processadoras de Lixo (UPLs).

Haverá mudança nos investimentos. A Fundação Nacional de Saúde (Funasa) disponibiliza de R\$ 8 milhões para investir nos municípios. Com a formação de seis consórcios será possível atender a 66 municípios, com R\$ 5 milhões.

Até o momento, somente 10% dos municípios brasileiros conseguiram atender a

essas exigências. O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Meio Ambiente (Cidema) estima em cerca de 80 toneladas por dia o total de lixo liberado nos municípios de Bela Vista, Bonito, Guta Lopes da Laguna, Jardim e Nioaque. Animado, o prefeito de Jardim, Marcelo Henrique de Melo (PDT) já conta com a eficácia do seu aterro. "É o primeiro consórcio do País. São 36 hectares, andamos e avançamos bem". Nesse aterro o governo federal investiu R\$ 500 mil. Associações de catadores deverão ser mantidas. "Eles costumam a reciclagem", opinou. Paralelamente, Melo dará sequência às obras de seus antecessores, desde 1997, incentivando a formação de cooperativas e fazendo a população ser contemplada com novas campanhas socioeducativas, via mobilização de estabelecimentos escolares.

Onze municípios elaboram planos e alguns já têm aterros, entre os quais Iguatemi. A coleta seletiva possibilita que apenas 10% do lixo coletado chegue ao aterro. Catadores



Na Assembleia. "Aproximação é tudo", diz Douglas Figueiredo (PSD), ao lado do senador Delcídio Amaral

vendem o material reciclável. Mesmo com aterro controlado, Bonito será um dos maiores usuários da unidade de Jardim. Segundo o prefeito Lenor Lemos de Souza (PDT), "gestores sociais e até mesmo a igreja encontram espaço no Cidema para estudar a vida das pessoas e os componentes de cada lixo na região".

Fuza o senador Waldemir

Moka (PMDB-MS), consórcios são a pré-condição para diluir custos. O deputado Reinaldo Azambuja (PSDB-MS) demonstrou a estabilidade dos consórcios. "Por eles, o licenciamento ambiental tem condições de ser feito pelo próprio município". Já em Brasília, conforme o deputado, existe uma diversidade de ações contempladas por verbas dos ministérios do Meio

Ambiente, Integração Nacional e Saúde.

"Com capacitação jurídica, aplicaremos muito bem os recursos", disse ao plenário ligado por prefeitos, secretários e assessores, o presidente da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomassul), Douglas Figueiredo. "Se estivermos distantes uns dos outros, tudo fica difícil. A aproximação é tudo", adver-

“
A formação de consórcios no Estado vai baratear 37,5% o custo para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico”.

Pedro Tenaki, superintendente da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Mato Grosso do Sul

tu. Desigualdade regional e falta de projetos prejudicam "Obras para Assanilho 400 unidades habitacionais, poderiam ser dois mil, beneficiando também Dois Irmãos, Miranda e Nioaque, mas faltou visão macro". Segundo Figueiredo, consórcios permitirão ainda vigilância sanitária e licitação de medicamentos dentro do próprio Estado.

Coleta seletiva e catadores estão contemplados na lei

Até 31 de dezembro deste ano, prefeitos e câmaras municipais terão que se unir para atender à Lei nº 12.305.

O art. 18, por exemplo, estabelece prioridade para a liberação de recursos aos municípios inseridos em consórcios e que tiverem aderido à coleta seletiva. A formação de associações e cooperativas de catadores de material reciclável está na ordem do dia.

Para o presidente da Assomassul, Douglas Figueiredo, está "clara e transparente" a necessidade de criar um ambiente na administração. "Os municípios têm que estar alinhados", disse.

A prefeita de Edvaldo,

Marta Araújo (PT), emendou na tribuna: "O nível de exigência da sociedade hoje é muito grande". Ela destacou a presença de 13 municípios no consórcio Central Assanilho, Aral Moreira, Celso Sapucaia, Iguatemi, Itaquiraí, Japoré, Jati, Mundo Novo, São Ovídio e Tacuru.

"O consórcio é vantajoso, porque isoladamente não chegamos a resolver tudo, e é isso que os municípios precisam ter: um trabalho pelo Ministério Público", afirmou o deputado federal Vander Loubet (PT-MS).

Para Loubet, mais de 100 quilômetros, consórcios são plenamente viáveis.

Discurso afinado

Políticos assumem o compromisso de consolidar projetos



ALGUMAS ações já são compartilhadas, e não devem custar. Uma delas é a disposição do lixo. Com aterros, coleta e outras melhorias, a manutenção do sistema barateia.



A VANTAGEM da organização deve ser destacada: somar 79 municípios, isso é positivo. Com cinco consórcios venceremos licitações e atenderemos a todos os prefeitos de recursos.



VAMOS atuar fortemente. Com o apoio ecológico esperamos obter o lixo reciclável, fazendo o Cidema atuar fortemente no município, como deve ser.



PRECISAMOS conscientizar as populações para a coleta seletiva. Ela já funciona em Jardim, mas é preciso melhorar lá, fortalecendo associações que poderão ser cooperativas.

Reinaldo Azambuja, deputado federal (PSDB-MS)

Waldemir Moka, senador (PMDB-MS)

Lenor Lemos de Souza, prefeito de Bonito (PT do B)

Marcelo Henrique de Melo, prefeito de Jardim (PDT)

CORREIO DO ESTADO
SEXTA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2013

Especial > 5 PRECIOSOS MINUTOS

O rádio unindo pantaneiros

Para alcançar ouvintes em 87 municípios da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, 39 emissoras e 150 rádios em rede vão transmitir causos, prosas, noções educativas e experiências de vida

MONTEZUMA CRUZ

O papo não se resume apenas ao Boma Pantaneiro, ou às iniciativas concebidas por fazendeiros e peões. Vai além, conta a diretora executiva do Instituto SOS Pantanal, Lucila Egydio: é, ao mesmo tempo, didático e engraçado.

Inédito: um grupo de 39 emissoras e 150 rádios em rede nas mais diferentes e longínquas localidades da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai poderão brevemente retransmitir o programa radiofônico *Prosa Pantaneira*, produzido com cinco minutos cada, cujo conteúdo é totalmente de utilidade pública.

"Divulgamos iniciativas sustentáveis que colaboram para a conservação da região da Bacia, ou seja, o resultado da Expedição Pantanal 2011 será agora disseminado por meio das ondas do rádio", diz Lucila.

O Instituto pretende mostrar, "de pantaneiro para pantaneiro", que determinadas iniciativas já foram testadas e aprovadas, por isso merecem ser replicadas.

"Quem temer e aprova cada uma delas e a vitória, que passa pelas mesmas dificuldades, mas encontra soluções viáveis com práticas mais sustentáveis", explica Lucila.

Conforme levantamento feito na região, até agora mais de 90% dos veículos radiofônicos identificados não produzem qualquer conteúdo referente à temática ecológica, ou ainda, voltado à educação ambiental.

Prosa Pantaneira vem suprir a carência de informações ambientais de qualidade e credibilidade, sem nenhum custo para as emissoras", explica o seu coordenador, Alyson Ishy.

A distribuição dos programas é gratuita, bastando que a emissora se cadastre no Instituto (veja endereço nesta página). "Cada um veículo o conteúdo integral ou parcial, conforme sua disponibilidade", sugere Ishy.

Segundo ele, cada edição permite a abordagem de um tema específico. O programa chegará brevemente aos 87 municípios integrantes da Bacia Hidrográfica do Alto Paraguai, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

São faixas contadas para a educação ambiental da população, avança Ishy. "O rádio é o instrumento mais eficaz no exterior às boas práticas que auxiliam na conservação do bioma". As 39 emissoras são então cadastradas, entre as quais uma web agência, distribuído o material para outros 150 rádios da rede. Os programas serão oferecidos para internetistas na página do Instituto na Internet.

Turismo, pesca, sociobiodiversidade e o relatório técnico integram as boas práticas, acessíveis aos interessados mediante contato com o Instituto.

Entre 2002 e 2010, o Instituto produziu mapas com a cobertura vegetal da região pantaneira. Delimitou o Pantanal Brasileiro e suas sub-regiões.



No ar! Alyson Ishy (à) e o menino Dimas Prado, 7 anos, durante a locução do programa radiofônico com o tema Escolas Pantaneiras

Um pouco do cenário da Expedição de 2011



De ponta a ponta. A diretora do SOS Pantanal, Lucila Egydio (à), participa das pesquisas na Rota 3, na Região de Rio Verde de Mato Grosso



Em 2011, fim da Expedição é comemorado em clima descontraído



Dia especial. A mesa, repleta de experiências em clima animado

Limpas e cristalinas. Equipe aprecia qualidade da água pantaneira

Transmissão de práticas garante êxito do projeto

A Expedição SOS Pantanal concluiu seu trabalho em 2011, ao percorrer nove rotas, 11 pantaneiros, 14,5 mil quilômetros rodados, para os quais consumiu 1,3 mil litros de óleo diesel.

Nesses andanças, em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, a equipe entrevistou 150 pessoas, cobrindo depoimentos minuciosos a respeito de práticas e experiências. O resultado disso foi a catalogação de 77 iniciativas de sustentabilidade, em seguida identificadas e sistematizadas.

"Aquele expedição mapeou iniciativas úteis para a região da Bacia do Alto Paraguai", comenta Lucila Egydio. Para ela, a partir do momento em que os pantaneiros puderam ser autores de suas próprias experiências e conquistas, surgiu "a grande contribuição para a sustentabilidade da maior planície inundável do mundo". O Pantanal tem 160 mil km² entre o Brasil, Bolívia e Paraguai.

Concluída a expedição, o Instituto publicou um guia de boas práticas, evidenciando como podem ser aplicadas e que aspectos da sustentabilidade atendem.

"Os próprios pantaneiros e sua rica vivência deram legitimidade ao estudo", elogia Lucila.

Numa segunda fase de envolvimento humano entre fazendeiros, empregados e cientistas, idealizou-se o projeto radiofônico do Instituto SOS Pantanal, que se transformou agora em realidade, com o apoio do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Fundação Toyota, Toyota, Rede Comper e Maruete Producers de Viagens.

Prosa Pantaneira é composto por duas séries: *Depto de Prosa* - entrevistas com pantaneiros que desenvolvem boas práticas sustentáveis, fala o rádio - seção com dicas, curiosidades e causos pantaneiros, e dois spots educativos, um com 30 segundos e outro com um minuto de duração, que podem ser inseridos na programação da emissora.

Em localidades da região pantaneira, o rádio é o principal meio de comunicação e seu impacto é imediato e eficiente.

Segundo o coordenador do projeto, Alyson Ishy, as ondas de transmissão ultrapassam limites entre os municípios, alcançando milhares e centenas de quilômetros. "A informação está ao alcance das populações mais distantes", ele afirma.

LIGUE-SE
pantaneiros@sos.org.br
http://www.sos.org.br

12 CORREIO DO ESTADO
DOMINGO, 5 DE MAIO DE 2013

Especial > SIDROLÂNDIA



Mais verde no verde. Nas reboleiras são cultivados pés de abacaxi, feijão de porco, milho, banana, e brevemente a equipe plantará gergelim. Sistema Agroflorestal é "ilha de prosperidade" no Estado

Uma rica floresta em pé

Madeira e frutíferas

A 70 quilômetros de Campo Grande, o Vale das Cordilheiras é o que de melhor restou da Mata Atlântica na região

MONTICULUM CRUZ
DE SIDROLÂNDIA

Se alguém imagina que os solos desmatados de uma região, está equivocado. A 70 quilômetros de Campo Grande reside no interior de Sidrolândia um dos últimos vestígios da Mata Atlântica Brasileira original, na transição com o Cerrado, às bordas da Serra de Maracaju.

Nesse lugar denominado Vale das Cordilheiras, sítios do Centro Espírita Beneficente União do Vegetal (UDV) plantaram desde o ano passado mais de 400 mudas de espécies florestais nobres, por meio do Sistema Agroflorestal. O projeto desenvolvido em dez hectares tem apoio técnico da Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, atualmente a maior organização não governamental de interesse público do País.

Os núcleos São Joaquim, Senhora Santana e Luz de Maria, da UDV em Campo Grande, fazem uso comum da área e trabalham nela em mutirões regulares.

O Correio do Estado acompanhou o plantio de 291 mudas de espécies florestais doadas pela empresa Águas Guarituba, entre as quais, acácia, amendoeira do Cerrado, castanha do Pará, cunha, embaúba, bambuyati, lúp (pau d'arco), jacarandá, murta e tamariz. "A Mata Atlântica é o bioma de maior diversidade de seres vivos do mundo", lembra o gestor ambiental Miguel Salgueiro.

Noventa dias depois do início dos trabalhos, o cenário mudou. Da secundária vazia, há uma evidência de regeneração da mata, até a semelhança e o início de crescimento de outras plantas, privilegia-se o Sistema Sucessional Natural. Além da gramínea, a embaúba logo se destaca na criação do novo ambiente.

Para o crescimento adequado das espécies, a equipe de plantio trouxe uma rede de irrigação por aspersão que, além de tubos e fivelas, tra-

ditionais, utiliza garrufas, pet, diminuindo custos. O terreno do Vale das Cordilheiras tem laje de terra preta, uma raridade. Pés de porco e feijão quando plantados em 2012 também desenvolveram-se a contento, conta o responsável pelo trabalho, o ambientalista paranaense de Santarém, Joaquim Vieira.

Segundo ele, os esforços de manutenção dos Recantos Santana e Vitória, também pela UDV, e a supervisão da Associação Novo Encanto garantem ambiente propício para o mariri e a chacrona. A decoção dessas plantas resulta no chá buaca (ou ayahuasca, "vinho da alma" em quechua), também chamado Vegetal.

Mariri é o cipó *Banisteriopsis caapi*, chacrona, a folha do arbusto cujo nome científico é *Psychotria viridis*. Ambos são largamente utilizados há muitos séculos em rituais religiosos por comunidades amazônicas e povos andinos.

Atualmente, 149 pés de mariri se desenvolvem no Vale, quase 15% da meta de mil pés, prevista para os próximos dois anos. Fertilizantes estão presentes na área. "Mas não é tão preocupante assim", admite Vieira.

Ele vê equilíbrio ambiental, já que formigas, além de adotar a terra, ao cortar folhas contribuem diretamente para a penetração da luz do Sol. As carregadoras, pragas nativas, protegem determinadas plantas e espantam animais herbívoros. "Sabias estacaram nossas plantas, porque não cortaram as nossas folhas para se alimentar", diz Vieira. O ardido será o gergelim semente, cortam as folhas das plantas, levando-as ao formigueiro, onde servem de alimento para fungos, seus verdadeiros alimentos.

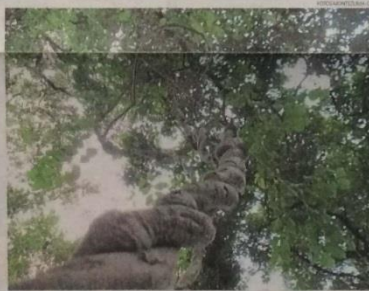
Para o crescimento adequado das espécies, a equipe de plantio trouxe uma rede de irrigação por aspersão que, além de tubos e fivelas, tra-

CONHEÇA

Projeto de conservação e manejo da Mata Atlântica, a 70 km de Campo Grande, no interior do Estado.

Fonte: Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico

www.novoencanto.org.br



Para o Alto. Estima-se o plantio de mil pés de cipó mariri no bioma 2013-2014. Ele sobe em árvores fortes



Ponto a ponto: irrigação por aspersão desenvolve espécies nativas, mudas surgidas em água e terra



Solo fértil. Associação Araraú plantou cerca de 291 mudas no mês de maio

Semeando. Daria, Luciana e Andréa

A prática do Sistema Agroflorestal é algo novo na região, mas vem dando certo também nos Recantos Santana (em Camapuã) e Vitória (saída de Campo Grande para Riochão). "Temos experiência em desenvolver esse processo de desenvolvimento do mariri e o desenvolvimento da chacrona", explica Joaquim Vieira.

Ele prevê a produção de sementes e mudas de plantas nativas, mas já não encontradas na região de Sidrolândia e Campo Grande.

A introdução do Sistema Sucessional Natural possibilita plantar espécies de madeira e frutíferas.

Nesse aspecto, Jullugem - de palmeira por exemplo - não é vista como sujeira pela equipe de plantio. Misturadas a terra e galhos em decomposição, mudas e cogumelos, elas permitem a maturação das plantas.

Espécies diferentes permitem a manutenção de microrganismos no solo. Segundo Vieira, plantas com diferentes sistemas radiculares, hábitos de crescimento e exigências nutricionais, podem ter efeito na irrigação dos ciclos de pragas e doenças.

Fazem segurar a planta. Elas têm função de consórcio, mantendo a matéria orgânica presa ao ambiente. Nas reboleiras (filas) são cultivadas abacaxi, feijão de porco, banana, milho e brevemente, gergelim.

Não microorganismos instalados ao redor das pés de mariri e de chacrona, para criar ambiente mais saudável ao seu desenvolvimento. Não é necessária a aplicação de agrotóxicos.

